



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Estudos da Linguagem**

**LUCIANA ARAUJO MARQUES**

**Graciliano Ramos: infância\_cárcere**  
As memórias do menino e a duração do contratempo

**Graciliano Ramos: Childhood\_Prison**  
The memories of the boy and the duration of the setback

CAMPINAS  
2024

**LUCIANA ARAUJO MARQUES**

**Graciliano Ramos: infância\_cárcere**  
As memórias do menino e a duração do contratempo

Tese de doutorado apresentada ao  
Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas  
como parte dos requisitos exigidos para  
obtenção do título de doutora em  
Teoria e História Literária  
na área de Teoria e Crítica Literária.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo César Barbosa de Melo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA  
LUCIANA ARAUJO MARQUES, E ORIENTADA  
PELO PROF. DR. ALFREDO CÉSAR BARBOSA DE MELO

CAMPINAS  
2024

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Ana Lucia Siqueira Silva - CRB 8/7956

M348g Marques, Luciana Araujo, 1980-  
Graciliano Ramos: infância\_cárcere - as memórias do menino e a duração do contratempo / Luciana Araujo Marques. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador(es): Alfredo Cesar Barbosa de Melo.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Ramos, Graciliano, 1892-1953; Infância; Prisão; Desamparo. I. Melo, Alfredo Cesar Barbosa de, 1979-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações complementares

**Título em outro idioma:** Graciliano Ramos: childhood\_prison - the memories of the boy and the duration of the setback

**Palavras-chave em inglês:**

Ramos, Graciliano, 1892-1953; Childhood; Prison; Helplessness

**Área de concentração:** Teoria e Crítica Literária

**Titulação:** Doutora em Teoria e História Literária

**Banca examinadora:**

Alfredo Cesar Barbosa de Melo [Orientador]

Marcio Orlando Seligmann Silva

Yudith Rosenbaum

Ieda Lebensztayn

Rodrigo Jorge Ribeiro Neves

**Data de defesa:** 29-10-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Teoria e História Literária

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2763-1588>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5770917444743172>



**BANCA EXAMINADORA:**

**Alfredo Cesar Barbosa de Melo**

**Marcio Orlando Seligmann Silva**

**Yudith Rosenbaum**

**Ieda Lebensztayn**

**Rodrigo Jorge Ribeiro Neves**

**IEL/UNICAMP  
2024**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

*Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.*

Walter Benjamin

*É sempre enganador o problema de se ler o texto de um autor à luz de sua vida ou não.*

Anne Carson

*Sem título* [Gaiola], s.d, obra de Arthur Bispo do Rosário, poderia figurar aqui como epígrafe visual. Na falta da imagem impressa nesta página, segue aquela que conservei na memória quando a vi exposta na 30ª Bienal Internacional de Artes de São Paulo em 2012: um ninho no interior de uma gaiola. Em 2022, revi essa gaiola em mostra no Itaú Cultural. O responsável pela descrição do material que compõe a obra escreveu assim: “montagem, perfuração e escrita”.

A todos que me deram a infância

## Agradeco

ao professor dr. Alfredo Cesar Barbosa de Melo, que aceitou orientar um projeto inicialmente tão distinto de suas linhas de pesquisa, mas que tanto quanto quer pensar a literatura brasileira em sua relação com a sociedade. O Alfredo também sempre escreveu as melhores cartas sobre meu trabalho e foi decisivo para o contato com a professora Clara Rowland, que me recebeu na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, quando fui contemplada pelo Programa de Bolsas de Mobilidade Internacional – Santander. Foi ainda uma figura central na experiência que tive nos estágios docentes na disciplina de Literatura Cultura Brasileira, ministrada nas graduações em Letras e em Estudos Literários da Unicamp, além dos convites preciosos para fazer parte das bancas de monografias orientadas por ele e de ter sido o mais animado companheiro de retorno Campinas-São Paulo no Massa Crítica;

aos professores Jefferson Cano e Márcio Seligmann-Silva, pelas contribuições no exame de qualificação; às participações no grupo de orientandos do Alfredo, o Bolo de Rolo; no grupo “Literatura e Psicanálise”, coordenado pelas professoras Yudith Rosenbaum e Cleusa Passos, dos departamentos de Literatura Brasileira e Teoria e Literatura Comparada (USP); no grupo de estudos comparados “Graciliano Ramos – Pontes Literárias, Socioculturais e com Outras Artes”, coordenado pelos professores Benjamin Abdala Junior e Maria Zilda da Cunha, em que pude contar com a interlocução de Ieda Lebensztayn, Thiago Mio Salla, Ricardo Ramos Filho, Rodrigo Jorge Ribeiro Neves, Edmar Monteiro, Adilma Secundo Alencar e Jean Pierre Chauvin; por poder apresentar comunicações nos simpósios sobre literatura de confinamento coordenados por Rita Palmeira, Lisa Vasconcellos e Daniela Birman na Abralic em suas edições cariocas, quando também pude reencontrar o Bruno Zeni, que, desde minha monografia, tem sido um caro leitor dos meus escritos;

ao Juliano Garcia Pessanha, por tanto que me ouviu falar de *Infância* e seu apoio primeiro e incondicional, desde a elaboração do projeto à leitura do arquivo quase final; a Gheu Teixeira, Paula Fazzio, Lua Gill, Bruna Guerra, Cláudia Alves, Franklin Morais, Kássio Moreira; João Paulo Lima Silva Filho, por terem feito parte desta jornada; a estes profissionais fundamentais na vida do IEL, Rosemeire e Claudio Platero; ao grupo Rodateatro, pelo convite para falar sobre o *Infância* durante o processo de criação da peça homônima, e pela oportunidade de conversar com seu público sobre a obra; ao Alexandre Rosa, por sua música, flores, cuidado e amor.

Obrigada, Graciliano, por tudo o que tem nos dado, depois do tanto que lhe tiraram.

## Resumo

Entre o tempo da escrita de *Infância* (1938-1945), no pós-prisão de Graciliano Ramos, e o tempo do menino em sua descoberta do mundo e de si nos primeiros anos do pós-abolição da escravatura e da Proclamação da República (1895-1904), a presente leitura sublinha a duração do contratempo formalizada nessas memórias. O que irrompe violento no meio em que cresce aquele que se tornaria um dos grandes nomes de nossas letras está nas bases da formação do Brasil. Não se trata de imprevisto, mas de *continuum* para o qual nunca se está preparado. Cultura punitiva, geradora de um legado de medo e desamparo que não se encerra naqueles anos primordiais, tampouco nos de sua rememoração.

Se a perspectiva crítica frente a manifestações autoritárias e às questões ligadas à justiça sempre foram chão da obra de Graciliano, ela se aprofunda após sua detenção ilegal, tal queda em buraco, ângulo mais abaixo em relação àquele a partir do qual o escritor podia enxergar de sua posição social, resguardado no interior de sua classe, até ser igualado pelo Estado ao dito preso comum, que não deixa de ser também preso político, pois pobre, descendente de escravizados, entre outras intersecções. Horizontalização forçada, até certo ponto, por quem dita a lei e seu arbítrio.

Nesse despencar, *Infância* toca o fundo, onde o próprio narrador como personagem de si ganha e perde em estatura. É o grande escritor que assina a obra, mas também o menino do qual não se menciona o nome; é autoridade em matéria de palavra, mas infante, etimologicamente o que não fala. Em liberdade, ambos seguem encerrados em uma atmosfera de prisão que ressoa no léxico dessas memórias repletas de gente pequenina que ganha protagonismo em uma história que sempre buscou apagá-la.

Verifica-se um desdobrar-se entre tempos a evocar aquele que foi e tudo aquilo que testemunhou e ao que ficou submetido diante dos mandos e desmandos que constituem relações de poder. Essa contiguidade temporal provoca um embate entre o autobiográfico como figura de leitura e o intratextual contido na pergunta: quem veio antes, o menino ou o escritor que o insere no interior de seu projeto literário? Essa é a pergunta que dá base à formulação *infância\_cárcere*, chão de análise e seu trincado, onde se reconhece em mesmos extratos cavados de terra (de texto) o que em geral resta separado entre os tempos do enunciado e da enunciação.

**Palavras-chave:** Graciliano Ramos; *Infância*; prisão; memórias; desamparo.

## Abstract

Located between the time when Graciliano Ramos wrote *Infância* (1938–1945), after his imprisonment, and the time of the boy discovering the world and himself in the early years after the abolition of slavery and the Proclamation of the Republic (1895–1904), this reading underlines the duration of the setback formalized in these memoirs. What erupts violently in the environment in which one of the great names of our literature grew up lies at the foundations of Brazil's formation. It is not unforeseen, but a continuum for which one is never prepared. A punitive culture, generating a legacy of fear and helplessness that does not end in those early years, nor in the ones in which they are remembered.

If a critical perspective towards authoritarian manifestations and issues related to justice has always been the ground of Graciliano's work, it deepens after his illegal detention, as if falling into a hole, an angle lower than the one from which the writer could see from his social position, sheltered within his class, until he was equated by the State with the so-called common prisoner, who is also a political prisoner, because of being poor, a descendant of enslaved people, among other intersections. A forced horizontalisation, to a certain extent, by those who dictate the law and its discretion.

In this plunge, *Infância* reaches the depths, where the very narrator, as a character in his own right, loses and wins his stature. It is the great writer who authors the work, but also the boy whose name is not mentioned in writing; he is an authority on words, but also an infant, etymologically the one who doesn't speak. In freedom, both remain enclosed in a prison-like atmosphere that resonates in the lexicon of these memories replete with tiny people who take center stage within a history that has always sought to erase them.

In these memoirs, there is an unfolding between times that evokes who he was and everything he witnessed and was subjected to in the wake of the orders and excesses that make up power relations. This temporal contiguity provokes a clash between the autobiographical as a figure of reading and the intratextual contained in the question: who came first, the boy or the writer who introduces him as a character within his literary project? This is the question that underpins the *infância\_cárcere* [childhood\_prison] formulation, the ground of analysis and its fissure, where one recognises in the same excavated extracts of earth (of text) what generally remains separated between the times of the enunciated and the enunciation.

**Keywords:** Graciliano Ramos; *Childhood*; prison; memoir; helplessness.

## Sumário

<b>Da introdução como memorial.....</b>	<b>p. 11</b>
<b>1. Do plano ao imprevisto.....</b>	<b>p. 21</b>
1.1 Infância_cárcere.....	p. 21
1.2 O menino sofre de desamparo, gente grande também.....	p. 49
1.3 Em liberdade?.....	p. 66
<b>2. Entre tempos e espaços.....</b>	<b>p. 77</b>
2.1 Um verão incompleto.....	p. 77
2.2 De propriedades e zonas impróprias.....	p. 95
2.3 A primeira coisa guardada e a desaparecida.....	p. 101
2.4 Nos estreitos limites, ainda nos podemos mexer.....	p. 114
<b>3. Do não interrogatório formal às perguntas que não cessam.....</b>	<b>p. 120</b>
3.1 Inferno_prisão-prisão_inferno.....	p. 120
3.2 Do primeiro contato com a justiça.....	p. 134
3.3 Um rumo diferente.....	p. 150
<b>Por fim, retorno.....</b>	<b>p. 169</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>p. 175</b>
<b>Anexo I – Cronologia dos manuscritos dos capítulos de <i>Infância</i>.....</b>	<b>p. 184</b>
<b>Anexo II – Memórias em páginas de notícias.....</b>	<b>p. 185</b>

## Da introdução como memorial

A introdução é em geral a última parte a ser escrita, a despeito de sua posição frente às demais. Ao amalgamar achados recentes e questões mais antigas que deram origem ao projeto inicial desta *leitura de Infância*, de Graciliano Ramos, molda uma noção de sucessivos presentes na direção dos pontos finais dos capítulos porvir. Ela também sugere uma escrita em sequência, ordenada, como se tudo estivesse dado desde um início lá atrás tal como aqui se mostra. Qualquer um que escreve sabe que é raro ser assim. E se abro com essa observação, é a fim de reconhecer os efeitos da visada em retrospectiva sobre qualquer redação que se estende ao longo de anos, caso desta tese, com seus avanços e interrupções, tanto quanto sujeita a contratempos, isto é, tudo aquilo que fura um plano e seus cronogramas, que acabam aderindo ao que ela agora é, portadora dos lapsos e de tudo o que poderia ter sido e também do que restou perdido ou foi deliberadamente descartado. Estão contidos nos supostos imprevistos, que caracterizam acontecimentos dos quais a escrita do que aqui se ensaia é contemporânea, sua possível atualidade para se pensar questões caras ao nosso país e como nossa literatura o traz à tona, pois, como bem observou Millôr Fernandes: –“O Brasil tem um enorme passado pela frente. Ou um enorme futuro por detrás, se preferem” (1994, ebook). E se retomar as memórias de um menino nascido no final do século XIX e que crescia no início do XX é ainda falar de tantas questões que ainda nos afetam, o que se dirá de sua pertinência naquele momento em que foram escritas por seu autor, logo após sua detenção entre março de 1936 e janeiro de 1937?

Primeiro dos dezesseis filhos da união entre Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro, Graciliano Ferro Ramos de Oliveira nasceu em Quebrangulo, interior de Alagoas, na tarde de 27 de outubro de 1892. Logo, não muito depois da abolição da escravatura no Brasil (1888) e da Proclamação da República (1889) por meio de golpe militar e de sua Constituição (1891). República dominada por oligarquias rurais, bastante favorecidas por esse conjunto de leis inaugural, e que possuía como únicas instituições de caráter nacional o Exército e a Igreja, de modo que seus primeiros anos de vida e descoberta do mundo coincidem com esse período primordial de nossa história. Meninices concomitantes, a do “futuro escritor” e a do “país do futuro. Sempre”, para citar outra do Millôr (1994, ebook), que formam a camada mais evidente do memorialístico *Infância*, porém, ela não é a única. À essa camada *primeira*, correspondente ao intervalo entre 1895 e 1904, conforme a passagem das idades do menino no livro, soma-se uma *segunda*, que

conjuga o que teria sido vivido e o elaborado a partir dessa experiência de modo mais programático entre 1938 e 1945. Trata-se do tempo da escrita dessas memórias e de sua publicação parcial na imprensa, que se dá: em plano internacional, sob o descrédito que a humanidade passa a ter de si mesma como ser de razão em decorrência das tragédias perpetradas durante a Segunda Grande Guerra; no nacional, sob o insistente rótulo do novo ou de revolução, temos os golpes de 1930, do qual decorreria a autointitulada “República Nova”, e o de 1937, o “Estado Novo”.<sup>1</sup> Esse último, período imediatamente posterior e intrincado ao encarceramento de Graciliano sem qualquer processo jurídico.<sup>2</sup> Em termos espaciais, o escritor rememora a infância nordestino-sertaneja a partir da então capital do país, o Rio de Janeiro, para onde foi levado em deslocamento prisional de seu Estado natal, para o qual nunca mais retornou.

Essa dupla camada em *Infância* é atravessada por trincado antigo que faz ruir o chão onde se pisa, escancarando-se em buraco para dentro do qual se despenca, porque ali lhe atiraram. Onde o que parece separado em distintos estratos de terra (de tempo e de espaço) aproxima-se no que não cessa de revolver. A queda soa como contratempo, mas em verdade é resultado de um longo processo em curso – pilares da formação e história brasileiras –, ligando menino e adulto a uma familiar duração no que condena e castiga com açoite e aprisionamento, a despeito da inocência, mesmo quando em suposta liberdade. Contratempo que, certa vez e outra vez, de novo e novamente, assalta a todos – latência autoritária, mesmo em períodos democráticos.<sup>3</sup>

A emblemática prisão de Graciliano Ramos é exemplar do que guarda da perspectiva de queda nesse buraco, arremedo de cova, onde o tempo não passa e exige daquele que nele esteve uma movimentação entre diferentes épocas para poder retornar a ele e a elas mais uma vez, de dentro, via memória: formalização que é autobiográfica mas também um modo de voltar-se a outros e também a outras situações em alguma medida correlatas, fruto de nossa socialização, a impactar a formação dos sujeitos sob as mazelas da

---

<sup>1</sup> Embora a primeira nomenclatura não seja empregada pelos historiadores, que optam pelo não valorativo “Segunda República”, Estado Novo assim se perpetuou.

<sup>2</sup> Essa, a propósito, não foi a única vez que prenderam Graciliano, a primeira ocorreu no contexto da “Revolução de 30”. E, como a prisão, a soltura do escritor foi igualmente arbitrária. O secretário do Interior de Alagoas, Corrêa das Neves, informou por meio de telegrama não haver inconveniente na soltura de Graciliano Ramos. A ordem de libertação foi expedida de próprio punho por Filinto Müller: “Ponha-se em liberdade” (BIRMAN, 2015, p. 202).

<sup>3</sup> Penso, por exemplo, no slogan “Comissão da verdade: a consolidação da democracia” estampado atrás do palco onde Dilma Rousseff anunciava a instalação daqueles trabalhos, em 2012, e do impeachment sofrido em 2016 por essa mesma presidenta que fora torturada como presa política da Ditadura Militar. Não esqueço, sobretudo, que o então deputado que fez apologia à figura de um torturador, naquela ocasião, seria eleito presidente em 2018.

formação de um país, de modo que jamais são alegóricas em relação ao vão prisional, como a contextualização histórica procura mostrar.

A indicação “memórias”<sup>4</sup> – conforme o gênero da coleção em que *Infância* foi publicado originalmente, passando a subtítulo, sublinhado por Graciliano a partir da segunda edição já avulsa – acentua o pacto de leitura sob um regime de veracidade, ainda que dispensem qualquer garantia documental, e seja conduzido por critérios que não dispensam o instrumental de criação, afinal, o que importa não está no duo verdade-invenção, mas o efeito estético, aqui entendido como próprio do literário, que esse chamado convoca em quem lê. Mesmo que na memória se confie como quem confia na ficção, uma vez que ambas estão comprometidas com a própria verdade, não há como ignorar que no caso da primeira não há o imperativo da suspensão da realidade, mas justamente o contrário. Desse modo, em cada uma das interpretações que se ensaiam nos capítulos a seguir deste trabalho, sem distinção, o reconhecimento do imperativo do vivido nunca se desvincula de sua composição estilística, que se verifica na:

escolha de palavras, escolha de construções, escolha de ritmos dos fatos, escolha dos próprios fatos para conseguir uma composição perfeita, perfeitamente pessoal: pessoal no caso, —à maneira de Graciliano Ramos”. Estilo é escolha entre o que deve perecer e o que deve sobreviver. Vamos ver o que Graciliano Ramos escolhe. (CARPEAUX, [1942] 1977, p. 25)

Na *presente leitura*,<sup>5</sup> o dado político-biográfico do encarceramento de Graciliano é reconhecido como um paratexto (Genette, 2009) que, incontornável para aquele que o viveu e conhecido por seus leitores, resulta em um aprofundamento do projeto autoral do escritor, sem cisão, articulando relações intratextuais, isto é, com outras de suas obras, caso de *Angústia*, *Vidas secas* e *Memórias do cárcere*, entre outras que esta tese não se propõe a abordar, tampouco esgotar no que diz respeito às citadas.

<sup>4</sup> O mesmo recurso foi utilizado em *Insônia*, que traz “(e)ontos”. Não há a mesma sinalização em edições recentes dos romances e demais livros do autor. As da José Olympio trazem essas indicações, inclusive de “romance”. Já a catalogação encontrada na ficha catalográfica de *Infância* é a seguinte: 1. Ramos, Graciliano, 1892-1953 – Biografia. 2. Escritores brasileiros – Biografia. I. Título. Não se propôs durante esta pesquisa fazer um levantamento edição a edição.

<sup>5</sup> “Ora, desde logo, a literatura tem como base iniludível a língua, já de si um sistema que, por ser convencional, se ajusta às necessidades dos sujeitos; e, por não ser fixo nem imutável, não pode expurgar a ambiguidade. E, depois, é em grande parte no domínio dessa ambiguidade, no que ela significa de capacidade de comunicar (ou não) o que é próprio, que se torna mais específica a criação literária. Não há mensagens inequívocas, como não há a possibilidade de uma sintonia absoluta entre emissor e receptores de um texto literário (não é possível conferir ao texto a determinação de uma única interpretação, assim como não é elegível uma única interpretação, assim como não é elegível uma única interpretação correcta – segundo a célebre fórmula de Paul de Man, “a interpretação não é senão a possibilidade do erro”). (DUARTE, 2008, p. 24)

Sob esses pressupostos, o ângulo mais abaixo, estatura do menino de *Infância*, diz também de uma visada sobre a gente pequenina e de como é submetida a uma série de julgamentos e condenações que não se resumem aos cocorotes dados pela mãe ou pelos açoites desferidos pelo pai na casa da família, às punições na escola, à cadeia ou, implicitamente, ao porão de um navio (o navio-prisão, mas também o negreiro), mas tem em cada um desses espaços um lugar-destino, quando não o destino marcado pela falta de lugar. Trata-se de quem não aparece no porta-retratos disposto na sala de visitas da casa da família patriarcal, mesmo em decadência, uma decadência que nunca significa o seu fim, mas apenas o seu retorno em novas roupagens econômico-sociais (como Mocinha, a irmã natural, desaparecida e por isso lembrada na história que se enreda entre os capítulos de *Infância*), além de quem ali jamais será convidado a entrar (caso do mendigo Venta-Romba, levado da casa à cadeia após a ousadia de adentrar a propriedade familiar, entre suas posses, os agregados, leia-se: gente atrelada à família pelos elos da escravidão, abolida também para dar lugar a uma outra ordem também segregante).

O que as interpretações por vir almejam mostrar é que nas memórias, escritas no pós-prisão, o autor lança mão do eu, ~~pr~~onomezinho irritante”, segundo sua própria definição, não para se voltar exclusivamente para si, mas, partindo de experiências próprias, operar uma despersonalização, aberta à alteridade, ainda que jamais se perca de vista a estreita relação desse eu com quem assina a capa, e, de quebra, sua alta estatura como escritor, a despeito e sobretudo por conta desse nome que não aparece em suas páginas:<sup>6</sup> Graciliano Ramos.

Além disso, dificilmente acharia em minha vida qualquer passagem que despertasse interesse. Quer isto dizer que julgue interessante o que narrei? Não, tudo aquilo é chinfrim, mas parece-me referir-se, não apenas a um indivíduo, mas às crianças da classe média da minha terra – e, assim, julgo diluir-me no decorrer da narração, confundir-me com outros tipos. Ignoro se consegui essa *despersonalização*, mas é certo que, se prolongasse as memórias, cairia num egocentrismo besta. (RAMOS, 2014c, p. 170)<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Em *Infância*, o nome da família Ramos aparece logo na abertura do capítulo “Adelaide” como referência ao negócio (comércio) estampado em letreiro no largo principal da cidade – —Asociedade comercial Ramos & Costa, mas não o nome próprio do autor.

<sup>7</sup> Entrevista a Armando Pacheco reunida no livro *Conversas: Graciliano Ramos*, organizado por Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn, e da qual existem três diferentes manuscritos no Arquivo do IEB-USP. Em nota, os pesquisadores transcrevem o mais longo e grifam trechos que não aparecem na entrevista, entre eles este que é bastante caro à presente leitura.

–Não há prisão pior que uma escola primária do interior” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 206). Quando o narrador memorialístico faz essa afirmação no capítulo –Os astrônomos”, de *Infância*, a pergunta que fica é: poderíamos ignorar que o detentor da autoria passou meses no cárcere não metafórico? Essa é uma das questões para a qual apenas a literatura de Graciliano pode trazer respostas, mas ela implica uma outra pergunta aparentemente simples: quem veio antes, o menino ou o escritor? Simples, porque parece óbvio que a criança factual que cresce em um determinado meio tenha sido determinante para o escritor que Graciliano viria a se tornar; nem tanto, quando se parte do pressuposto de que em *Infância* aquele que escreve se desdobra no menino como um personagem de si a integrar sua galeria de criaturas. Em outras palavras, a criança, mas também o próprio escritor, são constructos a problematizar a seleção da matéria tomada como memória em favor da unidade de um projeto literário, de uma obra como um todo marcado por distintas experimentações formais – afinal, nenhum de seus livros é igual ao outro – e a ostensiva presença do medo, das injustiças e dos juízos que regem uma série de atos e omissões a compor um léxico bastante evidente.

–Apenas em Paulo Honório não somos capazes de reconhecer uma evolução provável do herói de *Infância*”, observa Antonio Candido (2006a, p. 74-75). –O menino de *Infância* – desdobrado *depois* nos heróis de Graciliano – sofre de desamparo”, diagnostica João Luiz Lafetá (2004, p. 291; grifo meu). Mas se a formalização do menino se dá após a dos personagens mencionados, não seriam esses protagonistas e os que os cercam, cada um deles a seu modo, aqueles que se desdobraram nos de *Infância*? As escolhas literárias anteriores não incidiriam sobre as posteriores, ainda que os eventos em termos da cronologia biográfica possam sugerir o contrário? São perguntas que encontram como respostas e pressuposto desta leitura a recusa de qualquer tentativa de tornar *Infância* um arcaibouço biográfico, o que é diferente de reconhecer a força mediadora intrínseca ao autobiográfico e aos paratextos, isto é, todo tipo de informação e material acessível ao público e que não constitui a obra em si, sobretudo quando se tem em conta que Graciliano nunca abriu mão de ressaltar que escrevia a partir do chamado –vivido” – estreitando os efeitos da relação vida-obra:

Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só. Em determinadas condições, procederia como esta ou aquela das minhas personagens. Se fosse analfabeto, por exemplo, seria tal qual Fabiano... (RAMOS, 2014c, p. 198)

Na declaração feita no discurso em homenagem ao seu quinquagésimo aniversário, por exemplo, o escritor destaca a posição basilar de sismógrafo do sofrimento, que, para registrar os graus de seus abalos, precisa estar próximo de onde eles ocorrem, senti-los sob os pés, quando não em si mesmo, corpo todo. Por isso, não só é possível ter semelhança com seus personagens como impossível não ter nenhuma.

É preciso descobrirmos um motivo para esta reunião. Penso, meus senhores e amigos, que a devemos à existência de algumas figuras responsáveis pelos meus livros – Paulo Honório, Luís da Silva, Fabiano. Ninguém dirá que sou vaidoso referindo-me a esses três indivíduos, porque não sou Paulo Honório, não sou Luís da Silva, não sou Fabiano. Apenas fiz o que pude para exibi-los, sem deformá-los, narrando, talvez com excessivos pormenores, a desgraça irremediável que os açoita. É possível que eu tenha semelhança com eles e que haja, utilizando os recursos duma arte capenga adquirida em Palmeira dos Índios, conseguido animá-los. Admitamos que artistas mais hábeis não pudessem apresentar direito essas personagens, que, estacionando em degraus vários da sociedade, têm de comum o sofrimento. Neste caso, aqui me reduzo à condição de aparelho registrador – e nisso não há mérito. Acertei? Se acertei, todo o constrangimento desaparecerá. Associe-me aos senhores numa demonstração de solidariedade a todos os infelizes que povoam a terra. (RAMOS, 2012b, p. 212)

Em *Infância*, o menino-personagem é esse outro dele mesmo, mas também próximo, por sua condição infante, das criaturas insignificantes, e por isso mesmo silenciadas (o que é diferente de não ter voz), apagadas, trancafiadas, que busca sondar e trazer à altura das linhas do grande autor. A “desgraça irremediável”, que fere nos anos da meninice, e rechicoteia na prisão – da qual nunca se livra, a qual nunca o detém, em absoluto –, não é particular nem restrita àqueles tempos e espaços.

Se é fato que escola e prisão, para ficar nesses dois espaços icônicos para o que se amalgama em *infância\_cárcere*, são instituições disciplinadoras em qualquer época e lugar, operando os contratos de contenção de uma violência fundacional própria da entrada na cultura, as demandas de violência, que fazem com que esses espaços se liguem nessas memórias em particular, acabam por desvelar especificidades muito próprias da história brasileira, como a marca colonial e os governos brasileiros instaurados por golpes (ou a tentativa de) e seus métodos de coerção, mesmo aqueles que Graciliano não teria como prever a partir de sua visada ao próprio passado em um presente específico. As ligações entre tais espaços quando se lê *Infância* não são alegóricas, mas desdobramentos de uma mesma formação a incidir sobre os sujeitos. As significações não são secretas entrelinhas nem estão a serviço de um sentido figurado. Quando o narrador afirma “e iniciou-se a escravidão imposta arditosamente”, lançando mão de uma palavra central de nosso trauma histórico para

referir-se ao aprendizado da leitura e da escrita pelo menino, a dificuldade aparentemente individual e biográfica parece ganhar um outro direcionamento. Ainda mais quando se leva em consideração que nós que o lemos não somos capazes de ignorar que a criança indefesa que pena para se alfabetizar se tornará um escritor renomado, criador do que se chama “alta literatura”, portanto, autoridade na leitura e na escrita nos tocantes da língua portuguesa; detentor de “armas terríveis”, conforme a alusão feita pelo pai ao domínio das palavras. Não quaisquer palavras, mas essas que são herança colonial, que são nossos artefatos contra os que por meio delas mesmas nos coagem. Nessa aproximação, a violência própria da cultura, com toda a repressão aí tida como necessária e que tem na educação formal e disciplinar apenas um de seus alicerces, está muito próxima daquela que, houvera de fato a humanização (de todos, sem distinção), poderia ter tido outros rumos. Outro Graciliano Ramos?

A convivência do menino, neto e filho de donos de terra (e de gente), desde os primeiros anos com sujeitos recém-libertos ou descendentes de escravizados é um dado incontornável de sua subjetivação e ponto de observação social, sem dicotomias. Essa perspectiva, da qual jamais se aparta, é verticalizada na experiência de quase um ano de encarceramento, sendo dezoito dias na Ilha Grande, que não apenas é um espaço destinado a presos comuns, como tem um histórico ligado ao do controle da população pobre e especialmente a negra no pós-abolição, detentora de um imenso potencial de revolta, de modo que a vida dessas pessoas depois de supostamente libertas é o tempo todo cerceada, ameaçada pela detenção e tortura, quando não são efetivamente exterminadas – até hoje.

Os modos e meios de violência e injustiça que reconhecemos nessas memórias de miúdo dizem, ainda, de uma dinâmica de repetição histórica e social também permeada pelo embotamento do hábito. Tudo aquilo que recortado em retrospectiva ganha feições de contratempo está lastreado no cotidiano mais comezinho, por isso não se verifica apenas no choque a interromper um curso que estaria dado como certo e ideal na trajetória do menino, mas na acepção de uma contrariedade geradora de danos profundos que atravessam não apenas uma vida em particular, mas gerações fermentadas em seu caldo. Nesse sentido, o que retorna em seu giro traumático e espiralado pode também ser entrevisto: na sucessão de dias que soam equivalentes, mais do mesmo, em chave oposta às do espanto e do imprevisível; na naturalização de certos gestos, modos e rotinas, soando familiar; na apreensão linear da ação do tempo, estilhaçando-a na rotina.

Na *presente leitura*, portanto, o passado não é entendido como um ponto fixo acessado em uma linha cronológica reta. Isso não significa desconsiderar: 1. que uma

sequência de acontecimentos biográficos de Graciliano Ramos de amplo conhecimento público por meio de paratextos também medeia interpretações; 2. que há na ordenação dessa rememoração dos tempos de menino uma construção artística na qual se apreende uma passagem progressiva do tempo contida no avanço das idades do menino. Por isso, a opção por tratar os textos que compõem *Infância* como “capítulos” e não como “contos”,<sup>8</sup> reconhecendo que há na composição de tais unidades narrativas conexões estruturais e de enredo, ainda que contemple a impossibilidade totalizadora das memórias, com suas lacunas e embaralhamentos.

A formulação *infância\_cárcere*, que se lê no título desta tese, não corresponde à indicação de um trabalho de literatura comparada entre *Infância* e *Memórias do cárcere* em sentido estrito. O marco da prisão do escritor é central para o que aqui se ensaia, o que não significa que o livro póstumo tenha um peso maior do que outros do mesmo autor como, por exemplo, *Vidas secas*, quando se observam as análises empreendidas e o reconhecimento da intratextualidade, nas quais *Infância* é sempre o centro. A duração do contratempo desdobra-se entre épocas e situações que o subtraço \_ que liga “infância” a “cárcere” se propõe a representar, na medida em que desloca para abaixo do plano da linha em que tais palavras estão escritas, unindo-as por meio desse desnível, como síntese gráfica do movimento das interpretações propostas ao longo da tese. Ainda sobre o subtraço, convém lembrar que, na máquina de escrever era necessário voltar ao começo da palavra datilografada para poder recorrer a esse caractere e então sublinhá-la com uma sucessão de batidas repetidas e contínuas; enquanto no computador, onde os grifos mais comuns são acionados pelos comandos de itálico e negrito, o subtraço (*underline*) também é utilizado para substituir o espaço vazio em sistemas que não suportam “esse branco”. Mas há uma história anterior

<sup>8</sup> Embora os capítulos de *Infância* tenham sido publicados na imprensa como contos antes do lançamento do livro e que o próprio Graciliano tenha incluído “Um incêndio”, “Cito Brabo”, “Um intervalo” e “Venta-Romba” em *Histórias incompletas*, de 1946, livro dedicado a esse gênero, conforme a indicação que consta na edição da Coleção Tucano. O professor e crítico Erwin Torralbo, ao analisar os textos curtos e descontínuos de *Histórias de Alexandre*, identifica que Graciliano estivesse “ensaiando já os quadros de infância” (GIMENEZ, 2004, p. 188). Por sua vez, Rodrigo Neves (2016) investiga como as estratégias estéticas dos contos reunidos em *Insônia* (1947) são espécie de preparo para os escritos sobre o cárcere, uma vez que entre um momento e outro o escritor deixa o romanesco em favor de textos que tem como base a estrutura do conto (NEVES, 2016, p. 18). A estrutura narrativa curta está na gênese da obra do escritor. Graciliano escreveu com apenas doze anos o “Pequeno pedinte”, conto publicado em *O Dilúculo*, periódico criado por ele e o primo Cícero de Vasconcelos, no qual “é possível notar o embrião de seu percurso estético, tanto em relação ao temário quanto aos procedimentos que irá privilegiar” (NEVES, 2016, p. 45). Em *Infância*, a folha quinzenal e essa narrativa breve nela publicada são mencionadas no capítulo “Mário Venâncio” com uma pequena alteração no título: “O pequeno mendigo”. E ainda que a estreia de Graciliano em livro seja com *Caetés*, é o próprio escritor quem destaca que na origem de *S. Bernardo* e *Angústia* estão dois contos nos quais se esboçam “uns criminosos”, “uma quantidade apreciável de tipos miúdos” (RAMOS, 2015b, p. 279).

herdada dos escribas e que até hoje é replicada na atividade de revisão de texto quando realizada nas provas em papel e que não surge exógena em uma tese sobre Graciliano, afinal, ele escrevia à mão e era exímio e rigoroso revisor, cujos manuscritos são reconhecidos por suas rasuras que indicam substituição e supressão de termos. Em *Memórias do cárcere* escreve sobre seu desejo de “eliminar o passado”, remetendo à imagem daquele para quem escrever é cortar palavras, rasurar camadas do escrito anteriormente: “queria endurecer o coração, eliminar o passado, fazer com ele o que faço quando emendo um período – riscar, engrossar os riscos e transformá-los em borrões, suprimir todas as letras, não deixar vestígio de ideias obliteradas (RAMOS, [1953] 2020, p. 31). Com *Infância* não foi diferente.

Se o corte é o procedimento graciliânico mais destacado, popularmente aludido no adjetivo “seco” para se referir ao processo de enxugamento do texto, ele usa o duplo sublinhado em todos os seus títulos, sinal que entre os códigos da revisão indica o uso do versalete. O versalete, por sua vez, faz com que as letras impressas sob seu comando ainda que maiúsculas tenham a mesma altura das minúsculas. Já o sublinhado simples (ação para se fixar o subtraço) contido em *infância\_cárcere* se localiza entre o vivido em dois tempos e ressalta o vão, o que se dá no intervalo da mensagem que cada uma dessas palavras carrega; grifa algo que resta suspenso e só se enxerga quando infância e cárcere deixam de estar distantes e separados no tempo e no espaço. O que é maiúsculo é também minúsculo e vice-versa. Imaginado em sua profundidade, o traço inferior em *infância\_cárcere* também é dobradiça que, quando movimentada, faz com que “infância” e “cárcere” se fechem e se abram como folhas de uma porta balcão, ponto de observação e passagem desse eu diminuto e sem nome no interior de uma história maior, embora memórias de um dos grandes nomes da literatura brasileira.

Na *infância\_cárcere*, esse lugar onde buscam viver e resistir as pessoas cuja liberdade foi retirada (ou negada desde o ventre) vincula-se a temporalidades primeiras como “ehave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 2012, p. 39). Chave que, no caso do brasileiro, nos coloca diante do que trancafia. Esse lugar pode ser, sim, o do entre grades propriamente dito, mas também o da escola, o da casa da família, uma vila sertaneja, ou mesmo todo um país que desde sua origem enquanto nação colonizada foi convertido em destino de degredo<sup>9</sup> (entre os primeiros portugueses que por aqui desembarcaram) e, de modo

---

<sup>9</sup> No final dos anos 1920, a respeito do assunto, Paulo Prado refere-se à imagem do Brasil como um depósito de criminosos, enquanto Laura Mello e Souza trabalha com as de inferno (para os negros) e purgatório (para os brancos degredados) (1986, p. 80). Em análise mais pontual, Emília Viotti na década de 1950 vai se perguntar quem eram esses sujeitos e que tipo de crimes haviam praticado para serem degredados e quais eram as punições correspondentes. “Rigorosas foram as penas que no código filipino são castigadas com degredo para o

ainda mais emblemático e catastrófico, em cativo e local de extermínio (de indígenas, africanos e seus descendentes).<sup>10</sup>

A memória diante do abismo que se abre sob os pés e tudo o que ela implica não são apenas intrínsecos à obra sobre a qual esta leitura se debruça, não sem certa vertigem. Memória também é neste ensaio metodologia implícita e a admissão formal do que escapa do método como falha essencial na busca pelo rigor teórico. O trato com as diferentes épocas, atento a possíveis anacronismos, não deixa de estar sujeito a uma seleção em favor do que se quer ressaltar, portanto, daquilo que se almeja não deixar esquecer, diante da sedimentação de saberes compartilhados no interior da recepção da obra de Graciliano Ramos. Bibliografia essa bastante extensa, como é quando se trabalha com um autor canônico, mas que por isso mesmo nunca se completa nem se esgota. Ainda que haja o que parece restar incontornável a esta ou àquela geração dos ditos especialistas nessa recepção, adentrar essa história como leitora que escreve é também eleger com quem se vai dialogar e assim localizar possíveis zonas de sombra na estrada tantas vezes palmilhada pela crítica e historiografia literária brasileira, a operar retornos e apagamentos.

Esta introdução é também memória, aberta entre nuvens, é porta, desta presente leitura: *infância\_cárcere*

---

Brasil, –culpas muito leves e até simples pecados”, diz Varnhagen. Nem era infamante afirma Oliveira Lima, pois personagens como Francisco Manuel de Melo incorreram na pena, e nem degredado era sinônimo de criminoso na nossa moderna concepção – havia os culpados de delitos insignificantes e nada infamantes e bem assim por motivo que chamaríamos políticos” (1956, p. 7). Os degredos para o Brasil eram de no mínimo cinco anos e a maioria eram perpétuos, –para sempre”, como se lê nas *Ordenações*. E como a viagem de volta ficava por conta do degredado, mesmo aqueles que tinham uma pena temporária a cumprir não voltava. O fato, como observa Viotti, é que havia muita margem de interpretação do que era considerado crime grave, o que era de grande interesse da Coroa, uma vez que nos primeiros anos da colonização era raro o desejo de imigrar para cá por livre vontade.

<sup>10</sup> Cabe ressaltar que dos mais de 12 milhões de africanos que foram sequestrados e trazidos à força para o continente americano, mais de 5 milhões tiveram como destino o Brasil, em um processo que durou três séculos, tendo sido iniciado nas primeiras décadas do século XVI. Antes, indígenas também foram tornados cativos em seu próprio território quando não massacrados.

## 1. Do plano ao imprevisto

*Não há prisão pior que uma escola primária do interior.*

Graciliano Ramos

### 1.1 Infância\_cárcere

*Infância*, de Graciliano Ramos, é composto por 39 capítulos, dos quais trinta foram publicados como textos avulsos em diferentes periódicos do Rio de Janeiro e de Lisboa a partir de 1938 – dois deles em mais de um veículo –<sup>11</sup> somados a outros nove até então inéditos.<sup>12</sup> Nono volume da coleção “Memórias, Diários e Confissões”, da Livraria José Olympio Editora, foi impresso no mês de julho de 1945, nas oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. Sua escrita e a publicação parcial na imprensa acontecem, portanto, durante o Estado Novo<sup>13</sup> e as mudanças de posição da ditadura getulista ao longo da Segunda Guerra Mundial,<sup>14</sup> além de se darem nos anos seguintes à prisão do

<sup>11</sup> Cf. o conjunto de textos de *Infância* publicados na imprensa no Anexo II desta tese. Claudio Leitão afirma em posfácio da 47ª edição (2012) de *Infância* pela editora Record, base para as citações desta tese, que os textos foram publicados em um periódico de Alagoas e que a concepção abrangeria o período de 1936 a 1944. Esses dados, entretanto, não conferem com o que consta no Arquivo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).

<sup>12</sup> Entre as folhas que integram o conjunto de manuscritos de *Infância*, pertencentes ao Arquivo Graciliano Ramos, encontram-se ainda “Mha gata” e uma outra versão do mesmo texto “Aminha gata”, que não foi incluído no livro (LIMA & ZENIR, 1992, p. 67). Apesar de citá-lo e incluí-lo na bibliografia, o *Catálogo de manuscritos* merece ser confrontado com o catálogo on-line do Arquivo, pois um segundo lote foi doado em abril de 1994. Assim, as 256 folhas correspondentes a capítulos de *Infância*, conforme a publicação impressa em 1992, somam mais de 280 atualmente, além de incluir a prova tipográfica para a primeira edição das memórias e um exemplar de trabalho, de 1951, para a sua segunda edição, que seria publicada no ano seguinte, quando Graciliano já estava bastante doente.

<sup>13</sup> O Estado Novo foi instaurado via golpe militar. No dia 10 de novembro de 1937, a polícia militar cercou o Congresso e impediu que os congressistas entrassem. Getúlio Vargas fez o anúncio da nova política e da entrada em vigor de uma Carta Constitucional. “O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio, a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos. [...] Seria engano pensar que o Estado Novo representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período de 1930-1937. Mas a partir de 1937 elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime.” (FAUSTO, 2000, p. 364-365). “A Itália e a Alemanha parabenizaram o Brasil pelo seu novo regime.” (FLORENT, 2011, p. 26). O regime ditatorial getulista vigorou até o dia 29 de outubro de 1945.

<sup>14</sup> A história de alinhamentos e realinhamentos entre o Brasil e potências mundiais no cenário em questão é anterior à eclosão da Segunda Guerra. Com o declínio da Inglaterra, os Estados Unidos emergem; surge ainda a

escritor, de março de 1936 a janeiro de 1937, de modo que essas memórias conjugam contextos que não se restringem ao de um menino do interior do Nordeste brasileiro na passagem do século XIX para o XX. Se é possível dizer que toda obra memorialística evoca os tempos do enunciado e o da enunciação, no caso de *Infância*, essa dupla camada temporal é ainda atravessada pelo que é da ordem do contratempo, invariavelmente traumático.

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Sigmund Freud trata do impacto de golpes que remetem a anteriores, quando o sofrimento causado por uma determinada exterioridade se dá como uma inadvertida e indesejada repetição.<sup>15</sup> O que provoca o trauma se assemelharia até certo ponto ao choque que ameaça a integridade corporal, só que resulta numa ruptura na experiência mental do tempo. Essa ferida que não se vê na superfície da pele não é jamais assimilável, tampouco apreendida como totalidade, tamanha sua imprevisibilidade. A mente como o corpo até se utilizaria de barreiras como defesa; entretanto, essas se constroem com a incorporação de estímulos em uma organização da apreensão do que sem êxito chamamos segundos, minutos, horas, afinal, a ameaça é reconhecida quando já é tarde demais para se fixar em ponteiros. O choque, assim, não está na experiência em si, mas no que nela se perde, no que não é vivido a tempo. Fratura exposta, traumatismo, corte, hemorragia, tudo isso tem um nome pelo qual se pode evocar e tratar em sua dimensão física. Já o não nomeável nem localizável se impõe em seu “renovado terror”. A crítica Cathy Caruth aponta uma ressonância literária presente nessa dupla temporalidade do trauma ao identificar uma justaposição entre o desconhecido, a repetição injuriosa e o

---

Alemanha nazista em 1933 como competidor pela hegemonia internacional. O Brasil, ora assinando contrato com um lado, ora com o outro, parecia ter um compromisso apenas com a própria vantagem comercial, ainda que se considerasse boa parte da oficialidade do país muito mais alinhada ao Eixo, sobretudo no que diz respeito ao seu caráter autoritário. Quando os Estados Unidos entram no conflito mundial, após o ataque de Pearl Harbour em dezembro de 1941, a relação do Estado Novo com o fascismo torna-se ainda mais ambígua, afinal, trata-se de uma ditadura, até que em janeiro de 1942 o Brasil rompe com o Eixo e em maio do mesmo ano assina um acordo político-militar secreto com os norte-americanos. Entre 5 e 17 de agosto de 1942, submarinos alemães afundam cinco navios mercantes brasileiros. A ditadura brasileira entra na guerra ao lado da frente antifascista e a favor da democracia após grandes manifestações populares. Essa contradição, inclusive, foi utilizada como argumento para combater o regime de Vargas (FAUSTO, 2000, p. 380-383 e FLORENT, 2011, p. 27-28).

<sup>15</sup> Nesse texto Freud fala de um tipo de sofrimento que persiste de modo inexplicável. Os pesadelos dos sobreviventes de guerra e de pessoas que passaram por situações dolorosas, como repetição do evento traumático, fizeram com que o pai da psicanálise fosse obrigado a rever a noção do sonho como realização do desejo, conforme tratado na *Interpretação dos sonhos* (1900). O “eterno retorno do mesmo” não seria desencadeado voluntariamente pelos próprios indivíduos, mas por algo externo que deles toma posse. Ao repensar a natureza da repetição em sua articulação com o trauma, Freud avançou, sobretudo, ao formular a proposição de uma pulsão (ou impulso, dependendo da tradução) de morte em correspondência estreita com as de vida (do eu, mais relacionadas à sobrevivência; e a do objeto, à sexualidade voltada para um outro). A pulsão de morte, por sua vez, diz respeito a uma energia que se volta contra o psiquismo, podendo, além de causar dor, paralisar o trabalho do eu levando-o ao aniquilamento (FREUD, 2010).

testemunho de uma voz que clama a partir da ferida aberta como um deslocamento. Voz que só é liberada através dessa outra/mesma lesão, tornando audível pela primeira vez o que até então estava silenciado. Escancara-se no imprevisto não apenas o enigma do traumático em si, mas o clamor por testemunho diante do sabido e do não sabido. O trauma, nessa perspectiva, é sempre a história dessa ferida que, endereçada a nós, clama na esperança de contar o que não está disponível de outro modo se não por meio desse latejar, do que não cicatriza (CARUTH, 1996, p. 61). Assim, a linguagem que trata do trauma é construída com base em seu teor intangível.

Em *Infância*, essa dimensão de repetição traumática se faz presente e vem à tona convertida em algo que se pode tocar e reconhecer nas cenas e palavras eleitas para compô-las como literatura, ecoando o contratempo e a natureza insuportável dos eventos em si e de como eles não só restam vívidos como anunciam, em retrospectiva, outros posteriores, vividos pelo adulto, caso do cárcere, a esgarçar ainda mais a experiência do tempo. —Na escuridão percebi o valor enorme das palavras” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 146), lemos em *Infância*, o que *literalmente* corresponde às seguidas vezes que o menino sofreu de uma oftalmia que causava uma dolorosa inflamação nas pálpebras, obrigando-o a andar com o rosto coberto,<sup>16</sup> mas literariamente também pode se associar a certas experiências decisivas para a relação com as palavras, tais luzes no breu, ao que elas podem dizer (iluminar). Entre o que é literal e o literário, também vale ressaltar o fato de que não havia uma cegueira que atingia a capacidade de visão. Eram olhos que podiam ver, mas estavam impedidos de ver temporariamente. Uma situação provisória que durava uma eternidade, como tudo na *infância\_cárcere*.

Afastou-me da escola, atrasou-me, enquanto os filhos de seu José Galvão se internavam em grandes volumes coloridos, a doença de olhos que me perseguiu na meninice. Torturava-me semanas e semanas, eu vivia na treva, o rosto oculto num pano escuro, tropeçando nos móveis, guiando-me às apalpadelas, ao longo das paredes. As pálpebras inflamadas colavam-se.” (RAMOS, 2012, p. 143)

Ao todo, a redação de *Infância* soma seis anos de trabalho do autor. Nesse período, Graciliano escreveu também *Vidas secas* (1938),<sup>17</sup> *Histórias de Alexandre* (1944),

<sup>16</sup> Conforme relata no capítulo —Cegueira”, mas também em —Minha irmã natural”: —Os meus olhos doídos e purulentos escondiam-se num pano preto, lacrimejavam, enxergavam a custo vultos indecisos, as labaredas trêmulas das velas. Fragmentos do exterior confuso entravam-me nos ouvidos” (RAMOS, 2012a, p. 169).

<sup>17</sup> *Vidas secas* teve dez de seus treze capítulos vendidos para periódicos antes de ser editado em livro, como sucedeu com *Infância*. O primeiro conto colocado —a varejo” — para usar a expressão do companheiro de pensão

contos que compõem tanto *Dois dedos* (1945) quanto *Histórias incompletas* (1946)<sup>18</sup> e *Insônia* (1947),<sup>19</sup> além do capítulo “Mário”, de *Brandão entre o mar e o amor* (1942), romance de autoria coletiva.<sup>20</sup> Vale destacar ainda – dentro do contexto prisional como um passado recente a reverberar nessas criações – que os contos “Paulo”, “O relógio do hospital” e “A testemunha” foram escritos quando Graciliano ainda estava preso, de modo mais preciso, na Sala da Capela, entre julho e agosto de 1936. Já a escrita de *Memórias do cárcere* seria iniciada apenas em janeiro de 1946,<sup>21</sup> se estendendo até setembro de 1951 – portanto, cerca de dez anos após os acontecimentos que narra. O conjunto de seus volumes permaneceu inacabado até sua publicação póstuma em fins de 1953.<sup>22</sup> Graciliano morreu no dia 20 de março desse mesmo ano, no Rio de Janeiro.

O plano da escrita de *Infância* é anterior ao encarceramento do escritor. Em carta datada a 28 de janeiro de 1936 e enviada de Maceió à sua mulher, Heloísa de Medeiros Ramos, em Palmeira dos Índios, ele conta que tinha tido a ideia do livro ao qual se dedicaria logo após a conclusão de *Angústia* (1936).

---

do alagoano, Rubem Braga, em linhas escritas à edição de 14 de agosto desse mesmo ano do *Diário de Notícias* –, foi “Baleia”, publicado em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1937. Em carta de 1944, publicada originalmente em *O Cruzeiro*, na seção “Arquivos implacáveis de João Condé”, em 1953, Graciliano revela a recordação de menino que deu origem ao conto-capítulo: “Utilizei um conto a lembrança de um cachorro sacrificado na Maniçoba, interior de Pernambuco, há muitos anos. Transformei o velho Pedro Ferro, meu avô, no vaqueiro Fabiano; minha avó tomou a figura de sinha Vitória; meus tios pequenos, machos e fêmeas, reduziram-se a dois meninos”.

<sup>18</sup> *Histórias incompletas* é composto pelo até então inédito “Luciana”; 2 contos de *Dois dedos*; 3 capítulos de *Vidas secas*; 4 de *Infância*. Deste último, encontramos “Um incêndio”, “Cito Brabo”, “Um intervalo” e “Venta-Romba”, segundo o Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos (1992, p. 27-34).

<sup>19</sup> Com exceção de “Dois dedos”, concluído em novembro de 1935, e de “Paulo”, “O relógio do hospital” e “A testemunha”, escritos na cadeia, os demais contos de *Insônia*, foram escritos após a libertação do escritor, entre março de 1937 (“Um pobre-diabo”) e julho de 1941 (“Minsk”).

<sup>20</sup> Os demais autores são Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado e Aníbal Machado.

<sup>21</sup> Visto que na prisão Graciliano esboçou uma tentativa: “O ano passado, numa situação bastante difícil, escrevi a lápis algumas notas que escondi no sapato, mas joguei-as na água não me aventurei a fazer outras” (Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, série Manuscritos, Subsérie Memórias do Cárcere, Not. 6.1 apud ALVES, 2016, p. 22). Trecho, a propósito, muito similar ao que lemos nas *Memórias* – “Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água.” (RAMOS, 2020, p. 12) – mas que aqui pesam pela datação do manuscrito. Mais adiante, ao referir-se ao conteúdo de notas escondidas no forro da cama de detento, prevê uma recepção: “O que não estava em segurança eram as notas guardadas entre meias e lenços, doidice pretender levá-las. Novo trabalho perdido. Peguei-as, contei-as: umas quarenta páginas inúteis. Rebentei o cordão que prendia a esteira ao forro da cama, abri um esconderijo, meti-as ali. Quando as achassem, haveria um fuzuê dos diabos.” (RAMOS, 2020, p. 489).

<sup>22</sup> À edição que veio a público em 1953 foi acrescida uma “Eplicação final”, assinada por Ricardo Ramos, a qual relata que faltava apenas um capítulo para que fossem concluídas as memórias. “Escrevera todos os volumes em trabalho contínuo, lento é verdade, mas sem interrupções”. O que faltava para tomar o trabalho como concluído, segundo o testemunho do filho, eram “Sensações de liberdade. A saída, uns restos de prisão a acompanhá-lo em ruas quase estranhas...”. (RAMOS, 2013, ebook). A repercussão do livro foi tamanha que em 45 dias já tinha vendido 10 mil exemplares. Feito que o escritor esteve longe de alcançar em vida (MORAES, 2012).

Um dia destes, no banheiro, veio-me de repente uma ótima ideia para um livro. Ficou-me logo a coisa pronta na cabeça, e até me apareceram os títulos dos capítulos, que escrevi quando saí do banheiro, para não esquecer. Aqui vão eles: *Sombras, O inferno, José, As almas, Letras, Meu avô, Emília, Os astrônomos, Caveira, Fernando, Samuel Smilles*. Provavelmente me virão ideias para novos capítulos, mas o que há dá para um livro. Vou ver se consigo escrevê-lo depois de terminar o *Angústia*. Parece que pode render umas coisas interessantes. (RAMOS, 2011, p. 217-218)<sup>23</sup>

É importante destacar que esse registro epistolar de um esboço de *Infância* só veio a público com a edição de parte da correspondência íntima do escritor, 27 anos depois de sua morte,<sup>24</sup> em 1980. Essa informação é relevante na medida em que contradiz o depoimento dado a Armando Pacheco na entrevista intitulada “Graciliano Ramos conta como escreveu *Infância*, seu recente livro de memórias”, publicada em *Vamos Ler!*, em 25 de outubro de 1945. Como se lê a seguir, Graciliano diz que a princípio não tinha tido a ideia de um livro e data as ideias para compor cada um dos capítulos a partir do tempo de sua efetiva escrita e não conforme registrou na carta à mulher:

— Em 1938 (começa ele a entrevista), colaborador de alguns jornais, utilizei uma recordação da infância e, a 18 de outubro, escrevi —*Samuel Smiles*”, que publiquei no *Diário de Notícias*. A 21 de outubro do mesmo ano nova lembrança determinou o meu artigo —*Osastrônomos*”. Veio depois, a 15 de novembro, —*Onenino da mata e o seu cão Piloto*”, que saiu em *O Jornal*. [...] A princípio não tive, pois, a ideia de fazer um livro: o primeiro capítulo nascido foi o trigésimo primeiro do volume agora lançado; o segundo foi o trigésimo; o terceiro, o trigésimo segundo. Assim surgiu este livro. [...] A 1º de maio de 1939 veio a lume —*Um cinturão*”, o quarto do livro — e só aí, meu caro Armando Pacheco, formei vagamente o

<sup>23</sup> Conforme o trabalho sobre manuscritos realizado por Mattalia em sua dissertação de mestrado e também citados em artigo da autora publicado em 2001, as fusões de conteúdo e alterações de títulos de *Infância* são as seguintes, sendo a segunda ocorrência após a barra a que corresponde à definitiva e publicada em livro: —*Sombras/ Nuvens; José/O moleque José; As almas, A família Sabiá / incorporados a Vida nova; Letras/ desdobrado em Leitura, Escola; A casa de meu avô/ Meu avô; História dum cinturão/ Um cinturão; Emília/ Os astrônomos; Caveira/ Um incêndio; Vários personagens/ A vila; Rosenda/ que aparece em Cegueira; Duas escolas/ desenvolvido provavelmente em Adelaide; Seu Nuno/ personagem de Um intervalo; Finalmente dois títulos suprimidos, de leitura extremamente difícil: [Política?] ou [Políticos?] e [Loucos?] ou [Livros?]. Política embutido no feroz capítulo Fernando; Se [Loucos], talvez em Mário Venâncio, referência irônica aos frequentadores da Instrutora Viçosense[?]. Se [Livros], provavelmente refundido em Jerônimo Barreto” (MATTALIA, 2001, p. 184).*

<sup>24</sup> Convencida da necessidade e importância da publicação da correspondência de Graciliano para estudos e biografias, Heloísa faz em nota à edição das cartas um comentário sobre o entroncamento entre vida e obra e seus possíveis equívocos, chamando a atenção para a criação de uma “figura fictícia”: —“Escritor, cidadão que viveu o seu tempo e sobre ele opinou de maneira tão particular, deu-se generosamente a todos através de sua obra de criação [...]. É natural que da ressonância obtida ao longo do tempo pelos seus romances, contos e volumes de memórias, de par com sua visão acerbamente crítica da realidade, tenha surgido uma imagem idílica do homem: a obra de ficção por ele criada criou, por sua vez, a figura fictícia de seu criador” (RAMOS, 2011, p. 5). É difícil compreender de onde se retira a “imagem idílica do homem”, quando idílio é tudo o que não encontramos em sua obra, já a “figura fictícia” talvez seja mais fácil de localizar, mas nunca desvinculada da autobiográfica como uma figura de leitura que o escritor parece ter feito questão de ressaltar.

projeto de, reavivando pessoas e fatos quase apagados, tentar reconstruir uns anos da meninice perdida no interior. A 3 de junho de 1939 compus —~~F~~arando”, o trigésimo terceiro capítulo da série; a 14 de setembro, escrevi —~~N~~uns”, o primeiro, o capítulo que abre este meu livro de memórias. Até o ano passado trabalhei como caranguejo, adiantando-me, atrasando-me, com largas paradas, rápidos acessos de entusiasmo. [...] Em 1938 debulhei apenas os três capítulos mencionados; em 1939, quatro; em 1940, dois; em 1941, quatro; em 1942, nove; em 1943, sete; de 16 de abril a 9 de junho de 1944, dez. Consumi, portanto, quase seis anos a pingar duzentas e setenta e nove páginas. Prometi dá-las ao editor em dois anos, mas de prorrogação em prorrogação, estirei muito o prazo, o que decerto não melhorou o produto. Deve ter piorado: uma coisa feita com tantos intervalos sai cheia de hiatos e repetições. Esforcei-me por corrigir isso, provavelmente sem êxito. (PACHECO, 1945, p. 27)<sup>25</sup>

Além da cronologia da escrita de *Infância*, Graciliano nega nesse mesmo depoimento a Pacheco a possibilidade de dar continuidade às memórias com um livro dedicado à sua juventude.

— É boato. Alguém afirmou que prolongarei a minha história e que escreverei sobre a juventude, mocidade etc., mas não é verdade. Não. Arrastar-me-ia, caso o trabalho continuasse naquele jeito, uns vinte e cinco anos, e é quase certo que rebentarei antes. É bom parar naquele primeiro amor idiota, pouco mais o menos igual a todos os primeiros amores existentes desde que há homens.

— Contarei um dia, se puder, o que me sucedeu em 1936: descreverei o Pavilhão dos Primários, a Sala da Capela, a Colônia Correccional de Dois Rios. E no livro que tenciono escrever um dia, falarei sobre coisas que não puderam ser ventiladas ainda.

— Os casos ordinários de minha vida têm pouca importância, mas as criaturas vistas à sombra daquelas paredes surgem muito grandes hoje, até os malandros, os vagabundos, Paraíba, um vigarista que me ensinou o pulo do nove, Gaúcho, um ladrão que todas as noites me explicava em gíria particularidades de seu ofício. É este o livro que espero escrever. (PACHECO, 1945, p. 27)

Entre os manuscritos pertencentes ao Arquivo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), entretanto, encontra-se na seção de fragmentos o texto —Aos dezoito anos” [...] ~~t~~rouxe uma xícara”, capítulo em andamento para um hipotético volume que abordaria os anos da mocidade (LIMA & ZENIR, 1992, p. 174 e MATTALIA, 2001, p. 184). Esse cruzamento de informações é base para se concluir que a prisão do autor não apenas suspendeu como impossibilitou a continuidade da escrita de outros volumes de memórias conforme uma sequência antevista, uma vez que suprimiu etapas de uma trajetória concebida como matéria literária, encurtando o que poderia

<sup>25</sup> As datas conforme os manuscritos que se encontram no Arquivo Graciliano Ramos, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), podem ser conferidas no Anexo II desta tese.

ter sido. A juventude revisitada, ou ao menos o seu vislumbre, fora soterrada pelos meses de cárcere e pelo modo como tal experiência acelerou o fim da vida do autor com sua insígnia fatal. Por sua vez, embora não limada do projeto autoral, a infância rememorada não passa incólume dos efeitos da detenção.

Na entrevista citada que tem como gancho jornalístico o lançamento de *Infância*, livro que, como indica o título, trataria dos começos da vida, é bastante salutar o modo como o tópico da prisão surge associado à ideia de morte e fim e não como a de suspensão ou passagem pelo inferno, para ficar com essas duas associações bastante comuns. No mesmo depoimento, é anunciada a intenção de escrever o que se revelaria somente em *Memórias do cárcere*, que não apenas é uma publicação incompleta e *post mortem*, como tais *status* foram levados em conta pelo autor. “Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão – e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias” (RAMOS, [1953] 2020, p. 11). *Status* a elaborar o passado de um ângulo projetado ao futuro, pois inclui o tempo decorrido entre os acontecimentos rememorados e aquele que sela a voz do morto; fator que garante a liberdade sem reprimendas daquele que escreve ciente dessa possibilidade de ser lido além-túmulo, seja pelos inimigos seja pelos companheiros de prisão.

Também me aflige a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance, mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se vissem impressas realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? [...] O receio de cometer indiscrição exibindo em público pessoas que tiveram comigo convivência forçada já não me apoquentava. Muitos desses antigos companheiros distanciaram-se, apagaram-se. Outros permaneceram junto a mim, ou vão reaparecendo ao cabo de longa ausência, alteram-se, completam-se, avivam recordações meio confusas – e não vejo inconveniência em mostrá-los. [...] Há entre eles homens de várias classes, das profissões mais diversas, muito altas e muito baixas, apertados nelas como em estojos. Procurei observá-los onde se acham, nessas bainhas em que a sociedade os prendeu. A limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar julgamentos precipitados. E quando isto não foi possível, às vezes acusei-me. Ser-me-ia desagradável ofender alguém com esta exumação. (RAMOS, [1953] 2020, p. 9 e 11)

Escreve em carta ao filho Júnio, em 12 de outubro de 1945:

Findos alguns compromissos neste resto de ano, iniciarei um trabalho a respeito das prisões de 1936. É difícil e arriscado: tenciono apresentar aquela gente em cuecas, sem muitos disfarces, com os nomes verdadeiros. Necessito autorização das personagens: não tenho o direito de utilizar gente

viva num livro de memórias que encerrará talvez inconveniências. Preciso falar sério com os meus companheiros de cadeia. Se fizer o livro, poderei publicá-lo no jornal de Santos, antes de entregá-lo ao editor. Mandarei os capítulos à medida que forem sendo feitos. Foi o que fiz com *Infância*. (RAMOS, 2011, p. 285)

De certo modo, se o escritor está a “descer para a cova”, tal a imagem fúnebre que evoca, também considera esse o lugar dos outros presos. Também lança mão da palavra “exumação” para referir-se ao que traz à tona: “Bem. Demais já podemos enxergar luz a distância, emergimos lentamente daquele mundo horrível de trevas e morte. Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando” (RAMOS, [1953] 2020, p. 11). O procedimento da memória ao compor esses personagens em sua falta de precisão tem algo do fazer ficcional, uma vez que se buscam traços sociais e psicológicos que digam não apenas de uma figura singular, mas de como ela pode ser capaz de representar tantos outros.

Em “É quase certo que rebentarei antes” fica evidente a previsão da própria morte prematura em relação à expectativa de vida rompida, isto é, não necessariamente súbita por acidente, mas fora de hora, adiantada por um contratempo que é paradoxalmente também ação calculada por aqueles que visam matar.<sup>26</sup> Também não passa despercebida a escolha do verbo “rebeitar” como prenúncio de fim, justamente nessa entrevista sobre o livro que trata do menino como rebento literário, mesmo que tais começos sejam uma construção apenas possível *a posteriori*.<sup>27</sup> Entre os manuscritos para essa mesma entrevista, lê-se: “

<sup>26</sup> Em *Memórias do cárcere*, Graciliano nota um aceleração temporal em termos de sua corporeidade. Efeito de uma idade que não mais corresponde a do registro civil: “—Lém disso, a vista escurecia, manchas dançavam-me diante dos olhos, dificultavam-me a leitura. Aquilo devia ser efeito da idade. Envelhecia, provavelmente muito depressa” (RAMOS, [1953], 2020, p. 52; grifo meu). Essa não era apenas uma percepção de si, mas também que se externava. Quando um dos guardas lhe pergunta a idade, Graciliano pede para que ele calcule. “—Sessenta e cinco anos. Andava em quarenta e três, quarenta e três e meses. Atribuía-me sessenta e cinco. [...] O guarda manco e vesgo afirmara: ‘Aqui não vêm corrigir-se. Vêm morrer’. Certamente. Era assombroso, porém, aquilo realizar-se tão depressa. A morte se aproximava, surrupiava-me de chofre vinte e dois anos; o resto iria sumir-se, evaporar-se” (RAMOS, 2020, p. 405). Já a alcunha “Velho Graça” é anterior à prisão. Já era assim chamado no grupo de intelectuais que frequentava em Maceió (MORAES, 2012, p. 74-75). Ricardo Ramos faz as contas: “Dez anos mais velho que José Lins, vinte mais que Jorge Amado, quase tanto que Rachel de Queiroz e Aurélio Buarque, pouco mais, pouco menos, que Jorge de Lima e Valdemar Cavalcanti, Raul Lima e Afrânio Melo. Para todos ele era o Velho” (2011b). Os amigos de Graciliano referidos, com exceção apenas de Jorge de Lima, da mesma idade, eram todos mais novos, daí chamarem Graciliano de Velho. Trata-se do grupo de escritores da revista alagoana *Novidade*, de 1931, conhecidos como “—meninos impossíveis” por admirarem a poesia “—o mundo do menino impossível” de Jorge de Lima. Eles, Aurélio Buarque (1910), Valdemar Cavalcanti (1912), Raul Lima (1911), tinham então cerca de dezoito anos, Zé Lins trinta mesmo, enquanto Graciliano e Jorge de Lima quase quarenta.

<sup>27</sup> Para ler sobre o debate que o termo *a posteriori*, em alemão, *nachträglich*, gerou na literatura psicanalítica, cf. *As palavras de Freud*, no qual Paulo César de Souza dedica um capítulo a ele. Chamo a atenção desde já para este trecho sobre a etimologia da palavra alemã: “Overbo *nachtragen* significa literalmente ‘levar, carregar (*tragen*) depois (*nach*)’. Este o primeiro sentido registrado no *Duden*. Também significa ‘acrescentar (algo) a um escrito, a uma fala’. Mas figuradamente, usa-se como equivalendo a ‘guardar rancor’, ‘não esquecer’. Em comum nessas acepções há o ‘depois’, seja espacial ou temporal”. Destaco também o seguinte

que farei um dia, se puder... Lá vêm planos – e já não estou em idade de traçar planos. A morte anda perto e o diabo leva os planos” (RAMOS, 2014c, p. 170).<sup>28</sup> Essa aproximação é profícua para a transfiguração das experiências do tempo, uma vez que a infância está no campo de um eterno provisório, enquanto a natureza do que é póstumo parece encerrar algo de definitivo. O distanciamento absoluto e a liberdade total sem reprimendas só se dão no segundo caso (morte),<sup>29</sup> enquanto a primeira carrega a suspensão de toda culpa. É tempo de inocência em *Infância* e, paradoxalmente, de castigos. Não são apenas os efeitos do encarceramento recente sobre aquele que foi culpado sem julgamento que erguem suas linhas e cavoucam outras possibilidades de leitura, mas reconhecimento calcado no vivido desde antes, quando buscaram cerceá-lo ou mesmo matá-lo.

A espectralidade é uma forma de vida. Uma vida póstuma ou complementar, que começa somente quando tudo acabou e que tem, por isso, em relação à vida, a graça e a astúcia incomparável daquilo que é completo, a elegância e a precisão de quem não tem mais nada diante de si. (AGAMBEN, 2014, ebook)

Se a espectralidade é uma forma de vida que começa quando tudo acabou, as memórias dizem de algo que de fato nunca sucumbiu. A liberdade alcançada por Graciliano em um livro póstumo não insere entre nós a presença de um fantasma, mas justamente a presença imperiosa daquele que sobre(vive) na casa dos mortos, desde menino, observando-a e a seus viventes em cada um de seus cômodos, anexos e extensões. “Casa dos mortos” é a casa da família, a escola, a vila e literalmente o cemitério onde o menino adentra pela

---

trecho da carta de Freud a Fliess datada de dezembro de 1896 comentado por Souza em que afirma trabalhar com a hipótese de que o material presente na forma de traços mnésicos está sujeito a um rearranjo de acordo com novas circunstâncias – como que retranscrito”. Freud retomará a problemática tratada na correspondência, explicando o conceito no caso do “Homem dos lobos”, no qual opta pelo termo “ativação” e evita “recordação” com o argumento de que o primeiro conteria a possibilidade de invenção – criação, reelaboração fantasiosa, atribuição retrospectiva de sentido”, nas palavras de Thomä e Cheshire – carregada do frescor do que acontece hoje e não em um passado distante, e o segundo a correspondência mais direta passado-presente. No caso do homem dos lobos haveria o acontecimento em si (ter presenciado a cópula dos pais antes dos dois anos), sua primeira ativação por meio de um sonho aos quatro, e a compreensão do fato e suas nuances apenas durante a análise (SOUZA, 2010, ebook).

<sup>28</sup> Em nota de rodapé, os pesquisadores Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn (2014) transcrevem o manuscrito mais longo e grifam, entre outros, o seguinte trecho que não aparece na versão publicada da entrevista de 1945: “é quase certo que não viverei tanto tempo” (RAMOS, 2014c, p. 170; grifos no original).

<sup>29</sup> A despeito da célebre passagem de *Memórias do cárcere*: “Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. Não será impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício” (RAMOS, 2020, p. 9-10).

primeira vez ao acompanhar o enterro de uma criança, até restar detido pelo ossuário, exposto a um “acervo de porcarias”, às “frações de pessoas, misturadas, decompondo-se”. “Preso ao depósito sinistro”, ele retorna para o suposto território dos vivos impactado pelo fato de carregar em si próprio uma caveira, e a possibilidade de um mais além, conformem narravam: “O que me inquietava eram as almas. E a minha não morreu de todo. Aquele enorme desengano passou. Os fantasmas voltaram, abrandaram-me a solidão. Sumiram-se pouco e foram substituídos por outros fantasmas” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 192).

Ao (des)dobrar-se em dois para trás, porque em retrospectiva, mas sem deixar de se lançar adiante, o adulto em *Infância*, com menino dentro de si, soa como inversão da imagem criada por Clarice Lispector em um de seus “Frechos”:

Um domingo de tarde sozinha em casa dobrei-me em dois para a frente – como em dores de parto – e vi que a menina em mim estava morrendo. Nunca esquecerei esse domingo. Para cicatrizar levou dias. E eis me aqui. Dura, silenciosa e heroica. Sem menina dentro de mim. (LISPECTOR, 1999, p. 376)

A alusão abortiva, no entanto, não deixa de carregar indícios do que se despedaça e por isso mesmo não se esquece. O narrador em primeira pessoa das memórias, entre o menino e o adulto, conduz a sua vida feita literatura em consonância com o que sobrevive, embora marcado pela aparição da morte e seus arremedos como constante. Dá-se um desdobrar do escritor em infância, contudo prenhe do que está à sua frente no agora, passado recente antecipador da própria velhice, como já ressaltado, e que diz do além-túmulo porque sobrevivente. Exumador de si para fazer reviver tantos outros, Graciliano desenterra em tempo, assaltado pelo contratempo da prisão, o menino, feito carne de sua carne (e ossos) nas letras, como outros de seus personagens nunca deixaram de ser, conforme reforça em “Alguns tipos sem importância”, texto de agosto de 1939 e reunido postumamente em *Linhas tortas* (1962):

Todos os meus tipos foram constituídos por observações apanhadas aqui e ali, durante muitos anos. É o que penso, mas talvez me engane. É possível que eles não sejam senão pedaços de mim mesmo e que o vagabundo, o coronel assassino, o funcionário e a cadela não existam. (RAMOS, 2015b, p. 282)

Constatação também convertida em conselho dirigido a aspirantes a escritores, caso de sua irmã Marili, para quem assim escreve em novembro de 1949: “Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso não

há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos” (RAMOS, 2011, p. 293). Negação essa, da neutralidade de ângulo, que não diz respeito apenas ao exercício de ficcionalização, mas também ao da rememoração, mesmo quando se crê não inventar. O menino de *Infância* é um outro nele mesmo, criado à sua imagem (a do escritor publicamente conhecido) e semelhança (empiricamente inspirado na criança). No capítulo “Um enterro”, a propósito, esse empirismo não se desvincula da necessidade de fabulação para tentar dar conta do que é difícil de nomear justamente porque experimentado na própria pele e abaixo dela, entre o não palpável e o palpável, tal fantasmas no embate com a materialidade da caveira:

Estas letras me pareciam naquele tempo confusas e pedantes. Mas o artifício da composição não exclui a substância do fato. Esforcei-me por destrinchar as coisas inomináveis existentes no meu espírito infantil, numa balbúrdia. É por terem sido inomináveis que agora se apresentam duvidosas. Afinal não me surgiam dificuldades. Havia-me exposto várias lendas. Vencida a resistência inicial, pusera-me a confirmá-las. Negava-as de repente em globo, sem análises. Não me embaraçava em dúvidas. Tinha dito sim; entrava a dizer não: uma caveira motivava o desmoronamento. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 191-192)

Graciliano Ramos deixa o cárcere no dia 13 de janeiro de 1937. Como a prisão, sua soltura foi igualmente arbitrária. Em 29 de agosto de 1938, redigiu uma carta a Getúlio Vargas como destinatário, mas essa nunca foi postada. Nela o escritor comenta a prisão sem justificativa jurídica e, irônico, responsabiliza o ditador. Da missiva, segue abaixo o trecho em que o conhecimento travado com uma série de indivíduos de diferentes origens e profissões nos meses de cárcere é contraposto à ausência de qualquer contato com algum responsável por um interrogatório formal:

Percorri vários lugares estranhos e conheci de perto vagabundos, malandros, operários, soldados, jornalistas, médicos, engenheiros e professores da Universidade. Só não conheci o delegado de polícia, porque se esqueceram de interrogar-me. Depois de onze meses abriram-me as grades, em silêncio, e nunca mais me incomodaram. Onde concluo que a minha presença aqui não constituía perigo. (*apud* MORAES, 2012, p. 172-173)

Ter sido solto não significava estar realmente livre. Anotações no prontuário 11.473, aberto em 1948 pela antiga Divisão de Polícia Política e Social, subordinada ao Departamento Federal de Segurança, comprovam que Graciliano Ramos passou a ser vigiado a partir do momento em que foi demitido da Instrução Pública do Ensino de Alagoas, –em

virtude de suas atividades subversivas”, até a notícia de sua morte comunicada pela imprensa, em 1953. Esse prontuário foi arquivado apenas em 1960 e seu conteúdo representa apenas uma pequena amostra em relação aos registros policiais feitos sobre o autor (BIRMAN, 2015, p. 197-203). Assim, se a prisão não aborta a ideia do livro dedicado aos anos da meninice – como há indícios para se acreditar que aconteceu com o que abordaria a juventude –, por outro lado, jamais saberíamos como tais memórias seriam escritas se o escritor não tivesse sido submetido ao cárcere antes de escrevê-las. E mesmo que o léxico prisional se fizesse presente em um hipotético *Infância* sem o dado prévio desse tempo passado na prisão, topar com determinadas palavras e construções não teria sobre quem lê o mesmo efeito. Nessa toada, os dados extraliterários (*paratextos*), caso da entrevista concedida a Pacheco ou da carta à Heloisa são considerados na *presente leitura* em consonância com o que observa Gérard Genette:

A obra literária consiste, exaustiva ou essencialmente, num texto, isto é (definição mínima), numa sequência mais ou menos longa de enunciados verbais mais ou menos cheios de significação. Contudo, esse texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo caso o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo* no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua “~~a~~cepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro. (GENETTE, 2009, p. 9; grifos no original)

Para Genette há uma característica pragmática em um paratexto, pois comunica uma *informação*, uma *intenção*, uma *interpretação* autoral, uma *decisão* ou pode ser ainda,

um *compromisso*: certas indicações genéricas (autobiografia, história, memórias) têm, como sabemos, um valor de contrato mais coercitivo (“~~C~~omprometo-me a dizer a verdade”) do que outras (romance, ensaio), e uma simples menção como Primeiro volume ou Tomo I tem força de promessa – ou, como diz Northrop Frye, de “~~m~~eaça”. (GENETTE, 2009, p. 17)

Desde seu *Palimpsestes* (1981), Genette agrupa sob o termo “paratexto” práticas e discursos diversos que muitas vezes não estão a ele associados, como o fato de um futuro leitor ter notícia de um livro por meio de uma resenha de jornal ou indicação de amigo, escapando, desse modo, de qualquer intenção e responsabilidade do autor. O teórico soma aos paratextos o que nomeia: 1. *peritexto*, o que inclui todos os elementos que compõem uma

publicação em suas diferentes edições (no espaço do mesmo volume: nome do autor, coleções, título, orelha etc.); 2. *epitexto*, o que é exterior, em geral, o suporte midiático e a comunicação privada (conversas, entrevistas, correspondências). (GENETTE, 2009, p. 11-12).

Entre os paratextos destacados pelo teórico francês estão também as manifestações factuais. –Chamo de *factual* o paratexto que consiste, não numa mensagem explícita (verbal ou não), mas num fato cuja própria existência, se é conhecida do público, acrescenta algum comentário ao texto e tem peso em sua recepção”. De modo que há nesse contexto de publicação (e todo contexto forma paratexto, segundo essa abordagem) dados mais irrelevantes e outros fundamentais: –como a existência, em torno de uma obra, de um contexto implícito que precisa ou modifica em maior ou menor grau sua significação” (GENETTE, 2009, p. 14).

Tomo emprestado um caso apresentado por Genette para a seguinte comparação: se para os leitores de *Em busca do tempo perdido* ter o conhecimento da semiascendência judaica e da homossexualidade de Marcel Proust forma paratexto nas páginas que tratam de tais temáticas, parto do pressuposto de que ler em *Infância* a emblemática afirmação –Não há prisão pior que uma escola primária do interior” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 206),<sup>30</sup> quando se sabe que Graciliano foi um preso político, provoca uma associação que não só não pode ser desprezada como é lançada a tempos futuros. –Não digo que seja necessário saber disso: digo apenas que aqueles que sabem não leem da mesma forma que aqueles que não sabem, e que aqueles que negam essa diferença estão zombando de nós” (GENETTE, 2009, p. 15). A esse respeito, o crítico Antonio Candido chama a atenção para o interesse da verificação de certos dados colocados em confronto, ou melhor seria dizer em confluência, com as obras em seu conjunto:

---

<sup>30</sup> Em texto sobre a obra de Jorge Amado, Graciliano celebra escritores como o baiano em oposição aos que tendiam a criar mundos absurdos, não calcados em uma experiência concreta ou observação. O ambiente escolar aparece entre os meios e espaços não explorados pelos literatos e é curioso notar ao lado de quais outros ele é elencado: –Fomos é uma quantidade razoável de sujeitos bem-intencionados que se propuseram examinar cuidadosamente o que se passa nas plantações de cacau, nos engenhos, nas repartições, nas casas de cômodos, nos bordéis, nas favelas, *nas cadeias, nos colégios*, homens que abandonaram os salões e as florestas de pano pintado, foram ver como se comportavam os trabalhadores do eito, os presos, os retirantes, os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, os funcionários públicos e as crianças de escolas.” Em nota, o organizador Thiago Mio Salla observa: –Como o artista alagoano fora preso em março de 1936, ou seja, antes do lançamento de *Mar morto* (volume que se encontrava no prelo meses depois) [...], e como fora libertado em janeiro do ano seguinte, pode-se pressupor que a presente crônica tenha sido escrita por ele após sua saída do cárcere, mas antes de Jorge Amado ter lançado, no segundo semestre de 1937, seu próximo livro, *Capitães da areia*, pois Graciliano não faz nenhuma menção a essa obra no texto que segue” (RAMOS, 2012b, p. 155-156 e p. 157, n. 1).

Apesar de a crítica mais em voga (reagindo contra certos exageros de origem romântica) afirmar que a obra vale por si, e em si mesma deve ser considerada, independente da pessoa do escritor, não nos furtamos à curiosidade que este desperta. Se cada livro pode dar lugar a um interesse apenas imediato, isto é, esgotado pelo que ele pode oferecer, uma obra, em conjunto, nos leva quase sempre a averiguar a realidade que nela se exprime e as características do homem a quem devemos esse sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação. (CANDIDO, 2006a, p. 69)

*Infância e Memórias do cárcere* têm, segundo Candido, grande valor humano e artístico como obras autônomas, independentemente da utilização a que são submetidos pela crítica – caso de estar a serviço de um interesse extraliterário. O crítico ainda ressalta o que há de construção ficcional em *Infância*, ao se referir a sua “tonalidade quase romanesca” frente à desapareição dessa frente o “depoimento” em *Memórias do cárcere*. Entretanto, ele também afirma que esses livros *servem e esclarecem* por meio de características pessoais de Graciliano a compreensão dos demais.

*Infância e Memórias do cárcere* satisfazem este desejo com referência a Graciliano [...] e vimos o quanto servem para compreender os seus livros. E servem mais do que pode parecer, pois não apenas revelam certas características pessoais transpostas ao romance, como *esclarecem* o modo de ser do escritor, permitindo interpretar melhor a sua própria atitude literária. (CANDIDO, 2006a, p. 69)

Reconhecer a relevância do paratexto na presente leitura, contudo, não deve se confundir com tomar o que é texto como paratexto. Se uma obra serve para entender outra, como afirma Candido, este não parece levar em conta que aquele mesmo interesse que as obras memorialísticas satisfazem é um de seus efeitos artísticos, só alcançado graças não ao vivido mas ao trabalho com as palavras. Afinal, se os ossos têm algo da mesma matéria de que são feitas as estrelas, as estrelas do “astrônomo do inferno”<sup>31</sup> são feitas de palavras que não caíram do céu.

O próprio Graciliano Ramos mostrava-se ciente do impacto das notícias de sua prisão inclusive como possível propaganda involuntária de sua literatura (paratexto), ainda que consciência marcada pela ironia ao tratar dos próprios méritos:

Luis da Silva, condenado a passar despercebido, era prejuízo certo para o editor. Foi o que eu disse a José Olympio quando ele me falou a respeito da publicação.

---

<sup>31</sup> Cf. em profundidade sobre a concepção desse epíteto em Ieda Lebensztayn, *Graciliano Ramos e a Novidade: O astrônomo do inferno e os meninos impossíveis* (Hedra, 2010).

— Não vende cem exemplares.

Foi o que eu disse. Vendeu mais porque algumas pessoas querendo ou sem querer, fizeram do livro uma propaganda imerecida, em consequência dum trambolhão muito sério que dei involuntariamente. Sim, senhor, involuntariamente. [...] fui emigrado em condições bem desagradáveis. Essa *viagem inesperada* contribuiu para que vários leitores travassem conhecimento com o meu Luís da Silva, o que não teria sucedido se ele e eu vivêssemos ainda na modesta capital, bocejando nas repartições. (RAMOS, 2015b, p. 28; grifo meu)

A publicação de *Angústia* pela Livraria José Olympio Editora se deu enquanto o escritor estava encarcerado. Visto que nenhuma obra circula senão envolta numa série de discursos, essa informação foi amplamente divulgada e motivo de manifestações públicas e em um momento histórico no qual a literatura tinha maior destaque na imprensa. Quando o mesmo romance foi agraciado com o Prêmio Lima Barreto, concedido pela *Revista Acadêmica*, foi-lhe dedicado um número especial na publicação, em maio de 1937. Em suas páginas, as críticas sobre o romance protagonizado por Luís da Silva misturam-se a demonstrações de solidariedade ao prisioneiro político. O próprio escritor tece alguns paralelos a respeito em carta publicada na edição de junho de 1937 do mesmo periódico:

Esse caso do Prêmio Lima Barreto é diferente dos outros. Parece que não houve precisamente a intenção de julgar um romance nem de saber se o autor dele poderia fazer trabalho menos mau.

Estou convencido de que me quiseram dar uma compensação. Aníbal Machado, Álvaro Moreyra e Mário de Andrade [membros do júri] desfizeram agravos e combateram moinhos reais. Eu estava sendo triturado por um desses moinhos. E a solidariedade de alguns intelectuais brasileiros teve para mim significação extraordinária.

Refletindo bem, penso que o prêmio não foi concedido a mim, mas a várias centenas de criaturas que se achavam como eu. Não se tratou de literatura, evidentemente. O que não quer dizer que, achando a decisão injusta, como acho, eu não considere um ato de coragem indispensável num momento de covardia generalizada, ato imensamente útil, se não a mim, pelo menos a outros, que poderão respirar com alívio e dizer o que pensam.

Abraços de Graciliano Ramos

Rio, 11 de junho de 1937. (RAMOS, 2012b, 152-153)

Esses exemplos dão a dimensão do quanto Graciliano levava em conta o dado de seu encarceramento como vivido que não seria desconsiderado quando o lessem. —Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum* (SARLO, 2007, p. 25). O que se apreende como experiência nesses termos, portanto, está no centro dessa transmissão.

Toda experiência possui um contorno que a delimita e a distingue e, ao mesmo tempo, se delinea sobre um horizonte de potencialidades que constituem seu horizonte interno e externo: o interno no sentido de que é sempre possível detalhar e precisar a coisa considerada no interior de um contorno estável; externo no sentido de que a coisa visada mantém relações potenciais com qualquer outra coisa no horizonte de um mundo total, que nunca figura como objeto de discurso. [...] Essa pressuposição muito geral implica que a linguagem não constitui um mundo em si mesma. Nem mesmo é um mundo. Porque estamos no mundo e somos afetados por situações tentamos nos orientar nele pela compreensão e temos algo a dizer, uma experiência para trazer para a linguagem e para compartilhar. (RICOEUR, 2012, v. I, p. 133)

Tendo em vista que paratextos como os destacados influenciam a recepção da obra de um autor, tomar conhecimento de que o discurso público de Graciliano à época do lançamento de *Infância* não coincide com o conteúdo da carta à esposa parece relevante na medida em que aquela “coisa pronta na cabeça”, plano que seria iniciado logo após a conclusão de *Angústia*, não apenas é adiada pela prisão, como passa a ser atravessada por esse contratempo. A coisa custa a ficar pronta, o inacabamento inerente à memória se adensa a partir de outro tempo\_lugar, expresso na formulação *infância\_cárcere*, que aqui se apresenta como proposta interpretativa. Embora não seja possível atestar as modificações substanciais nas bases daquele plano inicial para *Infância*, esboçado na correspondência citada, não se pode deixar de considerar que o que foi de fato executado ao longo de anos parece erguer-se a partir de um ponto mais abaixo em relação ao traçado, conforme o que o subtraço busca representar: mais abaixo num sentido que alude à profundidade do que traz à tona em termos da história brasileira; mais abaixo porque rebaixado ao tratamento despendido a uma população marginalizada, a dos presos comuns; abaixo porém sem nunca perder o elo com o presente da escrita e o de quem lê através de outros tempos. Se pensamos em termos cronológicos, a infância vem primeiro, mas, se considerarmos essa mesma infância revista após a experiência traumática do cárcere, já não estamos pensando em uma sucessão de eventos, mas do que se pode escavar de um tempo a revisitar o outro em sua formalização literária.

Considerar a potência da mediação do dado da prisão de Graciliano, contudo, não significa ignorar que as questões ligadas à justiça sempre foram centrais em seus trabalhos, de modo que esse universo lhe interessou desde suas primeiras criações, mas atentar para uma aproximação de outra ordem. Quando escreveu aquela carta à Heloisa, Graciliano não

tinha como prever que, justamente no dia em que entregaria o manuscrito de *Angústia* à datilógrafa d. Jeni, iniciaria sua descida ao inferno.

Era uma vez a segunda vez em que Graciliano era preso.<sup>32</sup>

Chegamos ao quartel do 20º Batalhão de Caçadores. Estivera ali em 1930, envolvera-me estupidamente numa conspiração besta com um coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte e quatro horas depois achava-me preso e só. Dezesseis cretinos de um piquete de Agildo Barata haviam fingido querer fuzilar-me. Um dos soldadinhos que me acompanhavam chorava como um desgraçado. Parecera-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrório chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o resultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana. Mussolini era um grande homem, e escritores nacionais celebravam nas folhas as virtudes do óleo de rícino. A literatura fugia da terra, andava num ambiente de sonho e loucura, convencional, copiava figurinos estranhos, exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. [...] Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. Um professor era chamado à delegacia: — “Ese negócio de africanismo é conversa. O senhor quer inimizar os pretos com a autoridade constituída.” O congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho — e vivíamos de fato numa ditadura sem freio. Esmorecia a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas poltronices a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros.

Pensando nessas coisas, desci do automóvel, atravessei o pátio, que, em 1930, vira cheio de entusiasmos enfeitados com braçadeiras vermelhas. (RAMOS, [1953] 2020, p. 25-26).

Ao constatar o retorno forçado ao mesmo Batalhão, o que o narrador-autor das *Memórias do cárcere* conta dá uma dimensão do que naquele momento parecia conter de previsão do “atoleiro” feita naquela primeira prisão, marcada pelo contexto da Revolução de

---

<sup>32</sup> O autor de *Infância* já fora detido durante a Revolução de 1930, quando se dirigia de Maceió a Palmeira dos Índios, acompanhado do comandante de Força Policial militar do Estado, oficiais e praças, na tentativa frustrada de organizar um foco de resistência aos tenentistas (SANTANA apud FLORENT, 2011, p. 232). O então secretário da imprensa oficial, cargo de confiança obtido pelo amigo governador Álvaro Paes, passou uma noite em uma cela do 20º Batalhão de Caçadores, na capital alagoana, para onde seria novamente encaminhado em 1936. Consta que, no tocante à primeira passagem pela caserna, Graciliano tinha sido preso em São Miguel dos Campos por um piquete das tropas de Agildo Barata, que seis anos mais tarde seria um dos companheiros de cadeia do escritor. Além da noite mal dormida atrás das grades, como retaliação, sofreu ainda um processo na Junta Estadual de Sanções. Acusaram-no de aplicar verba indevidamente quando era prefeito, mas a denúncia foi arquivada por ser considerada improcedente (MORAES, 2012, p. 77-81).

30. Revela-se um domínio intelectual dos desdobramentos possíveis identificados em retrospecto – e do que neles há de repetição – por parte daquele que tem uma posição política bem evidente diante dos acontecimentos em um momento e noutro. Esse saber de quem viveu uma situação anterior, entretanto, não garantiu que Graciliano pudesse vislumbrar o que lhe atingiria mais tarde. Afinal, não há preparo possível para o traumático. Movido por suas prerrogativas bestas de pequeno-burguês” (RAMOS, [1953] 2020, p. 23), ele não podia imaginar o buraco dentro do qual despencaria, como admitirá em diferentes passagens das *Memórias do cárcere*: “Dávamos um salto para baixo, sem dúvida, mas por muito que sondasse o terreno, não me era possível adivinhar onde iríamos cair”, “mergulhamos numa escadinha”, ali onde “absurdo se realizava” (RAMOS, [1953] 2020, p. 93); “Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima” (RAMOS, [1953] 2020, p. 123).

Essa prisão anterior talvez contribuisse para uma visão distorcida das condições de produção intelectual no cárcere, o que pode ter sido decisivo na composição do personagem Paulo Honório, protagonista de *São Bernardo*, como sujeito alfabetizado no detrás das grades, e na de Luís da Silva, de *Angústia*, um obcecado com a possibilidade de sua própria prisão. Ambos os livros desdobrados a partir dos primeiros escritos ficcionais de Graciliano, portanto anteriores à primeira experiência de confinamento:

Em 1924, comecei a rabiscar um conto. Chamava-se “Acarta”. Era uma coisa horrorosa, você nem pode fazer ideia. [...] Imagine que era um conto bem desenvolvido e que não tinha nenhum diálogo. Tudo descrição. Uma pinoia. [...] Foi a primeira bobagem mais ou menos que fiz, depois de haver trabalhado em alguns jornais. [...] “Acarta”, do ponto de vista acadêmico, era um conto perfeito. Só faltava uma coisa: ser um conto mais ou menos aproveitável. Tudo, tudo perfeitinho... [...] Em 1925, escrevi outro conto. Mas era a mesma bobagem do primeiro. Em tudo muito correto. Correto demais, sabe? / Nova pausa de Graciliano. O repórter indagou: / – Como se chamava esse conto? / – “Entre grades”. Como vê, um nome até interessante (apud LEBENSZTAYN; SALLA 2014a, p. 102-103).

*S. Bernardo* veio mais tarde, ali por volta de 1932. Peguei o primeiro conto que havia escrito, aquele “A carta”, do qual já lhe falei. Mas só aproveitei o personagem central, Paulo Honório, e o assunto. Nem reli o conto. Era uma droga. [...] *Angústia* tem uma história mais engraçada. Aproveitei o assunto e o tipo do meu segundo conto – “Entre grades” – e comecei a trabalhar no romance. (apud LEBENSZTAYN; SALLA, 2014a, p. 104-105).

Luís da Silva, em “uma tendência de viver simultaneamente no passado lembrado e no presente” (GLEDSON, 2003, p. 204), recorda todo tipo de aviltamento

acumulado ao longo da vida e refere-se uma dezena de vezes às grades da cadeia como algo que repudia, mas ao mesmo tempo fica obcecado por elas como desfecho inevitável no futuro próximo. Sobre a coincidência com o que se daria em termos biográficos, Graciliano tece uma reflexão em manuscrito logo após sair da prisão:

Se eu acreditasse em presságios, diria que um aviso misterioso me perturbou o sossego durante meses. É estranho como certas coincidências tomam vulto e nos levam a fantasiar absurdos. Muito antes que essa transformação (a cadeia) se operasse na minha vida, num tempo em que de forma nenhuma eu podia prever semelhantes ocorrências, a ideia da prisão começou a perseguir-me e tornou-se quase uma obsessão. Numa história que então escrevi, as grades pretas e sujas aparecem com insistência espantosa. Aquilo me irritava. Muitas vezes tentei libertar-me disso, mas a desagradável constante resistiu e tornou-se preponderante na orientação do romance. Naturalmente eu não podia supor que ia familiarizar-me com as grades. Percebo agora que naquele tempo a minha imaginação funcionava à toa. Grades úmidas e frias, pedras sujas. Com tão pouco não se poderia construir nada. Nenhuma criatura existia realmente nesses lugares, que eu conhecia mal (RAMOS, 1937 apud BIRMAN, 2015, p. 187).

Essa idealização da prisão faz lembrar a de Kafka (1883-1924), que, nunca tendo sido preso, formalizou *O processo* calcado em outros processos caluniosos<sup>33</sup> e sonhava-se trancafiado em um porão como situação ideal para a escrita: —Amiúde ventilei a ideia de que para mim o melhor regime seria encerrar-me, provido de uma lâmpada e dos utensílios necessários para escrever, no mais remoto fundo de um vasto porão chaveado” (apud CANETTI, 1988, p. 44). Mas quem fica com a chave ou tem interesse em determinada prisão quando voltamos ao caso do alagoano? Que tipo de tratamento recebe um outro ali trancafiado e que não sou eu, escritor branco de classe média no Brasil?

Lê-se em *Angústia* sobre a tortura do ladrão após ser preso:

Na escuridão do cárcere, depois que a chave tilintava na fechadura da grade, o juiz da cadeia recebia os duzentos réis do torno e desfazia laços que deslocavam os ossos, entravam na carne do homem. Um ladrão de cavalos seria maltratado, aguentaria facão, de joelhos, nu da barriga para cima, um soldado segurando-lhe o braço direito e batendo-lhe no peito, outro segurando o braço esquerdo e batendo nas costas. (RAMOS, [1936] 2017a, p. 183)

Lê-se nesse mesmo romance sobre a expectativa de Luís da Silva acerca da possibilidade da própria prisão:

<sup>33</sup> No caso de Kafka, sabe-se que, como parte de sua formação jurídica, estudou direito romano, no qual o caluniador, considerado uma ameaça grave à justiça, era punido com uma marca na testa com a letra K. de *kalumniator* (STIMILLI apud AGAMBEN, 2014, ebook).

Que é que podia acontecer? Ir para a cadeia, ser processado e condenado, perder o emprego, cumprir sentença. A vida na prisão não seria pior que a que eu tinha. Realmente as portas ali são pretas e sujas, as grades de ferro são pretas e sujas, os móveis são pretos e sujos. É o que me amedronta. [...] Viver por detrás das grades, pisar no chão úmido, coberto de escarros, sangue, pus e lama, é terrível. Mas a vida que levo talvez seja pior. Não tinha medo da cadeia. (RAMOS, [1936] 2017a, p. 192)

Martela-se a ideia de se escrever um livro na prisão:

Faria um livro na prisão. Amarelo, papudo, faria um grande livro, que seria traduzido e circularia em muitos países. Escrevê-lo-ia a lápis, em papel de embrulho, nas margens de jornais velhos. O carcereiro me pediria umas explicações. [...]

Faria um livro na prisão, estudaria, arranjaria camaradagem com dois ou três presos mansos. Habituar-me-ia. A gente se habitua em toda parte. [...]

Escreveria um livro. A ideia do livro aparecia com regularidade. Tentei afastá-la, porque realmente era absurdo escrever um livro numa rede, numa esteira, nas pedras cobertas de lama [...]. O livro só poderia ser escrito na prisão, em cima das pedras, na esteira, na rede, sob as cortinas de pucumã. Um livro escrito a lápis, nas margens de jornais velhos (RAMOS, [1936] 2017a, p. 263, 265 e 268).

Em *Angústia*, chama a atenção ainda a associação entre ir para a cadeia sem resistência e voltar a ser menino: “Voltar, esperar tranquilamente as grades úmidas e pegajosas. Embrutecer-me-ia por detrás delas, tornar-me-ia criança, ouviria as histórias ingênuas de algum José Baía,<sup>34</sup> que me diria as virtudes da oração da cabra preta” (RAMOS, [1936] 2017a, p. 253). A redação do romance será, a propósito, um dos assuntos recorrentes nas *Memórias do cárcere*, assim como a idealização da prisão que marcava o autor durante esse processo:

Naquele momento a ideia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. [...] A cadeia era o único lugar que me proporcionaria o mínimo de tranquilidade necessária para corrigir o livro. O meu protagonista [Luís da Silva, de *Angústia*] se enleara nesta obsessão: escrever um romance além das grades úmidas e pretas. Convenci-me de que isto seria fácil: enquanto os homens de roupa zebreada compusessem botões de punho e caixinhas de tartaruga, eu ficaria largas horas em silêncio, a consultar dicionários, riscando linhas, metendo entrelinha nos papéis datilografados por d. Jeni. Deixar-me-iam ficar até concluir a tarefa? Afinal a minha pretensão não era tão absurda como parece. Indivíduos tímidos, preguiçosos, inquietos, de vontade fraca habituam-se ao cárcere. Eu, que não gosto de andar, nunca vejo a paisagem, passo horas *fabricando*

---

<sup>34</sup> José Baía, a propósito, é personagem que aparece em sete capítulos de *Infância*.

*miudezas*, embrenhando-me em caraminholas, por que não haveria de acostumar-me também? (RAMOS, [1953] 2020, p. 20-21; grifo meu)

Em *Infância* o tipo que *fabrica miudezas* é o avô paterno do menino. Homem que não gozava prestígio entre os familiares, porque deles dependia financeiramente. Fracasso econômico também associado ao de quem escreve e bastante reiterado na biografia de Graciliano. A necessidade financeira seria inclusive o principal motivo para a publicação dos capítulos dessas memórias na imprensa, assim como os de *Vidas secas*, entre outros, idem o aceite para ocupar um cargo no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939, e que se subordinava diretamente ao presidente Getúlio Vargas, isto é, ao chefe do governo que o encarcerara.

O antigo proprietário (tal o avô paterno em *Infância*) que fora enganado por parentes e amigos sagazes (como o Paulo Honório de *São Bernardo*) teria legado ao neto — a vocação absurda para as coisas inúteis”, assim como a aparente preguiça e a vontade fraca que o escritor liga, não sem ironia, aos indivíduos que estariam aptos a se habituar à prisão.

É importante ressaltar que o avô paterno, entretanto, que é também um desdobramento do escritor, a prever pelo passado (na figura ancestral) o futuro do menino, no modo como fabrica suas urupemas (miudezas como as palavras) e que, ao que tudo indica, também não leva muito jeito para os negócios e a violência do meio (o que o torna também uma insignificância segundo o mercado local), ostenta um vozeirão e gritos, mas os utiliza para outros feitos, entre eles, justamente o canto (arte em que ecoam palavras transfiguradas):

Legou-me talvez a vocação absurda para as coisas inúteis. Era um velho tímido, que não gozava, suponho, muito prestígio na família. Possuía engenhos na mata; enganado por amigos e parentes sagazes, arruinara e dependia dos filhos. Às vezes endireitava o espinhaço, o antigo proprietário ressurgia, mas isto, rabugice da enfermidade, findava logo e o pobre homem resvalava na insignificância e na rede. Bom músico, especializara-se no canto. Em recordação imprecisa, revejo mulheres ajoelhadas em redor de um oratório. Meu avô, em pé, cantava — e havia-se tornado enorme. Como podia uma pessoa gritar de semelhante maneira? A grandeza e a harmonia singular hoje desdobram a figura gemente e mesquinha, de ordinário ocupada, apesar da moléstia, em *fabricar miudezas*. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 22-23)

A associação entre as atividades do avô passado para trás, a compor urupemas, e a daquele que se dedica à literatura é bastante óbvia em toda a passagem e ainda mais acentuada pela mudança dos verbos conjugados na terceira pessoa do singular (ele, o avô) para a primeira do plural (nós, ele mas também eu que escrevo), ponto de passagem do

retrato do avô para a do escritor flagrado em seu ofício em um determinado agora que já não coincide com o do menino, embora o contenha:

A grandeza e a harmonia singular hoje desdobram a figura gemente e mesquinha, de ordinário ocupada, apesar da moléstia, em *fabricar miudezas*. Tinha habilidade notável e muita paciência. Paciência? Acho agora que não é paciência. É uma obstinação concentrada, um longo sossego que os fatos exteriores não perturbam. Os sentimentos esmorecem, o corpo se imobiliza e curva, toda a vida se fixa em alguns pontos – no olho que brilha e se apaga, na mão que solta o cigarro e continua a tarefa, nos beijos que murmuram palavras imperceptíveis e descontentes. Sentimos desânimo ou irritação, mas isto apenas se revela pela tremura dos dedos, pelas rugas que se cavam. Na aparência estamos tranquilos. Se nos falarem, nada ouviremos ou ignoraremos o sentido do que nos dizem. E como há frequentes suspensões no trabalho, com certeza imaginarão que temos preguiça. Desejamos realmente abandoná-lo. Contudo gastamos uma eternidade no arranjo de ninharias, que se combinam, resultam na obra tormentosa e falha. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 23)

A “obstinação concentrada”, que em tese poderia dispensar a apreciação da paisagem e fatos exteriores, para arquitetar diálogos e seu próprio mundo no papel, revela-se falha no embate com o que se dá fora dele. A partir do momento que o alertaram, Graciliano passou a imaginar a cara de um juiz, personagem com o qual nunca lidaria.

eu estava curioso de saber a arguição que armariam contra mim. Bebendo aguardente, imaginava a cara de um juiz, entretinha-me em longo diálogo, e saí-me perfeitamente, como sucede em todas as conversas interiores que arquiteto. Uma compensação: nas exteriores sempre me dou mal. (RAMOS, [1953] 2020, p. 20)

Foi, portanto, em detrimento da constatação que contrasta a vida no papel e o que se dá fora dele que – apesar dos sucessivos telefonemas misteriosos, das ameaças veladas, ataques de integralistas, a demissão do cargo de diretor da Instrução Pública de Alagoas, ocupado há três anos, e o conselho de um ex-colega para que fugisse – Graciliano Ramos, segundo seu próprio relato memorialístico, não demonstrou nenhuma surpresa quando chegaram à casa dele em Maceió para prendê-lo naquele 3 de março de 1936:

Afinal, cerca de sete horas, um automóvel deslizou na areia, deteve-se à porta – e um oficial do exército, espigado, escuro, cafuz ou mulato, entrou na sala. – Que demora tenente! Desde meio-dia estou à sua espera.  
Não é possível, objetou o rapaz empertigando-se.  
— Como não? Está aqui a valise pronta, não falta nada. (RAMOS, [1953] 2020, p. 22)

Tamanha descontração era apenas prova de que o escritor não supunha que sua prisão seria de fato efetivada e levada às últimas consequências (em termos de extensão temporal e condições a que foi submetido). Logo após ser solto, o escritor registrou em manuscrito que a ideia que lhe veio à mente na época era de que “a ameaça era enormemente ridícula e fugir dela seria tornar-me ridículo também. [...] Das tolices que tenho praticado foi esta a maior”. Pois no final das contas, “a prova mais evidente da culpabilidade dum indivíduo é o fato de ele estar preso”, concluiu (RAMOS, 1937 *apud* BIRMAN, 2015, p. 188).

Após os levantes de novembro de 1935 (em Natal, Recife e Rio de Janeiro), liderados por Luís Carlos Prestes,<sup>35</sup> foi decretada no Brasil a Lei de Segurança Nacional, que, sob o pretexto de proteger o país contra a “ameaça vermelha”,<sup>36</sup> serviu de base para a instauração de 6.998 processos, mais de 10 mil indiciamentos e 4.099 condenações pelo Tribunal de Segurança Nacional. Aprovado pelo congresso, o Decreto 702, de 21 de março de 1936, suspendia garantias constitucionais, asseguradas pela Constituição de 1934, como o *habeas corpus* a presos políticos – em nome do combate à subversão.

Preso sem processo, Graciliano não idealiza a justiça institucional,<sup>37</sup> mas imagina outros desdobramentos possíveis caso essa fosse aplicada:

O interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos não apareciam. Nem uma palavra de acusação. Permaneceríamos talvez assim. Com certeza havia motivo para nos segregarem, mas aquele silêncio nos espantava. Por que não figuramos em autos, não arranjavam depoimentos, embora falsos, num simulacro de justiça? Farsas, evidentemente, mas nelas

<sup>35</sup> Denunciado pelo então secretário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Prestes foi preso no dia 5 de março de 1936 junto de Olga Benário. Em *Memórias do cárcere*, Graciliano recorda quando, no Pavilhão dos Primários, ecoam os gritos de resistência à falsa transferência das presas Olga e Elisa Berger, em verdade, elas seriam entregues para a Gestapo e levadas para a Alemanha nazista, onde seriam assassinadas: —As mulheres resistiam, e perto os homens se desmandavam em terrível barulho. Tinham recebido aviso, e daí o furioso protesto, embora a polícia jurasse que haveria apenas mudança de prisão./ — Mudança de prisão para a Alemanha, bandidos” (RAMOS, 2020, p. 599).

<sup>36</sup> Em verdade, um desmonte violento estava em vigor desde abril, quando foi decretada a Lei de Segurança Nacional, que fora enviada à Câmara dos Deputados em janeiro. Todo o ano de 1936 correu sob estado de sítio: a Comissão de Repressão ao Comunismo é criada em janeiro e o Tribunal de Segurança Nacional em julho. Além dos encarceramentos, como o de Graciliano, o período anterior à ditadura propriamente dita foi marcado também pelo uso sistemáticos de mecanismos de tortura (SKIDMORE, 2007; FLORENT, 2011; ALVES, 2016).

<sup>37</sup> Faz-se caro, no sentido de uma não idealização, ter em vista o antagonismo existente entre esfera jurídica e justiça: —Na verdade, a violência institucional que alicerça o direito silencia e oprime essas vozes. Mais do que isso, simbolicamente, a própria sala de tribunal, com sua pomposidade e com as hierarquias reforçadas pelas roupas, pelos códigos discursivos e de conduta, pela presença de ‘autoridades’, reproduz uma estrutura de poder socialmente injusta e desigual, e revela que o direito e a lei são colunas fundamentais que sustentam essa mesma estrutura” (SELIGMANN-SILVA, 2014, p. 8).

ainda nos deixariam a possibilidade vaga de mexer-nos, enlear o promotor. Um tribunal safado sempre vale qualquer coisa, um juiz canalha teria hesitado ao lançar uma sentença pulha: teme a opinião pública, em última análise o júri razoável. É esse medo que às vezes anula as perseguições. Não davam mostra de querer submeter-nos a julgamento. E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. (RAMOS, [1953] 2020, p. 61)

Se levado a juízo Graciliano poderia ter se saído bem, segundo a pretensa experiência de quem planeja falas e desfechos no papel, assim como Fabiano, de *Vidas secas*, se tivesse tido tempo, poderia ter explicado tudo direitinho. Em discurso direto grunhe um —An!”.

Se lhe tivessem dado tempo, ele teria explicado tudo direitinho. Mas pegado de surpresa, embatucara. Quem não ficaria azoretado com semelhante despropósito? Não queria capacitar-se de que a malvadez tivesse sido para ele. Havia engano, provavelmente o amarelo o confundiria com outro. Não era senão isso.

Então porque um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: —Tenha paciência. *Apanhar do governo não é desfeita.*”

Mas agora *rangia os dentes*, soprava. Merecia castigo?

— An!

E, por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na *esteira* com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 33)

O que irrompe é da ordem do inesperado, apesar de *continuum*. Mas a autoridade instituída para proteger – como nas relações entre governo e governados; pais e filhos; professores e alunos etc. – arbitra e exerce a violência. Alguns são mais surpreendidos do que outros, na medida em que se sentiam protegidos no fundo de sua classe social, da cor de sua pele ou de seus olhos mais azuis, como no caso do branco pobre Fabiano. Em —O soldado amarelo”, único capítulo de *Vidas secas* em que há menção ao tempo decorrido (—um ano antes”<sup>38</sup>), dá-se a repetição —apanhar do governo não é desfeita”. Em —Cadeia”, Fabiano

<sup>38</sup> Conforme identificou Luís Bueno, questionando a noção de —desmontável” – cunhada por Rubem Braga e atribuída à narrativa por uma série de críticos –, e apontando para a ordem cronológica existente entre —Cadeia” e —O soldado amarelo”, tendo —Inverno” como centro especular entre os pares de situações em geral contrárias: —Mudança” e —Fuga”, primeiro e último; —Fabiano” e —O mundo coberto de penas”, segundo e penúltimo, e assim sucessivamente. (BUENO, 2006, p. 641-658)

rememora esse suposto consolo que costumava repetir aos outros antes de ele mesmo ser preso, mas será apenas no distanciamento da noite de encarceramento, e em face de um novo acontecimento e no que nele há de repetição, que decidirá se vai se vingar por meio da violência. Escolha também atravessada paradoxalmente pelo choque do reconhecimento do humano no campo do desumano ditado pela violência num átimo de tempo.

Deteve-se percebendo rumor de garranchos, voltou-se e deu de cara com o soldado amarelo que, um ano antes, o levava à cadeia, onde ele aguentara uma surra e passara uma noite. Baixou a arma. Aquilo durou um segundo. Menos: durou uma fração de segundo. Se houvesse durado mais tempo, o amarelo teria caído esperneando na poeira, com o quengo rachado. Como o impulso que moveu o braço de Fabiano foi muito forte, o gesto que ele fez teria sido bastante para um homicídio se outro impulso não lhe dirigisse o braço em sentido contrário. A lâmina parou de chofre, junto à cabeça do intruso, bem em cima do boné vermelho. A princípio o vaqueiro não compreendeu nada. Viu apenas que estava ali um inimigo. De repente notou que aquilo era um homem e, coisa mais grave, uma autoridade. Sentiu um choque violento, deteve-se, o braço ficou irresoluto, bambo, inclinando-se para um lado e para o outro. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 102)

Nesse outro tempo, o do capítulo “O soldado amarelo”, o pai dos meninos mais velho e mais novo repete aquelas mesmas palavras a si mesmo, mas agora seguidas de questionamento:

Aquela coisa arriada e achacada metia as pessoas na cadeia, dava-lhes surra. Não entendia. Se fosse uma criatura de saúde e muque, estava certo. Enfim *apanhar do governo não é desfeita*, e Fabiano até sentiria orgulho ao recordar-se da aventura. Mas aquilo... Soltou um grunhido. Por que motivo o governo aproveitava gente assim? (RAMOS, [1938] 2017b, p. 105)

De algum modo, a anomia experimentada pelo próprio Graciliano e, de quebra, reelaborada na vivência de sua criatura, o Fabiano, personagem criado apenas após seu segundo encarceramento, já era observada quando o escritor era ele próprio um representante do governo, uma autoridade em esfera municipal. O que o prefeito Graciliano Ramos registra em relatório de janeiro de 1929 não tardaria a mostrar efeitos em sua própria pele e a ultrapassar um problema local, estendendo-se ao âmbito nacional:

Em janeiro do ano passado não achei no Município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das candeias de azeite.

Constava a existência de um código municipal, coisa inatingível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobisomem.

Afinal em fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do Império. (RAMOS, 1984, p. 172-173)

Também é preciso destacar que a falta de processo no caso da prisão de Graciliano não era necessariamente mal vista por seus aliados. Heloísa de Medeiros Ramos, sua esposa, sentiu alívio quando conseguiu de um alto funcionário do Ministério da Justiça a confirmação de que o marido não seria processado. Essa era a mesma opinião de Sobral Pinto, advogado contratado para defender o escritor,<sup>39</sup> e quem, de fato, teria sido o único a submeter Graciliano a algum tipo de interrogatório, ainda que no trecho do diálogo que se lê abaixo quem lance pergunta seja o próprio encarcerado:

- Não há processo, doutor.
- Dê graças a Deus. São uns idiotas. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui, regularmente, com processo.
- Onde é que o senhor ia achar motivo para isso?
- Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram aí, os seus romances dariam para condená-lo. (MORAES, 2012, p. 144)

Sobral Pinto solicitou a apuração de provas que pudessem incriminar Graciliano. Entre os danos causados a seu cliente, o advogado incluiu o fato de este ter sido colocado junto dos ~~mais~~ destacados elementos da escória social”. A referência corresponde aos dezoito dias que Graciliano passou na Colônia Correccional, na Ilha Grande, entre 11 e 29 de junho, junto dos ditos presos comuns que, a propósito, corresponde à parte mais extensa das *Memórias do cárcere*, com um total de trinta e cinco capítulos a ela dedicados.<sup>40</sup>

<sup>39</sup> O nome foi indicado por José Lins do Rego e Rodrigo Mello, uma vez que já atuara nos casos de Luís Carlos Prestes e Harry Berger. Primeiro Graciliano Ramos alegou que não teria como pagar os honorários, depois concordou, sem saber que o advogado não cobrava em casos como o dele (MORAES, 2012, p. 143).

<sup>40</sup> Mais de uma vez ao longo da escrita desta tese fui questionada sobre a ~~breve~~ passagem” de Graciliano no presídio da Ilha Grande comparada à atenção que eu lhe atribuí em minhas falas e comunicações. Nesse caso, é a própria obra literária, até mesmo em termos de uma proporção quantitativa, que autoriza o destaque, conforme também ressalta Fabio Cesar Alves com base em documento anexado ao prontuário policial de Graciliano Ramos, datado de 18 de janeiro de 1937, e que integra o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Fundo Polícias Políticas, Pasta 11.473: ~~As~~ informações sobre o detento mostram precisamente o tempo transcorrido em cada uma das estações do cárcere apresentadas nas *Memórias*: onze dias entre a prisão em Maceió (a 3 de março) e a chegada ao Rio de Janeiro, viagem no navio *Manaus*; noventa na Casa de Detenção (Pavilhão dos Primários); dezoito dias na Colônia de Dois Rios e seis meses e meio na Casa de Correção. Por isso, chama a atenção o fato de que a terceira parte do livro (~~Colônia Correccional~~), narrativa sobre o curto período vivido pelo prisioneiro na Ilha Grande, seja a mais extensa, inclusive no que diz respeito à quantidade de capítulos - 35. Reproduzo a seguir também o texto do prontuário pela relevância da documentação: ~~Graciliano Ramos, ao qual se reporta o requerimento adjunto, do advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto, preso em Alagoas, acusado de participação no movimento de novembro de 1935, foi apresentado à Chefatura de Polícia a 14/3/1936, sendo recolhido à Casa de Detenção à disposição do Exmo. Sr. Chefe de Polícia. Transferido, a 11/6/1936, para a Colônia Correccional de Dois Rios, dali regressou a 29/6/1936, sendo recolhido à Sala da Capela da Casa de Correção, e, finalmente, posto em liberdade, por ordem do do Exmo. Sr. Chefe de Polícia, a 13/1/1937. É quanto me cabe informar.~~” (ALVES, 2016, p. 163-164).

Tal desproporção entre a relativamente rápida passagem pelo “plão de zinco” e a maneira com que essa experiência é tratada como matéria literária dá a medida do impacto e do grau de violência vivenciada pelo narrador na Colônia Correcional de Dois Rios, bem como a importância de se resgatarem esses episódios no momento da escritura por razões políticas. (ALVES, 2016, p. 164)

Entre 1935 e 1936, o número de presos nesse presídio insular saltara de 298 para 1.388. “Sua atividade, quer como diretor da Instrução Pública, quer como escritor, orientou-se sempre por uma linha de severa austeridade, aferida pelos critérios da moral tradicional do nosso país”, ressaltava em sua defesa (MORAES, 2012, p. 134 e p. 144). O ofício foi engavetado por ausência de delito.

O general Newton de Andrade Cavalcanti, comandante da região 7<sup>a</sup> militar, do Recife, é apontado como o mandante do pedido de prisão de Graciliano. Em um encontro aleatório teria feito a seguinte atribuição ao escritor: “comunista perigoso”. Ser simpatizante do comunismo e os ataques ao integralismo figuravam entre os principais motivos elencados contra ele. A amizade estabelecida desde 1934 com Rachel de Queiroz, também detida em 1936, é apontada como outra possível razão para o encarceramento, além do fato de, como diretor da Instrução Pública de Alagoas, cargo equivalente ao de secretário estadual de educação, Graciliano ter proibido a execução do hino nas escolas (FACIOLI, 1987, p. 59; FLORENT, 2011, p. 83; MORAES, 2012, p. 112-113). Não deixa de chamar a atenção ainda o fato de que aquele que leva o escritor detido é precisamente um personagem que teria razões pessoais para se vingar dele, escancarando o quanto público e privado não se separam nesses contextos.

O sujeitinho deu um passo à retaguarda, fez meia-volta, apumou-se, encarou-me. Tinha-lhe observado esse curioso sestro um mês antes, na repartição, onde me surgira pleiteando a aprovação de uma sobrinha reprovada. Eu lhe mostrara um ofício em que a diretora do grupo escolar de Penedo contava direito aquele negócio: a absurda pretensão de se nomear para uma aluna banca especial fora do tempo. [...]: por que vinha prender-me o sujeito que um mês antes me fora amolar com insistências desarrazoadas? [...] Certo ele não havia *determinado a minha prisão*, mas era curioso encarregar-se de efetuá-la. Sem me incomodar com essa pequena vingança, pensei noutras, vi o país influenciado pelos tenentes que executam piruetas, pelas sobrinhas dos tenentes que executam piruetas. Desejariam os poderes públicos que eu mandasse aprovar com dolo a sobrinha do tenente, em Penedo? Não me exigiriam expressamente a safadeza, mas deviam existir numerosos tenentes e numerosas sobrinhas, e a conjugação dessas miuçalhas mandava para as grades um pai de família,

meio funcionário, meio literato.” (RAMOS, [1953] 2020, p. 22-23; grifo meu)

Em *Infância*, a injusta condenação (ser enviado para a escola) sem se saber bem o porquê também se instaura como contratempo, embora prevista, em um contexto em que perguntas são tidas como afrontas diante de autoridades (pessoas grandes, adultas):

A notícia veio de supetão: iam meter-me na escola. Já me haviam falado nisso, em horas de zanga, mas nunca me convencera de que realizassem a ameaça. A escola, segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde se enviavam crianças rebeldes. Eu me comportava direito: encolhido e morno, deslizava como sombra. As minhas brincadeiras eram silenciosas. E nem me afoitava a incomodar as pessoas grandes com perguntas. Em consequência, possuía ideias absurdas, apanhadas em ditos ouvidos na cozinha, na loja, perto dos tabuleiros de gamão. A escola era horrível – e eu não podia negá-la, como negara o inferno. Considerei a resolução dos meus pais uma injustiça. Procurei na consciência, desesperado, ato que *determinasse a prisão*, o exílio entre paredes escuras. Certamente haveria uma tábua para desconjuntar-me os dedos, um homem furioso a bradar-me noções esquivas. Lembrei-me do professor público, austero e cabeludo, arrepiei-me calculando o vigor daqueles braços. Não me defendi, não mostrei as razões que me fervilhavam na cabeça, a mágoa que me inchava o coração. Inútil qualquer resistência. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 118-119, grifo meu)

Seria possível argumentar que a resistência à entrada na cultura não é uma opção na sociedade em questão, no entanto, a do tipo com a qual nos deparamos em *Infância* além de partir de dentro da cultura como um “documento de barbárie”, conforme o axioma benjaminiano,<sup>41</sup> abarcando a violência fundacional do pacto civilizatório, soma-se às particularidades de uma cultura alicerçada pela colonização escravocrata a impactar a formação de subjetividades. Trata-se de trincado estrutural que marca a formação brasileira, e não apenas como parte de um contrato social de contenção de instintos em nome da vida em comunidade, e do qual a escola assim como a prisão seriam instituições reguladoras. Escola e prisão figuram, em tal contexto, como espaços de reprodução da violência a serviço dos detentores de todo tipo de poder e legislação, sobretudo exercidos sobre os corpos e consciências com o objetivo de conter e aplacar seu potencial de revolta. O que assalta se repete desde o nosso sempre\_Brasil.

---

<sup>41</sup> “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie” (BENJAMIN, 2012, p. 245).

## 1.2 O menino sofre de desamparo, gente grande também

Negando-se a classificar a obra de Graciliano Ramos com um rótulo unificador, João Luiz Lafetá conclui<sup>42</sup> que o que ataria as formas realistas, mas diferentes entre si, de *Caetés* e *S. Bernardo*, expressionista em *Angústia*, modificada em *Vidas secas*, desembocando nas transformações encontradas nas memórias, passaria por um diagnóstico: “–O menino de *Infância – desdobrado depois* nos heróis de Graciliano – sofre de *desamparo*” (LAFETÁ, 2004, p. 291; grifos meus).<sup>43</sup> Diz mais: “–o desamparo da criança é o ponto-chave do livro” (LAFETÁ, 2004, p. 294). O que tem de tudo para ficar cerrado em uma noção de desalento e falta, todavia, ruma no interior de um legado artístico em direção à vida em sociedade,<sup>44</sup> no voltar-se ao outro a partir da própria vivência em um “mundo coberto de penas”.

Freud eleva, em contínuas reelaborações, a insuficiência psicomotora da criança a protótipo de uma condição de fragilidade primordial do ser humano não ultrapassável pelo adulto: o desamparo [*Hilflosigkeit*]. O desamparo, portanto, não se restringiria apenas a um dado biológico e à possibilidade constante de instauração do traumático, mas é base do funcionamento psíquico a incidir sobre uma dimensão mais ampla, uma vez que, desamparado, “incapaz de enfrentar sozinho os perigos do mundo, o indivíduo vê-se obrigado a viver em sociedade, nessa relação simbolicamente estruturada com os outros que é a cultura” (PEREIRA, 1999, p. 207). O desamparo revela-se ainda nos escritos freudianos como ponto importante na lição política rumo à afirmação de liberdade frente aos vínculos verticais – a partir dos quais o psicanalista reflete sobre o social.<sup>45</sup> Assim, o individual se dá

<sup>42</sup> A partir do tripé teórico composto de leituras de Georg Lukács (1965; 2012), Northop Frye (1957; 2013) e Marthe Robert (1972; 2007), ou seja, a partir do entroncamento entre marxismo, poética de função aristotélica e psicanálise. Incluo entre parênteses as datas originais das publicações de *A teoria do romance*, *Anatomia da crítica* e *Romance das origens, origens do romance*, respectivamente, seguidas dos anos das edições citadas na bibliografia.

<sup>43</sup> Graciliano Ramos seria o tema da tese de livre-docência de Lafetá (1946-1996), como conta Antonio Candido, seu orientador na pós-graduação, em *A dimensão da noite*.

<sup>44</sup> Numa perspectiva freudiana, por exemplo, na leitura que Vladimir Safatle faz em *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2015).

<sup>45</sup> De 1895 a 1897, Sigmund Freud (1856-1939) teoriza sobre o trauma primeiro como um mau encontro na sexualidade para centrar-se mais adiante na sexualidade como causa do mal-estar. Vinte e cinco anos depois, após a Primeira Guerra Mundial, fala dos eventos traumáticos como fracasso do princípio de prazer e um dos fundamentos da pulsão de morte. Nesse percurso, o trauma ganha destaque na teoria da angústia em “Inibição, sintoma e angústia”, de 1926, na qual Freud apresenta a concepção de simetria entre o perigo interno e o externo e que fora de certo modo antecipada em “A negação”, trabalho publicado no ano anterior, quando fala sobre a percepção da perda do objeto e a meta de, no exame da realidade, “encontrá-lo, convencer-se de que ainda existe” (FREUD, 2011, pp. 278-79). Por sua vez, o estado de desamparo, ligado à impotência do recém-nascido humano, que sofre no nascimento sua primeira vivência de angústia, contempla as primeiras condições de perigo e a necessidade de ser amado que nunca o abandonará. —Angústia não é gerada novamente na

em estreita relação com a estrutura pulsional da vida em sociedade, uma vez que o sujeito só se constitui na relação com o outro, problemática que Graciliano conjugou em sua obra sem dicotomias, e da qual Freud buscou extrair consequências para visadas sobre a cultura, para além da clínica, do indivíduo com acesso ao divã.

O desamparo também é central na teoria freudiana da angústia (*Angst*),<sup>46</sup> preliminar e protetor do trauma, com sua inscrição no inconsciente que se dá no vão temporal entre acontecimentos. No primeiro tempo não há como se defender (por exemplo quando se é uma criança), no segundo, ainda que existam meios de enfrentamento, entre outros aspectos que marquem as mudanças entre um momento e outro (por exemplo, a de um escritor preso injustamente?), ainda assim se é pego desarmado. Poder reagir de modo diferente não significa sair ileso da violência sofrida.<sup>47</sup> Ao olhar para trás, na direção de tempos passados, estamos simultaneamente frente a frente com esse trincado lá adiante e aqui, tempo-lugar em que se percorrem as linhas de uma narrativa memorialística marcada por afetos ligados à falta e aos excessos, que se conectam, se confundem e se complementam em tudo o que não se esquece, embora tanto tentem apagar ou manter encoberto. Estamos diante de um retrato do medo composto por inúmeras partes de um todo esfacelado, captado de baixo, altura de

---

repressão, e sim reproduzida como um estado afetivo, segundo uma imagem mnêmica já existente [...]. Os estados afetivos incorporam-se à psique como precipitados de antiquíssimas vivências traumáticas, e são despertados como símbolos mnêmicos *quando situações análogas ocorrem.*” (FREUD, 2014, p. 23). Estão entre os textos de Freud para se compreender o desenvolvimento e sua abordagem do desamparo e de sua tentativa de extrair dessa problemática consequências teóricas para se pensar o social: “Fotem e tabu” (1912-1913); “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), “Inibição, sintoma e angústia” (1926); “O futuro de uma ilusão” (1927); “Mal-estar na cultura” (1930); “O homem Moisés e a religião monoteísta” (1939).

<sup>46</sup> Pensar o conceito de *Angst* em alemão exige considerações sobre sua tradução para o português. No *Dicionário comentado do alemão de Freud*, Luiz Alberto Hanns (1996), assim como em *As palavras de Freud*, Paulo César de Souza (2010), comenta as possibilidades – angústia, medo, temor e ansiedade. Este último cita inclusive que o romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, quando lançado na Alemanha em 1994, foi saudado como um precursor do existencialismo francês e, portanto, traduzido por *Angst*, enquanto o primeiro ressalta mais a proximidade com o “medo”, o que não deixa de ser uma opção cara para a leitura de uma obra como *Infância*, em que o “medo” é nomeado como rota daqueles primeiros anos. A despeito da semelhança gráfica e fonética entre o termo em cada uma dessas línguas, é preciso lembrar que *angustia* em latim (de onde deriva a palavra portuguesa) significa literalmente “aperto”, opressão, enquanto a etimologia da palavra alemã aponta para “angust”, estreiteza. No que se refere ao uso da palavra em termos freudianos, o tradutor aponta, a partir de quatro casos tratados em verbete de Jean Laplanche, que em *Análise da fobia de um garoto de cinco anos* (1909) trata-se de angústia por conta da ausência de objeto, enquanto em *Inibição, sintoma e angústia* (1926) haveria uma distinção entre *Angst* e *Furcht*: angústia (*Angst*) teria relação com a expectativa, portanto, com a ausência do objeto que, quando encontrado, seria substituído na linguagem por medo (*Furcht*). Essa relação é corroborada por Heidegger, embora filósofo avesso à psicanálise: “*Angst* é essencialmente diverso de *Furcht*. Nós nos amedrontamos sempre diante desse ou daquele ente determinado, que nos ameaça neste ou naquele aspecto determinado [...]. A *Angst* manifesta o nada”. Efeito sobre quem sofre ameaça ou perigo, expectativa do perigo e presença do perigo. Renato Zwick em sua versão dessa mesma obra de Freud optou por *Inibição, sintoma e medo* (FREUD, 2016), em cujo prefácio Márcio Seligmann-Silva comenta que, diante da insuficiência da tradução de *Angst* por angústia, sempre apontada, não traduzir seria uma forma de barrar a reflexão central que Zwick, ao eleger “medo”, problematiza desde o título, ressignificando a leitura.

<sup>47</sup> Cf. além dos textos de Freud, Mário Eduardo Costa em *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico* (1999) e por Gustavo Adolfo Ramos em *Angústia e sociedade na obra de Sigmund Freud* (2014).

menino, rente ao chão onde está convocado a crescer com os seus, como este que lemos no capítulo inicial, “Nvens”, em que aqueles que supostamente amparariam a criança refletem em cada pedaço o que se encontrará fora do lar ou, em um paralelo possível com as funções do Estado como detentor do monopólio da violência, voltam contra aqueles que deveriam resguardar, a sua faceta mais sombria:

Meu pai e minha mãe conservaram-se grandes, temerosos, incógnitos. Revejo pedaços deles, rugas, olhos raivosos, bocas irritadas e sem lábios, mãos grossas e calosas, finas e leves, transparentes. Ouço pancadas, tiros, pragas, tilintar de esporas, baticum de sapatões no tijolo gasto. Retalhos e sons dispersavam-se. Medo. *Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor.* Depois as mãos finas se afastaram das grossas, lentamente se delinearam dois seres que me impuseram obediência e respeito. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 14-15; grifo meu)

Também em “Nvens”, Alfredo Bosi pinça o seguinte retrato dos pais do menino, como aqueles que seriam, nas palavras do crítico, os “primeiros mestres na escola do medo e do arbítrio” (1994, p. 404):

Nesse tempo meu pai e minha mãe estavam caracterizados: um homem sério, de testa larga, uma das mais belas testas que já vi, dentes fortes, queixo rijo, fala tremenda; uma senhora enfezada, agressiva, ranzinza, sempre a mexer-se, bossas na cabeça mal protegida por um cabelinho ralo, boca má, olhos maus que em momentos de cólera se inflamavam com um brilho de loucura. Esses dois entes difíceis ajustavam-se. Na harmonia conjugal a voz dele perdia a violência, tomava inflexões estranhas, balbuciava carícias decentes. Ela se amaciava, arredondava as arestas, afrouxava os dedos que nos batiam no cocoruto, dobrados, e tinham dureza de martelo. Qualquer futilidade, porém, ranger de dobradiça ou choro de criança, lhe restituía o azedume e a inquietação. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 16-17)

E ainda que os dois trechos se assemelhem, inclusive ao utilizar a metonímia, há de um para o outro uma sutil movimentação de ângulo que se volta um pouco mais para o alto, no qual a testa larga e a cabeça mal protegida por cabelo ralo estão no topo. Ali, onde os olhos do menino alcançam quando não estão ao alcance das mãos grossas ou das finas, ou quem sabe apenas traçadas em contraste pelas mãos do próprio escritor. Em ambos, o incógnito e o temeroso são encarados como algo sujeito à instabilidade, embora se conservem grandes e temerosos naquilo que representam de uma certa tradição que a literatura de Graciliano Ramos não perdoa, mas revela serem vulneráveis à própria violência que reproduzem.

Habituei-me a essas mãos, cheguei a gostar delas. Nunca as finas me trataram bem, mas às vezes molhavam-se de lágrimas – e os meus receios esmoreciam. As grossas, muito rudes, abrandavam em certos momentos. O vozeirão que as comandava perdia a aspereza, um riso cavernoso estrondava – e os pequenos perigos ocultos em todos os recantos fugiam, deixavam em sossego os viventes miúdos: alguns cachorros, um casal de moleques, duas meninas e eu. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 15)

Quando Lafetá afirma que “o menino de *Infância – desdobrado depois* nos heróis de Graciliano – sofre de *desamparo*”, contudo, se faz necessário problematizar esse “desdobrado depois”, tendo em mente que o menino extraliterário é matéria para a concepção de seus personagens ficcionais tanto quanto cada um desses personagens ficcionais que falam através de um narrador em primeira pessoa do singular o são para o eu autobiográfico das memórias, não apenas porque anteriores enquanto criações artísticas a influenciar o posterior, mas também porque se tocam como partes de um mesmo projeto autoral.

Em 1941, o crítico Álvaro Lins (1912-1970) definiu, em rodapé literário do *Correio da Manhã*, o trabalho de Graciliano como o de um “—histriador da angústia”:

Observa-se, por isso, que a veridicidade do romance do Sr. Graciliano Ramos é uma realidade estática, não dinâmica. [...] Por isso é que do seu romance se depreende mais a “—história” de uma angústia do que a “—angústia” em si mesma. Uma angústia racionalizada e histórica, não uma angústia natural e presente. O estado de delírio, de exaltação, de demonismo, o estado dionisíaco capaz de exprimir a angústia – este não será nunca o do Sr. Graciliano Ramos. O seu estado pode-se definir como o do historiador da angústia. (LINS, 2016, ebook)

O romance *Angústia* retornava às livrarias em sua segunda edição quando Lins publica esse texto intitulado “Vidas secas” na página do jornal, rebatizando-o como “Graciliano Ramos em termos de construção do romance e arte do estilo” na compilação em livro aqui consultada em cotejo com o original. Nele, o crítico também comenta *S. Bernardo* e afirma que os romances do alagoano tentam confundir o leitor “em análises convergentes, a sua figura de escritor e a sua figura de homem”. Então conclui: “Existem homens que *explicam* as suas obras, como há obras que *explicam* os seus autores. No caso do Sr. Graciliano Ramos, é a *obra que explica o homem*” (2016, ebook; grifo meu).

O fato de Graciliano ser naquele momento um autor vivo, como destacado por Lins, limitaria a análise desse aspecto autobiográfico chamado por ele de “o ‘mistério’ Graciliano”: “Essa *proximidade* determina a existência de obstáculos invencíveis. [...] somente a *morte* confere o direito de um *juízo* definitivo” (2016, ebook). Essas

afirmações na imprensa, portanto, no calor da hora, parecem dizer de um emaranhado entre vida e obra instigado pela ficção do autor na correlação com o que se divulga sobre sua vida anterior à publicação das memórias. Ao escrever no mesmo periódico sobre *Infância*, em setembro de 1945, Lins não se intimidou em recorrer novamente ao uso do verbo “explicar”, como se memória fosse a senha que, enfim, autorizasse, com a chancela do autor, associações que antes estavam impedidas pela ficção:

O Sr. Graciliano Ramos movimenta as suas figuras humanas com uma tamanha impassibilidade que logo indica o desencanto e a indiferença com que olha para a humanidade. [...] Contudo, a piedade que não lhes concede diretamente, o Sr. Graciliano Ramos provoca dos leitores para os seus personagens. E isto só acontece quando nas raízes da vida do romancista também se encontrem os mesmos traços de infelicidade, tristeza e solidão, os vestígios ou as sombras dos sonhos sufocados e estrangulados. [...] Ele não tem pena de seus personagens, porque está projetado neles. [...] Este fenômeno de criação literária [...] aparece agora devidamente esclarecido na revelação da sua infância por intermédio de um livro de memórias.

Sim: é em *Infância* que poderemos encontrar a significação de *São Bernardo*. As memórias da vida real *explicam* o mundo de ficção do romancista. [...] A autobiografia do Sr. Graciliano Ramos *explica* o caráter áspero e sombrio de sua obra de romancista: o criador de *São Bernardo* e *Angústia* já estava no menino amargurado de *Infância*, onde encontramos agora as raízes de seu niilismo implacável e devastador. (LINS, 2016, ebook)

Se em 1941 o crítico reconhece que tanto *S. Bernardo* quanto *Angústia* são livros de memórias em termos formais (ainda que também diário, inventário, testamento) e chama a atenção para o cruzamento entre memória e imaginação no caso do protagonista do terceiro romance de Graciliano, uma vez que “Luís da Silva não vive senão da sua memória e da sua imaginação. Mas a sua própria imaginação, no romance, constitui um resultado da memória”, concluindo que “nem sempre a imaginação dispõe de recursos para dominar a vida real” (LINS, 2016, ebook); em 1945, questiona a respeito de *Infância*: “que é rigorosamente real e o que é imaginado neste livro de memórias?”. Pergunta a que ele próprio responde:

A resposta não terá importância para o conhecimento psicológico do autor. A sinceridade do artista não é um problema que se resolva nos mesmos termos da sinceridade nas relações sociais entre os homens. Um artista, ao deformar a vida, não mistifica a ninguém, apenas a si mesmo. Quando um artista traça de si próprio uma imagem – ela tem sempre autenticidade, se não a dos fatos, a da vida interior, que é a principal no caso. Ele é realmente o que imagina ter sido. (LINS, 2016, ebook)

Para Álvaro Lins, as memórias de Graciliano são uma “expressão realista de suas lembranças”, de modo que qualquer acréscimo tecido pela imaginação apenas lhe conferiria autenticidade em relação a tudo o que os castigos, privações e vergonhas foram capazes de lhe marcar a natureza humana em um mundo dividido entre “crianças submissas” e “adultos despóticos”, onde sentenças são determinadas sem investigação ou culpa e impera toda forma de desigualdade e de abuso de autoridade. Apesar dessa posição subalterna encarnada pela criança, o crítico avalia que a ausência de pena ou piedade do autor em relação a seus personagens se explicaria porque este estaria projetado neles – “Este fenômeno de criação literária nos romances do Sr. Graciliano aparece agora *devidamente esclarecido* na revelação de sua infância por *intermédio* de um livro de memórias” (LINS, 2016, ebook; grifos meus) – além de afirmar que não haveria por parte do escritor lugar para o ato de escolha ao captar o passado, pois seus escritos estariam determinados por impressões que se prolongaram e determinaram o adulto.

Alfredo Bosi retoma a alcunha “historiador da angústia” ao tratar de *Vidas secas*, reforçando a noção de que Graciliano não viveria esse afeto apenas de dentro, para historicizá-lo no seu fazer-se, mas também de fora, numa perspectiva distanciada e capaz de certa apreensão de um todo com suas respectivas etapas e origens (causas e consequências):

Angústia e expectativa são parentes. O historiador, que está de algum modo à frente dos acontecimentos, vê as etapas do processo [...]. Historiador da angústia, Graciliano também procura compreendê-la como o faria um pensador determinista em busca das causas que presidem às ações dos homens. (BOSI, 2003, p. 22-23 e 25)

Como forma de apreensão do passado, a história é lacunar e campo de disputas, apesar de seu compromisso com a verificabilidade, enquanto a memória traz para o centro uma dimensão subjetiva, recuperando o “presente do passado”.<sup>48</sup> Aquele que rememora não apenas está à frente dos acontecimentos, como também esteve lá atrás, tal testemunha ou personagem do que preside ações futuras, o que não é o caso do historiador. Quando Bosi concorda com Álvaro Lins e reconhece em Graciliano Ramos um “historiador”, mas no mesmo ensaio afirma que ele “só se encontra à vontade com a mente do pobre”<sup>49</sup> no nível de um saber que é, afinal, a consciência comum àqueles que percebem o caráter incontornável

<sup>48</sup> Parafrazeio aqui Lilia Moritz Schwarcz em seu *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), livro em que a autora faz um sobrevoo, ou em sua própria definição “um lembrete”, sobre a continuidade na história brasileira de tópicos tais como a escravidão, racismo, mandonismo, patrimonialismo, violência, desigualdade social, entre outros.

<sup>49</sup> Aqui o crítico se refere especificamente à criação de Fabiano, de *Vidas secas*, mas é possível substituir “pobre” por alguma característica de qualquer outro dos personagens de Graciliano.

de classe da sociedade onde vivem” (2003, p. 26), pergunto-me se nesse ponto não se refere mais ao voltar-se constante sobre a própria vida (proximidade máxima) e à perspectiva possível para criar (distanciamento) que não cabem ao especialista ao qual é equiparado – o historiador – ainda que sob licença poética. Invariavelmente retrospectiva, essa visada, mais do que capaz de fazer “ver as etapas do processo”, compõe sua própria versão de modo que as vivências do menino coincidam com certos núcleos reconhecidos em outras obras de seu autor.

O crítico Hermenegildo Bastos, por sua vez, identifica nas *Memórias do cárcere* a realização de um balanço de todo o trabalho de Graciliano, de modo que nota uma incorporação na própria narrativa de questões para um projeto de leitura futura:

Desdobrado em personagem, o autor revive as passagens dos romances, misturando-as com os acontecimentos de *Mc*. Os romances são, assim, retirados das suas situações específicas e lançadas noutra dimensão temporal. As suas histórias são também *reais*. Eles tematizam de modo semelhante ao texto memorialístico, os mesmos núcleos de experiência humana: o mundo sem nexos e absurdo do Nordeste brasileiro, o mundo de exploração e de submissão e falta de perspectiva. (BASTOS, 1998, p. 142)

Todavia, esse desdobrar-se já se verifica em *Infância* de modo menos explícito quando comparado a como se dá nas *Memórias do cárcere*. O lançamento para distintas dimensões temporais inclui portanto a meninice revisitada na perspectiva pós-prisão, mas também pós-produção literária, com destaque para a romanesca. “Mas o menino veio antes do adulto”, há sempre alguém a afirmar enquanto um jamais exclui o outro, reforçam-se mutuamente, conjugam-se em linhas que se cruzam no conjunto autoral e suas grades pré e pós-prisão.

Graciliano Ramos foi o escolhido para dar início a uma série de biografias de escritores publicadas na revista *O Cruzeiro*, no final da década de 1930. Nesse perfil realizado a partir de reportagem de José Condé, publicado em 15 de abril de 1939, e ilustrado com fotografias que atestam o encontro e perambulação com o alagoano, chama a atenção o esforço do jornalista de casar o biográfico com aspectos e dados localizáveis na prosa do entrevistado, porém dessa forma progressiva, amadurecimento do “espírito de Graciliano, criança esquisita e introvertida” (CONDÉ, 1939). Logo na abertura, ressalta-se que

Graciliano teria testemunhado na infância cenas e vivências que levam o leitor de *Vidas secas*:<sup>50</sup>

Vê as levas de sertanejos emigrando para outras terras do litoral, deixando as fazendas, os cercados vazios – carregando na cabeça como um peso de sofrimentos as lembranças dos bons tempos de inverno em que os campos florescia, as noites eram cheias de sanfonas e que, pela madrugada, vinha dos currais o cheiro gostoso do leite espumando nas vasilhas de barro. (CONDÉ, 1939)

Em texto para a edição comemorativa dos oitenta anos do romance de estreia de seu avô, Elizabeth Ramos escreveu: –Graciliano traz em *Caetés*, em tom sóbrio e incisivo, a crueldade e o desespero humano, através de uma visão pessimista deflagrada na infância e que irá marcar a sua literatura de ficção e memória” (RAMOS, 2013a, p. 10). Se a formalização do menino de *Infância* se dá após a dos personagens mencionados, não seria o escritor aquele que se volta sobre suas memórias para construí-las em consonância com o giro de negatividade próprio de seu projeto literário? As escolhas literárias anteriores não incidiriam nas escolhas formais das posteriores, ainda que os eventos em termos de uma cronologia biográfica possam sugerir o contrário?

Quando reconhecemos na criança (a que lemos) características do adulto (figura pública acessível pelos paratextos), temos um efeito estético do passado ativo sobre o presente, através dos tempos, portanto também mediando leituras futuras. A data de publicação de cada um dos livros de Graciliano traça uma cronologia incontornável, de modo que cada um dos escritos anteriores do autor são fundamentais para a concepção de *Infância*. Contudo, ainda que localizáveis em uma linha do tempo tradicional, do tipo retilínea, os meses de prisão de Graciliano borram os círculos definidos ao redor de datas no calendário e estabelecem um intercâmbio com outros tempos desse mesmo conjunto autoral. O que se reconhece como indício do passado recente atravessado pelo imprevisto que desponta no léxico de *Infância* rompe com qualquer noção progressiva ou totalizante da experiência do tempo, porque simultaneamente –é sempre assim”, *continuum*. De perspectiva só alcançada após o despencar na casa dos mortos, Graciliano Ramos traz de volta à luz *o menino que é contido* naquele que foi, a testemunhar os precipitados de um tempo no outro e suas camarinhas de trevas:

---

<sup>50</sup> Lançado em livro no ano anterior, inclusive com capítulos anteriormente publicados nesse mesmo periódico carioca, caso de –Fabiano” (29 jan. 1938) e –Cadeia” (26 mar. 1938).

- 1 – no tempo do enunciado (o do infante, etimologicamente o que não fala, aquele de quem a palavra tem pouco ou nenhum valor em uma realidade arbitrária e violenta na qual se forma a subjetividade do menino de classe média sertaneja);
- 2 – no tempo da enunciação (do adulto, ex-presos político, escritor consagrado, o que lhe dá autoridade em matéria de palavra, além de uma experiência única, mas também coletiva, a criar o menino como personagem de si);
- 3 – no contratempo, deformação a alicerçar uma obra que dá corpo a um desamparo constitutivo – de si e de outros sob a violenta formação do Brasil – aproximando-se, ainda que por tempo determinado (meses de prisão) e indeterminado (do desamparo) da gente pequenina, vítimas de injustas sentenças e castigos para os quais nunca se está preparado.<sup>51</sup>

Move-se sob essa tríade temporal a formalização de um despencar mais ao fundo *\_viagem inesperada* da qual o escritor nunca mais voltou. Temporalidades, portanto, que carregam consigo a relação com os espaços, sendo o corpo seu arcabouço.

Naquele dia [3] do mês de março de 1936, porém, sem qualquer explicação, fui preso e remetido para o Recife, onde passei dez dias incomunicável. Depois fui metido no porão do —Minaus” e vim para cá. Tive dez ou doze transferências de cadeia.

— Qual o motivo da prisão?

— Sei lá! Talvez ligações com a Aliança Nacional Libertadora, ligações que, no entanto, não existiam. De qualquer maneira, acho desnecessário rememorar estas coisas, porque tudo aparecerá nas *Memórias da prisão*, que estou compondo.

— Foi assim que veio para o Rio?

— Foi. Arrastado, preso. (SENNÁ, 1977, p. 53)

Enquanto o eu lírico memorialístico no *Boitempo* de Carlos Drummond de Andrade volta à terra natal e, hóspede em um hotel\_

—Lá não é ele, é um mais tarde

<sup>51</sup> Em “Prefácio para uma antologia”, Graciliano relata a saga para a reunião do que de fato gostaria de encontrar em literatura, não como assunto, mas de uma perspectiva do de fato vivido. Reconhecem-se, a propósito, menções a sua própria biografia e a um ícone da escravidão nos itens destacados: “Que se tem feito em cidades e aldeias, em lojas, atrás dos balcões, nos ócios das Prefeituras, em casas-grandes, farmácias, cartórios, de cima a baixo, à direita, à esquerda. [...] Depois da tentativa falha, isento-me de apresentar a alma de um criminoso, a de um seringueiro, almas que desejei expor, não vistas de fora para dentro, mas de dentro para fora, lançadas por gente pequenina, rebotalho social. Infelizmente os prisioneiros e os trabalhadores da borracha não escrevem” (RAMOS, 2015, p. 379-380).

sem direito de usar a semelhança.  
 Não sai para rever, sai para ver  
 o tempo futuro” (DRUMMOND, 2017, p. 17)

Graciliano nunca mais retornará aos seus locais de origem e topos de sua obra,<sup>52</sup> desde a saída forçada de Alagoas no deslocamento prisional, tendo vivido no Rio de Janeiro até sua morte. A terra natal nunca é abandonada pelo alagoano como matéria de seu trabalho, cumprindo o presságio que se lê em *Vidas secas* – “Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 128) –, convertendo tudo o que diz respeito àqueles espaços em memória. A volta a tais localidades só acontece, portanto, na evocação de um passado que, fugidio por natureza, parece fixado pela escrita, mas isso que é aparentemente fixo também passa a se mover, erosão que é alicerce de um legado. Em um sentido mais objetivo, o não retorno implica ainda a ausência do registro de mudanças que esse território primordial sofreu ao longo dos anos da ausência daquele que dele foi arrancado. A memória, ponto de observação móvel por excelência, joga contra o inalterado, contra o fixado num lá atrás, distante no tempo e lugar. É sempre agora e aqui. Se no poema de Drummond o tempo futuro –secou as esponjeiras/ e ergueu pirâmides de ferro em pó/ onde uma serra/ um clã, um menino/ literalmente desapareceram.”, em Graciliano, o passado reforça a presença imperiosa daquele menino sertanejo, criança que não cessa de ser ferida e golpeada, jamais apartada do adulto que a rememora a partir da então capital do país.

Graciliano recorda em *Memórias do cárcere* pensamentos que estende aos demais companheiros presos, o que se verifica no uso da primeira pessoa do plural, ao saber

---

<sup>52</sup> Shoshana Felman destaca o fato de Sigmund Freud ter refletido sobre a saída de Moisés do Egito, articulando uma teoria da história como trauma justamente quando ele próprio foi forçado a deixar Viena rumo a Londres por conta da perseguição nazista aos judeus. Como se sabe, o psicanalista não mais retornou à sua terra natal (2014, n. 3, p. 31). Escreve Freud em uma segunda nota preliminar ao *O homem Moisés e a religião monoteísta* em 1938: “Na certeza de que seria agora perseguido não apenas por minha maneira de pensar, mas também devido à minha raça, abandonei, com muitos amigos, a cidade que desde a primeira infância e por setenta e oito anos foi minha pátria” (FREUD, 2014, p. 92). Também o filósofo Walter Benjamin não é somente por sua biografia um representante dos exilados (GAGNEBIN, 2014, p. 83). O filósofo abre seu “Infância berlinense: 1900”, destacando justamente essa retirada sem retorno: “No ano de 1932, quando me encontrava no estrangeiro, começou a tornar-se claro para mim que em breve teria de me despedir por longo tempo, talvez para sempre, da cidade em que nasci./ Por mais de uma vez tinha sentido, no mais íntimo de mim, que o procedimento da vacinação me era benéfico. Guiciei-me por essa intuição também nessa nova situação e apelei deliberadamente àquelas imagens que no exílio costumam despertar mais fortemente a nostalgia – as da infância. Mas o sentimento de nostalgia não podia, nesse caso, sobrepor-se ao espírito, tal como a vacina não pode tomar conta de um corpo saudável. Procurei conter esse sentimento recorrendo ao ponto de vista que me aconselhava a seguir a irreversibilidade do tempo passado, não como qualquer coisa de casual e biográfico, mas sim necessário e social” (BENJAMIN, 2013, p. 69).

que seriam levados de sua região: –Os nossos interesses se fixavam no Nordeste, o sangue e as observações – os filhos, a terra plana, poeirenta e infecunda. Tudo pobre. Não seria mais conveniente obrigarem-nos a cavar açudes ou ensinar bê-á-bá aos meninos empalamados?” (RAMOS, [1953] 2020, p. 89). Em *Infância*, as memórias tidas como as mais remotas se dão em trânsito, conforme mais tarde confirmam ao narrador. –Disseram-me depois que a escola nos servira de pouso numa viagem. Tínhamos deixado a cidadezinha onde vivíamos, em Alagoas, e entrávamos no sertão” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 11). Recorda-se a soletração única, que se repetirá apenas em lembrança, introduzindo neste princípio de espaços perdidos, mas retomados o mote da alfabetização, um dos temas centrais do livro:

— Um *b* com *a – b*, *a: ba*; um *b* com um *e – b*, *e: be*.

Assim por diante, até *u*. Em escolas primárias da roça ouvi cantarem a soletração de várias maneiras. Nenhuma como aquela, e a toada única, as letras e as pitombas convencem-me de que a sala, as árvores, transformadas em laranjeiras, os bancos, a mesa, o professor e os alunos existiram. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 10)

Em diálogo com o capitão Lobo, portador da notícia da viagem e cujo depoimento posterior lhe foi caro para esta reconstituição do vivido, Graciliano parecia afirmar o contrário, isto é, que já não faria sentido ficar.

— O senhor viaja amanhã

— Para onde?

Hesitou um instante e respondeu:

— Não sei.

Depois corrigiu:

— Não posso responder.

— Diga ao menos se é para o norte ou para o sul.

Recusou-me a informação e logo sugeriu:

— Veja a lista dos navios e o destino, homem. Abra um jornal.

— Muito obrigado. Enfim para qualquer parte vou bem. O desejo é ir-me embora.

O oficial encarou-me ressentido:

— Não devia falar desse jeito. O senhor aqui tem amigos.

— Desculpe, capitão. Ofendi-o sem querer. Mas esse plural vem fora de propósito. (RAMOS, [1953] 2020, p. 80)

As memórias de Graciliano, da infância às do cárcere, instauram a deformação e o corte paradoxalmente como forma de enlace entre temporalidades distintas. Note-se o seguinte diálogo de Graciliano com um companheiro de prisão:

— Por que é que estou preso? Hem? Diga.

Estranhei, tive pena do homem a desabar em velhice rápida. [...] Provavelmente a decadência não era apenas física; o espírito devia estar em declínio também para ele me vir fazer tal pergunta.

— Que é que você quer que lhe diga? Sei lá! Nem sei por que estou preso. O meu antigo camarada engasgou-se, esteve um minuto a examinar-me com espanto e censura. Tomou fôlego, e, de supetão:

— Você? Ora essa! Está preso porque é comunista. Sempre foi.

Declarou isso aos berros, sem ligar importância aos guardas e à polícia.

— *Desde menino. Sempre foi.* Ainda usava calças curtas e já lia essas coisas no balcão de seu pai. Mas eu? Que foi que eu fiz para estar aqui? Hem? Explique.

Cheio de piedade, não conseguia eximir-me ao desejo de ir ouvindo esse despropósito. Leal gritava a denúncia, provavelmente ignorando que ela me poderia ser funesta. [...] Não percebia a exígua significação das brochuras que li na infância; continham veneno, suponha, estava nelas a causa da minha desgraça. Tinham sido justos comigo. Pois não passara a vida a procurar sarna para me coçar? (RAMOS, [1953] 2020, p. 453-454; grifo meu)

O menino que reconhecemos em *Infância*, uma vez que as chaves autobiográfica e intratextual não podem ser desconsideradas, ganha menção nas *Memórias do cárcere* a partir do testemunho de uma condenação. Testemunho habilmente chamado de “denúncia” que “poderia ser funesta” e que é ao mesmo tempo desse outro mas que é também eleição autoral na medida em que é inscrito, porque escrito, mais uma vez no interior da obra de Graciliano. Se a razão da prisão parece clara mesmo sem acusação formal, associar o fato ao cultivado desde a infância diz do lastreado em situações vividas e reforçadas por sua confirmação também na boca de um terceiro. Dá forma (artística) à queda que não poderia ser prevista. Aquilo que é reconhecido “desde menino” converte-se em “sempre”, como se fora imemorial, embora seja, de fato, recorrente afirmação de sua atualidade. Não no sentido generalizante atribuído a clássicos de qualquer tradição,<sup>53</sup> mas na particularidade que encarna a violência envolvida na punição política e que reclama todas as outras em seus sucessivos golpes em nosso país. Os reflexos a partir dessa lâmina nunca cessam de cortar, continuamente amolada nos autoritarismos de Estado e nos gestos mais corriqueiros, impedindo qualquer possibilidade de reparo e cicatrização.

<sup>53</sup> Em carta de fevereiro de 1946 ao amigo Candido Portinari, o próprio Graciliano Ramos marca a distinção entre as dores causadas pela injustiça atuante em nossa sociedade de modo particular e aquelas inerentes aos humanos de qualquer tempo e espaço, implicando-se eticamente: “Dizem que somos pessimistas e exibimos deformações; contudo as deformações e miséria sempre existem fora da arte e são cultivadas pelos que nos censuram./ O que às vezes pergunto a mim mesmo, com angústia, Portinari, é isto: se elas desaparecessem, poderíamos continuar a trabalhar? Desejamos realmente que elas desapareçam ou seremos também uns exploradores, tão perversos quanto os outros, quando expomos desgraças? [...] Numa vida tranquila e feliz que espécie de arte surgiria? [...]. Felizmente a dor existirá sempre, a nossa velha amiga, nada a suprimirá”. Disponível em: <<https://www.correioims.com.br/carta/a-dor-existira-sempre/>>; acesso em out. 2019.

Tendo em vista a data da mencionada carta à esposa (28 de janeiro de 1936) e que o manuscrito autógrafa preservado mais antigo de *Infância* (referente ao capítulo –Samuel Smiles”) é de 18 de outubro de 1938, o pesquisador e professor Rodrigo Jorge Ribeiro Neves destaca tratar-se de um intervalo de tempo muito curto para que Graciliano tivesse esquecido o plano do livro – sobretudo com o duplo registro (anotação em papel quando sai do banheiro e a própria epístola) – porém, sem desconsiderar um possível equívoco do escritor no depoimento a Pacheco, trabalha com a seguinte hipótese: –Graciliano redefine seu projeto estético após a experiência na prisão. As condições orgânicas passaram a exigir a reconfiguração das condições estéticas e estruturais, impelindo o escritor a desviar para outros caminhos” (NEVES, 2016, p. 52). Se parece não restar dúvida do impacto do encarceramento para a obra de Graciliano, todavia parece importante levantar a seguinte questão: a prisão do escritor resultaria de fato em um desvio para outros caminhos em relação a seu projeto literário (plano) ou o aprofundaria (imprevisto incorporado e reconhecível quando retomado)?

As rupturas em termos de uma experimentação formal na obra de Graciliano sempre foram observadas pela crítica, como a análise de Lafetá mencionada já destacava. Antonio Candido, por exemplo, identifica no conjunto autoral em questão uma “unidade na diversidade”, de modo que lê-lo exigiria um “espírito de jornada, dispondo-se a uma experiência que se desdobra em etapas”, ao percorrer distintos espaços tais como o “sertão, a mata, a fazenda, a vila, a cidade, a casa, a prisão” e lidar com aqueles com quem vai encontrando nesses lugares, “fazendeiros, vaqueiros, empregados e funcionários, políticos e vagabundos” (CANDIDO, 2006, p. 18 e 17) e, como não incluir aqui, os presos políticos e os ditos comuns. Nessa trilha, Alfredo Bosi ressalta a alta tensão entre “eu do escritor e a sociedade que o formou” e “um coerente sentimento de rejeição”, “rejeição que marca o conjunto dos romances” (BOSI, 1994, p. 400 e 402). Trata-se, portanto, de aspectos constitutivos que não sofrem variações na visão do crítico, que não deixa de sublinhar, entretanto, que “a matriz de cada obra é uma ruptura”, ou seja, não apenas entre antes e depois da prisão (BOSI, 1994, p. 404).

Escrevendo sob o signo dialético por excelência do conflito, Graciliano não compôs um ciclo, um todo fechado sobre um ou outro polo da existência (eu/mundo), mas uma série de romances cuja descontinuidade é sintoma de um espírito à indagação, à fratura, ao problema. O que explica a linguagem díspar de *Caetés*, *Angústia*, *Vidas secas*, momentos diversos que só terão em comum o dissídio entre a consciência do homem e o labirinto de coisas e fatos em que se perdeu. E explica, em outro plano, o trânsito da ficção ao

nítido corte biográfico de *Infância e Memórias do cárcere*. (BOSI, 1994, p. 402; grifo meu)

Se nenhum dos livros de Graciliano Ramos se repete em termos de experimentação formal, todavia há em comum entre os livros escritos antes da prisão em 1936 (*Caetés*, *S. Bernardo e Angústia*) o fato de serem todos romances e narrados em primeira pessoa do singular. –Pronomezinho irritante” que será levado a um outro plano (mais abaixo conforme aqui se ensaia) no caso das memórias.

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear. (RAMOS, [1953] 2020, p. 13)

Na produção romanesca pré-cárcere temos protagonistas que de alguma forma podem ser identificados como autores a empenhar o –eu”, mas o eu assumidamente memorialístico evoca uma outra experiência de leitura. Forçado a encarar a própria cova, não de cima, mas de dentro dela, onde topou outros bichos subterrâneos, antes observados com maior distância, Graciliano retoma o ângulo da criança, para quem tudo o que *vê*, mesmo em parte, é enorme; tudo o que *ouve* soa ameaçador. O escritor converte o estigma da prisão em uma marca autoral ancorada em sua vivência e de sua repercussão em termos desse dado biográfico<sup>54</sup> que passa a fazer parte de sua identidade mas que o liga diretamente a um grupo do qual antes não fazia parte e ainda o integra apenas em parte: afinal, não se pode deixar de considerar as diferenças entre os presos políticos e os ditos comuns – enquanto os primeiros tendem a ser ainda mais respeitados por certos grupos e vistos por esses como vítimas de injustiça por representarem determinados valores, em geral democráticos perante uma ditadura ou a sua iminência, os segundos precisam em geral encobrir esse dado de sua biografia.

---

<sup>54</sup> –O primeiro ponto a ser considerado no que se refere a biografias é que assumimos que um indivíduo só pode, realmente, ter uma [...] por mais falsa, clandestina ou desarticulada que seja sua existência, por mais que esta seja governada por adaptações, impulsos e reviravoltas, os verdadeiros fatos de sua atividade não podem ser contraditórios ou desarticulados. Note-se que essa unicidade inclusiva da linha de vida está em flagrante contraste com a multiplicidade de –eus” que se descobrem no indivíduo ao encará-lo sob a perspectiva do papel social onde, no caso de a segregação entre papel e audiência estar bem manipulada, ele poderá sustentar com bastante facilidade egos bem diversos e, até certo ponto, pretender que não é mais algo que já foi” (GOFFMAN, 2019, ebook).

Nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre o seu estigma ser-lhe-á transmitida durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio. [...] quando o indivíduo compreende pela primeira vez quem são aqueles que de agora em diante ele deve aceitar como seus iguais, ele sentirá, pelo menos, uma certa ambivalência porque estes não só serão pessoas nitidamente estigmatizadas e, portanto, diferentes da pessoa normal que ele acredita ser, mas também poderão ter outros atributos que, segundo a sua opinião, dificilmente podem ser associados ao seu caso. (GOFFMAN, 2019, ebook)

Ao tratar dos estigmas, o sociólogo Erving Goffman também faz uma observação diretamente relacionada a essas marcas biográficas e a sua apropriação memorialística. Segundo ele, ao revisitar o próprio percurso, o estigmatizado elege em retrospectiva as experiências que explicam o agora quando aproximado de seus iguais (outros ex-presos, por exemplo) e dos demais. “Um acontecimento em sua vida pode, assim, ter um duplo significado na carreira moral, em primeiro lugar como causa objetiva imediata de uma crise real, e depois (e mais facilmente demonstrável), como meio para explicar uma posição comumente tomada” (GOFFMAN, 2019, ebook).

O esforço empreendido no encadeamento de eventos sucessivos em *Infância* cria a noção de uma sequência unificada que converteria aquele menino no outro lá adiante que escreverá determinados livros, trata-se da “ilusão biográfica”, conforme a formulação de Pierre Bourdieu: “Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de inícios, mas também é um objetivo” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Nela, a vida é concebida como um conjunto de acontecimentos coerentes e ordenados no tempo. Desse modo, não apenas parece evidente que o menino que lemos se tornaria o escritor que se tornou, como a retaliação por não dar continuidade, “desde menino”, a um determinado legado teria vindo tanto cedo (infância) quanto mais tarde (cárcere).

Conformando um “postulado do sentido da existência” ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo (BOURDIEU, 2006, p. 184), no menino como personagem de si verifica-se uma ruptura com o que esperavam dele como branco e descendente de pequenos proprietários decadentes, nascido e criado para dar continuidade a certa herança. Entretanto, tudo o que no menino indica esse rompimento com certos valores de sua origem faz com que ele coincida ainda mais com o escritor tal qual o conhecemos, não como o cidadão, mas por meio de seu projeto literário e todos aqueles discursos que o envolvem. Tomando como afirmação o que em Paul de Man surge como pergunta:

Assumimos que a vida produz a autobiografia como um ato produz suas consequências, mas não podemos sugerir, com igual justiça, que o projeto autobiográfico pode ele próprio produzir e determinar a vida e que aquilo que o escritor faz é de fato governado pelas exigências técnicas do autorretrato e portanto determinado, em todo seus aspectos, pelos recursos de seu meio? E, uma vez que a mimese pressuposta como operante é um modo de figuração entre outros, será que o referente determina a figura, ou ao contrário: não será a ilusão da referência uma correlação da estrutura da figura, quer dizer, não apenas clara e simplesmente um referente, mas algo similar a uma ficção, a qual, entretanto, adquire por sua vez um grau de produtividade referencial? (MAN, 2012)

Não se trata de questionar a veracidade dos episódios de *Infância*, nem de se aprisionar aos fatos verificáveis de uma dada biografia, mas atentar para a feitura-fatura incontornável, a localização entre a “exposição da verdade” e a “vida imaginária” como o lugar privilegiado dessas memórias. (CANDIDO, 2006a, p. 70). Importante ressaltar também que estamos no campo da infância, período no qual a própria apreensão do mundo está muito mais mediada pela imaginação como verdade do que outros. Entretanto, só os adultos têm infância. Quando uma criança brinca e inventa, ela não finge que brinca nem aloca a invenção apartada da verdade de seus dias como seção de entretenimento e fantasia. Mas quando se rememora alguma daquelas brincadeiras, elas voltam mediadas por todos os significados que naquele tempo eram desconhecidos. A partir de um determinado hoje, elas passam a carregar projeções posteriores, como aqui, no caso de Graciliano, são seus meses de prisão – um tempo que transborda para outros, avesso à ordenação de calendário. Tendo esses pressupostos em vista, a “ilusão” e a “fragilidade” parecem se converter em fidedignidade<sup>55</sup> e força, mantendo viva uma outra pergunta como esta que lança o filósofo francês Paul Ricoeur ao refletir sobre uma identidade coincidente através dos tempos:

Como causa primeira da fragilidade da identidade é preciso mencionar sua relação difícil com o tempo; dificuldade primária que, precisamente, justifica o recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro. Ora, a relação com o tempo cria dificuldades em razão do caráter ambíguo da noção do mesmo, implícita na do idêntico. De fato, o que significa permanecer o mesmo através do tempo? (RICOEUR, 2007, p. 94.)<sup>56</sup>

<sup>55</sup> Gosto dessa palavra, porque “fidedignidade” remete ao que é digno de fé, na medida em que fé não depende de algo que possamos nós mesmos atestar para crer; não estamos no campo da ciência de qualquer tipo e o próprio empirismo algo que não se atesta se não como expressão da experiência.

<sup>56</sup> Cf. *O si mesmo como outro*, em que Paul Ricoeur (2014) enfrenta os dois sentidos do idêntico: o *idem* que, mesmo que escondido permanece através do tempo, sempre presente, e ressurgiria sob o *ipse*, isto é, que, sendo *o mesmo* anunciado no título, nada diz do imutável em uma dada personalidade.

O *continuum*, apesar da fratura evidente, – o que permanece a ponto de o passado conter o futuro em um movimento que incorpora o imprevisto a um projeto – diz de uma obra que retrata as mazelas de uma nação arquitetada sobre o que arruína e segue arruinando e também de uma vida assaltada no interior desse mesmo projeto de destruição. A permanência no arcaico, com o tal chão que desmorona, se dá nas sucessivas fraturas como tradição nacional; *Infância*, em particular, mostra a continuidade do alicerçado no passado como “construção que já é ruína” a partir da perspectiva de quem, reduzido ele próprio à “ruína, imprestável” (RAMOS, [1953] 2020, p. 405), ressignifica tudo o que veio antes. Mais que algo parado no tempo, a noção de *atraso* irrompe em movimento incessante e atinge o que nos é mais atual, movido por uma máquina que registra em giro a repetição de certas horas: relógio de quem enxerga nos ponteiros a indicação de uma modernidade inacabada e sua violência constitutiva.

As pobres mãos inchavam, as palmas vermelhas, arroxeadas, os dedos grossos mal se movendo. Latejavam, como se funcionassem relógios dentro delas. Era preciso erguê-las. Finda a tortura, sentava-me num banco da sala de jantar, estirava os braços em cima da mesa, procurando esquecer as palpitações dolorosas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 113)

Nesse sentido, a justificativa de vocação é típica em memórias de modo geral e suplanta o caso de uma personalidade em particular:

Se os intelectuais insistem tanto em descrever as circunstâncias em que se sentiram atraídos pelo trabalho simbólico, quase sempre evocando personagens (um parente, um professor de primeiras letras, um padre, um letrado amigo da família) que pela primeira vez lhes teriam profetizado um futuro como artistas ou escritores, dedicando páginas sem conta ao relato de suas experiências de iniciação cultural (na escola, na igreja, nas brincadeira etc.), como se tais “*afanhas*” fossem indícios daquilo que viriam a ser, é porque não conseguem ocultar de todo os rastros que possibilitaram reconstruir as determinações sociais de sua existência. (MICELI, 2012, p. 83)<sup>57</sup>

A visada sobre os primeiros anos de vida articula, a partir do velho e atual (legado autoritário e escravocrata), uma gênese, lançando mão dos instrumentos da ficção, mas sem precisar ficcionalizá-la (no nascimento de um escritor que usará tudo o que viveu nesse meio como matéria-prima de seus escritos, travando um forte embate com esse mesmo

---

<sup>57</sup> Sobre esses casos, Miceli fala de uma “eufemização a que sujeitam sua história de vida” (2012, p. 85), entretanto, no caso das memórias de Graciliano não conseguimos, nem interessaria, medir o quanto há de exacerbação do contrário. O que qualquer um que já foi criança atesta é que, aos olhos dela, tudo se agiganta.

legado). Algo da herança transmitida é negada, não como uma decisão primordial mas como que no susto e na falha dessa mesma transmissão, gerando um *acontecimento*<sup>58</sup> do qual só terá condições de se apropriar em retrospectiva.

### 1.3 Em liberdade?

Logo após ser colocado em liberdade, Graciliano Ramos inscreveu *A terra dos meninos pelados* em um concurso de literatura infantil do Ministério da Educação e Saúde. O livro que faz alusões à cadeia classificou-se em terceiro lugar e o escritor foi recebido pelo ministro Gustavo Capanema como parte de uma “estratégia de sedução” na qual o Estado buscou se aproximar daqueles que poderiam ser considerados inimigos (FLORENT, 2011, p. 113). A respeito, Graciliano escreve em carta de 28 de fevereiro de 1937 a sua esposa: “Zélinas acha excelente a nossa desorganização que faz com que um sujeito esteja na Colônia hoje e fale com ministros amanhã: eu acho ruim a mencionada desorganização que pode mandar para Colônia o sujeito que falou com o ministro” (RAMOS, 2011, p. 240). No dia de seu aniversário de 50 anos, em 1942, Graciliano recebeu o Prêmio Felipe de Oliveira. O jantar em sua homenagem reuniu mais de setenta intelectuais, entre eles, mais uma vez estava Capanema, reforçando “o sentido de desagravo político contra a prisão” (LEBENSZTAYN & SALLA, 2014, p. 123, n. 5). O ministro ouviu junto dos demais o “Discurso de agradecimento” do escritor, que trazia as seguintes alusões ao seu encarceramento:

Embarquei em Maceió sem pagar passagem, saltei no Recife, embarquei de novo e estive alguns dias mal acomodado, não porém em situação pior que a de numerosos viajantes, pois o navio era uma insignificância, muito suja, e nos tinham reservado o porão. Aqui [Rio de Janeiro], num carro fechado, não pude admirar as roupas novas e os arranha-céus. Alojiei-me num quarto molhado, transferei-me a outro, já ocupado por legiões de insetos domésticos, morei numa estalagem onde pijamas eram roupas de luxo, que se vestiam pelo avesso, porque muitos dos habitantes costumavam introduzir com habilidade as mãos nas algibeiras alheias e esvaziá-las. [...] Esses livrinhos já foram considerados fatores de corrupção, matéria escandalosa. É verdade que não se fez o ataque de modo preciso, em conformidade com as regras; tendo-me, porém, sucedido um desarranjo (com viagens gratuitas, porões, jejum, insetos incômodos referidos), certo crítico nordestino, que pouco antes me surgira com uma carta de recomendação, muitos sorrisos e um pedido, logo viu nos meus escritos perversidades horríveis e reclamou para mim os mais severos castigos.

<sup>58</sup> Não como algo aleatório, mas do que gera “rupturas e descontinuidades mais fundamentais”, nas palavras de Chartier (2009, p. 67) que, a propósito, cita Foucault, destacando justamente uma passagem que o autor de *Vigiar e punir* se refere à relação de forças que se inverte, por exemplo, no uso de um vocabulário que se volta contra seus utilizadores.

Várias pessoas discordaram, mas não estavam em condição de revelar-se. E o juízo do rigoroso censor prevaleceu durante um ano. (RAMOS, 2012b, p. 209, 210-211)

Não se pode deixar de levar em conta nessa contextualização o fato de, em 1939, Graciliano Ramos ter sido nomeado Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro. A ocupação desse cargo muitas vezes é mencionada para se julgar a posição do escritor em relação ao regime getulista, como o faz, por exemplo, Ledo Ivo:

Quando Graciliano deixou a cadeia, o ditador Vargas nomeou-o fiscal de ensino; e foi-lhe dado, ainda, um *bico* no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que funcionava no Palácio Tiradentes – isto é, no próprio local do crime. Ali, o autor de *Caetés* fazia o copidesque de quase toda a literatura ideológica do Estado Novo. Lembro-me de uns originais que estava corrigindo e me mostrou. O autor, no auge de seu entusiasmo pelo *regime* (como se dizia então) e pela figura providencial de Vargas, assim começava uma frase: –Mas, no entanto, contudo, todavia, o Estado Nacional...” Diante dessa magnífica sucessão de conjunções. Graciliano Ramos não se conteve. Fez uma alusão bastante desprimorosa à genitora daquele cientista político e disse-me, baixando a voz: —“Vu deixar só uma”. Como boa parte dos expoentes da intelectualidade da época, colaborava na *Cultura Política*, a revista editada pelo DIP. (IVO, 1976 *apud* FACIOLI, 1987, p. 65)

Por sua vez, Valentim Facioli, no mesmo texto em que cita o comentário de Ivo, classificando-o como “voltado para a polêmica”, afirma: –A colaboração de Graciliano com a imprensa oficial do Estado Novo getulista por sua extensão, duração e significação dificilmente seria explicada pela mera dificuldade de sobrevivência, como parece ser a versão que tende a se “oficializar” (FACIOLI, 1987, p. 65). –Observe-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos”, escreve Carlos Drummond de Andrade em –A rotina e a quimera”, crônica iniciada com outra afirmação afinada com esse tópico: –Sempre se falou mal de funcionários” (DRUMMOND, 2011, p. 111).<sup>59</sup> Fazendo menção a esse mesmo texto do poeta de Itaboraí,

<sup>59</sup> Publicado originalmente no *Correio da Manhã*, 6 jun. 1948, e na *Folha do Norte*, em 13 jun. 1948, sob o título –Do funcionário-escritor”. Em defesa de Drummond, a propósito, no prefácio de Antonio Candido ao trabalho de Sergio Miceli sobre as relações entre os intelectuais e a classe dirigente, o crítico literário lança mão de argumento similar ao recorrentemente usado para o caso de Graciliano: –Talvez, repito, não seja grave se pensarmos apenas no resultado final e só focalizarmos o processo. Mas o fato é que no processo estão envolvidos os homens, com a sua carne e a sua alma, de modo que conviria acentuar mais que um Carlos Drummond de Andrade “serviu” o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que as suas ideias contrárias eram patentes e foi como membro do gabinete do ministro Capanema que publicou os versos políticos revolucionários de *Sentimento do mundo* e compôs os de *Rosa do povo*” (2012, p. 74). No ensaio –Revolução de 1930 e a cultura”, reunido em *A educação pela noite*, cita mais uma vez o “livro pioneiro” de Miceli, para tratar deste processo “cheio de paradoxos” envolvendo a cooptação, mas não sem destacar que a tal estudo

reunido em *Passeios na ilha*, e que é epígrafe do capítulo “Os intelectuais e o Estado”, o sociólogo Sérgio Miceli diferencia e aproxima o que ele nomeia de funcionários-escritores e escritores funcionários:

Os intelectuais cooptados pela administração federal não tiveram que pagar o mesmo preço ao Estado e ao mecenato oficial: os funcionários-escritores tiveram que se curvar às diretrizes políticas do regime, os escritores-funcionários puderam se abrigar sob a postura de uma “neutralidade” benevolente em relação ao Estado, o que lhes permitiu salvar muitas de suas obras do aceso das lutas políticas. Nas palavras do maior poeta nacional, os integrantes de ambos os grupos se comportaram como “poetas ajuizados” que, em meio a essa “mansidão subvencionada”, tentaram construir “edifícios de nuvens”. (MICELI, 2012, p. 237)

Em seu estudo dos manuscritos de *Infância*, Eliane Jacqueline Mattalia mostra que três folhas em que havia o timbre do Departamento de Imprensa e Propaganda tiveram a margem superior original cortada. Outras seis folhas timbradas do DIP serviram de suporte para trechos dos capítulos “Dona Maria”, “Leitura”, “Seu Ramiro”, “Um enterro”, “Um incêndio”, além de um que é suprimido por rasura (1996, p. 50). Já em *Intelectuais à brasileira*, Sérgio Miceli sublinha, entre outros aspectos, o domínio do Estado Novo em relação a atividades nos campos do ensino e da produção e difusão cultural, uma vez que era seu principal investidor e agente de consagração.

Descendente de família em declínio econômico,<sup>60</sup> Graciliano Ramos está entre aqueles escritores que, segundo as categorias elencadas pelo sociólogo, objetivam em seus escritos certo distanciamento em relação à sua classe e, ao escrever sobre a própria infância, tendem a “reivindicar para suas memórias uma apreciação fundada apenas em critérios estéticos”, dificultando “o rastreamento das mediações práticas que se colocam na raiz de sua habilitação para o trabalho intelectual, por outro lado, tendem a privilegiar certos eventos que prenunciam a gênese social de uma ‘sensibilidade’ de escritor” (MICELI, 2012, p. 85).

A não vinculação do tempo de menino com o presente da escrita das memórias parecia ser de fato o que se anunciava na imprensa da época, como se lê no exemplo abaixo,

---

—seria preciso todavia acrescentar que o serviço público não significou e não significa necessariamente identificação com as ideologias e interesses dominantes [...] A sua margem de oposição vem da elasticidade maior ou menor do sistema dominante, que os pode tolerar sem que eles deixem com isto de exercer sua função corrosiva” (CANDIDO, 2006b, p. 236).

<sup>60</sup> Tema que Graciliano explora, por exemplo, nas figuras de Seu Ribeiro, de *São Bernardo*, de Luís da Silva, de *Angústia*, e dele próprio em *Infância* (sendo os dos últimos netos de proprietários decadentes retratados nas respectivas obras, ponto que será retomado adiante).

retirado de “Graciliano Ramos, aos cinquenta anos”, reportagem biográfica de Francisco de Assis Barbosa, publicada em *Diretrizes* em 1942 com título —“A vida de Graciliano Ramos”:

Agora o escritor se volta para os tempos de Buíque. Só escreverá as memórias da infância como para mostrar a tragédia das crianças incompreendidas e maltratadas. Grande parte do livro já está concluída. Breve os originais serão entregues ao editor José Olympio. (RAMOS, 2014c, p. 113)

Voltar-se para os tempos de Buíque, sertão pernambucano onde viveu até os sete anos, parece significar em alguma medida, nessa notícia, deslocar-se para um lá longe no tempo e no espaço. Por sua vez o “Só escreverá” carrega algo de restrição, ainda que a referência às crianças maltratadas rompa com a solução imaginária dos verdes anos amamentado no seio de uma nação-mãe, “gigante pela própria natureza”, “a transbordar carinhos” (BILAC apud CHAÚÍ, 2013, p. 147), conforme nosso mito fundador.<sup>61</sup>

Segundo Thiago Mio Salla, nas colaborações para *Cultura Política*, periódico estadonovista para o qual Graciliano escreveu entre 1941 e 1944,<sup>62</sup> o escritor “não endereça suas críticas ao *status quo* getulista, ou seja, ao Nordeste de seu momento de enunciação [...] [e] recuava suas narrativas num longínquo passado sertanejo, tratando-as de maneira distanciada (com ênfase na utilização da terceira pessoa)” (2016, p. 25). Entretanto, o pesquisador cita, por exemplo, a dubiedade na forma como o alagoano retrata “um coronel sertanejo, enquanto personificação da política individualista da Primeira República [...], deixando em aberto se essa figura fora eliminada pelo Estado que se dizia Novo ou se ela continuava atuante na vida local brasileira”, portanto, denunciando de modo enviesado ao orientar-se por um “efeito de ficção”, mas de forma “ajustável às coordenadas traçadas pelo periódico” de direita, que, de sua parte, tratava de cuidar da devida aparelhagem paratextual de exaltação do Novo. Em 1946, já findo o regime, alguns desses mesmos textos foram publicados em um veículo de esquerda, a *Revista do Povo: Cultura e Organização Popular*, sem qualquer modificação (SALLA, 2016, p. 26 e 28). Isso posto, interessa menos averiguar a retidão ético-documental de Graciliano Ramos nas relações que estabeleceu com o governo

---

<sup>61</sup> “Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e por isso mesmo não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.” (CHAÚÍ, 2013, p. 151; grifos no original)

<sup>62</sup> Destaque para o conjunto de quadros nordestinos que, em sua maioria, foi reunido em *Viventes das Alagoas* (1962).

que o encarcerara e mais identificá-la como mais um dado extratextual mediador de leitura,<sup>63</sup> e que tem no dado da prisão um adensamento.

Se por um lado os textos de *Infância* parecem tratar de determinadas questões intrínsecas às violências como base das relações na sociedade brasileira, sem se comprometer ainda mais no presente marcado pelo recrudescimento autoritário, burlando-o de perto (e mesmo de dentro da máquina estatal), por outro, a conjugação entre a necessidade de ganhar dinheiro com a própria literatura e manter-se fiel a um projeto literário alinhado com convicções políticas, sobretudo depois do cárcere, talvez não seja de todo uma contradição. Há aproximações possíveis entre o progressismo varguista e o do próprio Graciliano como alguém alinhado à esquerda, uma vez que o marxismo, oriundo de Hegel e do iluminismo, também propagandeava o avanço por meio do trabalho e da técnica, e a concepção etapista do processo histórico era adotada pelo PCB desde os anos 1920, a partir da diretriz da Internacional Comunista para países colonizados ou dependentes como o Brasil (ALVES, 2016, p. 80).<sup>64</sup>

O que parece importante ponderar é a diferença entre o que resta formalizado na obra de Graciliano acerca do paradoxo do traumático como formação e sua continuidade, e o que nessa formalização contém de denúncia com vistas a atuar sobre tal situação em que se encontra o país desde seus começos. Embora a presente leitura proponha que se possa ler *Infância* suspendendo a ideia do tempo como evolução linear, isso não significa que Graciliano Ramos não professasse a crença numa “concepção humanitária e qualitativa de progresso”.<sup>65</sup> Se é possível ler nessas memórias o precipitado de tantos outros tempos até

<sup>63</sup> Com uma série de paratextos envolvidos, o que inclui sua única biografia de autoria de Denis de Moraes)

<sup>64</sup> Sobre a criação literária à sombra do controle policial e dos posicionamentos convergentes entre Graciliano Ramos e o estadonovismo, tais como a integração territorial e valorização da realidade nacional cf. a tese “O cronista, o menino, o mentiroso e outros heróis: Graciliano Ramos e o Estado Novo”, de Edmar Monteiro Filho (2018).

<sup>65</sup> Tomo aqui emprestada a formulação de Silviano Santiago ao citar, em seu *Fisiologia da composição* (2020), o rechaço inaugural na literatura brasileira de Machado de Assis e de Clarice Lispector por essa mesma concepção do tempo em ascensão que suspeito acreditar Graciliano, não sem o risco de estar errada. Entretanto, afirmar categoricamente o contrário também parece incorrer em erro. O crítico que, a propósito, estreou como escritor com a publicação de *Em liberdade* (1981), romance em que encarna a escrita do alagoano, e portanto o próprio Graciliano como personagem-autor, para conceber em primeira pessoa um diário íntimo falso dos dias que sucederam sua saída do cárcere, não trata nessa menção específica do caso de Graciliano, embora *Memórias do cárcere* e *Em liberdade* sejam o centro de ensaio reunido nesse mesmo livro, é preciso reforçar. Para o que concerne à perspectiva evolutiva do tempo vivido, Santiago hospeda-se no ensaio *A ideia de progresso à luz da psicanálise*, de Herbert Marcuse, sobre o qual faz uma observação em nota que é instigante ter em mente para se pensar Freud e a revolução tida como certa para Graciliano: —A principal tese do ensaio diz que as ideias de Freud sobre cultura são coniventes com a concepção de trabalho alienado, isto é, com o trabalho que se confunde com a existência. Em lugar de ler (com) Freud, para lembrar o célebre jogo de Guy Rossolato, ele lê (contra) Freud. [...] Questionar o primado do princípio de realidade pela afirmação progressiva do princípio de prazer. A conclusão a que chega por outros caminhos não se diferencia de afirmações derivadas do pensamento

atingir o nosso, portanto, posteriores e anteriores aos que elabora, como aqui se propõe, isso não significa necessariamente que tal alcance tenha sido premeditado por seu autor. Graciliano, a despeito de sua notória falta de otimismo e que nada em sua obra sugira a crença em qualquer redenção, tinha uma visada da história própria da modernidade, isto é, a via como um progresso, ou não teria motivo para ter se filiado ao Partido Comunista em 1945. Progressismo que em muitas passagens de seus escritos revelam uma faceta que hoje não passaria isenta de críticas em certos campos da esquerda.<sup>66</sup>

Para Graciliano, o medo de uma revolução vermelha que orientava muitos brasileiros e a dúvida sobre a possibilidade de uma conciliação de classes pareciam um jogo perigoso, no qual amigos se converteriam facilmente em inimigos: “Os interesses da propriedade, grande ou pequena, a lançariam com certeza no campo do fascismo, quando esta miséria ganhava terreno em todo o mundo. Em geral a revolução era olhada com medo ou indiferença” (RAMOS, [1953] 2020, p. 83). Mesmo assim, seus textos, ainda que carregados de má sina e de uma atmosfera sufocante e sem saída, lançam acusações contra tudo aquilo que impediria essa marcha como processo humano em termos revolucionários tido como algo certo:

Não sou de ideais, aborreço empolas. O que eu desejava era a morte do capitalismo, o fim da exploração. Ideal? De forma nenhuma. Coisa inevitável e presente: o caruncho roía esteios e vigas da propriedade, de pouco serviam os meus livros e as divagações de Xavier. De qualquer maneira rebentaria uma revolução de todos os demônios, seríamos engolidos por ela. (RAMOS, [1953] 2020, p. 91-92)

---

de Clarice [tanto acusada de ser alienada em matéria do trato das questões políticas e sociais]: “Talvez seja menos irresponsável hoje pintar uma utopia fundamentada que difamar como utópicos estados e possibilidades que se tornaram desde há muito possibilidades realizáveis.” (SANTIAGO, 2020, p. 149, n. 65).

<sup>66</sup> Cito, por exemplo, a crônica “Um velho cartão-postal”, reunida em *Linhas tortas*, em que, a partir de uma lembrança de infância sobre uma representação do Brasil feita por um estrangeiro, afirma: “Uma parte do brasileiro quer civilizar-se, a outra conserva-se bugre, pintada a jenipapo e urucu; usa enduape e tem saudade da antropofagia” (RAMOS, 2015, p. 246). Em *Memórias do cárcere* Graciliano trata o indígena como “componente inicial – e por isso mesmo, logo suprimível: etapa étnica e histórica a ser inevitavelmente superada e enterrada” (STERZI, 2017, p. 219), além de revelar descrença na capacidade dos trabalhadores da zona rural frente a uma possível reforma agrária e da tomada de consciência que não fosse insuflada de fora para dentro: “as populações da roça distanciavam-se enormemente do litoral e animalizavam-se na obediência ao coronel e a seu vigário, as duas autoridades incontrastáveis. Muitos anos seriam precisos para despertar essas massas enganadas, sonolentas – e a propaganda feita em alguns meses naturalmente fora escassa. Organização precária. Agitação apenas, coisa superficial. Reuniões estorvadas pela polícia, folhas volantes, cartazes, inscrições em muros, pouco mais ou menos inúteis. Lembrava-me de um desses conselhos, negro, a piche: “Índios, uni-vos.” Nunca vi maior disparate, pois naquele subúrbio de capital pequena não vivia nenhum índio. Difícil que essas criaturas analfabetas, espalhadas nos cafundós de Mato Grosso e do Amazonas, tomassem conhecimento da legenda. E para que nos serviria a união dos índios, santo Deus? Absurdos semelhantes pressupunham desorientação. [...] Se se oferecesse ao vaqueiro a divisão de terra, ele se alarmaria: o seu trabalho se tornaria impossível. E não podemos admitir, como se tem feito, o regime feudal nesses lugares: o que por lá existe é ainda o patriarcado bíblico. (RAMOS, 2020, p. 56)

Nessa toada, e suas intrínsecas ambivalências, “-Θ fim do mundo” (1942), “-Θ moleque José” (1943) e “-Θ barão de Macaúbas” (1943), capítulos de *Infância*, assim como o conto “-Insônia”,<sup>67</sup> foram publicados na *Atlântico – Revista Luso-Brasileira*, editada pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) do Estado Novo Português e pelo DIP nos anos mencionados. O periódico era o resultado do Acordo Cultural assinado em 4 de setembro de 1941 no Palácio do Catete pelos governos português e brasileiro com o objetivo de estreitar laços por meio de um intercâmbio cultural, e a presença desses textos na revista pode ganhar distintas interpretações.

Se por um lado, os capítulos de *Infância* publicados em *Atlântico* são narrativas tomadas em favor de elos ditos fraternos entre Brasil e Portugal totalitários, por outro, questionam valores-base dos regimes que patrocinam o veículo, ao tratarem respectivamente do obscurantismo religioso e suas ameaças de castigo para exercício de poder (“-Θ fim do mundo”), de desdobramentos da escravidão (“-Θ moleque José”) e da educação como instrumento de dominação (“-Θ barão de Macaúbas”). Esse último, por exemplo, foi publicado no número 4 da revista com a seguinte nota da redação: “É evidente que, quando o autor classifica de ‘\_estranha’ a língua de Camões, não fala como notável escritor, que é, da língua portuguesa, mas como a criança sertaneja que foi”. A respeito dessa citação, Thiago Mio Salla observa:

No discurso de afirmação nacionalista propagandeado pelo Estado Novo, o autor de *Os Lusíadas* figurava como manifestação sublime da glória do gênio português. Nesse movimento, ressaltava-se apenas o caráter épico dos descobrimentos de modo a reforçar, no presente salazarista, a noção de que a grandeza da pátria lusa estava indissolivelmente ligada à noção de império colonial. Segundo tal diretriz, recusar Camões equivaleria a recusar a magnificência da nação portuguesa (metrópole e colônias), bem como da própria “civilização lusíada”. (SALLA, 2016, p. 175)

No capítulo em questão, o pedantismo, coalhado de “adjetivos colhidos no dicionário” do barão de Macaúbas, junta-se ao catálogo das leituras como castigo. O menino, entretanto, mantém uma esperança – em relação à qual o narrador adulto trata logo de marcar um distanciamento: “naquela idade ninguém é inteiramente pessimista” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 132). Nesse ponto, menino e adulto não coincidem, mas parecem concordar sobre a dificuldade de ler Camões àquela altura da vida, embora o menino oscile entre o sentimento

<sup>67</sup> Inicialmente recolhido pelo autor em *Dois dedos* (1945), “-Insônia” é publicado no n. 5 de *Atlântico*, que tem como texto de abertura o “Discurso de posse na Academia de Letras” de Getúlio Vargas.

de ser ele próprio o culpado pela limitação (se tem culpa, tem mesmo de penar) e a desconfiança que se torna a certeza transmitida pelo adulto (pedagogia da violência) na eleição dos verbos “infligir” e “compelir”, em consonância com o léxico orquestrado em *Infância* de modo mais amplo.

Foi por esse tempo que me infligiram Camões, no manuscrito. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas, o dos passarinhos, da mosca, da teia de aranha, da pontuação. Deus me perdoe. Abominei Camões. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 132)

Quando estive em Lisboa em viagem realizada em 1952, Graciliano, por sua vez fez questão de acentuar em entrevista concedida a Marques Gastão que tinha Camões em alta conta, inclusive tendo-lhe marcado de maneira decisiva a forma de apreciar a poesia, portanto, em aparente consonância com o conteúdo da nota de *Atlântico*. Entretanto, o ponto principal do capítulo em questão centra-se na educação como instrumento de dominação. Dominação essa que começa no próprio fato de nossa língua oficial ser o português, a do colonizador, mas que, no final das contas, diferencia-se da falada pela gente nos distintos Brasis, cumprindo-se assim como resistência – tópico caro ao escritor alagoano inclusive no embate com modernistas. Mas note-se que Graciliano fala ainda de um silenciamento após a produção da geração de 30 que, entre os “tantos fatores” aludidos, pode incluir a autocensura. Afinal, mesmo em liberdade e já em seu derradeiro ano de vida, o escritor nunca está assegurado diante da possibilidade de “novas encencas”.

— Mas... o que pensa da literatura brasileira? — insistimos.

— Oiça: eu não quero responder, porque a minha resposta parece mal... Não sou otimista em relação com a literatura brasileira... Os que fizeram alguma coisa calaram-se depois, e esse silêncio é uma covardia... Minha covardia e deles...

— Mas a que atribui esse silêncio?

— A tantos fatores! Não há novos valores no romance brasileiro, depois do surto do romance nordestino de 1932 a 1935... Depois, foi a curva descendente da literatura de ficção.

— Não será pessimismo?

— Talvez seja o pessimismo da minha idade, talvez seja a opinião de um selvagem, mas é uma opinião...

— E na poesia?

— Qual poesia? A clássica ou a moderna? Para mim, eu não entendo essa coisa que os modernos chamam de poesia, e melhor não falarmos nela, sabe? Eu tinha sete anos quando me meteram Camões nas mãos e me

fizeram decorar *Os Lusíadas*. Ficou-me o gosto da lírica épica e o canto V com o Velho do Restelo, o Adamastor... Posso lá entender os poetas de hoje... (apud SALLA, 2016b, p. 323-324)

Nessa mesma entrevista, em que Graciliano faz questão de recordar sua prisão, fica evidente a relação entre seu conhecido “pessimismo” (tantas vezes carregado de ironia e de um suspeito autodesprezo) quando contraposto ao otimismo do menino “naquela idade” e o que ele próprio vislumbrou do que estaria ao alcance da literatura em termos de uma intervenção concreta em seu tempo por meio de posições pessoais expostas nos textos.<sup>68</sup> A irrelevância dada às memórias de infância pelo entrevistador e de toda a produção pós-cárcere, a propósito, deixa evidente que ele não questiona a versão do entrevistado ao cancelar a suposta derrota, afinal memórias nem sequer tratam das questões do agora, nessa perspectiva: “Publicou *Infância*, um livro de memórias e pouco mais”.

Graciliano Ramos figura entre os escritores escolhidos para representar a literatura brasileira em páginas salazaristas-getulistas ao mesmo tempo que está entre aqueles que, como Jorge Amado, José Lins do Rego, Érico Veríssimo e Amando Fontes,<sup>69</sup> influenciaram a combativa produção neorrealista lusitana, antissalazarista por princípio.<sup>70</sup> Todavia, a preocupação de José Osório de Oliveira, em carta a António Ferro, data de 5 de março de 1942, parece justamente a de não marcar um combate claro aos valores dessa literatura engajada, sugerindo uma falsa imparcialidade no recorte editorial de *Atlântico*:

Como você sabe, a crítica literária, numa revista de literatura, é a parte mais melindrosa. Se não fizermos críticas a certos livros por causa da sua

<sup>68</sup> Isenção que Graciliano enxergava na obra de Machado de Assis e mencionada na mesma conversa. Apesar da crítica equivocada, considerava-o o maior escritor brasileiro.

<sup>69</sup> Em tais autores do chamado romance social brasileiro, os neorrealistas portugueses descobriram um “modelo funcional de produção literária que operasse como veículo ideológico (a que as obras de Graciliano Ramos, numa primeira leitura, não se prestavam)” (DUARTE, 2008, p. 40). “É talvez por isso o papel de Graciliano Ramos nesse surto tenha sido dos menores”, ainda que Carlos de Oliveira tenha logo descoberto nele “o maior de todos”, segundo depoimento de Mário Dionísio (BAPTISTA, 2005, p. 102 e p. 129). Se com seu estilo seco, retrato desolador e personagens amarguradas e ensimesmadas, o autor de *Vidas secas* não possui atrativos como os demais, “José Fernandes Fafe assinalará [...] a importância da experiência pessoal e não da mera observação da realidade, uma qualidade que considera essencial para os escritores neorrealistas portugueses e que encontra patentes em Graciliano” (DUARTE, 2008, p. 38).

<sup>70</sup> “O tópico da infância [...] é uma das dimensões mais significativas da construção e conquista da contra-hegemonia cultural do neorrealismo à política salazarista e ao seu fortíssimo investimento simbólico, político-organizativo e repressivo em torno dessas faixas etárias. Para os neorrealistas, a criança é um dos ícones da esperança, da emancipação social e da potência transformadora de futuro. O recurso à infância nas figurações artísticas e literárias combina o ensejo de denúncia com uma dimensão pícaro e, fundamentalmente, lírica”, escrevem Carina Infante do Carmo e Violante F. Magalhães sobre a exposição *Miúdos, a vida às mãos cheias: a infância do Neorrealismo português* (Museu do Neorrealismo, Vila Franca de Xira, Portugal, 14 dez. 2017 a 30 set. 2018). As curadoras atentam neste mesmo texto, publicado em um folder disponível aos visitantes da mostra, que recorrer à infância como uma aposta era uma forma de lidar com a censura.

tendência (não falo de livros de doutrina mas de obras de ficção) vão acusarmos de pretender esconder do Brasil a existência de uma literatura neorrealista, com preocupações sociais que, aliás, a Censura não viu inconveniente em —consentir”. Agrava o caso a circunstância de no Brasil essa literatura ser, hoje, a mais generalizada. Se entregarmos a crítica a um só, vão acusar-nos de parcialidade na apreciação das obras pela escolha do crítico. Enfim, considero isto um problema e gostaria que você resolvesse. (apud SALLA, 2016b, p. 165-166)

A respeito dos escritores colaboradores, o secretário da redação, José Osório de Oliveira,<sup>71</sup> escreve em carta a José Manuel da Costa, datada de 26 de outubro de 1945, que —quase todos esses dedicados adeptos e servidores do nosso Espírito nunca receberam de Portugal a menor prova de atenção: o envio de livros, uma referência nos jornais, uma condecoração ou um convite para visitar Portugal ou, mesmo, muitos deles, um pedido de colaboração para a própria *Atlântico* (OLIVEIRA, 1945, p. 565).

Em 1943, José Osório de Oliveira envia um exemplar de seu *Aspectos do romance brasileiro* a Graciliano com a seguinte dedicatória: —A Graciliano Ramos, com admiração que há muito conhece, comunicando o prazer com que tem publicado na *Atlântico* as suas narrativas, espera do sempre prometido exemplar da *Angústia*”. Conforme constatou o pesquisador Thiago Mio Salla, na folha de rosto do volume enviado ao português se lê a seguinte missiva:

Muito obrigado pela remessa de seu *Aspectos do romance brasileiro*, recebido com atraso porque as comunicações estão difíceis. Especialmente agradeço o que diz sobre mim, com benevolência, com injustiça. E a publicação de alguns capítulos de um livro [*Infância*] que sairá este ano ou no princípio do vindouro. Agora lhe mando *Angústia*, que V. reclama. Não o remeti quando ele veio a lume porque naquele tempo, agosto de 1936, eu vivia fora do mundo. Entrei em circulação no começo de 1937. Penso que já lhe expliquei isto. Enviar-lhe-ei brevemente, se não surgirem novas encrencas, o volume de memórias de que V. tem visto umas páginas. Rio-Junho-1944. (apud SALLA, 2016b, p. 150-151)

Nas páginas finais do número 3 de *Atlântico*, destaca-se que o periódico, por ser uma revista de cultura, de literatura e arte, —por natureza, abstém-se de tratar, nas suas

---

<sup>71</sup> Como funcionário do Ministério das Colônias de Portugal, José Osório de Oliveira esteve várias vezes no Brasil e tinha ligação com Mário de Andrade, com quem manteve troca de cartas. No Arquivo Salazar constam relatórios sobre suas missões culturais. Em um deles cita a —acusação de ser um salazarista” e —enviado” do então chefe do governo português, ao que comenta: —Entendo que o valor do que eu dissesse dependia em grande parte da minha independência política, isto é: que a admiração que eu testemunhasse (e que realmente sinto) pelo Doutor Oliveira Salazar valia mais por ser livre [...]. Falando com um escritor comunista [não identificado] ouvi dele estas palavras: —Confio em si, e acredito agora que Salazar não é aquilo que se diz por cá: uma espécie de Franco, de Mussolini ou Hitler, embora continue a ser contra ele” (OLIVEIRA, 1945, p. 563).

páginas, dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal” (1943, p. 211). Trata-se do contexto em que o Brasil passou a estar oficialmente ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, enquanto Portugal se mantinha na condição de neutralidade, mas não deixa de ser uma afirmação que busca escamotear, de modo mais abrangente, o fator ideológico da revista, pautado pelo mote de ~~“~~uma atitude fraterna que o sangue impõe”. Palavras essas que recalcam as bases de uma relação de ~~“~~sangue”, sim, mas aquele derramado pela violência da colonização escravocrata e suas consequências, e do qual ~~“~~Onoleque José”, publicado justamente nesse número, trata.

## 2. Entre tempos e espaços

*Vivo. De quê? Infância ou futuro  
não decrescem...*

Rainer Maria Rilke

*Liberdade completa ninguém desfruta: começamos  
oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a  
delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos  
limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda  
nos podemos mexer.*

Graciliano Ramos

*Com a infância: que a palavra é a única coisa que nos  
resta da época em que ainda não éramos falantes.  
Todo o resto, perdemos – mas a palavra é a relíquia  
ancestral que conserva a lembrança da infância, a  
pequena porta através da qual podemos, por um  
instante, retornar a ela.*

Giorgio Agamben, *Coisas que vi, ouvi, aprendi...*

### 2.1 Um verão incompleto

Apesar das recorrentes considerações sobre as lacunas, imprecisões e embaralhamentos próprios das memórias, a disposição dos capítulos de *Infância* trabalha em favor de um indiscutível efeito cronológico que acompanha as idades do menino, caracterizando-se como um livro bastante convencional nesse sentido. No entroncamento entre o que atravessa esse avançar dos anos e o que escapa à apreensão de um relato contínuo e totalizante, há, entre outras, a reconstituição do que sempre esteve sujeito a apagamento, recuperando instantes, objetos e também personagens desaparecidos em uma topografia própria de *Impressões da infância*, conforme o título provisório aludia,<sup>72</sup> isto é, o que diz de vestígios, de tudo aquilo que por ali passou e deixou suas marcas.

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se,

<sup>72</sup> Na segunda prova tipográfica para a primeira edição do livro “Impressões da” é suprimido da folha de rosto e das páginas ímpares (Arquivo IEB – USP, Fundo: Arquivo Graciliano Ramos, código de referência: GR-M05.54).

*completam-se e me dão hoje impressão de realidade. Formamos um grupo muito complexo, que se desagregou. De repente nos surge a necessidade urgente de recompô-lo. Define-se o ambiente, as figuras se delineiam, vacilantes, ganham relevo, a ação começa. Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos. Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiram os caracteres em determinadas circunstâncias? O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência? Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão. (RAMOS, [1953] 2020, p. 12-13; grifos meus)*

Na toada dessa advertência em *Memórias do cárcere*, o que está esquecido ou resta impreciso e sujeito à confirmação ou contestação de terceiros está lado a lado com o que é possível *completar* também em *Infância*, retirando do esquecimento ou ainda fazendo ver aquilo que se queria escondido, sumido, afastado e isolado em segurança máxima. Ainda que o que escapa também seja intrínseco à linguagem na medida em que toda palavra em si é faltosa, anúncio daquilo que já não está, para Graciliano Ramos, “a palavra foi feita para dizer”, ainda mais quando foi sujeita a ser calada, na etimologia do infante, nos meses de prisão sob a ameaça de morte.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “~~al~~ como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo. (BENJAMIN, 2012, p. 243-244)

De modo que esse “~~o~~ momento do perigo” se estende da infância ao cárcere.

Na abertura das *Memórias do cárcere*, o narrador chama a atenção para a quebra do silêncio – “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos por que silencieei e por que me decido” (RAMOS, [1953] 2020, p. 9) –, mas não sem assumir as omissões: “Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance” (RAMOS, [1953] 2020, p. 12).

Em *Infância*, a menção à “~~o~~missão” é curiosa. Ainda que “~~o~~ espaço”, “~~o~~ falta”, “~~o~~ hiato”, “~~o~~ lacuna”, “~~o~~ lapso”, “~~o~~ vácuo” sejam alguns de seus sinônimos, em primeira acepção, “~~o~~missão” remete mais a uma supressão intencional do que ao mero esquecimento. Omitir é ato efeito desse ato que se concretiza pela falta diante do que era esperado. Em termos jurídicos, a “~~o~~missão” é abstenção de um ato ou de cumprimento de um dever, a não

realização de uma conduta. No trecho em que o narrador descreve as reminiscências de um verão, apreende-se que, de tudo o que ficou na memória como imagens daqueles dias e paisagem em particular (quando e onde não se separam), causa estranhamento a ausência de currais que, afinal, sempre estiveram lá, assim como os ramos esturricados naquela estação e suas características ao longo dos tempos e ciclos nos quais o humano é apenas um átimo. Em outras palavras, por associação a tudo o que é natural, há também o que se naturaliza, caso dos currais.

Desse antigo verão que me alterou a vida restam traços apenas. E nem deles posso afirmar que efetivamente me recorde. O hábito me leva a criar um ambiente, imaginar fatos a que atribuo realidade. Sem dúvida as árvores se despojaram e enegreceram, o açude estancou, as porteiras dos currais se abriram, inúteis. *É sempre assim*. Contudo *ignoro* se as plantas murchas e negras foram vistas nessa época ou em secas posteriores, e guardo na memória um açude cheio, coberto de aves brancas e de flores. *A respeito de currais há uma estranha omissão*. Estavam na vizinhança, provavelmente, mas isso é conjectura. Talvez até o mínimo necessário para caracterizar a fazenda meio destruída não tinha sido observado depois. Certas coisas existem por derivação e associação; repetem-se, impõem-se – e em letra de fôrma, tomam consistência, ganham raízes. Dificilmente pintaríamos um verão nordestino em que os ramos não estivessem pretos e as cacimbas vazias. Reunimos elementos considerados indispensáveis, jogamos com eles, e se desprezamos alguns, o quadro parece incompleto.

O meu verão é incompleto. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 27; grifos meus)

O narrador de Graciliano Ramos, para quem cada palavra tem seu peso e medida exatos no interior da obra (no livro em si e na relação com os outros do conjunto autoral) e a descrição de espaços não faz nenhum sentido se não disser do que vai por dentro de quem os ocupa, também reinsere os currais na paisagem quando no capítulo inicial “Nuvens” os destaca por sua desapareição, quando ergue linha à linha o ao redor da casa da família em Buíque, “completa por dentro”, diante do incompleto lá fora: “A casa, de material rijo, estava completa por dentro. Mas exteriormente havia singularidades. O oitão esquerdo era de altura incrível; à direita faltava oitão, não sei como o telhado podia equilibrar-se. Talvez currais e chiqueiros, construídos na vizinhança, ocultassem um dos muros. Chiqueiros e currais esvaíram-se” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 13).

Na “estranha omissão” da memória daquele verão em particular, estão contidas também tantas outras e de outros tempos de condenação e penitência, definitivas para alguns, cíclicas para outros:

Inúteis os cuidados com os bichos moribundos, porque Deus os condenava e contra as resoluções de Deus ninguém pode. Entretanto meu avô andava para cima e para baixo, furando-se nos espinhos, ordenando, fanhoso e lento, medidas vãs. Sossegaria quando os estragos, completos, abrandassem a cólera divina. Sentar-se-ia de novo na rede, sem credores, isento de culpa. Inquietações e fadigas eram penitência que ele mesmo se impunha. O seu tribunal, antigo e particular, estava longe do de padre João Inácio. Purgava no extenso verão pecados ligeiros, o inverno ia encontrá-lo forte e altivo. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 141)

Naquele verão único porque primeira vez que retorna, como se fosse durar uma eternidade o suplício, diferenciando-se do sofrimento habitual, inscrevendo-se no corpo para sempre, infernal.

Pela primeira vez falaram-me no diabo. É possível que tenham falado antes, mas foi aí que fixei o nome deste espírito: sem conhecê-lo direito, soube que ele andava solto nos redemoinhos que varriam o pátio, misturado a folhas e garranchos.

Um dia faltou água em casa. Tive sede e recomendaram-me paciência. A carga de ancoretas chegaria logo. Tardou, a fonte era distante – e fiquei horas numa agonia, rondando o pote, com brasas na língua. Essa dor esquisita perturbou-me em excesso. Nos sofrimentos habituais eu percebia gestos desarrazoados, palavras coléricas. A minha vida era um extenso enleio que sobressaltos agitavam. Para bem dizer eu flutuava pequeno e leve. De repente um choque, novos choques, estremecimentos dolorosos. [...] E em redor os objetos se deformavam, trêmulos. Veio a imobilidade, veio o esquecimento. Não sei quanto tempo durou o suplício. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 28 e p. 29)

Esse curral referencial, recinto onde são aprisionados os animais domesticados para que não fujam, onde são castigados e abatidos, que o narrador de *Infância* faz questão de trazer à tona apesar (ou por conta) de seu esvanecimento ou omissão retorna como memória dentro das *Memórias do cárcere*, como veremos a seguir, mas sobretudo nos batismos metafóricos – “curral flutuante” e “curral de arame”, salvo exceção.<sup>73</sup>

O navio *Manaus* no qual Graciliano foi transportado junto de outros presos do Recife para o Rio de Janeiro, onde é apresentado à Chefatura de Polícia em 14 de março de 1936, é nomeado em *Memórias do cárcere* como “curral flutuante”.

A alma fugia-me, na verdade, e inquietava-me adivinhar que a resistência física ia abandonar-me também, de um momento para o outro: jogar-me-ia

<sup>73</sup> Como esta menção em comentário sobre a divisão de terra na zona de criação do Nordeste, no qual os currais aparecem entre os elementos a indicar a riqueza do proprietário, que, de quebra, se torna autoridade na região: —Aa terra vale pouco e praticamente não tem dono; a riqueza é constituída por açudes, casas, currais, gado” (RAMOS, 2020, p. 56).

sobre tábuas sujas, acabar-me-ia aos poucos, respirando amoníaco, envolto em pestilências. Algumas horas depois atirar-me-iam na água o cadáver. Inquirindo o oficial, pretendia insinuar-me coragem, supor, baseando-me na experiência alheia, que a vida ali era possível. Experimentei com a resposta verdadeira decepção, realmente insensata. Pois não via muitos indivíduos, talvez centenas de indivíduos, no curral flutuante? (RAMOS, [1953] 2020, p. 97)

Meio de transporte (carga viva)\_ (curral) espaço prisional, o *Manaus* carrega também o que ninguém quer ver, ouvir, tampouco sentir seu gosto e mau cheiro. Ali, no mais abaixo, onde se está invisível, mas simultaneamente observado e observando:

Recolhi-me, fui entregar-me à redação das minhas notas, mas não consegui fixar-me nelas: a atenção se desviava, fugia para uma figura negra que da coberta nos examinava com insistência. Era um eclesiástico moreno e robusto, de expressão enérgica. Ficava tempo esquecido a pesquisar o fundo do porão, como se procurasse pessoas conhecidas; [...] Nunca o tendo visto antes, conservei-me arredio, mas fiquei sabendo o nome do homem. [...] Excelente padre Falcão. Durante o resto da viagem notei-o mais de uma vez em ronda ao nosso curral. [...] Era pouco mais ou menos o que poderíamos desejar, ver alguém interessar-se por nós, demonstrar-nos uma solidariedade comprometedora. Isso lá fora passaria despercebido; ali tinha valor imenso: é de coisas semelhantes que fazemos as nossas construções subterrâneas. (RAMOS, [1953] 2020, p. 133)

Ali, sem qualquer trégua dos sentidos e o que a partir deles se pode depreender também do que não se vê nem se pode atestar a veracidade. Ali, onde, afinal, se revela impossível escrever, e para onde só se retorna via memória e o que ela inventa, não para ludibriar, enganar, contar uma mentira, mas para trazer à tona um quinhão de verdade, como é próprio da ficção. Verdade que extrapola os limites do curral para dizer dele.

A verdade é que não consegui escrever. Deitei-me cedo, sem tirar os sapatos, como no dia anterior. Realmente não havia lugar onde colocá-los: se os largasse no chão, amanheceriam com certeza molhados de mijo; ou talvez o gatuno de cara enferrujada os levasse. Necessário vigiar maleta, a calça e o paletó bem visíveis na ponta do estrado. [...] A vigilância pouco a pouco se tornava maquinal: embrenhando-me sobre o cotovelo, curvando-me sobre a varanda para examinar os troços, a esquina da tábua suja. Esforçava-me por distinguir nos rumores o som de um piano. As redes imóveis: o calhambeque permanecia atracado, provavelmente. Àquela hora visitantes e passageiros estariam dançando no salão; um cretino deseja recitar [...] Haveria um piano a bordo? Talvez não. Viajávamos num traste horrível, caduco, ótimo para naufrágio. Contudo a recordação da antiga viagem me perseguia. A qualquer momento me chegariam compassos de valsa aos ouvidos. (RAMOS, [1953] 2020, p. 133-134)

A prisão do tipo sofrida por Graciliano abarca em seu decurso o sequestro e travessia em *fundo de porão*: deslocamento assombrado pela possibilidade de morte como destino final; a chegada ao porto e o embarque no navio-prisão, marcados por um desnor-teio. Na passagem das memórias de infância às da cadeia, o autor-narrador deixa de estar em cima da porteira do curral da fazenda do avô para, de um outro umbral, ser forçado a juntar-se ao rebanho sobre as águas:

Chegamos ao fim da escada, paramos à entrada de um porão,<sup>74</sup> mas durante minutos não compreendi onde me achava. Espaço vago, de limites imprecisos, envolto em sombra leitosa. Lá fora anoitecera; ali duvidaríamos se era dia ou noite. Havia luzes toldadas por espesso nevoeiro: uma escuridão branca. Detive-me, piscando os olhos, tentando habituar a vista. Erguendo a cabeça, via-me no fundo de um poço, enxergava estrelas altas, rostos curiosos, um plano inclinado, próximo, onde se aglomeravam polícias e um negro continuava a dirigir-me a pistola. *Era como se fôssemos gado e nos empurrassem para dentro de um banheiro carrapaticida. Resvaláramos até ali, não podíamos recuar, obrigavam-nos ao mergulho. Simples rebanho, apenas rebanho gafento, na opinião de nossos proprietários, necessitando creolina. Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam.*

Desviando-me deles, tentei sondar a bruma cheia de *trevas luminosas*. Ideia absurda, que ainda hoje persiste e me parece razoável: *trevas luminosas*. Havia muitas lâmpadas penduradas no teto baixo, ali ao alcance da mão, aparentemente, mas eram como luas de inverno, boiando na grossa neblina. (RAMOS, [1953] 2020, p. 95; grifos meus)

Se o miúdo observa do alto – ângulo raro para a criança em *Infância* – o destino do gado no curral nas terras do patriarca, a perspectiva de dentro do *Manaus* é de fundo de buraco, onde foi dar o tal “salto para baixo”, local que outrora se desconhecia, inclusive no si mesmo reverberado no espaço de horizonte tolhido. Todavia, quando comparamos aquele anoitecer lá fora, em *Memórias do cárcere*, com certa “Manhã”, que nomeia o segundo capítulo de *Infância*, reconhecemos uma outra fusão. O que o preso avista no porão do navio entrelaça-se à tentativa de apreensão dos contornos do tempo e do espaço nos quais o menino sertanejo se desenvolve “como um pequeno animal”. Trata-se de “limites imprecisos” no interior de limites concretos e demarcados, a confinar criança e adulto nos espaços da infância e nos sucessivos espaços prisionais (“estações do cárcere”) respectivamente, mas porque memória, também nem tão respectivamente assim.

---

<sup>74</sup> Somam mais de setenta o número de ocorrências da palavra “porão” nas *Memórias do cárcere*, e tantas outras no léxico da história de nossa país, que a partir de 1964 viveria uma outra ditadura com seus porões – espaço de tortura e assassinato.

Mergulhei numa comprida manhã de inverno. O açude apoiado, a roça verde, amarela e vermelha, os caminhos estreitos mudados em riachos, ficaram-me na alma. Depois veio a seca. Árvores pelaram-se, bichos morreram, o sol cresceu, bebeu as águas, e ventos mornos espalharam na terra queimada uma poeira cinzenta. Olhando-me por dentro, percebo a segunda paisagem. Devastação, calcinação. Nesta vida lenta sinto-me coagido entre duas situações contraditórias – uma longa noite, um dia imenso e enervante, favorável à modorra. Frio e calor, *trevas densas e claridades ofuscantes*. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 21; grifo meu)

Em *Infância*, as tentativas de localização como parte da reconstrução do vivido a partir de uma “eoleção de cacós” por vezes parece abarcar um estágio anterior à noção de tempo e lugar, coordenadas ignoradas pelo menino, mas não pelo adulto que o recria. Tal como no Gênesis, a terra está sem forma e vazia e a concepção de si como um sujeito dotado de humanidade não se deu (infância) ou foi colocada em suspensão (cárcere).

Datam desse tempo as minhas mais antigas recordações do ambiente onde me desenvolvi como um pequeno animal. Até então algumas pessoas, ou fragmentos de pessoas, tinham-se manifestado, mas para bem dizer viviam fora do espaço. Começaram pouco a pouco a localizar-se, o que me transtornou. Apareceram lugares imprecisos, e entre eles não havia continuidade. Pontos nebulosos, ilhas esboçando-se no universo vazio. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 12)

Do mais particular ao que se apresenta de traço comum nessa mesma particularidade, nota-se um empenho em *Infância* em reconhecer quem são os outros com quem se compartilha o ambiente e, de quebra, o processo de animalização:

Sem dúvida o meu aspecto era desagradável, inspirava repugnância. E a gente da casa se impacientava. Minha mãe tinha a franqueza de manifestar-me viva antipatia. Dava-me dois apelidos: bezerro-encourado e cabra-cega.

Bezerro encourado é um intruso. Quando uma cria morre, tiram-lhe o couro, vestem com ele um órfão, que, neste disfarce, é amamentado. A vaca sente o cheiro do filho, engana-se e adota o animal. Devo o apodo ao meu desarranjo, à feiura, ao desengonço. [...] Eu aparentava pendurar nos ombros um casaco alheio. Bezerro-encourado. Mas não me fazia tolerar. Essa injúria revelou muito cedo a minha condição na família: comparado ao bicho infeliz, considerei-me um pupilo enfadonho, aceito a custo. Censuravam-me a inferioridade, *talvez quisessem corrigir-me*. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 144)

Enquanto o tratamento despendido na meninice é apontado ironicamente como uma censura que buscava uma forma de correção, a chegada à Colônia Correccional, na Ilha Grande, no inverno de 1936, é marcada por um discurso de recepção que não apenas busca reduzir a estatura de quem para ali é levado como anunciar o seu extermínio:

— Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer. (RAMOS, [1953] 2020, p. 402)

Sem saída possível em direção a paraísos perdidos ou que pudessem ser alcançados em lugar distante, o preso recua ao alto da porteira do curral da infância e dali dá um salto para trás no reconhecimento do matadouro como destino; de quem é tratado como bicho pronto para o abate:

Uma frase repetida, que se despojara de significação, martelava-me: o estado de guerra ia ser prorrogado. Isto me aborrecia. Para o diabo o estado de guerra. Imaginei-me em país distante, falando língua exótica, ocupando-me em coisas inúteis, terra onde não só os patifes mandassem. Logo me fatiguei dessas divagações malucas e dei um salto para trás, vi-me pequeno, a correr num pátio branco de fazenda sertaneja, a subir na porteira do curral, a ouvir os bodes bodejarem no chiqueiro. De qualquer forma, enveredando no futuro ou mergulhando no passado, era um sujeito morto. Necessário esquecer tudo aquilo: o porão, o carro de segunda classe, o tintureiro, os cubículos, a recordação da infância, o país distante e absurdo, refúgio impossível. (RAMOS, [1953] 2020, p. 379)

O narrador também trata de animalizar o portador da sentença “vêm morrer”, como a descrição desse ser que repisa o recado de que ali não há grandes também o rebaixa, menos a serviço da fixação da imagem documental – inclusive se assume essa impossibilidade –, e mais para ressaltar os significados deste corpo e o que o reveste, nos colocando para pensar para além deles porque a partir deles:

Virei-me, enxerguei um tipinho de farda branca, de gorro branco, a passear em frente às linhas estateladas. Era vesgo e tinha um braço menor que o outro, suponho. Não me seria possível afirmar, foi impressão momentânea. Um sujeito miúdo, estrábico e manco a compensar todas as deficiências com uma arenga enérgica, em termos que me arrisco a reproduzir, sem receio de enganar-me. Um bichinho aleijado e branco, de farda branca e gorro certinho, redondo. Parecia ter uma banda morta (RAMOS, [1953] 2020, p. 401-402)

Ao relacionar a indumentária daquele que exclama com “franqueza nua” o assassinato de todos às suas deficiências pela aproximação incontornável entre esse corpo, ele mesmo contendo a morte em si, e as insígnias do tecido que o recobre de poder, o escritor ressalta o caráter falhado da instituição que fala por meio dele, de todo um país que fala por meio desta instituição, ainda que na toada irônica de seu aprendizado da antinomia:

–Certamente era absurdo responsabilizar o Brasil, quarenta milhões de habitantes, pela sentença do zarolho. Ali dentro haveria criaturas bem-intencionadas, mas não nos valeriam muito na engrenagem que nos agarrava”

Ao contrário de “curral flutuante”, o nome “curral de arame” não é metáfora criada pelo autor de *Memórias do cárcere*. Quem primeiro refere-se assim à Colônia Correccional na ordem de aparição do livro é Agrícola Batista, o Tamanduá, que, como os demais personagens nessas páginas, não é um ente ficcional. A menção é feita logo que ele retorna de lá, como quem retorna vivo porém atravessado pela morte, imperativo do lugar para onde Graciliano também seria enviado em seguida.

— Bichos, exclamou Tamanduá. Vivemos como bichos. [...]

— Num curral de arame farpado, como bichos, prosseguiu Tamanduá.

Disse mais coisas a respeito de latrinas, banheiros, desinteria e falta de papel, mas o rebanho de criaturas humanas em curral de arame farpado buliu comigo e afastou o resto da exposição. As minúcias embaralhavam-se, perdiam-se. (RAMOS, [1953] 2020, p. 354-355).

No entanto, entre as minúcias que se embaralham, o que não se perde e não se omite diz, mesmo em discurso direto, de um centro vivo que é palavra reconhecível como de Graciliano, parte de seu léxico como eleição inegociável. É a palavra do outro que é também sua em vários sentidos. Aquele para quem a escrita sempre demandou uma inscrição curtida no tempo e na concretude confirma “a imaginação presa no curral de arame”, e um desejo de aproximação com os que ali buscavam animalizar e aniquilar, caso dele próprio, mas a partir do lugar do escritor de classe média.

Que me importavam as figuras tristes consumidas no curral de arame? Preferível não conhecê-las. Para quê? Ladrões, vagabundos, malandros. Tinha me arrastado mais de quarenta anos longe deles, sem cogitar da existência deles, e surgia-me de chofre a necessidade besta de uma aproximação inútil. Idiota. (RAMOS, [1953] 2020, p. 357)

Confissão já esboçada no receio de ser misturado à “boiada numerosa” que lhe invade no “porão ignóbil” do navio *Manaus*:

Agora já não éramos pequeno rebanho a escorregar num declive: constituíamos boiada numerosa; à ideia do banheiro carrapaticida sucedeu a de um vasto curral. Certamente a perturbação visual durou um instante, mas ali de pé, sobraçando a valise, a abanar-me com o chapéu de palha, tentando reduzir o calor, afastar o cheiro horrível, mistura de suor e amoníaco, um pensamento me assaltou, fez-me perder a noção do tempo. Que homens

eram aqueles que se arrumavam encaixados, tábuas em cima, embaixo, à frente, à retaguarda, à esquerda, à direita? Imaginei-os criminosos e vagabundos. (RAMOS, [1953] 2020, p. 94)

Não está em jogo apenas uma aproximação física, mas a equivalência no trato até então despendido contra escravizados, descendentes de escravizados e pobres no Brasil – violência testemunhada desde a meninice pelo escritor, mas não vivida por ele. Represália política a atingir os brancos de sua classe que de alguma forma representavam alguma ameaça aos interesses dos donos das terras e das leis.

Habitua-me de fato, desde a infância, a presenciar violências, mas invariavelmente elas recaíam em sujeitos da classe baixa. Não se concebia que negociantes e funcionários recebessem os tratos dispensados antigamente aos escravos e agora aos patifes miúdos. E estávamos ali, encurralados naquela imundície, tipos da pequena burguesia, operários, de mistura com vagabundos e escroques. E um dos chefes da sedição apanhara tanto que lá ficara em Natal, desconjuntado, urinando sangue. (RAMOS, [1953] 2020, p. 111)

Líderes da insurreição de 1935, todos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), também se encontravam detidos nos navios *Manaus* e *Pedro I*. A surra a que foi submetido João Batista Galvão, à qual o narrador das *Memórias do cárcere* se refere no trecho mencionado, impedindo-o de ser também embarcado, atesta uma prática reconhecida pelo narrador desde menino. A diferença que o pega de surpresa é que aquelas antigas brutalidades tinham deixado de vitimar somente os desvalidos sob o jugo dos mandões locais, invariavelmente proprietários das terras e das gentes, e passaram a atingir pequeno-burgueses, uma elite intelectual. O traço patriarcal de contrastar proprietários e despossuídos ao identificar o inimigo a ser subjugado ou aniquilado tinha sido então abolido e não se restringia aos rincões do país, como parecia supor Graciliano até ele próprio ser levado para o “-eural de arame”, isto é, um local que entre os espaços prisionais pelos quais ele passou, tem sua especificidade.

O sistema jurídico no Brasil foi inspirado desde o período colonial pelas Ordenações e Leis do Reino de Portugal, compiladas no Código Filipino. Nele, as penas incluíam a perda e confisco de bens, açoites, mutilações, marcação com ferro em brasa, esquartejamento, forca. As confissões, por sua vez, podiam ser obtidas por meio de tortura. Entretanto, essas punições mais duras não podiam ser aplicadas a quem detinha certos

privilégios, caso de fidalgos, cavaleiros e doutores, enquanto os demais não tinham nenhum direito diante do juiz.<sup>75</sup>

Entre 1810 e 1821, 80% de todos aqueles que recebiam uma sentença por crimes cometidos eram de indivíduos escravizados. Outros 19% do total eram ex-escravos e somente cerca de 1% era de indivíduos livres que nunca tinham sido escravos. Holloway cita o comentário do comerciante inglês Luccock, segundo o qual os brancos aos poucos se haviam convencido de que estavam acima das leis. As leis, portanto, eram bastante seletivas. (SANTOS, 2017, p. 361)

Durante o Império, o Livro V das Ordenações foi substituído pelo Código Criminal de 1830, no qual os suplícios foram substituídos pela privação da liberdade, mas os açoites mantidos para castigar exclusivamente os trabalhadores cativos. Enquanto o “castigo moderado” que “os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos” é considerado “crime justificável”, segundo esse mesmo código. No Código Penal de 1890, promulgado um ano após a Proclamação da República e em tentativa de controlar as ameaças resultantes da Lei Áurea, os “vadios”, como sinônimo de “vagabundos” – entre eles os “ébrios” e os “apoeiras”, isto é, aqueles que não comprovavam o exercício de alguma profissão, renda para a sua subsistência ou apresentasse fiador idôneo – estavam sujeitos a serem recolhidos em colônias penais a serem fundadas em ilhas marítimas, fronteiras do território nacional ou em presídios militares (apud SANTOS, p. 362 e 363). Embora retirado de um romance que “mistura realidade e ficção”, nos termos da própria autora ao apresentar sua bibliografia, este trecho de *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, ilustra bem essa situação que se instaurou desde a possibilidade da alforria:

a conversa seguiu pela noite, até a chegada da Claudina, saída de um batuque. Assim que ela entrou, eles se despediram e desceram para a sala, onde ficaram junto com os outros esperando o dia amanhecer para poderem sair às ruas sem levantar suspeitas. Preto na rua à noite era sempre suspeito de estar fazendo coisa errada ou de ser fujão, e por isso ninguém se arriscava, a não ser que tivesse uma carta do dono, o que não era o caso deles, que saíam de casa às escondidas. Alguns eram livres e, portanto, também estavam proibidos de sair já que não tinham quem se responsabilizasse pelos seus atos. (GONÇALVES, [1953] 2020, p. 266)

---

<sup>75</sup> Conforme informa Myrian Sepulveda Santos a partir de dados levantados pelo historiador Thomas H. Holloway Para se conhecer o caso específico da Ilha Grande como espaço destinado à segregação social no Brasil, cf., da mesma autora, *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande (1894-1945)*, (SANTOS, 2009).

Quando Graciliano era uma autoridade política, eleito prefeito de Palmeiras dos Índios, em 1927,<sup>76</sup> a suceder o mandato de Lauro de Almeida Lima, assassinado no ano anterior após desentendimento com um fiscal de tributos, não deixou de fazer uso da coerção sobre os considerados vadios.

— Como foi que chegou a prefeito da cidade?

— Assassinaram meu antecessor. Escolheram-me por acaso. Fui eleito naquele velho sistema das atas falsas, os defuntos votando (o sistema do Brasil anterior a 30), e fiquei vinte e sete meses na Prefeitura.

— Consta que como prefeito, soltava presos para que fossem abrir estradas...

— Não era bem isso. Prendia os vagabundos, obrigava-os a trabalhar. E conseguia fazer, no município de Palmeira dos Índios, um pedaço de estrada e uma terraplanagem difícil. (RAMOS, 2014c, p. 194)

Graciliano admite tal prática na entrevista publicada na *Revista do Globo*, concedida a Homero Senna, em dezembro de 1948. Tampouco demonstra arrependimento em ter presenciado a tortura sofrida por um sujeito que atentara contra sua vida, conforme contou a seu filho Ricardo Ramos:

— Um domingo depois do almoço fomos ao cinema. [...] Sua mãe grávida de você. Pegamos estrada para os lados de Palmeira de Fora. [...] atiraram em mim. [...] Passado o susto, eu vi um dos tocaias [...] se escondera debaixo do pontilhão, desci para o mata-burros e caí em cima dele [...]. Deixei Ló em casa, fui com o cabra para a delegacia. Disse que tratassem dele: quem mandou? [...] Depois do café, fui à cadeia. O homem apanhara um bocado, e nada. Mudo, mudinho. Eu cheguei e disse: —“Ele, ou não fala nunca mais”.

— Estavam batendo nele?

— Não, estavam lhe passando a mão na cabeça. Que é que você queria? Ele tinha vindo me assassinar. Podia ter matado a sua mãe, com você dentro. Eu ia conversar com ele em francês? [...]

— Batiam nele de tacão. Batiam, batiam, e nada. [...] (R. RAMOS, 2011, p. 62)

O escritor não visa a um controle hagiográfico de sua figura, contudo, torna conhecido, confessa ou deixa registros extraliterários apenas do que serve à sua obra. Um exemplo desse cuidado é a forma como redigia respostas às entrevistas às quais era submetido. Também em *Retrato fragmentado*, Ricardo Ramos conta sobre a ocasião em que ele, o pai e os irmãos apanharam da polícia em um comício do PCB no centro do Rio de Janeiro e a forma como Graciliano reagiu à tentativa de tornarem o acontecido público:

<sup>76</sup> Eleito em 1927, Graciliano toma posse no ano seguinte e demite-se do cargo em 10 de abril de 1930, período imediatamente anterior a sua primeira prisão.

Tiro, gás lacrimogênio, cassetete. E meu pai andando pausado, passo de estrada, nós três [Ricardo, Marcio e Júnio] em volta. [...] Só sei que apanhamos. [...] Papai, apesar do centro protetor, não saiu ileso. [...] Fui para o jornal, ao chegar Paulo Motta Lima [...] olhou a minha cara, puxou-me de lado: —Que foi isso?” Respondi contando. —~~Então~~ Graciliano apanhou?” Acenei confirmando. [...] um de nossos repórteres políticos saiu para entrevistar o Velho. [...] —~~Graciliano~~ negou tudo”. [...] À noite, chegando em casa, meu pai estava me esperando: —Quê história é essa de apanhar?” [...] —~~Pr~~ mim, não, pancada não tem endereço.” —~~Bat~~ram em todos, logo você não fala.” —~~Sim~~, não sou exemplo, ninguém me deu procuração.” (R. RAMOS, 2011, p. 122-123).

Os narradores de *Infância e Memórias do cárcere* são muito autocríticos. O jogo entre o tempo do enunciado e o da enunciação no primeiro, entretanto, torna irônico o juízo de si, tendo em conta que a criança em boa medida reproduz o que observa e lhe ensinam e por isso é isenta de culpa. Ainda mais esse personagem em particular, no qual se desdobra o futuro escritor tal como o conhecemos porque falha como elo da reprodução do que se dá na casa da família e nos espaços que abrigam seus endereços. Afrouxamento primordial em relação aos laços de origem em parte compostos como gênese em retrospectiva (“~~H~~usão biográfica”) de um projeto literário e seu posicionamento político. Ruptura que não deixa de ser marcada por uma decadência econômica entre gerações, e em um plano mais que simbólico, pois intensificado pela prisão, e por esse nivelamento à camada da população historicamente subjugada até os dias que correm.

De certo modo, acusar a prevalência das formas arcaicas de sociabilidade é, para esse narrador, também acusar dolorosamente a si próprio, como se a transição para a Nova República encontrasse eco na subjetividade que narra, encena e denuncia uma reação que remete ao seu passado e ao universo oligárquico que tanto o marcou: um tempo e um lugar que ressurgem em forma de espectro, em uma configuração ainda mais temível e cruel pois o que antes o atingia de modo indireto ou caseiro poderia enfim vir ao seu encontro de modo franco, oblíquo – e oficial. (ALVES, 2016, p. 79)

A respeito desse assombro do narrador das memórias da cadeia ao deparar-se com a atualidade de formas arcaicas de opressão e a manutenção das relações de matriz escravista como estratégias estatais, Fabio Cesar Alves observa:

O narrador, que resgata o seu próprio passado de maneira confessional, revela que a surra era uma maneira de —~~de~~struir a dignidade de um indivíduo”. Portanto, *o arrepio, relembrado, resulta do contato com algo já conhecido, vivido e observado*: o seu passado rural, as raízes de uma infância marcada pelos maus-tratos e pela injustiça por seus superiores

tornada regra de relação das classes mais abastadas para com os mais pobres. Dentro desse universo que ressurgue presentificado (indicando a não superação do legado social e moral), a violência sistêmica também fabricava seus heróis, indivíduos que a ela resistiam, o que dá a medida do —ódigo do sertão” e das formas de sociabilidade do lugar.

A alusão à surra, porém, atravessa a história e o tempo e cristaliza imagens da escravidão e do Brasil colonial, no *revolver de um passado que ressurgue abruptamente* e que ele de certo modo considerava, à época da prisão, superado ou ao menos confinado à região de que provinha. (ALVES, 2016, p. 74-75; grifos meus)

Em outras palavras, trata-se do traumático próprio de nossa formação que ressurgue, tanto conhecido quanto espantoso. Ligam-se, entre tempos, o menino-rememorado e o adulto-autor, o local ao nacional, o informal ao oficial, entre outros pares atados por velhos nós sempre reforçados. Nos espaços privado e público (ou no cruzamento de ambos), no qual cresce aquele que se tornará escritor, alguns encarnam o papel de carrasco. Parece relevante ainda levar em consideração o quanto dessa autoacusação contém também de uma tentativa de resguardar uma perspectiva de classe que o Estado tratou de aviltar. —Pancada não tem endereço”, mas ao escrever *Vidas secas*, Graciliano Ramos já podia reconhecer, como o próprio personagem Fabiano, novos destinos do açoite.

Então porque um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: —Tenhã paciência. Apanhar do governo não é desfeita”. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 33)

A —consolação” contida em apanhar do governo, —eiosa distante e perfeita”, conforme o entendimento do vaqueiro, carrega uma estreita relação com os castigos corporais admitidos por lei antiga que se estira no tempo sempre a atingir os mesmos sujeitos, —conhecidos que dormiam no tronco”, o outro, pelo menos até que ele próprio, Fabiano, com seus olhos azuis, é também alvo da violência. —Apanhar do governo”, afinal, é coisa que sucede ao subalterno das brenhas, mas que se estendeu a outros sujeitos, ainda em véspera da ditadura de Vargas conforme os marcos históricos, em plena capital federal.

Enquanto o chamado vagabundo é em geral um homem livre, à margem dos laços que o vinculam a um trabalho a lhe garantir a subsistência, o que historicamente remete à grave vulnerabilidade de ex-escravizados e seus descendentes no pós-abolição, por sua vez, aquele que apanha e é torturado fica, nas palavras do narrador das *Memórias*, marcado por

um “estigma indelével”, por “terríveis chagas incuráveis”, pela aplicação de uma “justiça bruta e sumária”, sem direito à defesa:

Arrepiava-me pensando nisso. Achava-me ali diante de criaturas supliciadas e, conseqüentemente, envilecidas. A minha educação estúpida não admitia que um ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade. Tiros, punhaladas, bem: se a vítima conseguia restabelecer-se, era razoável andar de cabeça erguida e até afetar certo orgulho: o perigo vencido, o médico, a farmácia, as vigílias, de algum modo a nobilitavam. Mas surra – santo Deus! – era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão do mato.<sup>77</sup> O relho, a palmatória, sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca de um infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, vontade suspensa, miserável trapo. Em seguida o aviltamento. É assim na minha terra, especialmente no sertão. Vivente espancado resiste: em falta de armas, utiliza unhas e dentes, abrevia o suplício e morre logo, pois, se sobreviver, estará perdido. Nunca mais o tomarão a sério. É possível que ele esqueça o chicote, precisa esquecer: cá fora tenta reaver os seus insignificantes direitos de cidadão comum. Os outros não esquecem. Aquilo é estigma indelével, tatuagem na alma. Quando estiver desprezado, julgando-se normal e medíocre, um riso, um gesto, um olhar venenoso o chamarão à realidade, avivarão a lembrança do pelourinho, do rosto cuspidado, das costas retalhadas. Afinal aquele tratamento não foi infligido senão para isso. Indispensável aniquilar um inimigo da sociedade. Quem é ele? O assassino? Evidentemente não. [...] Na cadeia da roça não o maltratam, e o júri sem dificuldade o absolve. O que passou passou, a condenação não ressuscita ninguém. O delito máximo é o que lesa a propriedade. [...] Está visto que não se punem os grandes atentados, mais ou menos legais, origem das fortunas indispensáveis à ordem, mas os pequenos delinquentes sangram nos interrogatórios bárbaros e nunca mais se reabilitam. Não me ocorrera a ideia de que presos políticos fossem tratados da mesma forma: a palavra oficial dizia o contrário (RAMOS, [1953] 2020, p. 110-111)

As violências sofridas na infância somam-se às vividas na prisão e são estabelecidas aproximações no interior da obra do escritor e deste não só com outras crianças de sua terra como também com “presos comuns”, caso do ladrão José, que quando menino experimentou a “repulsa da mãe” e as “sovas do padraço”, conforme a confissão eleita pelo autor para integrar as *Memórias do cárcere* em trecho que faz alusão ao projeto de *Infância*.

Veio luz, os homens avultaram, a cela se reduziu e nos apertou, no chão molhado. À frente, à esquerda, a latrina suja e exposta. O vagabundo falava manso e baixo, como num confessionário, e a precisão de responsabilizar a

<sup>77</sup> A partir do Código de 1830, a polícia passa a apreender e punir escravos fugitivos, como o faziam anteriormente os capitães do mato. Em 1841, os agentes de polícia passam a deter autoridade para “investigar, prender, julgar e sentenciar os pequenos infratores [os chamados “vadios”], sem a intervenção de advogados, promotores ou autoridades judiciais superiores” (HOLLOWAY apud SANTOS, 2017, p. 362 e 363).

família, justificar-se a um desconhecido, trazia-me ao espírito uma dúvida. Haveria alguma semelhança entre nós? Na verdade a minha infância não devia ter sido muito melhor que a dele. Meu pai fora um violento padrasto, minha mãe parecia odiar-me, e a lembrança deles me instigava a fazer um livro a respeito da bárbara educação nordestina. Conservaríamos no exterior sinais de penas excessivas ou injustas, asperezas, dores inúteis, indícios reveláveis a uma criatura que se houvesse visto em situação igual? Essa ideia esquisita, nociva à minha gente, induzia-me a desculpar o miserável. Não era isso. *Faltava-me o direito de absolver alguém*. Restringia-me à comparação. Débil, submisso à regra, à censura e ao castigo, acomodara-me a profissões consideradas honestas. Sem essas fracas virtudes, livre de alfabeto, nascido noutra classe, talvez me houvesse rebelado como José. Não me conformava com tal espécie de rebeldia. Contudo, apesar de nos dedicarmos a ofícios inconciliáveis, *a autoridade não nos diferenciava*. (RAMOS, [1953] 2020, p. 506-507; grifos meus)

Tanto o narrador das *Memórias do cárcere* como o menino de *Infância* não reagem ao serem conduzidos às suas respectivas prisões. Todavia, a resistência se dá em um texto reconhecido por sua capacidade de contenção, mas não sem antes ter se inscrito no corpo contido à força e em proximidade máxima em relação aos outros: aproximação física e testemunhal e marcada por certo nível de identificação, sem ser meramente autorreferencial na medida em que se revelam outros personagens e suas diferenças, caso deste outro miúdo na coerção à escola no primeiro dia de aula:

Dias depois, vi chegar um rapazinho seguro por dois homens. Resistia, debatia-se, mordida, agarrava-se à porta e urrava feroz. Entrou aos arrancos, e se conseguia soltar-se, tentava ganhar a calçada. Foi difícil subjugar o bicho brabo, sentá-lo, imobilizá-lo. O garoto caiu num choro largo. Examinei-o com espanto, desprezo e inveja. Não me seria possível espernear, berrar daquele jeito, exhibir força, escoicear, utilizar os dentes, cuspir nas pessoas, espumante e selvagem. Tinham me domado. Na civilização e na fraqueza, ia para onde me impeliam, muito dócil, muito leve, como os pedaços de carta de A B C, triturados, soltos no ar. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 120)

O gestual do menino que, na composição literária, ganha as feições de uma fera, inverte o sentido de animalização entendido até aqui, uma vez que ele resiste à domesticação. É bicho à revelia do desejo do outro de subjugar-lo. Embora não seja difícil supor que a rebelião tenha arrefecido com o passar do tempo, nas memórias não temos o segundo ou o terceiro dia de aula. Assim, restam contidos nesses inícios não necessariamente a repetição na vida de um indivíduo em sua história singular, mas o que se instaura de traumático no inaugural e por isso segue ecoando. Se nas *Memórias do cárcere* topamos com o referido refrão –Aqui não vêm corrigir-se. Vêm morrer”, sua própria inscrição testemunha um face a face com a morte, do que quer matar, mas da perspectiva de quem escapa vivo – trauma que

é seu mas se entrelaça com os de outros que compartilham a catástrofe. Já em *Infância*, tudo isso que chamamos imprevisto, o que está na ordem sem ordem do contratempo, se revela paradoxalmente como próprio de nossa formação\_condenação. No trecho a seguir, do capítulo “Fernando”, de *Infância*, temos um quadro não superado desse cercado, visto que o que se passa tanto no tempo do enunciado segue em novas roupagens no da enunciação:

Vivíamos num grande cercado de engenho, e só tinha sossego quem adulava o senhor. Os jornais da capital noticiavam horrores, mas ninguém se atrevia a assinar uma denúncia. Qualquer indiscrição podia originar incêndios, bordoadas, prisões ou mortes.

Presumo que, enquanto eu morei ali, o júri não funcionou. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 224)

O “cercado” demarca os domínios do proprietário tratado como “senhor”, isto é, aquele que detém a terra e tudo aquilo e aqueles que nela vivem, tal Fabiano, entre saber-se homem ou bicho, “abra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 24). “Senhor”, aquele “cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e de morte sobre todos os que formam seu domínio [...] e os que estão sob seu domínio formam a *família* (mulher, filhos, parentes, antepassados, descendentes, clientes e escravos” (CHAUÍ, 2013, p. 156; grifo no original). O “senhor” é, portanto, esse *pater*, figura jurídica detentora do poder patriarcal, não necessariamente correspondente ao pai genitor, da propriedade da terra, da lei e do monopólio da violência. E o fato de o júri formal não funcionar não significa que não ocorressem outros tantos julgamentos ao largo dele. Em *Infância*, estamos nos meandros da sociedade estruturada a partir do poder desse *pater*, pai, padre, coronel, juiz de direito, governo etc. Grande família composta por um grupo de famílias “mais ou menos entrelaçadas, poderosas no Nordeste: Cavalcantis, Albuquerque, Siqueiras, Tenórios, Aquinos. Padre João Inácio era Albuquerque” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 53), listadas em “A vila”, primeiro capítulo em que o menino passa a formular as primeiras noções da vida social e do reconhecimento dos domínios afora de seu núcleo familiar, mesmo que com destaque para a posição do pai nessa rede: “Meu pai, negociante, concordava com todos” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 55).

O governo, nesse contexto, portanto, costuma ter nome e sobrenome, assim como seus parentes e agregados:

Os homens remediados, que o coronel afligia em horas da rabugice não pagavam imposto ou pagavam muito pouco. E Fernando, parente próximo

do governo e fiscal da Intendência, atenazava a oposição, esfolava matutos nas feiras, colhia virgindades.

Essas noções me chegavam lentas e incompletas. Novo ainda, eu não entendia certas coisas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 226)

O menino toma suas primeiras lições de geografia. Localiza a posição estratégica dos detentores da terra cercada em um mapa muito maior e em viés geopolítico, a identificar inimigos e aliados.

Regime forte. O chefe conversava direito, falava na Coreia, torcida pelo Japão contra a Rússia em 1905, discutia gramática às vezes. De bom humor, ninguém o julgaria capaz de sangrar um pinto, mas encolerizava-se facilmente e berrava nas esquinas injúrias a amigos e inimigos. Perdia os estribos, rugia, lastimava-se, dizia-se rodeado por malandros que lhe enodavam a reputação. Os malandros, assim atacados, encolhiam-se em ordem junto aos balcões das lojas onde preguiçavam, escondiam-se por detrás das folhas da capital, cheias de correspondências ferozes e anônimas, que me pareciam exageradas. *As surras em tipos indesejáveis e o aparecimento de caboclos mortos eram fatos vulgares, mal justificavam a indignação impressa.* O coronel se defendia aos gritos, espumava; os aderentes, medrosos balbuciavam, tentavam descobrir os autores das infames acusações. Fervilhavam suspeitas. E dias depois era certo de alguém ser agredido em público, a chicote ou a cacete. Nunca vi regime tão forte. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 225)

Em crônica publicada no *Jornal de Alagoas* em 1915, o jovem aspirante a escritor já esboçava os primeiros entendimentos sobre a correspondência entre o centro político do poder e os rincões:

Em escala descendente, a começar no Catete, onde pontifica o chefe açu, e a terminar no último lugarejo do sertão, com um caudilho, mirim, isto é um país a regurgitar de mandões de todos os matizes e feitos. [...] Todos eles são mais ou menos chefes. Não se sabe bem do que, mas é certo que o são. [...]

Mandatários do governo, forjadores de eleições, mais ou menos coronéis, caciques em miniatura, têm frequentemente, para infundir respeito, uma espada da Guarda Nacional, um boné sebento, um lenço de tabaco. [...]

São, a um tempo, intendentos ou prefeitos, juízes, promotores, advogados e jurados, conselheiros municipais, comissários de polícia e inspetores de quarteirão.

Realizam a pluralidade na unidade! (RAMOS, 2015b, p. 14)

Após o giro expansivo, retorna para o eixo de arrabaldes do eu em construção, à escuta de sentenças de aniquilamento:

O velho Frade, influente num município vizinho dizia que nunca matara um homem. Matava cabra ruim, muito cabra ruim. No meu município também se assassinavam homens, embora preferissem os cabras ruins. Quando um proprietário governista queria molestar um adversário, mandava suprimir-lhe alguns moradores – e a pessoa ameaçada vendia-lhe a terra por menos valor. Se não vendia logo, novos moradores iam desaparecendo, até que a transação se efetuava. A esses tomavam-se os bens, por meios mais ou menos legais. Mas a canalha era dizimada, os cabras ruins do velho Frade morriam em abundância, e a gente se habituava aos cadáveres que manchavam a cidade. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 224)

O lá que é cá, onde presos e desaparecidos não são personagens de uma época específica nem todo homem é considerado homem, a depender de suas posses e renome, tendo como base histórica a escravidão e o genocídio.<sup>78</sup>

## 2.2 De propriedades e zonas impróprias

As temporalidades em *Infância* têm estreita relação com os espaços onde se desenrola o que é rememorado e com aqueles que as evocam e os habitam. Obra pontuada por deslocamentos, no primeiro capítulo, “Nuvens”, a família já deixou a cidade natal do narrador em Alagoas.<sup>79</sup> Desse lugar do qual não há registros memorialísticos, seguem para Buíque, no sertão pernambucano, onde passam a viver em uma fazenda; no sexto, “Chegada à vila”, eles deixam a zona rural em direção ao povoado da mesma cidade, até que, no vigésimo quinto, “Mudança”, se instalam em Viçosa, retornando para Alagoas, estado de onde partiram. Família de classe média, o que move cada uma dessas partidas e chegadas são os negócios do pai. Entre a tríade formada pelo tempo das primeiras idades, o presente da escrita, seu passado recente e o que atravessa a todos, traumático, há ainda um tempo um tanto morto e de mortos que seguem vivos, no qual um amontoado de fatos, sejam eles antigos ou notícia fresca, pouco parece impactar o lento vagar das horas daquele dia a dia

<sup>78</sup> Sobre a recorrência de perseguições e prisões sofridas especificamente por intelectuais no Brasil cf. o artigo “Trauma e repetição: o sinistro e suas formas literárias em três momentos de nossa história”, em que Daniela Birman (2012) trata, entre outros aspectos, de opções formais para lidar com o trauma vivido por Everardo Dias, Graciliano Ramos, Dyonélio Machado e Flávio Tavares enquanto escritores, respectivamente nos períodos da Primeira República, especialmente nos recorrentes estados de sítio do governo de Artur Bernardes (1922-1926), Estado Novo (1937-1945) e ditadura civil-militar (1964-1985). No entanto, é evidente que o adjetivo político numa distinção em relação aos “comuns” apenas reforça uma política bastante eficaz de extermínio de determinados segmentos da população.

<sup>79</sup> “Fínhamos deixado a cidadezinha onde vivíamos, em Alagoas, e entrávamos no sertão de Pernambuco” (RAMOS, 2012a, p. 11). Quebrangulo não é nomeada em *Infância*, mas a nota biográfica (paratexto editorial) está sempre presente como informação não ignorada pelo leitor.

como fragmentos (local) de um todo (nacional), memória individual, de quebra, coletiva – e seus caros esquecimentos.

Um evento histórico concomitante à primeira camada destas memórias – o tempo rememorado –, por exemplo, é a Guerra de Canudos (1896-1897).<sup>80</sup> Todavia, o massacre dos membros da rebelião liderada por Antônio Conselheiro no sertão baiano, tratado por Euclides da Cunha em *Os sertões* (1902), ainda que seja assunto dos moradores da vila em que cresce o menino-personagem, e deles contemporâneo, mescla-se a outros, referentes a outros períodos, sem qualquer hierarquia ou cronologia aparente.

Fatos antigos se renovavam, confundiam-se com outros recentes, e as notícias dos jornais determinavam perturbações nos espíritos. Debatiam-se Canudos, a revolta da armada, a abolição e a guerra do Paraguai como acontecimentos simultâneos. A república, no fim do segundo quadriênio, ainda não parecia definitivamente proclamada. Realmente não houvera mudança na vila. Os mesmos jogos de gamão e solo transmitiam-se de geração a geração; as mesmas pilhérias provocavam as mesmas risadas. Certas frases decoravam-se, achavam meio de arranjar com outras de sentido contrário – e essas incompatibilidades firmavam-se nas mentes como artigos de fé. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 54)

Frente às notícias e informações, tudo se mantém até certo ponto inalterado e comprimido em um palimpsesto temporal. O assunto de calçada, aparentemente desvinculado do que pode ser rastreável no chão em que se pisa, é tratado como artigo de fé – mais inferno que céu – entre o que se crê sem ver e o que é colocado sob suspeita.

No 15 de Novembro enxergava um herói, o barão de Ladário, desconhecido antes da revolta, nascido para resistir à prisão, receber tiros, não permitir que se derrubasse a monarquia suavemente. Esse pouco sangue bastava. E meu pai, livre de leituras, livre de sentimentos belicosos, viu no ministro uma glória incomparável. Esqueceu-o depois completamente, deixou de aludir a qualquer espécie de bravura. Tinha imaginação fraca e era bastante incrédulo. Aborrecia os ateus, mas só acreditava no conta-correntes e nas faturas. Desconfiava dos livros, que papel aguenta muita lorota, e negou obstinadamente os aeroplanos. Em 1934 considerava-os duvidosos. Talvez até admitisse o barão de Ladário como personagem de ficção.

A política nacional era um romance que os meninos barbados folheavam, largavam, retomavam, deturpavam. Versáteis, não permaneciam nessas alturas, caíam nos sucessos vulgares, que eram também contos de fadas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 55)

---

<sup>80</sup> Em 1937, ano em que Graciliano sai da prisão, um novo – que carrega algo de mesmo – massacre acontece no Nordeste. Desta vez, acusados de comunismo, integrantes da comunidade de Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, liderados pelo beato José Lourenço, são dizimados pela Polícia do Estado do Ceará e pelo Exército Brasileiro em ataques aéreos e por terra.

A incredulidade que paira sobre os relatos e personagens históricos, aproximados da ficção e do que nela é fruto da imaginação, pode ser associada ao argumento da falta de proximidade (quando e onde) que garantiria uma verificação testemunhal; entretanto, o que se revela é o quanto dessas versões oficiais reproduz o mesmo apagamento local cotidiano. Ao se afastar da região central da vila, descrita como partes de um “corpo aleijado”, o narrador volta sua atenção para aqueles que não apenas não estavam inteirados dos fatos considerados históricos ou motivo de destaque na imprensa, como são completamente ignorados por aqueles que se consideram bem-informados, mas que, no entanto, têm no acesso às histórias legadas de outros tempos ou tidas como relevantes um mero passatempo, de modo que ninguém se implica e nada perturba o presente como continuação, *status quo*.

Enquanto os “frequentadores das calçadas conheciam dos generais famosos alguma coisa mais que os nomes truncados”, “abaixo dessa classe andavam criaturas que não liam jornais, ignoravam d. Pedro II e o barão de Ladário”. Esse era o caso de seu Afro, morador do “Cavalo-morto, zona imprópria”, “Vendo-o pelas costas, as pessoas que discutiam Canudos e o barão de Ladário faziam caretas de repugnância, largavam frases contundentes ou gestos obscenos” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 54, 56 e 57; grifo meu).

Se o menino é ensinado a desprezar certas pessoas por influência dos valores de seu meio, ainda que não compreenda a motivação daquilo que lança raízes a partir do que ensina a gente grande, o adulto reabilita essas criaturas e os coloca em outro patamar em seus escritos. Desse modo, vítimas de condenações sumárias são reabilitadas em plano literário:

Espantaram-me a desconsideração e a frieza que envolviam essas criaturas. Não me capacitava de que a moça bonita, cheirosa, engomada, fosse de qualquer maneira inferior a d. Águeda de seu Acrísio, magra e pontuda. Também me parecia injusto dar ao velho Quinca Epifânio, engelhado e faminto, mais valor que a seu Afro, robusto e alegre. O juízo dos homens era esquisito. Bem esquisito.

Contudo esse julgamento absurdo acompanhou-me. Fixou-se, ganhou raízes. Indigno-me, quero extirpá-lo, reabilitar seu Afro e d. Maroca. Duas pessoas normais. Penso assim. E desprezo-as, sinto-as decaídas. Impossível deixar de senti-las decaídas. Repito mentalmente os desconchavos de padre João Inácio. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 58)

A faceta autoritária, violenta e regida pela injustiça é pilar central das histórias e juízos dos quais o menino ouve falar, reproduz e presencia em sua descoberta do mundo e da própria corporeidade no interior dessa estrutura e seus lugares e respectivos tribunais. Na temporada que passa nas terras do avô materno, dono de um “vozeirão temível” e de um “tribunal, antigo e particular”, entre um ferimento que fecha e a abertura ao sexual, à beira de

tudo o que seca, a história do Brasil chega enviesada, conclusão a que apenas o adulto dotado de conhecimentos posteriores pôde chegar:

A ferida do pé cicatrizou. Fui ocultar-me entre as catingueiras que ensombravam as margens da lagoa vazia. Meninas andavam por ali, brincando com ossos e seixos. Serapião me ensinava complicações da história do Brasil, errando bastante. E quando não havia testemunhas, uma rapariguinha silenciosa me examinava pacientemente o corpo. Levantava-me a camisa de chita, a roupa que eu usava no campo, utilizava os dedos e os olhos, num estudo profundo. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 141-142)

O que se conta oficialmente sobre os tempos em torno desse território definido como Brasil, como um lá longínquo, e o que se aprende em um aqui muito próximo é a mesma purulenta ferida, os mesmos currais de arame, ainda que sejam omitidos, desaparecidos do que se conta e se ostenta no “vozeirão temível” de uma linhagem de patriarcas como o avô materno e seu apreço por carne:

Em dias de matança trepava-me na porteira do curral, via meu avô derrubar a machado, sangrar e esfolar uma novilha, apumar-se no chão vermelho, as mãos vermelhas. Comparei-o mais tarde aos judeus antigos, Abraão, Isaac, Esaú, religiosos e carnívoros (RAMOS, [1945] 2012a, p. 137)

Dono de “um tribunal, antigo e particular”, território em que cada cerca fincada refunda a segregação; onde tudo o que o sustenta, das aparências aos alicerces, converte todos os que o frequentam em animais; cada objeto descrito é receptáculo de um cercado maior.

Perneiras, gibões, peitorais, enormes chapéus de barbicachos, pendiam de tornos cravados na taipa negra. Rolos de sola arrumavam-se nos cantos, cordas flexíveis em sebo. Enfileiravam-se num cavalete selas de campo de suadouros úmidos e escuros. Sapatões cabeludos em toda a parte, mantas de pele, correias, cabrestos, chicotes, látigos. Isso animalizava um pouco as pessoas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 137)

Nesse tempo-lugar, limitado em sua concretude, porém vasto pela extensão que ocupa em nosso legado, os corpos sacrificados não se restringem aos dos animais sob o domínio dos donos das terras e das gentes, tampouco ao que é examinado com dedos e olhos, caso daquele corpo de menino branco, neto de senhor, diante de um cenário erguido linha a linha por meio da enumeração (inventário) do que se possui (posses) a assinalar o pertencimento a uma linhagem escravocrata e aliviar apenas em sua própria versão

descansada a carga do trabalho escravo que o alimenta e veste: no interior da propriedade, literalmente; no interior que é o processo de subjetivação de todos os envolvidos, inclusive os sujeitos também tratados como objetos ou bichos, a que caberia, digamos – em arremedo da interioridade escravocrata sondada, estar em seu devido lugar, arranjados, quietos ou domados.

Antes da abolição, alguns pretos haviam abandonado a casa, sido presos pelo capitão do mato, fugido novamente. Meu avô os deixara em paz, julgando-os malucos e ingratos. Como se arranjariam? Ali estavam quietos. O serviço exigia pouco esforço, as vaquejadas eram torneiro, o proprietário passava dias no banco do copiar ou escanchado na rede, fungando tabaco, um lenço no ombro, de alpercatas e roupa de algodão cru, descarçado na bolandeira próxima, tecido no tear doméstico. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 139)

A resistência de quem foge, em vez de restar quieto, impõe movimento e desarranja o cenário, faz furo na trama doméstica e diz do que não está domesticado. Nesse capítulo dedicado ao avô materno, o intrincado entre o lugar e as camadas de tempo que o compuseram como tal, a provocar seu desmantelamento em certas permanências, insere a história menor (familiar) na maior (brasileira) – “Antes da abolição”. Essa marcação histórica em particular também é feita, inclusive com a mesma eleição de palavras que lemos no capítulo “O moleque José”, anterior ao dedicado ao avô na organização do volume. Comparando ambas as menções ao tempo anterior à Lei Áurea, portanto prévio ao nascimento do narrador e do qual ele pôde atestar a continuidade a partir do que ouviu ou tomou conhecimento pelos livros, pode-se constatar que a casa do pai como a do avô materno são extensões de uma mesma casa-grande & senzala, lugar-tempo que se desdobra em outros a despeito de seu flagrante e paradoxal desmantelamento. Cito mais uma vez o trecho, mas aqui chamando a atenção para a alternância entre fuga e detenção dos negros escravizados, na qual a fuga garantia uma liberdade apenas pela metade e a alforria assegurada pela Lei do Ventre Livre a partir de 1871 nem isso, no caso de Maria: “Os machos fugiram, foram presos, tornaram a fugir – e *antes da abolição já estavam meio livres*. Sumiram-se. As fêmeas, Luísa e Maria, agregavam-se à gente de meu avô. Maria, a mais nova, *nascida forra, nunca deixou de ser escrava*”.

Na casa herdada, não necessariamente apenas como imóvel, todos se curvam, mas alguns voltam a se erguer, sempre no comando; onde todos se animalizam, mas alguns são muito mais animalizados do que outros:

A religião de meu avô era segura e familiar. Revelava-se diante do oratório erguido na sala, sobre a mesa coberta de pano vistoso. Na gaveta desse altar guardavam-se macetes, chifres de veado, sovelas, cera, pregos, torqueses, pedaços de couro em que se pulverizava fumo torrado. Em cima, na luz, entre fitas e flores secas, litografias piedosas, figurinhas santas esculpidas por imaginários rudes. O velho se ajoelhava na esteira, persignava-se, batia no peito, ouvia a ladainha que Maria Melo, sacerdotisa e mulher do vaqueiro, cantava numa espécie de latim. Ali agachado e contrito, perto da negra Vitória e de Maria Moleca, voluntariamente escravas porque não tinham em que empregar a liberdade, reduzia-se muito, não se diferenciava quase de Ciríaco, pastor de cabras. Finda a cerimônia, recuperava a grandeza e o comando:

— Ó negra! (RAMOS, [1945] 2012a, p. 137-138)

Sob essa religião estranha e familiar, encarna-se um lava-pés blasfemo no pós-abolição. Sob a legislação do trabalho livre, em que mais uma vez o que é tido como natural naturaliza uma cultura que lança, a quem serve, o olhar que lança ao bicho.<sup>81</sup> O rito descrito em pleno pós-abolição não encerra um período de mera transição em relação aos efeitos dos 353 anos de escravidão legalizada.

Maria Moleca trazia a gamela de água, vinha lavar-lhe os pés, de cócoras, enxugá-los na toalha encardida. Essa posição era natural. De cócoras preparava a comida, temperava a panela, atiçava o fogo na trempe de pedras. De cócoras varria a casa com um molho de vassourinha cortado no fundo do terreiro, onde o muçambê e o velame desbotavam. Dormia de cócoras, arrimada à parede, sob cortinas de pucumã que desciam do teto.

Se a gamela tardava, minha avó intervinha ranzinza:

— Vai lavar os pés de teu senhor, negra. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 138)

Enquanto o patriarca recupera sua grandeza, Maria Moleca o serve de cócoras, muito rente ao chão, que é também uma perspectiva mais próxima da visada do menino que foi e do que dele permanece sendo no passado atravessado pelo presente e que também se lança como intervenção artística em direção ao futuro. Página a página de *Infância* está em jogo um sujeito em formação nos contextos apresentados, que, tomados em retrospectiva e de posse daquele que está consciente dela desdobrada no por vir, é manuseado plasticamente, trazendo à luz territórios literais, mas também os imaginários, indistintamente zonas impróprias, além das encruzilhadas no interior de um projeto autoral.

---

<sup>81</sup> Ainda que a posição de cócoras possa ser uma transmissão corporal que não tenha nenhuma relação com a conotação de rebaixamento dada pela narrativa. Nossa própria ignorância, a de Graciliano e também a minha, sobre as origens desse gestual.

### 2.3 A primeira coisa guardada e a desaparecida

Tudo o que é “primeiro” ou “primeira vez” aponta para uma ordenação, sucessão, certa repetição na diferença. Trata-se do que se repetiu ou segue ocorrendo ao longo de uma vida ou ao menos por um período dela, caso contrário não seria primeiro(a), mas único(a). As memórias de infância, como não poderia deixar de ser, são um território semeado de primeiras vezes. Passa-se sobre muitas delas enterradas e esquecidas no chão onde se pisa no presente, enquanto outras brotam na lembrança como em temporadas de flores.<sup>82</sup> O que é primeiro é também marco de iniciação que, em *Infância*, diz dos inícios do reconhecimento de um eu que como eu só se reconhecerá na própria tarefa de compor-se em narrativa construída entre tempos, e suas ruínas, do que se une pelas partes rachadas, ou se revelam escondidas. Um eu atento aos outros, a suas confirmações,<sup>83</sup> mas também omissões, para compor um tempo, suas aparições e apagamentos. Há no movimento do narrador de *Infância* um reconhecimento importante dos elos entre algo que poderia estar perdido ou esquecido, mas se ata no social com aqueles que antecederam e acompanharam a eclosão de um eu em um determinado meio. Mas que com esses também rompe.

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu a ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer modo a aparição deve ter sido real. Inculcaram-me nesse tempo a noção de pitombas – e as pitombas me serviram para designar todos os objetos esféricos. Depois me explicaram

<sup>82</sup> Penso, por exemplo, na imagem que se evoca no título do volume memorialístico de Augusto Meyer, *No tempo da flor* (1966), embora flores pouco digam das memórias de Graciliano, ou digam, por sua presença desbotada ou fálca, a servir de brincadeira de meninos a atentar mulheres, e, principalmente, por sua ausência, como no quintal da família, que “subsiste, duro e nu, *sem flores*, sem verdura, tendo por único adorno, ao fundo, junto a montes de lixo, um pé de turco, ótimo para a gente se esconder nas perseguições” (RAMOS, 2012a, p. 13).

<sup>83</sup> Nos termos de uma “memória coletiva conectada com a individual”, segundo Maurice Halbwachs, pois nela o sujeito nunca está sozinho. —São que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências. Claro, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas.” (HALBWACHS, 2015, p. 29). Entretanto, a percepção nos constantes presentes, faz com que esse “não estar sozinho” contenha uma decisão a partir da pergunta: então, acima, abaixo, ao lado de quem?

que a generalização era um erro, e isto me perturbou. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 9)

Eleita para dar à narrativa um início como algo que se descobre por trás de um signo de passagem (porta) e o que ali se revela escondido, essa coisa dá forma (vaso) ao até então amorfo em um tempo e lugar não apreensíveis e contém o encontro com uma palavra (pitombas) para nomear e assim fixar seu conteúdo. Coisa que, no texto, nunca é a coisa em si, mas a sua reprodução (porque falta), como enfim é toda palavra. Aqui, o significado de “pitombas” importa menos em sua especificidade e mais por essa apreensão inicial que, não à toa, corresponde às primeiras frases do primeiro parágrafo do livro. Nesse ponto formulado como primeiro, não há certeza calcada em uma prova recolhida por um eu que como um eu se reconheça, mas como aquele que vai juntando partes de si próprio para compor-se. Partes essas confirmadas também pelo olhar de outros, viventes no interior de uma mesma obra, mas também pelo olhar distanciado nos anos a conceber o seu próprio Gênesis, depois da tentativa de aniquilação, uma vez que a escrita desse começo de *Infância* se deu pós-prisão.

Nas *Memórias do cárcere*, não fala um eu fragmentário que vai sendo construído, mas aquele que buscaram esfacelar. Não fala a criança que ainda não tem uma imagem cristalizada de si, mas aquele a quem, junto de outros, dirigiram a sentença: “vêm morrer”. É justamente aquele que buscaram desfigurar, entretanto, que vai reconstruir o menino face a face, à sua imagem e semelhança. No capítulo “Manhã”, de *Infância*, vislumbra-se um *fiat lux* a partir do qual nada é capaz de fixar tampouco de manter iluminado e uno o mundo criado via palavras, pois feito de fragmentos de memória que se buscam recuperar em estado de vigília, em que a semelhança com o estado do sonho é consciente e manipulada pelo artista.

Naquele tempo a escuridão se ia dissipando, vagarosa. Acordei, reuni pedaços de pessoas e de coisas, pedaços de mim mesmo que boiavam no passado confuso, articulei tudo, criei o meu pequeno mundo incongruente. Às vezes as peças se deslocavam – e surgiam estranhas mudanças. Os objetos se tornavam irreconhecíveis, e a humanidade, feita de indivíduos que me atormentavam e indivíduos que não me atormentavam, perdia os característicos. (RAMOS, 2012, p. 21).

Esse mundo erigido é repleto de neblina, pingos, goteiras, roupas molhadas, paredes úmidas e névoa. Esse pequeno mundo incongruente, e líquido, porque memória, alicerça aquele reconhecido por sua segura em termos estilísticos. Um desagua n'outro.

Na manhã de inverno as cercas e as plantas quase se dissolviam, a neblina vestia o campo, dos montes de lixo do quintal subia fumaça, pingos espaçados caíam das goteiras, a cruviana mordida a gente. Sapatões de vaqueiros depositavam grossas camadas de barro no tijolo. Roupas molhadas deixavam manchas largas nos bancos do copiar. As paredes úmidas enegreciam. Deitava-me na rede, encolhia-me, enrolava-me nas varandas. Um candeeiro de querosene lambia a névoa com labaredas trêmulas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 22)

O reconhecimento do guardado como primeiro na memória, nesse mundo como território por ser descoberto e criado, é “eisa”, isto é, um termo vicário, indeterminado, semanticamente vazio, que pode ser substituído por outros. Arremeda ainda algo do grunhido da descoberta: do mundo antes da fala e, de quebra, de cada palavra a determinar a existência daquilo a que se refere; da linguagem, como um universo particular que funda territórios que a vista do menino alcança à medida que se embrenha e o adulto, mais que recorda, constata em si mesmo a operação.

Se nos detivermos mais um pouco na imagem do vaso cheio de pitombas, não é difícil imaginar que para que ele esteja escondido atrás de uma porta é necessário que ela esteja aberta e essa imagem não pode estar no início de Infância de forma aleatória, como nada é aleatório na lembrança. Walter Benjamin (1892-1940), por exemplo, quando se volta para a própria infância entrevê em uma porta que se abre uma forma de enfrentamento ao que amedronta: <sup>84</sup> “Não te esqueças de pôr primeiro a corrente”, era o que me diziam quando me deixavam ir abrir a porta. Toda a minha infância fui fiel ao medo provocado por um pé a atravessar-se na porta”, escreve.

A porta da *Infância berlinense* cumpre seu duplo papel: 1. de passagem e acesso a um afeto e sua duração – “E no meio desses medos estende-se, eterno como a tortura do inferno, o terror que claramente se instalou porque a corrente não fora posta” (BENJAMIN, 2013, p. 107); 2. de esconderijo e máscara que converte a própria criança em lugar de passagem para outros lugares e tempos imprevistos – “A criança escondida atrás das cortinas torna-se ela própria algo de esvoaçante e branco, um fantasma. [...] E atrás de uma porta ela própria [a criança] é porta, recoberta por ela, máscara pesada, mago que enfeitiçará todos os que entrarem desprevenidos” (BENJAMIN, 2013, p. 103).

---

<sup>84</sup> Guardadas as “temporalidades de diferenciais”, nos termos de Perry Anderson (1986), e diferenças em todos os sentidos, as infâncias de Benjamin e Graciliano são contemporâneas, visto que ambos nasceram em 1892. O mesmo também pode se dizer da época em que foram escritas as memórias em questão e do modo como os textos foram publicadas antes de figurarem em livros, primeiro em periódicos: entre 1932 e 1938, no caso de Benjamin. Seu manuscrito foi enviado a Gretel Adorno em 1940, ano do suicídio do autor, e serviu de base para a edição de 1950 organizada por Theodor Adorno.

Prevalece nessas memórias dos espaços da casa do menino alemão uma dimensão de materialidade secreta não mediada por nomeações de qualquer tipo, – “Este [o mundo da matéria] tornava-se extremamente nítido, aproximava-se de mim *sem uma palavra*” (BENJAMIN, 2013, p. 102; grifo meu)<sup>85</sup> – enquanto o que foi guardado de mais antigo em *Infância* (a brasileira) se dá depois de comunicado a outras pessoas que não só atestam sua existência como batizam-no, o que anuncia a centralidade da palavra no livro de Graciliano, mas também, de modo menos evidente, a importância da localização desse umbral, que passará de esconderijo a local de revelação do que retorna porque sempre presente pela ausência imposta.

A escola que serviu de pouso para a família durante sua primeira mudança, quando essa deixa a cidade natal do menino,<sup>86</sup> retorna à lembrança em uma “segunda aberta entre nuvens”, um segundo tempo no qual se crava a certeza sobre certas horas distantes também no espaço, embora muito próximas, sem a imprecisão tão ressaltada da primeira, da ignorância do onde e quando e de si mesmo como bússola.

Houve uma segunda aberta entre as nuvens espessas que me cobriam: percebi muitas caras, palavras insensatas. Que idade teria eu? Pelas contas de minha mãe, andava em dois ou três anos. A recordação de uma hora ou de alguns minutos longínquos não me faz supor que a minha cabeça fosse boa. Não. Era, tanto quanto posso imaginar, bastante ordinária. Creio que se tornou uma péssima cabeça. Mas daquela hora antiga, daqueles minutos, lembro-me perfeitamente. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 10)

O que se segue é a descrição da lembrança de uma vasta sala – “Com certeza não era vasta como presumi: visitei outras semelhantes, bem mesquinhas” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 10) – onde crianças têm os primeiros contatos com as letras por meio de uma soletração orientada por um velho de barbas longas (a profetizar do passado um futuro?). Nesse cenário identificado *a posteriori*, as enormes árvores no fim do pátio expandem o horizonte com o acréscimo de mais um nome, uma vez que as pitombas já não dão conta de nomeá-las.

---

<sup>85</sup> Para além dessas associações entre as memórias das infâncias contemporâneas de Graciliano e Benjamin, e dos abismos que as separam, mas também daqueles que as aproximam, as palavras do alemão são também porta de entrada para se pensar o que explode com o império do cronológico e tratar o passado sem nunca esquecer o que se deu depois. Tudo isso Benjamin não realiza apenas em seus escritos, mas também com toda sua vida e o contexto de sua morte em setembro de 1940, quando toma uma dose fatal de morfina em fuga das mãos inimigas, estabelecendo um entroncamento entre vida e obra difícil de ignorar.

<sup>86</sup> A família Ramos deixa Quebrangulo (AL) e segue para Buíque (PE), em 1895. Esse é um dado documental e conhecido nas recorrentes cronologias encontradas ao final de diferentes edições dos livros de Graciliano.

Defronte alargava-se um pátio, enorme também, e no fim do pátio cresciam árvores enormes, carregadas de pitombas. Alguém mudou as pitombas em laranjas. Não gostei da correção: laranjas, provavelmente já vistas, nada significavam. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 10)

Do vaso escondido atrás da porta ao que a visão e a memória alcançam em uma perspectiva ampliada, as pitombas deixam de ser concebidas como outrora. Significam mais do que elas próprias e para além do que se enxerga com nitidez, ali, brotadas junto das letras, a conferir status de verdade atestada, sobretudo, literária.

— Um *b* com *a – b*, *a: ba*; um *b* com um *e – b*, *e: be*.

Assim por diante, até *u*. Em escolas primárias da roça ouvi cantarem a soletração de várias maneiras. Nenhuma como aquela, e a toada única, as letras e as pitombas convencem-me de que a sala, as árvores, transformadas em laranjeiras, os bancos, a mesa, o professor e os alunos existiram. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 10)

É importante destacar que é nesse espaço de aprendizado das letras, anterior aos tempos do aluno, ao qual se retorna via memória, que surge uma outra entidade também escondida atrás de tantas portas que a fecharam para fora da história da família, portanto, sem o reconhecimento dos demais, como fora o vaso cheio de pitombas. Algo, em verdade alguém, cuja existência se procura encobrir, embora evidente lembrança: a irmã natural. Oposta à outra irmã, a “legítima”, “direita”. “Tudo é bem nítido, muito mais nítido que o vaso. Em pé, junto ao barbado, uma grande moça, que para o futuro adquiriu os traços de minha irmã natural, tinha nas mãos um folheto. – A, B, C, D, E” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 10). Em um plano não oficial, o menino deixa de ser o primogênito de seu pai, figurando ele próprio como segundo em uma genealogia entrecortada pelo imprevisto que atinge uma determinada ordem familiar a partir de uma ação no passado, afinal, a irmã natural era mais velha que ele, fruto de uma relação fora do casamento. Se as duas irmãs se assemelham como manchas paradas em tal retrato, apenas uma é de fato razão de mácula. Em meio ao que se move feito “Nuvens”, fixa o que permanece turvo no retrato moral de uma família e o que essas memórias se propõem a botar reparo embora nunca se possa de fato reparar.

Disseram-me depois que a escola nos servira de pouso numa viagem. Tínhamos deixado a cidadezinha onde vivíamos, em Alagoas, e entrávamos no sertão de Pernambuco, eu, meu pai, minha mãe, duas irmãs. Mas pai e mãe, entidades próximas e dominadoras, as duas irmãs, uma natural, mais velha que eu, a outra legítima, direita, dois anos mais nova, eram manchas paradas. Positivamente havia pitombas e um vaso de louça, esguio, oculto

atrás de um móvel a que a experiência deu o nome de porta. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 11)

Se havia pitombas e um vaso de louça atrás de um móvel a que apenas a experiência dará um nome (palavra), também não é imediato o entendimento do significado da presença da irmã natural. Somente a experiência associará a ela outras palavras capazes de nomear o que como mancha e vulto, tudo o que não é memorável. Em “Nuvens”, ainda que vulto, a irmã natural é associada à beleza em meio ao que assombra e que com dificuldade cede lugar à passagem do que ilumina e reluz, como os brincos e dentes alvos de personagens que não apenas não fazem parte da família, como a ela se agregam, compondo um modelo típico da sociedade patriarcal do pós-abolição, ou mesmo bem além desse período histórico, “numa posição híbrida entre o escravo e a pessoa livre pobre” (PEREIRA, 2010, p. 10).

Nova solução de continuidade. As sombras me envolveram, quase impenetráveis, cortadas por vagos clarões: os brincos e a cara morena de sinha Leopoldina, o gibão de Amaro vaqueiro, os dentes alvos de José Baía, um vulto de menina bonita, minha irmã natural, vozes ásperas, berros de animais ligando-se à fala humana. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 14)

Em “Manhã”, o belo logo passa a sofrer arranhões e outras violências que acabam por atingir os demais:

Minha irmã natural se desenvolvia, recebendo com frequência arranhões nos melindres. A aversão que inspirava traduzia-se em remoques e muxoxos; quando tomava feição agressiva, fazia ricochete e vinha atingir-nos. Se não existisse aquele pecado, estou certo de que minha mãe teria sido mais humana. De fato meu pai mostrava comportar-se bem. Mas havia aquela evidência de faltas antigas, uma evidência forte, de cabeleira negra, beijos vermelhos, olhos provocadores. Minha mãe não dispunha dessas vantagens. E com certeza se amofinava, coitada, revendo-se em nós, percebendo cá fora, solto dela, pedaços de sua carne propícia aos furúnculos. Maltratava-se maltratando-nos. Julgo que aguentamos cascudos por não termos a beleza de Mocinha. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 26)

A presença de Mocinha ofende a mãe, mas é simultaneamente motivo de orgulho e de humilhação para o pai, inserido em uma tradição econômica baseada na vantagem que se toma a partir dos corpos dos outros. Aqui o narrador reitera o recurso da animalização, atingindo aquele que animaliza o outro nas relações, esmiuçando a confissão por trás da bênção rosnada à irmã natural:

Ao levantar-se e antes de encafuar-se no quarto sombrio, que tinha apenas uma abertura, Mocinha se aproximava de meu pai, cochichava rapidamente. Ele *rosnava* uma bênção, afastava-se carrancudo.

Aquilo era um dever, dever tradicional que o lisonjeava e diminuía. Provavelmente a situação do negócio (gado a morrer, pano barato na prateleira) não lhe permitia engendrar filhos em muitas barrigas, fortalecer-se com o trabalho deles. *Reprodutor* mesquinho, sujeitava-se à moral comum – e naquela bênção engrolada ao amanhecer e ao cair da noite havia a confissão de que lhe faltava o direito de *cobrir* muitas mulheres, gerar descendência numerosa. Cobria e gerava, mas devagar e com método. Era um patriarca refletido e oblíquo, escriturava zeloso os seus escorregos sentimentais. Mocinha não representava utilidade. Valor estimativo, de origem pecaminosa. E meu pai tentava convencer os outros de que ela não existia. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 165)

Mocinha adentra o espaço familiar por “portas travessas”, permanece escondida por detrás de portas que a mantêm trancafiada, bem ali, onde não interessa aos poderosos da casa olhar nem mostrar, tomar conhecimento, para um dia, enfim, fugir pela janela:

Antes de meu pai casar, Mocinha lhe fora enviada por portas travessas, passara às mãos de tia Dona, viúva pobre que vivia com ele e tinha duas filhas novas. Viera o casamento, viera a mudança, tia e prima se haviam distanciado e Mocinha nos acompanhara ao sertão.

Era branca e forte, de olhos grandes, cabelos negros, tão bonita que duvidei ser do meu sangue. Parece que não queriam tomar conhecimento dela. [...]

Difícil. A intrusa se encorpava e embelezava, alargava a roupa, namorava-se ao espelho da sala. E do espelho saltou à janela, onde Miguel lhe foi segredar ternuras ao lusco-fusco. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 163-164 e 165)

Se entre as memórias mais antigas a irmã natural aparece segurando uma cartilha e gemendo o abc, adiante segue “meio analfabeta” a saber de cor o enredo da história de amor entre Adélia e d. Rufo que a mãe do menino e as vizinhas soletravam. A respeito desse enredo que exerceria má influência sobre a leitora desarmada, é curioso que, proprietário a sua maneira, o narrador refira-se ao pai como se fosse apenas dele (“meu pai”) e nunca como também de Mocinha (“nosso pai”). Quando decide lançar mão do pronome possessivo no plural faz uma opção nada sutil:

No romance extenso e amarfanhado travara conhecimento com d. Rufo e Adélia. E transformava Miguel num virtuoso galã. O *nosso governo totalitário* admitia Adélia de d. Rufo, mas não admitia Miguel. Não tentava suprimir a ficção contida nos volumes sujos. Consentia a leitura, reconhecendo a inutilidade dela fora do artigo político e dos lançamentos do borrador. Mas, deixando à menina o direito de pensar em tipos de histórias, decidiu conservá-la na virgindade (RAMOS, [1945] 2012a, p. 167-168).

Se Mocinha é fruto do sentimento de posse que o patriarca refletido e oblíquo tem sobre os corpos dos outros, as razões para a decisão tomada a selar o destino desta irmã natural como de outras são todas parte de um cálculo do negociante que “Aborrecia os ateus, mas só acreditava no contas-correntes e nas faturas” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 55). Isso fica evidente também quando se revelam as tantas outras mulheres da família que vivem submetidas a ele a custo mínimo porque não tiveram ou perderam os maridos (leia-se proprietários):

Obrigava-se a alimentá-la por largos anos, vesti-la, calçá-la. Isto representava uma despesa pingada, quase insensível. Gastos extraordinários – lençóis, fronhas, camisas, o vestido branco, véu, grinalda, fita, renda, muita comida, muita bebida, música, etc. – perturbar-lhe-iam as finanças. Tia Dona arranjara um casamento infeliz, enviuvara, tuberculosa, com duas filhas. Tia Josefa envelhecia longe, solteira. Tia Jovina envelhecia também, e ainda envelhece, coxa, triste, em companhia da última de minhas irmãs naturais. Meu pai distribuía migalhas a essas pobres. Continuará a sustentar Mocinha, contanto que ela procedesse direito, vivesse calma, na gaiola e na moral. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 168)

Apagada de um legado, numa recorrente solução de descontinuidade, até ser recuperada nestas memórias, encarnação do contratempo, como companheira no infortúnio das primeiras leituras, e nelas tantas outras personagens de uma mesma história.

Mocinha casou silenciosamente, sem música e sem dança, na missa das sete. E teve alguns anos de equilíbrio de felicidade.

Tentou reconciliar-se conosco. Enquanto meu pai jogava solo na loja, entrava pelo portão, ficava uma hora falando baixo com minha mãe, na prensa de farinha do alpendre.

Depois veio a mudança e nos distanciamos. Miguel abandonou-a, ligou-se a outra, no civil. Se não me engano, ligou-se também a uma índia, na lei dos índios, para as bandas do Amazonas. Mocinha desapareceu e não deixou vestígio. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 170)

Vivida a aventura amorosa, que a levou a escapar da gaiola, Mocinha passa a ser tratada como mercadoria “~~a~~variada”, porque “~~mo~~ça fugida”. O pai teme os falatórios e como só “se arriscava quando os trunfos lhe choviam nas mãos [...]. É possível, nesse caso afetivo, ele haja, adotando os seus hábitos comerciais, procedido economicamente” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 165-167). Não se conhece que fim levou Mocinha, pois, a certa altura dos acontecimentos, ela desaparece e resta como desaparecida, amputada, embora nunca tenha sido reconhecida como parte do corpo. Um caso em que o recurso da metonímia e logo da

frase nominal, “Mão cortada”, é utilizado de modo ainda mais pungente, porque o que é tomado como parte nunca fora tratado como pedaço de um todo. Tida como sinal de prejuízo para o proprietário, Mocinha, “filha das ervas”, representava um mal a ser cortado pela raiz, um negócio não fechado mas que segue em aberto no recalque. Em outras palavras, ter sido desaparecida da história não indica que de fato desapareceu e que não deixou de lançar no mundo as suas raízes sobreviventes, o que as memórias de Graciliano não alcançam, mas outras gerações de escritores com outras origens podem tratar de revelar.

Para sanar a avaria absurda, medianeiros verbosos diligenciaram um conchavo entre as duas famílias. Houve as conversações usuais e o acordo não se realizou. Meu pai conservou-se intransigente e digno. Ao regressar à vila, achei-o com barba crescida, afirmando que a ingrata significava para ele mão cortada. Frase esquisita. Efetivamente nunca a pequena lhe servira de mão. Meu pai era assim: gostava de expressões enfáticas e não reparava no sentido das palavras. *Mão cortada*. Essa amputação o eximia de banhos, véu, grinalda, renda, fita, lençóis, fronhas, jantar. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 169-170)

Agora que chegamos ao fim do capítulo “Minha irmã natural”, parece fecundo retomar o seu começo para compreender o que está envolvido na matemática que entende como soma (ganho) um filho homem legítimo que morre cedo e o desaparecimento da primogênita do pai.

Tínhamos feito diversas viagens à fazenda de meu avô. Naquela, a mais importante, demoramos três meses – e a família ganhou um membro, perdeu outro.

O ganho foi representado por um menino chorão, que morreu cedo. [...]

A pessoa que desapareceu da família foi Mocinha. Não sei bem se desapareceu da família, mas é certo que nos deixou. Talvez não a julgassem parenta: as relações dela conosco eram imprecisas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 163)

Alvo de agouro e da observação daqueles que dela se sentiam em algum plano semelhantes no infortúnio; corpo estranho, mas, a seu modo, útil no regime da casa:

Minha mãe tratava-a quase cerimoniosamente. Às vezes embirrava com ela, resmungava, largava muxoxos – e nós, viventes fracos, meninos e moleques, observávamos apreensivos essas manifestações de agouro ruim. A Mocinha não chegavam dissabores. Era como estranha, hóspeda permanente, embora se entretivesse em serviços leves: bordava palmas e florinhas lentas em pedaços de morim estendidos em grades, remendava camisas, endurecia saias brancas na goma anilada, alisava-as a ferro numa

tábua vestida em lençol, suspensa nos encostos de duas cadeiras. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 164)

Passa de utensílio da casa a pessoa (vigiada e repreendida) apenas quando chama a atenção do filho de um outro proprietário:

Miguel, indivíduo importante, dos mais importantes do lugar, não podia ligar-se decentemente a uma filha das ervas. A gente dele, proprietária da casa de azulejos, motivo de meu assombro ao apear-me na vila, estrilou. E meu pai estrilou também, considerável e cheio de prosápias, orgulhando-se daquela preferência, mas rigoroso, intransigente. Fecharam-se e fiscalizaram-se as venezianas; estorvaram-se as relações com o exterior; a menina, elevada à categoria de pessoa, ouviu gritos, censuras ásperas, e as duas bênçãos diárias nunca mais lhe foram concedidas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 165-166)

Se as mulheres da família, de modo geral, recebem um tratamento de detentas do lar (rês presa, na animalização), o caso de Mocinha é exemplar não apenas das várias condenações a que são submetidas, mas, em sua especificidade social perscruta os espaços da casa como esse território a demarcar as zonas de conflitos que são nossos ainda hoje, mas também de irmanações observadas por aquele que rememora a casa como uma prisão não apenas em termos de uma metáfora espacial, mas do que se repete ao longo dos anos. Em *Infância*, a palavra “natural” não apenas adjetiva “irmã”, na acepção de filha bastarda, mas sintetiza também uma naturalização do aprisionamento – “Aferrollhavam-na em camarinha tenebrosa. Natural: sempre tivemos camarinhas úmidas, tristes, seguras, fechadas, para as mulheres” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 165).

A irmã natural apenas encontra aliados nos empregados da casa, como com eles se reconhecem os sinais de sua capacidade de expansão, enquanto a fuga com o filho do proprietário não só não lhe garante a liberdade, como lhe prende à espiral de apagamento, que vivenciava do corredor para a sala dessa casa de arquitetura bem brasileira, no que tem de casa-grande e senzala.

Sentava-se a um canto da mesa, rezava, comia de cabeça baixa. O constrangimento devia torturá-la, pois no quintal, na cozinha, no alpendre, ria, cantava, entendia-se com Rosenda lavadeira. Do corredor para a sala de visitas encolhia-se, reprimia expansões, anulava-se. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 164)

O menino conhece ainda uma outra irmã natural depois da despedida do sertão, quando retornam para Alagoas, desta vez para a cidade de Viçosa, a fixar ~~de~~ novo na terra

antiga as raízes cortadas”, como se lê no capítulo “Mudança”. Em oposição à branca Mocinha, exaltada por sua beleza, essa outra resta ainda mais apagada e reduzida a alguns traços físicos, que parecem sugerir miscigenação, e a outros de caráter nada apreciáveis. Se na irmã natural não sobressai nenhuma beleza, certamente segundo um padrão racista, tampouco beleza pareça ter alguma sobrevida por ali: “Obtive uma irmã natural, morena, grossa, feia. E duas primas bonitas, que findaram tuberculosas” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 178).

A moral nesse contexto opera uma sentença que recai sobre diferentes famílias sob o império do fator econômico – e do sexo como negociação em um mercado paralelo conduzido pelos homens, em geral a punir qualquer mulher com destino comum ao da irmã natural, mesmo quando filha legítima, e sobretudo quando propriedade que perde o seu valor no mercado. Todavia, enquanto a primeira personagem é apagada da história, sobre as legítimas, porém “desonradas”, é possível que se criem relatos para manter a aparência. No capítulo “Uma bebedeira”, temos notícia de um caso semelhante. Embebedada, a criança alia-se às saias em roda e elege uma em especial para nela esfregar-se, enquanto o adulto expressa aflição por ter tomado conhecimento, tantos anos depois, do destino desgraçado daquela mulher.

Uma se distinguia, morena, grande, vermelha, risonha, barulhenta. Senhorinha. Vinte anos depois, ao saber que ela havia dado com os burros na água, afligi-me. Arruinou, provavelmente acabou depressa. A honra sertaneja encolheu-se, uma tradição reduziu-se a cacós. Ainda continuarão a espalhar mentiras na cidade. A literatura popular e os canceiros matutos gastar-se-ão repisando camponeses brabos e vingativos, donzelas ingênuas, puras demais. Engano. Senhorinha, educada perto do curral, conhecia os mistérios da procriação e era simples. Filha de proprietário, submeteu-se à honestidade e aguardou casamento. Mas as dívidas se avolumaram, a fazenda se despovoou, tombaram as cercas, o coronel, sem correntão nem guarda-chuva, aderiu à canalha – e Senhorinha renunciou à virtude, infringiu a moral, curvou-se à lei do instinto. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 42)

O conhecimento posterior do destino da morena impede o adulto de representar a protagonista dessa lembrança apenas pela chave de um prazer experimentado pelo menino em uma embriaguez recorrente: “Suponho que não foi a primeira vez que me embriagaram. As sertanejas do Nordeste entorpecem os filhos à noite com uma garapa de vinho forte”

(RAMOS, [1945] 2012a, p. 43). Primeiro cálice, primeiros aliados,<sup>87</sup> a perda da vergonha, a palavra solta, o desafio das oposições, tudo muito singular em uma história em grande parte orientada pelo medo, essa reação ao desamparo. No entanto esse é um efeito efêmero de suspensão da realidade que resulta em sono e no apagar do tempo no instante mesmo em que se vive, e talvez por isso mesmo emblemático dessas memórias a contemplar lapsos e lacunas.

Quem me deu o primeiro cálice de licor foi a morena vistosa, mas não sei quem deu o segundo. Bebi vários, bebi o resto da garrafa. Comportei-me indecentemente, perdi a vergonha, achei-me à vontade, falando muito, desvariando e exigindo licor. Uma das moças trouxe-me um copo de vinho com mel. Minha mãe enferrujou a cara, estirou o braço enérgico, mas naquele momento eu desafiava oposições. Através de uma neblina, distinguia formas vagas e inconsistentes. Repeli a mão que avançava para mim, tomei o copo. Daí em diante, até que adormeci, o tempo desapareceu. Certos pormenores avultaram, com certeza se dissiparam casos apreciáveis. Ganhei coragem de supetão, os perigos se esvaíram. Fortaleci-me, percebi *aliados* nas criaturas que me rodeavam. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 42)

Essa dupla perspectiva (a prazerosa e efêmera vivenciada pelo menino e a do adulto), somando distintas camadas de tempo, desvincula *Infância* de modo crítico de outras narrativas que buscam enaltecer a anomia da vingança em nome da honra e rompe com qualquer nostalgia que possa encobrir seu quinhão de violência. Nesse ambiente e contexto, o ilegítimo que recai como sina sobre a irmã natural, entretanto, é sinal autêntico da autoridade patriarcal e do legado local, no qual as mulheres e filhos naturais restam ainda como sinônimo de posse, mesmo para aqueles que estão em franca decadência:

Os maiores do município, governo e oposição, vinham de um grupo de famílias mais ou menos entrelaçadas, poderosas no Nordeste: Cavalcantis, Albuquerque, Siqueiras, Tenórios, Aquinos. Padre João Inácio era Albuquerque. O comendador Badega, parente de todos os graúdos, autor de vários filhos naturais, esfarinhado em César Cantu, vestia cassineta esfiapada e ruça, usava chapéu de abas roídas e botas pretas com remendos amarelos. Assim, de rebenque e esporas, entrou uma noite no paço municipal com um lote de caboclas novas e, ao som da harmônica, dançou valsas e quadrilhas até o sol nascer. Apesar da comenda, os roceiros davam-lhe o título de capitão. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 53)

---

<sup>87</sup> No texto aparece como substantivo masculino embora as personagens na cena sejam todas mulheres, o que é bastante significativo em termos da sensação de aliança, ainda que momentânea e ilusória. O menino e a mãe chegam à fazenda com o pai que se retira para tratar de negócios com o proprietário, numa clara separação entre o círculo das mulheres e das crianças apartado do dos homens adultos.

Quando Graciliano Ramos declara que em *Infância* ele não busca representar a si mesmo mas as crianças da classe média de sua terra, é preciso ressaltar que essa “classe média” corresponde a um grupo de proprietários de terras decadentes (ou ex-proprietários), nem por isso menos escravocratas no pós-abolição. Destino econômico fruto de um processo que se acompanha em seus primeiros anos de vida e que se firma como lugar social que pode ser reconhecido como o dele próprio na vida adulta, seja como comerciante, político, funcionário público, escritor, intelectual.<sup>88</sup> Está em foco uma experiência lastreada pela cultura nordestina dos filhos desses proprietários falidos,<sup>89</sup> da aristocracia rural oligárquica que perde o prestígio, o que não deixa de ser um lugar de observação, o do pobre-diabo.<sup>90</sup>

As mudanças que acompanhamos em *Infância* contemplam esse significativo e histórico deslocamento de uma classe, visto que o pai de Graciliano era filho de um proprietário que foi enganado e perdeu tudo.<sup>91</sup> Quando a família do menino retorna para a zona urbana, ainda que interiorana, ele deixa de ser o filho daquele que ainda tentou ser fazendeiro para ser reconhecido como o herdeiro do comerciante de fazendas (chitas, tecidos) que, mais tarde, também será nomeado juiz substituto, o que diz muito de um certo prestígio que essa mesma linhagem ainda mantinha, a despeito da depauperação.

Uma vez afrouxadas as ligações com o universo dos proprietários, o itinerário domiciliar da família acompanha os passos da iniciativa paterna em busca de um refúgio em outros domínios de atividade, à altura de suas expectativas. [...] Nos casos de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Orígenes Lessa etc., o sentido da trajetória ocupacional do pai, oscilando entre as posições de pequeno proprietário no comércio e/ou na agricultura e as posições burocráticas de relegação, contribuiu em medida muito mais significativa para o encaminhamento dos filhos em direção ao trabalho intelectual do que as injunções ligadas à mera dilapidação da fortuna. (MICELI, 2012, p. 166)

<sup>88</sup> Em 1915, Graciliano Ramos assumiu a loja Sincera, aberta por seu pai em Palmeira dos Índios, em 1910. Entre 1929 e 1930 exercerá o cargo de prefeito da cidade; em 1930 passa a dirigir a Imprensa Oficial e em 1933 a Instrução Pública, ambas de Alagoas.

<sup>89</sup> Para citar o diagnóstico que Sérgio Miceli dá ao caso de Graciliano em seu “Quadro 5 – origem social, trunfos, handicaps e carreira”, especificamente na coluna “Dilapidação social do país” (2001, p. 164).

<sup>90</sup> Para uma abordagem mais ampla das matrizes do pobre-diabo, cf. o ensaio “O pobre-diabo no romance brasileiro”, de José Paulo Paes (2008).

<sup>91</sup> Em *Angústia*, cujas memórias do menino Luís da Silva são em tudo semelhantes às do de *Infância*, no cenário em desmantelo da fazenda da família do protagonista ecoa a voz da avó, que passava o dia gritando com escravizadas que já não existiam. O fracasso do neto de Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva (fazendeiro arruinado), do filho de Camilo Pereira da Silva (comerciante endividado) — o depauperamento expresso no encurtamento dos sobrenomes entre as gerações e em uma virilidade que já não se efetiva em casamento como meio para uma descendência só Silva que fosse —, embora represente a falência oligárquica da qual se origina, não corresponde ao fim das consequências brutais do sistema escravocrata que sustentaram seus dias de glória.

O declínio material não parece carregar pesar por parte daquele que o formaliza, sobretudo quando se atenta para o interstício entre os tempos em jogo, uma vez que sublinha o reconhecimento de que aquela tal prosperidade de outrora representava o sucesso de uma empresa escravocrata, com suas características e consequências que perduram até hoje. Vaso escondido depois de um tanto ostentado na história privada que diz tanto da história brasileira.

#### **2.4 Nos estreitos limites, ainda nos podemos mexer**

Na área externa que rodeia a casa da família, mas que dela não se aparta, o menino localiza não um terreno para expansão, mas que lhe serve de abrigo contra perseguições. “O pé de turco era o meu refúgio”, afirma, ainda que o medo o imobilize e impeça a fuga concreta. Fuga que não seria pela janela, como o fez a irmã natural, “moça fugida”, mas pela porta da frente: “Se o pavor não me segurasse, tentaria escapulir-me: pela porta da frente chegaria ao açude, pela do corredor acharia o pé de turco. Devo ter pensado nisso imóvel, atrás dos caixões” (RAMOS, 2012a, p. 13, 26 e 34). O refúgio à disposição no quintal contrapõe-se a cada cômodo em que é possível se esconder, ao que se encontra dentro do imóvel familiar (não tão imóvel assim em se tratando dos giros que a memória dá). José Baía rodopia o menino numa brincadeira. Solto e zozzo após o giro vertiginoso, o pequeno bate com a testa no esteio e ganha, por associação, junto de um galo, uma noção do lugar que habita.

A cabeçada valente que dei, solto das garras de José Baía, firmou o copiar, sustentado por colunas robustas, de aroeira ou sucupira. Ali perto era a sala, de janelas sempre fechadas, armas de fogo e instrumentos agrícolas pelos cantos, arreios suspensos em ganchos, teias de aranha, a rede segura em armadores de pau, grosseiros caixões verdes, depósitos de cereais, se não me engano. No corredor desembocavam camarinhas cheias de treva e a sala de jantar. A cozinha desapareceu, mas o quintal subsiste, duro e nu, sem flores, sem verdura, tendo por único adorno, ao fundo, junto a montes de lixo, um pé de turco, ótimo para a gente se esconder nas perseguições. Desse lado o pé de turco marcava o limite do mundo. Do outro lado a terra se estendia por longas distâncias. A casa, de material rijo, estava completa por dentro. Mas exteriormente havia singularidades. O oitão esquerdo era de altura incrível; à direita faltava oitão, não sei como o telhado podia equilibrar-se. Talvez currais e chiqueiros, construídos na vizinhança, ocultassem um dos muros. Chiqueiros e currais esvaíram-se. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 13)

A imprevisibilidade do acidente que interrompe a brincadeira parece ter o poder de fixar, pelo impacto, territórios móveis, ao mesmo tempo que o impacto também coloca tudo o que é fixado depois dele sob suspeita. A fidelidade ao descrito é o que menos importa, o que é pontuado não só pela expressão –suponho”, como pela perda de sentido como uma das acepções do verbo *esvair*. Assim, a casa é completa por dentro, mas a cozinha sumiu. Estamos menos guiados pelo interior do imóvel e mais pelo local por ela ocupada na interioridade do narrador atravessado pela tríade temporal proposta nesta tese em cada cômodo que se ergue em rompante ou resultado de vagaroso precipitado entre tempos. A casa da família, nessa revisita, remete à prisão, e os castigos aos quais era submetida a criança dizem de uma lenta duração e do que se cria dentro dela na percepção do adulto-escritor a construir literariamente aquela prisão antiga dentro da prisão concreta como memória recente.

Achava-me num deserto. A casa escura, triste; as pessoas tristes. Penso com horror nesse ermo, recordo-me de cemitérios e de ruínas mal-assombradas. Cerravam-se as portas e as janelas, do teto negro pendiam teias de aranha. Nos quartos lúgubres minha irmãzinha engatinhava, começava a aprendizagem dolorosa (RAMOS, [1945] 2012a, p. 36)

Prisão dentro da prisão, uma vez que o menino, sempre preso, quando colocado de castigo, quedava em espécie de solitária, e, de dentro dela, recordava outros tempos e espaços no interior da mesma casa-cárcere, contígua ao estabelecimento comercial do pai:

De fato as horas pingavam monótonas no espaço que me concediam, mas em qualquer parte a insipidez era a mesma. Proíbiam-me sair, e os outros meninos, distantes, causavam-me inveja e receio. Certamente eram perigosos. Afastado, não possuindo bolas de borracha, papagaios, carrinhos de lata, divertia-me com minhas irmãs, a construir casas de encerado e arreios de animais, no alpendre, e a revolver o milho no depósito. *Durante a prisão, lembrava-me desses exercícios com pesar.* (RAMOS, [1945] 2012a, p. 104; grifo meu)

Castigo que incluiu a ocupação da posição de sentinela do comércio familiar –  
–Θ castigo moderado, além de inculcar-me regras de bem viver, tinha o fim de obrigar-me a vigiar o estabelecimento” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 104) – um espaço onde ele explorará dentro dos limites impostos seu quinhão de liberdade, rompendo com a repetição de padrões de exercício de poder, mando e orquestração de vidas alheias:

Entretinha-me remexendo as maravilhas, explorando os recantos escuros, observando o trabalho das aranhas e a fuga das baratas. Divagava imaginando o mundo coberto de homens e mulheres da altura de polegar de criança.<sup>92</sup> Não me havendo chegado notícias das viagens de Gulliver,<sup>93</sup> penso que a minha gente liliputiana teve origem nas baratas e nas aranhas. Esse povo mirim falava baixinho, zumbindo como as abelhas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 105)

Cerceado, passa de vigia a observador e libertador dos seus próprios bichos miúdos frente às punições descabidas:

Nem palavras ásperas nem arranhões, cocorotes e puxões de orelhas. Esforcei-me por dirimir as desavenças. Quando os meus insetos saíam dos eixos, revelavam instintos rudes, eram separados, impossibilitados de molestar-se. E recebiam conselhos, diferentes dos conselhos vulgares. Podiam saltar, correr, molhar-se, derrubar cadeiras, esfolar as mãos, deitar barquinhos no enxurro. Nada de zangas. Impedidos os gestos capazes de motivar lágrimas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 105)

Erguido linha a linha por aquilo que não se agarra nem se doma (memória feita literatura), o menino-bicho de *Infância* é submetido à domesticação com fins utilitários. Impedido de ir à rua, constrói casas de encerado e arreios de animais, mas quando colocado de castigo, não se deixa conduzir por rédeas e cabresto. Assim como se pode afirmar que o adulto, quando preso, não deixou que trancafiassem ou mesmo exterminassem o escritor, apesar de todo o empenho da instituição prisional para se cumprir esse objetivo. Há, portanto, em um e noutro espaço, em seus tempos, uma liberdade paradoxal alcançada em um plano interior, que é própria do menino e do escritor, em sentido singular e íntimo, mas também com arroubos de representação coletiva:

Em condições normais balanceamos as nossas possibilidades, e não vemos além delas; a sociedade nos determina com rigor os atos possíveis, às vezes, para nos movermos, necessitamos um papel selado, assinado, carimbado; sem isso, encencamos, certamente. Ali dentro essas limitações desaparecem, anulam-se as fronteiras, vemos que nos podemos mover para um lado e para o outro, indiferentes às restrições, alheios às conveniências. Movemo-nos até bater com o nariz numa porta de ferro. Mas esse obstáculo é transitório. Descerra-se a porta, queremos transpô-la, sem perguntar se havia para isso uma proibição. Os deveres incutidos lá fora não existem: vamos até onde podemos ir. Há uma porta aberta [...] Moésia Rolim, alto e rouco, afirmava que ali tínhamos liberdade; era o único lugar no Brasil onde

<sup>92</sup> –O mundo coberto de penas”, além de nome de capítulo, era o título dado por Graciliano a *Vidas secas* (1938), antes do batismo definitivo por Daniel Pereira, um dos irmãos de José Olympio.

<sup>93</sup> Em –Política versus literatura: uma análise de Viagens de Gulliver”, George Orwell indica os ingredientes que compõem essa narrativa de Swift: –Mesquinhez e magnanimidade, republicanismo e autoritarismo, amor à razão e falta de curiosidade estão todos misturados”.

havia liberdade. Perfeitamente. Agarrava-me a esse paradoxo. Gritávamos, cobríamos de baldões a polícia assassina de Filinto Müller. Tínhamos essa liberdade. E havia outra. Andar nus, não escovar os dentes, falar à toa admitindo ou recusando farrapos de noções obrigatórias noutra parte. Íamos e vínhamos, perfeitos animais – —Abaixo a polícia assassina.” Esquisito não nos haveremos apavorado, não estarmos ali como bichos passivos e medrosos. (RAMOS, [1953] 2020, p. 332-333)

Graciliano costumava chamar seus personagens de bichos, como se lê neste trecho de carta à Heloísa, de outubro de 1932: ~~um~~ dia destes estive com os meus bichos de *S. Bernardo* das seis da manhã à meia-noite” (RAMOS, 2011, p. 172), assim como seu personagem Fabiano o fará em *Vidas secas*:

Lembre-se que criança, neste livro, não é propriamente gente. É Fabiano que expressará claramente isso no último capítulo: ~~menino~~ é bicho miúdo, não pensa” [...] – e a própria ausência de nomes [Menino mais novo, Menino mais velho], de identidade própria dos meninos confirmam essa visão da infância. (BUENO, 2006, p. 655, n. 47)

Porém, em *Infância*, a repetição violenta da animalização que converte o ser e o corpo em criatura esmagável também tem sua suspensão quando, sob sua autoridade, o menino decreta leis diversas daquelas a que é submetido no ~~o~~ jogo ritual da cidadania”, nas ~~leis~~ de relação”, para os quais Herberto Helder chama atenção, destacando o poder sobre a vida do outro, menor e mais frágil, com quem se assemelha a criança, o que não a torna um ser inofensivo, mas capaz de escolhas. Resta saber se as opções que se apresentam em sua ambiguidade não são uma dimensão somente elaborada pelo adulto-escritor:<sup>94</sup>

A lagartixas vivem cercadas pelas crianças. Delas esperam tudo: o alimento e a morte. É um pacto, um comércio tácito cheio de enigmáticas intenções. Uma linguagem de dádiva e crueldade, pela qual pessoas e bichos fascinadamente se conhecem. Porque as crianças são lagartixas fortes que decretam as leis de relação. No silêncio amarelo e saturado da praia, iniciam o jogo ritual da cidadania. [...] Podem afugentá-las de repente com um gesto inimigo. Ou cortar-lhes as caudas num golpe rápido, e dar-lhes depois uma bolinha de pão. Ou prender, na mão fechada, os corpos frios e aterrados. E podem hesitar, matá-las, dar-lhes a liberdade.

<sup>94</sup> Ainda que qualquer comparação em termos formais e conceituais entre a obra de Herberto Helder e a de Graciliano possa soar bastante descabida, evoco esses trechos de prosa memorialística do poeta português pelas ~~imagens~~ precárias” recolhidas em sua infância na Ilha da Madeira, onde perde a mãe em 1938, quando tinha oito anos, e de onde sairá em 1946 para nunca mais voltar. Nascido em família de origem judaica, Helder cresce, alfabetiza-se e publica muito de seus livros sob o arco da ditadura salazarista (1926-1974), de modo que ~~estas~~ regras [as das crianças no trato com as lagartixas] se elaboram e exercem na inspiração do terrível”. Entretanto, o inconcebível em *Infância*, é que nas linhas de *Photomaton & Vox* esse ~~terrível~~ possui a sua doçura oblíqua, uma lírica sumptuosidade, uma pura exaltação” (HELDER, 1987, p. 21).

Mas as crianças pagam os direitos do poder. Sujeitam a atenção: a fisionomia de seu mundo tem de adaptar-se a certas leis profundas dos bichos. Armam-se então de uma grande paciência animal, uma secreta humildade para com as forças que demarcam e condicionam o teor das suas próprias regras. (HELDER, 1987, p. 20-21)

As memórias do brasileiro são recobertas de um lirismo, é certo, mas contido e irônico, quase avesso ao lírico, porque não ressoa com o mundo ao redor, mas justamente com ele se confronta.

O lirismo de Graciliano Ramos, porém, é bem estranho. Não tem nada de musical, nada do desejo de dissolver em canto o mundo das coisas; [...] Elimina implacavelmente tudo o que não se presta a tal obra de escultor, dissolve-o em ridicularias, para dar lugar aos seus monumentos de baixaza. (CARPEAUX, 1977, p. 25)

Para o embate, entretanto, o menino de Graciliano recruta nos cantos escuros concretos da casa os seus bichos e insetos. Libera-se a si mesmo na escolha por libertar uma gente que passa a criar como sua, mirim, insignificante, animal de porte pequeno, incapaz de levantar a voz – em oposição ao vozeirão que marca, por exemplo, as figuras do pai e do avô materno.

A gente insignificante, pequenina, em fuga, na qual o menino também vai se reconhecer em divagação como forma de escapar das determinações do meio em ações e conselhos contra o sofrimento e em favor da liberdade, isto é, em oposição a tudo o que impuseram a ele, é inspirada em insetos que de maneira geral se procura exterminar. Apartado do convívio com as irmãs, o menino vai se irmanar de baratas e aranhas, e é a partir de sua observação como vidas em sua materialidade e presença que vai imaginar, mas não sem deixar de investigar no mesmo espaço o “mecanismo das fechaduras”, desmanchar “pacotes de dobradiças”, experimentar chaves, que destaco aqui na medida em que as fechaduras, dobradiças e chaves desdobram-se como parte que se abre feito porta ao universo do autor: “O hábito me leva a criar um ambiente, imaginar fatos a que atribuo realidade” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 27).

Na busca por fazer ouvir a própria voz de infante e dos demais sentenciados ao silêncio, o narrador ergue-se de dentro do buraco aberto sob os pés, nas propriedades familiares, no que se perde de vista a partir do umbral, nos locais de passagem, em

deslocamentos entre distintos lugares que se assemelham ou no interior daquilo que contém o incontido e por isso carrega consigo tal “eoleção de cacos”.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Tomo emprestado o título do poema de Carlos Drummond de Andrade.

### 3. Do não interrogatório formal às perguntas que não cessam

*Se eu tivesse primeiro intimado e depois interrogado o homem, só teria surgido confusão.*

Franz Kafka

*Que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia política do corpo, talvez me tenha ensinado mais pelo presente do que pela história. [...] Por puro anacronismo? Não, se entendemos com isso fazer a história do passado nos termos do presente.*

Michel Foucault

*Onde é o inferno? Onde, a borda obscura no fundo de si em que tudo o que respira se extingue? Onde então reside o inferno, se ele cabe numa maçã que uma moça acaba de colher e oferece? Onde, o lugar em que tudo se dana?*

Pascal Quignard

#### 3.1 inferno\_prisão-prisão\_inferno

Se o plano de escrever *Infância* depois de concluir *Angústia* foi interrompido pelos meses de prisão, é fato que entre um e outro surge *Vidas secas*, como as datas de publicação atestam, mas também seria correto afirmar com um tanto de um no outro e seus atravessamentos.<sup>96</sup> Os manuscritos do capítulo “–Θ inferno”, de *Infância*, um conjunto de quatro folhas rasuradas em tinta preta de duas tonalidades, com acréscimo, correção, substituição, supressão e reparagrafação, têm ao final a data de 25 de janeiro de 1942 (LIMA & REIS, 1992, p. 56), cerca de quatro anos depois da publicação de *Vidas secas*, e corresponde ao texto publicado na primeira edição das memórias. Contudo, “–Θ inferno” já constava naquele esboço de capítulos para o livro que viria a ser *Infância*, enviado por Graciliano em carta para sua mulher em janeiro de 1936. Estamos diante de uma das incontornáveis relações intratextuais na obra de Graciliano, que não são poucas, mas aqui se

<sup>96</sup> Ainda que em carta datada de 30 de dezembro de 1935, que Graciliano envia para a esposa Heloísa de Medeiros Ramos, chame a atenção a menção ao casal de retirantes como material de um livro que seria escrito pela esposa: “Para escrever um livro, o que você sabe chega perfeitamente. [...] Sapeque a história, sinha Ló, aceite o meu conselho. A sua nova carta reforça minha opinião. O material que você me fala é ótimo. As fateiras, o casal de retirantes, o culto dos bodes, tudo muito bom, digno de ser aproveitado. Veja se consegue arranjar um cordão e amarrar isso. Ficará uma beleza” (RAMOS, 2011, p. 212-213).

está no terreno da explícita evidência da confissão de si na ficção e vice-versa, de um jogo de aproximações e distanciamentos a serviço de cada texto, em suas particularidades, e deles no conjunto autoral.

Se quando lemos a sentença “Não há prisão pior que uma escola primária do interior” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 206), a leitura não deixa em algum nível de ser mediada pelo fato de estarmos cientes de que Graciliano foi ele próprio preso, associação similar pode ocorrer quando sua literatura faz referência à palavra “inferno”. Embora essa relação com o espaço imaginário destinado aos condenados possa soar bastante direta e até simplista, nos contextos em que vem à tona, ela remete a uma das bases da literatura do autor, o imperativo do vivido, da importância de se ter estado de fato nos lugares e situações de que trata e as diferentes apreensões que a experiência pode dar a uma mesma palavra, no cruzamento entre tempos atravessado pelo traumático e seus retornos, quando ser de um lá ou ter estado lá é determinante para a apreensão das horas em um outro aqui.

É um erro supor que aquilo (a prisão) nos produz medo e nos torna razoáveis e bem-comportados. Produz irritação e desespero, desespero e irritação que levam à revolta e ao suicídio. [...] A prisão só seria eficiente se fosse como o inferno, qualquer coisa medonha e inatingível (RAMOS, 1937 apud Birman, 2015, p. 181).

Inatingível enquanto geografia, lugar ruim não localizável nos mapas, o “inferno” é também um estado de sofrimento e tortura (não só física como psicológica) que, ao que tudo indica, as crianças na obra de Graciliano já conheciam por conta própria antes mesmo de saberem palavra. Testemunha das danças de cada ser em cada espaço, do que condena e a quem a lugares determinados ou a deslocamentos forçados, todo “menino” em suas páginas é um menino do meio, o meio físico e social, mas também mediador entre o menino mais novo (a criança) e o mais velho (o adulto) nas diferentes idades e medidas temporais.<sup>97</sup> Aquele que cria, aquele que reproduz, aquele que coloca esses meninos no mundo (seja um pai fabulado, seja o próprio narrador a evocá-los em memória) foi e segue sendo um tanto dessa criança desamparada e cheia de perguntas diante desses tempos e espaços.

Não à toa, entre os meninos de Fabiano, em *Vidas secas*, figura ele mesmo – “viu-se miúdo, enfezado, a camisinha encardida e rota, acompanhando o pai no serviço do campo, interrogando-o de balde” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 20) – espelhando-se nos dois

---

<sup>97</sup> Aqui faço uma clara alusão aos personagens de *Vidas secas*, o menino mais velho e o menino mais novo, mas também evoco esse menino que resta no adulto, de modo que Menino Mais Novo seja a criança lembrada e o mais Velho, o próprio adulto a articular lembranças.

filhos: –E eles estavam perguntadores, insuportáveis. Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 22). Negativa seguida de duas interrogações que não o impediam de questionar-se em consciência e fazer suposições a partir do que observava do destino da gente como ele e seus filhos; negativa que o levava a reproduzir uma cultura de repreensão e punição diante de quem questiona, seja pelas dificuldades próprias da comunicação por meio de palavras, seja pela manutenção do poder em sua verticalização, isto é, de cima para baixo na hierarquia familiar:

Uma das crianças aproximou-se, perguntou-lhe qualquer coisa. Fabiano parou, franziu a testa, esperou de boca aberta a repetição da pergunta. Não percebendo o que o filho desejava, repreendeu-o. O menino estava ficando muito curioso, muito enxerido. Se continuasse assim, metido com o que não era da conta dele, como iria acabar? (RAMOS, [1938] 2017b, p. 20)

–Como iria acabar?”, repito a pergunta que em si parece carregar uma condenação.

O capítulo –O menino mais velho”, de *Vidas secas*, abre com a constatação da falta de qualquer abertura ao diálogo por parte da mãe em relação à criança curiosa acerca justamente da palavra –inferno”:

Deu-se aquilo porque sinha Vitória não conversou um *instante* com o menino mais velho. Ele *nunca* tinha ouvido falar em inferno. Estranhando a linguagem de sinha Terta, *pediu informações*. Sinha Vitória, distraída, aludiu vagamente a certo lugar ruim demais, e como o filho exigisse uma descrição, encolheu os ombros. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 55; grifos meus)

O anseio por esclarecimentos, e mais, por uma descrição do tal inferno é expresso por escolha de palavras equivalentes às que lemos em *Infância* quando o menino chega da zona rural à vila, onde tudo é novidade:<sup>98</sup> –O meu desejo era gritar, *pedir informações*” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 48; grifo meu).

Em –Uma bebedeira”, em visita da família a uma fazenda vizinha, onde os homens tratam de negócios – ~~numa~~ daquelas conversas cheias de gritos”, a que crianças e mulheres não têm acesso –, a necessidade de indagar como meio de verificação e expansão

---

<sup>98</sup> Já em um segundo deslocamento espacial, visto que o livro abre com a mudança da família de Quebrangulo para Buíque. –Fínhamos deixado a cidadezinha onde vivíamos em Alagoas, e entrávamos no sertão pernambucano” (RAMOS, 2012a, p. 11)

do horizonte surge não sem constrangimento e temor, não exatamente porque frente ao desconhecido, mas pela vontade de saber mais, se possível, nomeá-lo:

Defronte da casa um carro de bois descansava sob a ramagem quase sem folhas de uma árvore alta. Desinteressei-me do carro de bois, igual a outros já vistos, mas desejei que me explicassem a árvore pelada, diferente do pé de turco do meu quintal. Guardei silêncio, temeroso, aluí num canto da parede, longe das saias. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 40-41)

Quando esse constrangimento cai por terra, impulsionado pela embriaguez anunciada no título do capítulo e pelo amparo de um outro corpo dito ~~familiar~~, mas estranho pelo aconchego inusitado que proporciona, isso se dá não sem tentativa de coação:

Vendo-me o desembaraço, minha mãe tentou agarrar-me. Não considerando bastante seguro na rede, ergui-me trôpego, arrastei a senhora velha, desejei exprimir-lhe simpatia. Chegamos a um marquesão, sentamo-nos, deitei familiarmente a cabeça nas pernas da mulher. Os objetos esfumavam-se, entre eles, remota, quase imperceptível, a árvore que se despojava no pátio, junto ao carro de bois. Voltou-me a curiosidade, apontei com desânimo a planta calva, gaguejei:

— Minha filha, que pau é aquele?

Obtive a informação e ao cabo de minutos tornei a perguntar:

— Minha filha, que pau é aquele?

Veio novamente a resposta, mas a necessidade de instruir-me acendia-se e apagava-se, faiscava-me no interior como um vagalume. Estranha loquacidade inutilizava o silêncio obtuso que me haviam imposto. O animalzinho bisonho papagueava, e gargalhadas estrugiam na sala abafando a quizília de minha mãe. Essa potência baqueava. Não me ocorria que ela se restabelecesse, voltasse comigo à casa triste, me fustigasse e puxasse as orelhas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 43-44)

As perguntas do menino diante de algo que se mostra pela primeira vez buscam palavra para dizê-lo, sobretudo depois da lição das pitombas, que não podiam ser confundidas com laranjas; isto é, de que ~~a~~ generalização era um erro”. A insistência na pergunta visa uma fixação, um ganho vocabular; enquanto as respostas dadas se convertem em incentivo para renovadas perguntas e o alargamento do mundo. Já a pergunta sobre a palavra que diz de algo que não se pode verificar, caso de um lugar nunca visto como o inferno leva a que se apreendam seus outros sentidos e significados, inclusive os atribuídos a certos espaços bastante concretos que não se dissociam de estados de alma não palpáveis. A relação experiência\_palavra vai se revelando mais complexa para aquele que em um primeiro momento costumava duvidar justamente do que estava diante de si, necessitava autoridade sem desconfiar dela:

Amaro e José Baía, armados de facões, estavam enchendo cestos com pedaços de mandacaru? Os sentidos me diziam que sim, mas isto discordava dos serviços comuns. Tentava esclarecer-me, largava uma interrogação maluca. Não indagava o motivo de se encherem os cestos, perguntava se eles realmente se enchiam. Caso me confirmassem a observação, eu continuaria a importunar os empregados, inteirar-me-ia de que aquilo era alimento para os animais. Não me ligavam importância. Amaro fungava, resmungava, franzia a cara cabeluda; José Baía pilheriava. Por quê? Não era tão fácil asseverarem que estavam cortando mandacaru nos cestos? Eu necessitava uma autoridade, um apoio. Desconfiava da coisa próxima, vista, ouvida, pegada, mas em geral admitia sem esforço o que me contavam. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 29)

A constatação da informação como um direito negado é, a propósito, um dos imperativos na prisão.<sup>99</sup>

Aproximei-me, vi junto às vergas de ferro o tipo que me supusera habituado à prisão.

— Sair.

— Para onde? Perguntei confuso.

O homem ficou em silêncio, notei que a interrogação era idiota. Não me concediam, certo, o direito de informar-me. (RAMOS, [1953] 2020, p. 171)

Entretanto, há silêncios e silêncios, e qualquer outra forma de negação de uma resposta, caso do uso de violência, não necessariamente corresponde a um domínio ou saber. Quem questiona, afinal, também se posiciona, assume uma perspectiva sobre algo que sabe desconhecer. Em *Vidas secas*, todo o léxico que envolve a aproximação do menino mais velho para informar-se a respeito do *inferno* está aproximado de onde se pisa, seguido de uma ordem que o bota para correr nesse mesmo chão. Entretanto, nessa cena podemos apreender a sutileza dos planos pintados por Graciliano, uma vez que é nítida a visualização do menino, o detentor da pergunta, em um plano acima (porque de pé) frente ao pai (sentado), em um jogo de inversão da hierarquia mencionada:

O menino foi à sala interrogar o pai, encontrou-o sentado no chão, com as pernas abertas, desenrolando um meio de sola.

— Bota o pé aqui.

A ordem se cumpriu e Fabiano tomou medida da alpercata: deu um traço com a ponta da faca atrás do calcanhar, outro adiante do dedo grande.

Riscou em seguida a forma do calçado e bateu palmas:

<sup>99</sup> No caso específico de Graciliano, a prisão não corresponde a um único lugar, mas ao conjunto dos espaços prisionais a que foi levado. Ao diálogo a seguir, que lemos em *Memórias do cárcere*, soma-se ainda o fato de tratar-se do fim da parte chamada “Viagens”, quando o escritor, sem qualquer noção de para onde seguiria, é, enfim, informado por “um guarda velho” de que seria para o Pavilhão dos Primários.

— Arreda. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 55)

E não basta ter lido ou ouvido falar desse onde, é preciso ter dele uma apreensão, ter um domínio de seus signos por meio da experiência.

O pequeno afastou-se um pouco, mas ficou por ali rondando e timidamente arriscou a pergunta. Não obteve resposta, voltou à cozinha, foi pendurar-se à saia da mãe:

— Como é?

Sinha Vitória falou em espetos quentes e fogueiras.

— A senhora viu?

Aí sinha Vitória se zangou, achou-o insolente e aplicou-lhe um cocorote.

O menino saiu indignado com a injustiça, atravessou o terreiro, escondeu-se debaixo das catingueiras murchas, à beira da lagoa vazia. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 56)

A falta de capacitação para a imaginação é marca da obra de Graciliano Ramos e condição de sua escrita, como destaca Antonio Candido ao lembrar, nesse sentido, a oposição que o alagoano fazia questão de ressaltar com José Lins do Rego: —Eu seria incapaz de semelhante proeza: só me abalanço a expor a coisa observada e sentida./ Nada me interessava fora dos acontecimentos”. Conclui o crítico a partir dessa afirmação paratextual do escritor: —Daí compreendermos que a experiência era para ele um atrativo irresistível; e que, sobretudo quando fonte de comoção da personalidade, não podia escapar à necessidade de fixá-la” (CANDIDO, 2006a, p. 82).

Antonio Candido chama a atenção para o interesse da verificação de certos dados colocados em confronto, ou melhor seria dizer em confluência, com as obras em seu conjunto:

Apesar de a crítica mais em voga (reagindo contra certos exageros de origem romântica) afirmar que a obra vale por si, e em si mesma deve ser considerada, independente da pessoa do escritor, não nos furtamos à curiosidade que este desperta. Se cada livro pode dar lugar a um interesse apenas imediato, isto é, esgotado pelo que ele pode oferecer, uma obra, em conjunto, nos leva quase sempre a averiguar a realidade que nela se exprime e as características do homem a quem devemos esse sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação. (CANDIDO, 2006a, p. 69)

Ainda que afirme que *Infância e Memórias do cárcere* têm grande valor humano e artístico como obras autônomas, independentemente da utilização a que são submetidas pela crítica, caso de estar a serviço de um interesse extraliterário, ignora que esse mesmo

interesse é um dos efeitos da impressão de realidade e da necessidade de só se escrever aquilo que se é e testemunha, tão propagada por Graciliano. Não à toa, lê-se em *Vidas secas*:

Não acreditava que um nome tão bonito servisse para designar coisa ruim. E resolvera discutir com sinha Vitória. Se ela houvesse dito que tinha ido ao inferno, bem. Sinha Vitória impunha-se, autoridade visível e poderosa, muito bem. Mas tentara convencê-lo dando-lhe um cocorote, e isto lhe parecia absurdo. Achava as pancadas naturais quando as pessoas grandes se zangavam, pensava até que a zanga delas era a causa única dos cascudos e puxantes de orelhas. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 59)

E em *Infância*:

— A senhora esteve lá?  
Desprezou a interrogação inconveniente e prosseguiu com energia.  
— Os padres estiveram lá?

A pergunta não significava desconfiança na autoridade. Eu nem pensava nisso. Desejava que me explicassem a região de hábitos curiosos. Não me satisfaziam as fogueiras, as tachas de breu, vítimas e demônios. Necessitava pormenores.

Minha mãe estragara a narração com uma incongruência. Assegurara que os diabos se davam bem na chama e na brasa. Desconhecia, porém, a resistência das almas supliciadas. Dissera que elas suportariam padecimentos eternos. [...] Ainda não me havia capacitado de que se descrevem perfeitamente coisas nunca vistas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 82)

Se em *Vidas secas* o menino mais velho questiona se a mãe tinha “visto” o inferno, em *Infância* a pergunta é: “A senhora esteve lá?” (RAMOS, 2012, p. 81). Nesse ponto, ambos os meninos, como desdobramentos de si e de si como criação no interior de um projeto autoral, reforçam por meio do questionamento o vivido tão ressaltado por Graciliano, conferindo à autoria uma autoridade, como mais uma vez reforça neste discurso proferido na sede da Editora Horizonte, em 1946 (paratexto):

Sem dúvida é necessário conhecermos e sentirmos a matéria de que nos ocupamos. Para transformarmos em obra de arte uma cadeia ou uma fábrica, por exemplo, é indispensável termos vivido em algum desses lugares. [...] E estamos longe da prisão, da oficina, da caserna ao selecionar e dispor o material que esses pontos nos sugeriram. Dormimos na esteira do cárcere, familiarizamos-nos com as máquinas [...], fomos partículas da multidão; achamo-nos, entretanto, fora dela no ato da criação artística: nessa hora estamos sós, de pijama e chinelos, em silêncio: temos horror às campainhas, ao telefone, ao próximo. Houve uma desintegração. E até se nos ocupamos de nós mesmos, se fazemos autobiografia, desdobramo-nos, somos, por assim dizer, o nosso próprio objeto. Afinal isto sempre ocorre,

pois o mundo exterior não nos surge diretamente, e, observando-o, o que em última análise fazemos é examinar-nos. (RAMOS, 2012b, p. 278-279)

Ou neste trecho de *Memórias do cárcere* (texto), em que reflete sobre a própria obra à luz (ou melhor seria dizer: às sombras) da experiência na prisão:

Notava a deficiência e perguntava como diabo me atrevia a fazer obra de ficção. Nada me interessava fora dos acontecimentos observados. Insignificâncias do ramerrão. Umas se reduziam, quase se anulavam, outras avultavam, miudezas ampliadas. Restava saber se era exequível uma aparência de realidade isenta da matéria que nos cai debaixo dos sentidos. [...] Conseguiria um sujeito livre, em casa, diante de uma folha de papel, adivinhar como nos comportávamos entre aquelas paredes escuras? Tipos iguais a mim seriam incapazes disso. (RAMOS, [1953] 2020, p. 302-303)

Em “Porão”, sobre a reportagem de Newton Freitas, publicado originalmente em 29 de julho de 1937 e reunido em *Linhas tortas* (paratexto convertido em texto, porque integrado à obra via coletânea). Inferno que, segundo o autor, não sem muita ironia, proporcionaria um ganho para a ficção brasileira:

Andamos muito tempo fora da realidade, copiando coisas de outras terras. Felizmente nestes últimos anos começamos a abrir os olhos, mas certos aspectos da vida ficariam ignorados se a polícia não nos oferecesse inesperadamente o material mais precioso que poderíamos ambicionar.

Seria ótimo que todos os romancistas do Brasil tivessem passado uns meses na colônia correccional de Dois Rios, houvessem conhecido as figuras admiráveis de Cubano e Gaúcho. Podem tomar isso como perversidade. Não é. Eu acharia bom que meus melhores amigos demorassem um pouco naquele barracão medonho. É verdade que eles sofreriam bastante, mas talvez isso minorasse outras dores complicadas que eles inventam. Existe ali uma razoável amostra do inferno – e, em contato com ela, o ficcionista ganharia (RAMOS, 2015b, p. 136)

A relevância de ter estado ou visto não barra, contudo, o voltar-se na direção do desconhecido. Nesse sentido, a pergunta é chave de acesso a outros lugares e ao outro por meio desse mesmo espaço que impõe uma proximidade concreta. A pergunta da criança busca o imaginário do adulto como um lugar que, atingido, se converte em território ao alcance e mais além. Ao comparar o menino mais novo ao menino mais velho, Alfredo Bosi destaca que enquanto o primeiro encarna a infância como “tecido de sonhos e desejos impotentes para alcançar as proezas do adulto”, o segundo exige justamente uma interpretação de símbolos, não mero arremedo, provocando uma reação primeiro silenciosa seguida de outra violenta.

A criança que pergunta, a criança que exige da mãe a interpretação do símbolo (o que é o inferno?), supera, na verdade, os limites da gente grande. Fabiano e sinha Vitória, prensados entre o menino e o muro da própria inconsciência, reagem com um silêncio evasivo e, afinal, irritados pelo espinho da interpelação, desafogam-se com a agressão física.

A socialização da criança sertaneja é dolorosa tanto na hora de imitar como na hora de perguntar. [...]

É claro que o signo a ser decifrado por sinha Vitória poderia ter sido outro, e não a palavra *inferno*. O que interessa ao narrador é fixar o instante do curto-circuito, o processo de incomunicação, a conversa truncada na origem, o diálogo impossível; em suma, a barbárie que pulsa na assimetria de adulto e criança, de forte e fraco, e que está prestes a explodir a qualquer hora. (BOSI, 2010, p. 27 e 28)

Ora, mas também é preciso reconhecer, discordando de Bosi, que o signo a ser decifrado tinha mesmo de ser o *inferno*. Ao recair sobre aquele que pergunta, a punição é em si a resposta de uma sociedade violenta, na qual a família é parte do todo. “Porque a violência é o sentido latente da sua teia de interação com os pais” e “infernal é não poder perguntar o que é inferno. Infernal é expor-se, de chofre e sem defesa, ao arbítrio que só o mais forte pode exercer.” (BOSI, 2010, p. 27 e 28). Nuno Ramos em sua leitura enlaça a pergunta ao local de pena:

O narrador, no fundo, leva tudo a sério demais, acredita em tudo, como sua mãe, apavorada com o anúncio do fim do mundo na revista mensal que lia, de olhos arregalados e pronunciando alto cada sílaba. *Infância* é uma decifração perigosa de signos, com o castigo iminente morando em cada pergunta. (RAMOS, N., 2019, p. 46)

Nessa imagem-crítica, o castigo iminente habita cada pergunta, portanto, a pergunta pode ser entendida ela própria como prisão, inferno,<sup>100</sup> uma vez que a punição em resposta sedimenta-se na experiência, mas jamais como argumento de convencimento, como os pensamentos do menino mais velho evidenciam, rechaçando cocorote como resposta. Enquanto a literalidade como característica do primeiro acesso que a criança tem às palavras talvez não deva ser confundida com uma crença desprovida de questionamento e necessidade de comprovação.

A resposta de minha mãe desiludiu-me, embaralhou-me as ideias. E pratiquei um ato de rebeldia:

— Não há nada disso.

Minha mãe esteve algum tempo analisando-me, de boca aberta, assombrada. [...]

<sup>100</sup> Nuno Ramos não se refere apenas às perguntas do menino. Cita, por exemplo, a pergunta que o pai repete acerca de um cinturão perdido, episódio que é em si julgamento e condenação, como veremos.

— Não há não. É conversa.

Minha mãe curvou-se, descalçou-se e aplicou-me várias chineladas. Não me convenci. Conservei-me dócil, tentando acomodar-me às esquisitices alheias. Mas algumas vezes fui sincero, idiotamente. E vieram-me chineladas e outros castigos oportunos. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 82-83)

O aprendizado das penas também pode suspender a interrogação direcionada a determinados sujeitos (sem extinguir a dúvida), desdobrando-se em autocensura, como neste trecho do capítulo —“Chegada à vila”, de *Infância*:

Que seria papa-lagartas? Se meu pai não me esfriasse a curiosidade repetindo uma frase suja a respeito dos perguntadores, resolver-me-ia a interrogá-lo. A frase me espantava sempre. Não queria convencer-me de que ouvia nomes tão feios, e quando me inteirava bem do sentido deles, afastava-me triste e humilhado, achando meu pai grosseiro e jurando emendar-me. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 45)

As perguntas em determinados ambientes formalizam ainda momentos de introspecção, autoquestionamento, tentativa de localização interna entre as sucessivas mudanças impostas, das casas que habitariam seus medos junto da família, em *Infância*, aos diferentes espaços aos quais foi submetido o escritor ao longo do confinamento, e que estruturam *Memórias do cárcere* — “Viagens”, “Pavilhão dos Primários”, “Colônia Correccional”, “Casa de Correção”, com seus diferentes modos de se pisar outros endereços e ter seu corpo cerceado como, por exemplo, nisto de vestir-se conforme o lugar e a ocasião. Assim, neste trecho de *Infância*, uma pergunta leva a outra e a outra e seus afetos (novos e os de sempre). O confronto com os novos lugares diz também da ausência e do que se carregou dos anteriores. De desaparecimentos e aparecimentos provocados pela memória e o esquecimento.

Que seria papa-lagartas? Sem os malditos sapatos duros como pau, decidir-me-ia a entrar, sair, informar-me. Certamente não me ligariam importância. E os sapatos me incomodavam os dedos, esfolavam os calcanhares. Onde estariam minhas alpercatas? Na roupa estreita, movia-me. Em geral eu usava camisa, saltava e corria como um bichinho, trepava nas pernas de José Baía, que nascera de sete meses e fora criado sem mamar. José Baía era ótimo, talvez não por não ter mamado e haver nascido de sete meses, o que devia ser uma exceção. Se José Baía aparecesse ali, explicar-me-ia o papa-lagartas. A calça, o paletó e os sapatos pressagiavam acontecimentos volumosos. E palavras enigmáticas haviam me despertado suspeitas vagas, medíocre entusiasmo por aventuras imprecisas e medo. Que iria suceder? (RAMOS, [1945] 2012a, p. 45-46)

Nesse sentido, e em comparação, a ida da família de Fabiano até a cidade para a festa de Natal merece a longa citação, na medida em que: cada espaço ultrapassado para se cumprir esse deslocamento é decisivo para que o acompanhemos; cada légua, calculada por outras distâncias entre a zona rural e a cidade; cada centímetro de tecido comprado para as roupas um tanto do que lhes falta, vestimenta preparada especialmente para a ocasião e os gestos inusuais escancarem o quão deslocados estão:

Tinham fechado a casa, atravessado o pátio, descido a ladeira, e pezunhavam nos seixos como bois doentes dos cascos. Fabiano, apertado na roupa de brim branco feita por sinha Terta, com chapéu de baeta, colarinho, gravata, botinas de vaqueta e elástico, procurava erguer o espinhaço, o que ordinariamente não fazia. Sinha Vitória, enfronhada no vestido vermelho de ramagens, equilibrava-se mal nos sapatos de salto enorme. Teimava em calçar-se como as moças da rua – e dava topadas no caminho. Os meninos estreavam calça e paletó. Em casa sempre usavam camisinhas de riscado ou andavam nus. Mas Fabiano tinha comprado dez varas de pano branco na loja e incumbira sinha Terta de arranjar farpelas para ele e para os filhos. Sinha Terta achara pouca a fazenda, e Fabiano se mostrava desentendido, certo de que a velha pretendia furtar-lhe os retalhos. Em consequência as roupas tinham saído curtas, estreitas e cheias de emendas.

Fabiano tentava não perceber essas desvantagens. Marchava direito, a barriga para fora, as costas apumadas, olhando a serra distante. De ordinário olhava o chão, evitando as pedras, os tocos, os buracos e as cobras. A posição forçada cansou-o. E ao pisar a areia do rio, notou que assim não poderia vencer as três léguas que o separavam da cidade. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 71-72)

Em seguida, a família se descalça para poder avançar ao longo da tarde inteira e tenta se recompor ao chegar à cidade no começo da noite. Nela, e em sua escuridão iluminada, o medo parece suplantar a curiosidade dos meninos, mas nada cessa as perguntas:

Os dois meninos espiavam os lampiões e adivinhavam casos extraordinários. Não sentiam curiosidade, sentiam medo, e por isso pisavam devagar, receando chamar a atenção das pessoas. Supunham que existiam mundos diferentes da fazenda, mundos maravilhosos na serra azulada. Aquilo, porém, era esquisito. Como podia haver tantas casas e tanta gente? (RAMOS, [1938] 2017b, p. 74)

A localização interna em um determinado presente carrega consigo acontecimentos passados, em especial o que é da ordem do tempo que não passa. Em meio à turba de fiéis na festa de Natal, Fabiano deslocado retorna sensorialmente à prisão:

A sensação que experimentava não diferia muito da que tinha tido ao ser preso. Era como se as mãos e os braços da multidão fossem agarrá-lo,

subjugá-lo, espremê-lo num canto de parede. Evidentemente as criaturas que se juntavam ali não o viam, mas Fabiano sentia-se rodeado de inimigos, temia envolver-se em questões e acabar mal a noite. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 75)

Prisão que, ao contrário de Fabiano, o menino de *Infância* desconhece, mas não aquele que o rememora. Prisão que, portanto, assalta a partir do que se daria só no futuro do menino as sensações no passado diante de tudo o que lhe supre uma possível sensação de liberdade, embora ela de fato nunca se efetive: memórias (infância\_cárcere\_inferno). No já mencionado capítulo “Uma bebedeira”, a andança até as terras do fazendeiro vizinho é incômoda tanto quanto a permanência, só aplacada pelos efeitos do álcool, caracterizando-se as vestimentas de visita como figuração importante para o desencadeamento das associações aos espaços de condenação, de danação:

No meio estranho encabulei – e isto me atenuava. Ainda isento de compromissos, murchava diante de pessoas desconhecidas. Com certeza já me haviam habituado a julgar-me um ente mesquinho. A minha roupa curta era chinfrim. Tentei esconder-me, arrastei-me sob os punhos das redes, coxeando, tropeçando, que os sapatos me aperreavam. Em casa eu usava alpercatas – dois pedaços de sola e correias. Quando me impunham sapatos, era uma dificuldade: os pés formavam bolos, recalcitavam, não queriam meter-se nas *prisões duras e estreitas*. Arrumavam-se à força, e durante a resistência eu ouvia berros, suportava tabefes e chorava. Um par de borzeguins amarelos, *um par de infernos, marcou-me para toda vida*. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 40; grifos meus)

A localização interna nunca está desvinculada da social, e aqui, para retornar ao questionamento sobre o *inferno*, temos a principal bifurcação entre os perguntadores e como se dá a transmissão específica em cada caso a respeito do lugar de danação (oral *versus* letrada, ainda que capenga). Enquanto o menino mais velho, de *Vidas secas*, ouve pela primeira vez “inferno” da boca de sinha Terta, que no dia anterior pronunciara a palavra esquisita após curar com reza a espinhela de Fabiano, o menino de *Infância* resolve questionar-se sobre o significado daquela palavra familiar, da qual tinha noções, ao observar a mãe lendo folhetos. Mãe que, nesse capítulo em particular, perde em estatura sob o olhar do filho, que a julga criança como ele, por conta dos meros catorze ou quinze anos de idade que os separam e diminuem ou alargam-se em certas brechas de humor, e um tanto por isso ele lança a ela perguntas. Narradora inferior sob o domínio daquele que narra a perturbação dela com maestria, sempre cioso dos “acontecimentos observados”:

Súbito ouvi uma palavra doméstica e veio-me a ideia de procurar a significação exata dela. Tratava-se do inferno. Minha mãe estranhou a curiosidade: impossível um menino de seis anos, em idade de entrar na escola ignorar aquilo. Realmente eu possuía noções. O inferno era um nome feio, que não devíamos pronunciar. Mas não era apenas isso. Expressava um lugar ruim, para onde as pessoas mal-educadas mandavam outras em discussões. E num lugar existem casas, árvores, açudes, igrejas, tanta coisa, tanta coisa que exige uma descrição. Minha mãe condenou a exigência e quis permanecer nas generalidades. Não me conformei, pedi esclarecimentos, apelei para a ciência dela. Por que não contava o negócio direitinho? (RAMOS, [1945] 2012a, p. 79-80)

Embora a família de classe média também ouvisse o que pregavam os padres sobre o inferno, ou seja, relatos tanto escritos quanto orais, esses representantes do Todo Poderoso e da Palavra Divina na terra têm poderes locais políticos bem distintos da rezadeira a quem a família de retirantes tem acesso, a despeito do reconhecimento a ela atribuído: –Sinha Terta era pessoa de muito saber naquelas beiradas” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 112). –Como tinha religião, entrava na igreja uma vez por ano” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 76), vemos a respeito de Fabiano em *Vidas secas*, periodicidade que não se estendia aos filhos, conforme se compreende do que há de primeira vez no capítulo –Festa”: –Os meninos também se espantavam. No mundo, subitamente alargado, viam Fabiano e sinha Vitória muito reduzidos, menores que as figuras dos altares. Não conheciam altares, mas presumiam que aqueles objetos deviam ser preciosos” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 74).

Em *Infância*, o inferno não só é uma –palavra doméstica” como também pende na sala de visitas da família, que, apesar da pompa, vive esvaziada e desprovida de função, em contraste com a cozinha, onde tudo é ação. Se naquele cômodo é ameaça para depois da morte, ornamento sujeito ao pó, nesse outro são efetivas dia a dia as penas do trabalho escravo, base decisiva do que alimenta a todos e todo privilégio da casa. Entre um espaço e outro, a sala de jantar são os olhos que tudo miram, é passagem:

O ponto de reunião e fuxicos era a sala de jantar, que, por duas portas, olhava o alpendre e a cozinha. Como falavam muito alto, as pessoas se entendiam facilmente de uma peça para outra. Nos feixes de lenha arrumados junto ao fogão, na prensa de farinha, nos bancos duros que ladeavam a mesa, a gente se sentava e ouvia as emboanças do criado, um caboclo besta e palrador. Rosenda lavadeira cachimbava e engomava roupa numa tábua. O moleque José e a moleca Maria esgueiravam-se da sombra, perdiam a condição e a cor, não se distinguiam quase dos meninos de Teotoninho Sabiá.

Vivíamos todos em grande mistura – e a sala de visitas era inútil, com as cadeiras pretas, uma litografia de S. João Batista e uma do inferno. [...] e a sala se conservou deserta, abrindo-se raramente para receber d. Conceição, d. Clara, d. Águeda, outras senhoras que se esfriavam no silêncio, espiando

o santo, os demônios chifrudos, o espelho, a sola do marquês empoeirado. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 65 e 66)

Entre as personagens de *Vidas secas* que não encontram equivalente no episódio correlato de *Infância*: 1. o irmão/ menino mais novo, uma espécie de audiência, que o admiraria invejoso por conhecer palavra tão bela e que devia ser importante visto que fazia parte da conversa de sinha Terta: — Inferno, inferno”; 2. a cachorrinha Baleia, que —detestava expansões violentas” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 60). Em *Vidas secas*, menino e animal amigam-se e se irmanam no desamparo do qual ambos são vítimas, mas frente ao qual espreitam a possibilidade de libertarem-se em fuga:

Para ela os pontapés eram fatos desagradáveis e necessários. Só tinha um meio de evitá-los, a fuga. Mas às vezes apanhavam-na de surpresa, uma extremidade de alpercata batia-lhe no traseiro – saía latindo, ia esconder-se no mato, com desejo de morder canelas. Incapaz de realizar o desejo, aquietava-se. Efetivamente a exaltação do amigo era desarrazoada (RAMOS, [1938] 2017b, p. 60)

Com a diferença que, ao contrário do menino, que se observa em partes fragilizadas, o animal encontra a seu alcance, e para fora de sua interioridade, algum consolo, mas justamente porque tem diante si um horizonte muito mais limitado, enquanto o humano não se livra do enigma da própria existência e da tentativa de dar alguma forma a ela:

Sentiu-se fraco e *desamparado*, olhou os braços magros, os dedos finos, pôs-se a fazer no chão desenhos misteriosos. Para que sinha Vitória tinha dito aquilo?

Abraçou a cachorrinha com uma violência que a descontentou. Não gostava de ser apertada, preferia saltar e espojar-se. Farejando a panela, franzia as ventas e reprovava os modos estranhos do amigo. Um osso grande subia e descia no caldo. Esta imagem consoladora não a deixava. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 61)

Larga-se a criação a partir do barro, neste *Gênesis* íntimo, mas que se estende a todos (o menino olha para fora e para dentro, como o olho torto de Alexandre), em direção ao que se cria a partir da pergunta como matéria. Feito pequeno deus irmanado de um outro ainda mais frágil que ele próprio, porque ainda menor. Ambos imersos na matéria dos seres que criam: —Estivera metido no barreiro com o irmão, fazendo bichos de barro, lambuzando-se. Deixara o brinquedo e fora interrogar sinha Vitória. Um desastre” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 57). Pergunta sobre os caminhos do humano apartado de qualquer proteção, desamparado, que resultam em rota sem saída do inferno. O *fiat lux* possível, quando se dará?

Vive-se um primeiro dia nesta criação que se arrasta moroso e se repete, por isso nunca se chega ao descanso nesta paisagem desolada, avesso de paraíso, o próprio sinônimo do inferno, a julgar pelo que queima e pelas cinzas, e que ambos os meninos querem saber do que se trata, sem desconfiarem que já o sabem na observação de contrastes.

### 3.2 Do primeiro contato com a justiça

Na primeira casa lembrada, a da fazenda, o menino de *Infância* é submetido a um julgamento sem direito à defesa no capítulo “Um cinturão”.<sup>101</sup> Feridas que até determinado momento curavam-se e deixavam de doer na criança passam a ganhar novos significados, marcando a distinção entre o trauma físico e o trauma que não cicatriza no corpo e é reavivado em situações correlatas:

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural.

Os golpes que recebi antes do caso do cinturão, puramente físicos, desapareciam quando findava a dor. Certa vez minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas. Moído, virando a cabeça com dificuldade, eu distinguia nas costelas grandes lanhos vermelhos. Deitaram-me, enrolaram-me em panos molhados com água de sal – e houve uma discussão na família. Minha avó, que nos visitava, condenou o procedimento da filha e esta afligiu-se. Irritada, ferira-me à toa, sem querer. Não guardei ódio a minha mãe: o culpado era o nó. Se não fosse ele, a flagelação me haveria causado menor estrago. E estaria esquecida. *A história do cinturão, que veio pouco depois, avivou-a.* (RAMOS, [1945] 2012a, p. 33; grifo meu).

O que emudece o menino não cala nas lembranças do adulto: “Onde estava o cinturão?”. Conjugado no pretérito imperfeito, o tempo verbal da pergunta refere-se a uma ação no passado mas que não foi finalizada. Repetida literalmente cinco vezes no texto, a violência contida na pergunta procura mais um culpado do que uma resposta. Enquanto

<sup>101</sup> A propósito, publicado no *Jornal do Comércio*, de Lisboa, em 1944, com o título “História de um cinturão”. Em *Infância*, Graciliano conserva apenas o “objeto do conflito” no título, em relação às versões publicadas na imprensa. (MATTALIA, 1996, p. 64). No periódico português havia ainda a indicação do copyright *Atlântico*. O recorte no Arquivo Graciliano Ramos (IEB) traz um carimbo com a informação “Secretariado de Propaganda Nacional – Lisboa, Portugal – Seção Brasileira”. Esse copyright, de acordo com a revista *Cultura Política*, denominava o serviço de troca de originais entre DIP e SPN, o qual teria sido completado com o aparecimento da revista *Atlântico* (SALLA, 2016b, p. 152, n. 447).

aquele que rememora já sabe, afinal, onde estava o objeto,<sup>102</sup> a cólera condenatória que impulsiona o interrogatório e se endereça a inocentes segue desalojando.<sup>103</sup> A perda da inocência se dá no que é nomeado ao final do capítulo como primeiro contacto com a justiça. Haverá um segundo, terceiro, quarto, quinto, repetidos contatos a evocar a injustiça como dado primordial para a compreensão do meio em que se vive, porém simultaneamente avesso à ordenação porque *sempre* contratempo.

Onde estava o cinturão? Eu não sabia, mas era difícil explicar-me: atrapalhava-me, gaguejava, embrutecido, sem atinar com o motivo da raiva. Os modos brutais, coléricos, atavam-me; os sons duros morriam, desprovidos de significação. [...]

Onde estava o cinturão? Impossível responder. Ainda que tivesse escondido o infame objeto, emudeceria, tão apavorado me achava. [...]

O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente. Os seus gritos me entravam na cabeça, nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira.

Onde estava o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro.

Onde estava o cinturão? A pergunta repisada ficou-me na lembrança: parece que foi pregada a martelo.

A fúria louca ia aumentar, causar-me sério desgosto. Conservar-me-ia ali desmaiado, encolhido, movendo os dedos frios, os beijos trêmulos e silenciosos. Se o moleque José ou um cachorro entrasse na sala, talvez as pancadas se transferissem. O moleque e os cachorros eram inocentes, mas não se tratava disso. Responsabilizando qualquer deles, meu pai me esqueceria, deixar-me-ia fugir, esconder-me na beira do açude ou no quintal.

Minha mãe, José Baía, Amaro, sinha Leopoldina, o moleque e os cachorros da fazenda abandonaram-me. Aperto na garganta, a casa a girar, o meu corpo a cair lento, voando, abelhas de todos os cortiços enchendo-me os ouvidos – e nesse zum-zum, a pergunta medonha. Náusea, sono. Onde estava o cinturão? Dormir muito, atrás dos caixões, livre do martírio. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 34-36)

A alternância verbal do pretérito imperfeito para o presente do indicativo e de verbos citados no infinitivo é reveladora da concomitância das temporalidades em jogo no trecho destacado. A conjugação aponta ainda para a pergunta lançada pelo adulto em seu imperioso *hoje*, quando detentor das palavras escritas não cita a pergunta paterna em discurso direto, mas as toma para si e assim modula o volume dos berros do pai por meio da escolha

<sup>102</sup> — Ates de adormecer, cansado, vi meu pai dirigir-se à rede, afastar as varandas, sentar-se e logo se levantar, agarrando uma tira de sola, o maldito cinturão, a que desprendera a fivela quando se deitara” (RAMOS, 2012, p. 37).

<sup>103</sup> Inocência, a propósito, palavra bastante associada à infância e aos animais.

do tempo verbal. Afinal, deduz-se que o pai teria perguntado “Onde está o cinturão?”, no presente. Em *Infância*, o grito é a forma de comunicação do opressor, dos detentores do poder: não à toa, no capítulo “Uma bebedeira”, a reunião entre proprietários para tratar de negócios também é descrita como “uma daquelas conversas cheias de gritos” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 40). Os gritos tanto figuram na ordem do dia que, quando em silêncio, personagens como o pai do menino apenas estariam acumulando energia para fazê-lo ou anunciam algo tão assombroso que não se é capaz de assimilar, ao menos não naquela idade revisitada.

Espanto, e enorme, senti ao enxergar meu pai abatido na sala, o gesto lento. Habitara-me a vê-lo grave, silencioso, acumulando energia para gritos medonhos. Os gritos vulgares perdiam-se; os dele ocasionavam movimentos singulares: as pessoas atingidas baixavam a cabeça, humildes, ou corriam a executar ordens. Eu era ainda muito novo para compreender que a fazenda lhe pertencia. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 30)

Esse capítulo de *Infância* em que o cinturão (um acessório) figura no título (destaque em relação a um conjunto) tem uma relação intratextual com as *Memórias do cárcere*. Em trecho em que se argumenta que a disciplina militar tem um rigor superficial, baseado mais na aparência do que propriamente em uma ética, o narrador enumera os elementos do vestuário que confirmariam esse pressuposto, incluindo a peça e sua suposta importância na composição da imagem que se busca sustentar. A menção ao objeto perdido não só é feita por meio de uma interrogação (como a que é repisada em *Infância*) como é associada a uma falta grave, sujeita a castigo. No entanto, ao contrário de comunicar a angústia provocada por aquele interrogatório ao qual o menino foi submetido, é ainda transmutada em ironia no contexto que evoca, uma vez que a autoridade em questão não é reconhecida como tal, mas justamente exposta ao ridículo.

Decoradas certas fórmulas, aprendidos os movimentos indispensáveis, pode o soldado esquecer obrigações, até princípios morais aprendidos na vida civil. O essencial é ter aparência impecável. *Desapareceu-lhe o cinturão?* Falta grave, embora ele em vão remexa os miolos para saber como a desgraçada correia se sumiu. É obrigado a apresentar-se com ela na formatura. Com ela ou com outra qualquer. Nesse ponto convém desapertar, isto é, agarrar o cinturão do vizinho, que, sendo inábil, será punido, pois o maior defeito do soldado é ser besta. Desenvolvem-se a dissimulação, a hipocrisia, um servilismo que às vezes oculta desprezo ao superior, se este se revela incapaz de notar a fraude ou tacitamente lhe oferece conivência. (RAMOS, [1953] 2020, p. 50; grifo meu)

Verifica-se ainda um espelhamento com o episódio de *Infância* em questão no que se refere à possibilidade de se transferir uma culpa que de fato ninguém tem sobre uma ocorrência que não é assim tão relevante. Sobressaem os efeitos de uma violência nunca exatamente gratuita porque, afinal, tem como propósito legitimar certas forças atuantes. O que se formaliza em literatura é também sublinhado em paratexto; o autor faz declarações públicas que aludem à inscrição daqueles gritos, caso desta menção no “Autorretrato aos 56 anos”, publicado originalmente no jornal *A Manhã*: “Tem horror às pessoas que falam alto” (RAMOS, 2014c, p. 323).

No seio familiar, o pai, chamado de “algoz”, detentor da “interrogação incompreensível”, tanto interroga quanto pune, antes mesmo da verificação da culpa do réu, sem qualquer direito à defesa.

Havia uma neblina, e não percebi direito os movimentos de meu pai. Não o vi aproximar-se do torno e pegar o chicote. A mão cabeluda prendeu-me, arrastou-me para o meio da sala, a folha de couro fustigou-me as costas. Uivos, alarido inútil. Já então eu devia saber que rogos e adulações exageravam o algoz. Nenhum socorro. José Baía, meu amigo, era um pobre-diabo. [...]

Junto de mim, um homem furioso, segurando-me um braço, açoitando-me. Talvez as vergastadas não fossem muito fortes: comparadas ao que senti depois, quando me ensinaram a carta do ABC, valiam pouco. Certamente o meu choro, os saltos, as tentativas para rodopiar na sala como carrapeta, eram menos um sinal de dor que explosão do medo reprimido. Estive sem bulir, quase sem respirar. Agora esvaziava os pulmões, movia-me, num desespero. O suplício durou bastante, mas, por muito prolongado que tenha sido, não igualava a mortificação da fase preparatória: olho duro a magnetizar-me, os gestos ameaçadores, a voz rouca a mastigar uma interrogação incompreensível. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 36-37)

No desfecho do episódio, o narrador alude ao prisional. Diz “solto”, como sinônimo de “posto em liberdade”, para se referir ao que se passou logo após à aplicação da pena. Nada mais nada menos do que a comprovação de sua inocência frente a quem o acusara. O pai, juiz e executor da pena, não se retrata, como fará no caso de Venta-Romba. Se esse silêncio pode ser um indicativo da manutenção da autoridade, no texto que constrói a movimentação dos corpos na cena, se revela, sobretudo, como todos os envolvidos perdem em estatura diante da injustiça, primeira, porque nunca a última.

*Solto*, fui encostar-me perto dos caixões, coçar as pisaduras, engolir soluços, gemer baixinho e embalar-me com os gemidos. Antes de adormecer, cansado, vi meu pai dirigir-se à rede, afastar as varandas, sentar-se e logo se levantar, agarrando uma tira de sola, o maldito cinturão, a que desprendera a

fivela quando se deitara. Resmungou e entrou a passear agitado. Tive a impressão de que ia falar-me: *baixou a cabeça, a cara enrugada serenou, os olhos esmoreceram, procuraram refúgio onde me abatia, aniquilado.*

*Pareceu-me que a figura imponente minguava – e a minha desgraça diminuiu.* (RAMOS, [1945] 2012a, p. 37)

A escolha dos verbos (baixar, serenar, esmorecer, minguar) para marcar ações relativas ao gestual do pai, da perspectiva do filho, diminui não só a desgraça desse que, sem qualquer culpa, foi penalizado por aquele, como diminui a distância entre eles. Horizontalização que poderia fazer ruir o medo como bússola, a despeito não só da confirmação da distância, como de um novo afastamento, logo em seguida: –Se meu pai se tivesse chegado a mim, eu o teria recebido sem o arrepio que a presença dele sempre me deu” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 37). Mais abaixo, ao voltar-se para o injustiçado, o algoz busca amparo pela própria injustiça praticada, uma vez que ela também o diminui, sobretudo na retomada da própria estatura e posição de poder para seguir cometendo, sem reparação, uma outra e ainda outra injustiça, sempre primeira no *continuum* contratempo.

Não se aproximou: conservou-se longe, rondando, inquieto. Depois se afastou.

Sozinho, vi-o de novo cruel e forte, soprando, espumando. E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra.

Foi esse o primeiro contacto que tive com a justiça. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 37)

No capítulo –A criança infeliz”, de *Infância*, acompanhamos passagens da vida de um personagem comparado ao gigante Adamastor,<sup>104</sup> figura mítica do canto V de *Os lusíadas*, de Camões, banida por Zeus e lançada no mar profundo. Ele é vítima de maus-tratos e violência desde pequeno e acaba anos mais tarde, quando adulto, assassinado, mas não sem antes ter tido alguns privilégios por meio de relações com poderosos e falcatruas, mesmo após ter atirado contra um homem. De vingança em vingança, incluindo um bacharelado conquistado à força, não vingam de fato as suas letras, apesar de ser dono de jornal:

Atirou num homem à traição, hominizou-se em casa do chefe político e foi absolvido pelo júri. Realizou depois numerosas façanhas; respeitaram-lhe a violência e a crueldade. Sapecou os preparatórios num liceu vagabundo. Na

---

<sup>104</sup> Suas lágrimas afundam os navios no encontro entre o Atlântico e o Índico, e sua figura sintetiza o medo, afeto que atravessa as memórias de Graciliano.

academia obteve aprovação ameaçando os examinadores. Bacharelou-se, fundou um jornal. Como o velho diretor, seu carrasco, fechara o estabelecimento e curtia privações, deu-lhe um emprego mesquinho e vingou-se. [...] E teve muitas mulheres. Foi em casa de uma que o assassinaram. [...] Um inimigo, no escuro da noite, crivou-o de punhaladas. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 259-260)

No ambiente escolar, todos os colegas condenavam ~~a~~ “criança infeliz” sem uma acusação clara ou provas quaisquer, o diretor do colégio ~~–~~ “julgava-o perdido” e se referia a ele como ~~–~~ “aquele sem-vergonha”, ~~–~~ “descarado”:<sup>105</sup>

Diziam que não prestava, embora se recusassem de ordinário a especificar as suas faltas, cochichadas com gestos de repugnância. À tarde, na hora de recreio que enchia de algazarra a calçada e a rua, afastavam-se dele, ostensivos, e se alguém transgredia essa dura norma, arriscava-se a nivelar-se ao réprobo. [...] *cada um supunha a condenação firmada* e receava comprometer-se. [...] a vítima se resignava e baixava a cabeça, *admitíamos sem esforço a culpabilidade*. [...] Mas provocar uma pessoa daquele jeito, sem esclarecimento, alvoroçava-nos. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 255; grifos meus).

O diretor tanto acusa como aplica os castigos. O narrador destaca ainda como a aplicação das penas é transmitida, é lição a ser aprendida e executada também pelos alunos. Neste trecho, o menino reforça sua falta de jeito para violência e repete o gesto já mencionado em ~~–~~ “moleque José”. Mas o caso da ~~–~~ “criança infeliz” tem o tal agravante não esclarecido:

A palmatória figurava em nosso código. Nas sabatinas, questões difíceis percorriam as filas – e o aluno que as adivinhava punia os ignorantes. Os amigos da justiça batiam com vigor, disposto a quebrar munhecas; outros, como eu, surdos ao conselho do mestre, encostavam de leve o instrumento às palmas. Isto não nos trazia vexame: foi costume até que se usaram cartões relativos às notas boas. Desde então pagamos os nossos enganos com essa moeda, chegamos a emprestá-las a colegas necessitados.

Impossível dá-la em troca daquele sofrimento diverso dos sofrimentos ordinários. Ninguém se arriscaria a oferecer resgate. Assistíamos a uma pena estranha, infligida sem processo. A acusação se desenvolvera em segredo. No decurso da tortura, o diretor rosnava, e pelo mover dos beijos percebíamos a injúria murmurada no recreio. Não havia defesa. Nenhuma interferência. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 257)

<sup>105</sup> —“Oltraje não se relacionava com as tarefas escolares, devia ligar-se a fatos exteriores. Essa imprecisão tomava grande importância: tratava-se de coisa séria, feia” (RAMOS, 2012a, p. 257), imprecisão que se assemelha à ~~–~~ “quinada insignificante” convertida em ~~–~~ “crimes horríveis” no caso do moleque José e ao do próprio Graciliano preso sem acusação formal.

No lar, os castigos são aplicados por uma outra autoridade, o pai, exímio torturador:

Em casa, o pai martelava-o sem cessar, inventava suplícios: amordaçava-o, punha-lhe as costas das mãos sobre a mesa da sala de jantar, malhava nas palmas, quase lhe triturava as falanges; prendia-lhe os rejeitos, pendurava-o num caibro, deixava-o de cabeça para baixo, como carneiro em matadouro. Fatigando-se das inovações, recorria às sevícias habituais: murros e açoites. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 258)

Conforme se lê em outro capítulo de *Infância*, o pai do narrador aceitou “sem nenhum escrúpulo” o “emprego” de juiz substituto, uma vez que o de direito se ausentara da comarca. “Nada percebia de lei, possuía conhecimentos gerais muito precários. Mas estava aparentado com senhores de engenho, votava na chapa do governo, merecia a confiança do chefe político – e achou-se capaz de julgar” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 237). O parágrafo seguinte abre com uma pontuação temporal que merece atenção: “*Naquele tempo, e depois*, os cargos se davam a sequazes dóceis, perfeitamente cegos. Isto convinha à justiça. Necessário absolver amigos, condenar inimigos” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 237; grifos meus). Enquanto “*naquele tempo*” pode sugerir um tempo específico ou uma remissão estilística a tempos imemoriais, como os das narrativas bíblicas, “*e depois*” soma àquele distintas referências temporais, como o presente da escrita, “*e depois*” deles. “*Conservo dessa autoridade uma recordação lastimosa*”, anuncia o narrador (RAMOS, [1945] 2012a, p. 238). O conceito de autoridade, do latim *augere* – aumentar, acrescentar – excluiria a coação e o uso da força, pois envolveria a obediência. Talvez seja o próprio Graciliano quem, em *Memórias do cárcere*, nos dê a pista de que tipo de autoridade se trata: autoridade de empréstimo, típica de regimes autoritários. Neles fatalmente se dá a “*banalidade do mal*”, conforme formulou Hannah Arendt, pois trata-se sempre de seguir as ordens de um superior sem qualquer tipo de reflexão ou quedariam perplexos frente aos próprios gestos.<sup>106</sup> Essa ausência do pensamento, no entanto, não se limita aos mandados, afinal, os próprios ditos superiores também não pararam para pensar, conforme observa Graciliano:

Dentro em pouco o sargento exigirá meia-volta e tornaremos – um, dois, um dois – a meter os sapatos na lama. Ou reclamará marcha acelerada. Não perceberemos o sentido dela, naturalmente, mas teremos de executá-la, pois isto é a nossa obrigação. Claro. Não estamos aqui para discutir. Temos superiores e eles pensarão por nós. Talvez não pensassem: as estrelas, a voz

<sup>106</sup> Além de *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, de Hannah Arendt, cf. da mesma pensadora, *A vida do espírito*, no qual perfaz os caminhos do pensamento e dos riscos de sua ausência.

grossa, de papo, bobagens ditas a repórteres em doidas entrevistas, emprestam-lhes autoridade. (RAMOS, 1996, vol. I, p. 115-116)

O que se segue trata de uma prisão arbitrária realizada pelo pai do menino de *Infância* exercendo o tal cargo de juiz de direito.<sup>107</sup> A casa da família convertida em Casa da Justiça. O acusado em questão é o pedinte Venta-Romba, nome que dá título ao capítulo e figura que traz no rosto pacificado, sem resignação, além de “restos de felicidade”, o elenco de mazelas tratadas na produção de Graciliano Ramos: “A fome, a seca, noites frias passadas ao relento, a vagabundagem, a solidão, todas as misérias acumuladas num horrível fim de existência” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 238). Eis que numa sexta-feira, dia em que tradicionalmente se realizava a caridade por ali, Venta-Romba adentra a casa da família do menino, onde é tratado por *meu senhor* em sentido muito distinto do mencionado acima e ligado ao de *pater*:

— Vá-se embora, meu senhor, disse a patroa.

A distância, esse tratamento de *meu senhor* a uma criatura em farrapos soa mal. Era assim que minha mãe se expressava dirigindo-se a qualquer desconhecido. Trouxera o hábito da fazenda, e isto às vezes não revelava polidez. Em tons vários, *meu senhor* traduzia respeito, desdém ou enfado. Agora, com estridência e aspereza,<sup>108</sup> indicava zanga, e a frase significava, pouco mais ou menos:

— Vá-se embora, vagabundo. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 239, grifos no original)

No pé da página 2 do manuscrito do trecho acima, “a patroa” surge como opção a “minha mãe”,<sup>109</sup> que sofre rasura, em um empenho para ultrapassar a caracterização específica de um ente da família, uma vez que a condenação de certos modos não se limita a um ser ou outro em seu âmbito doméstico, mas de uma dinâmica social que o ultrapassa sendo dela um reflexo e continuidade que, ao que tudo indica, é quebrado por ele como herdeiro dessa realidade. E é como patroa, no sentido mais oriundo de sua formação na fazenda, filha do senhor (proprietário), que ela age. Manda um recado ao marido por meio de

<sup>107</sup> Poder também exercido pelo personagem Alexandre, o de outras (mesmas) histórias: “Nos meus pastos a coisa era diferente. Lá eu tinha prestígio: votava com o Governo, hospedava o intendente, não pagava imposto e tirava os presos da cadeia, no júri. Vivia de grande. E quando aparecia na feira, o cavalo em pisada baixa, riscando nas portas, os arreios de prata alumando, o comandante do destacamento levava a mão ao boné e me perguntava pela família. (RAMOS, 2014a, p. 78).

<sup>108</sup> Nesta sequência, em contraste com a estridência da voz da patroa, o narrador indica o murmúrio do mendigo ao dizer “Sinha dona”, além das “interjeições roucas e abafadas” que lhe escapavam. (RAMOS, 2012a, p. 239-240)

<sup>109</sup> Arquivo IEB – USP, Fundo: Arquivo Graciliano Ramos, código de referência: GR-M05.47.

um agregado da família, ou melhor, ao então juiz substituto, o tempo todo chamado por Venta-Romba de ~~major~~”, que, por sua vez, mesmo antes de certificar-se pessoalmente do ocorrido, já havia convocado um superior, o comandante do destacamento:

Nesse ponto chegou meu pai. Chegou alvoroçado, branco, e logo se fortaleceu, pôs-se a interrogar Venta-Romba, que *desabafou*, estranhou a desordem: [...]. Fuzuê brabo à toa, falta de juízo. Graças a deus, tudo se alumiava. Descobriu-se, despediu-se, caminhou de costas:

— Adeus, seu major.

Meu pai atalhou-o. Antes de qualquer sindicância, tinha-se resolvido. Enganara-se com os exageros do moleque, enviara um bilhete ao comandante do destacamento. A fraqueza o impelia a decisões extremas. Imaginara-se em perigo. Reconhecia o erro, mas obstinava-se. Misturava o sobressalto originado pela notícia ao enjoo que lhe causava a figura mofina – e desatinava. Propendia a elevar o intruso, imputar-lhe culpa e castigá-lo. De outro modo, o caso findaria no ridículo.

— Está preso, gaguejou, nervoso, porque nunca se exercitara naquela espécie de violência.

(RAMOS, [1945] 2012a, p. 240-241)

Temos, no início do trecho destacado, um sujeito oculto, mas determinado [pai, juiz, major] que ~~pôs-se~~ a *interrogar* Venta-Romba [mendigo, insignificância, peditório, criatura em farrapos, figura mofina], que *desabafou*”. Pode-se afirmar que o verbo ~~interrogar~~” está empregado no infinitivo não flexionado pelo simples fato de pertencer a uma locução verbal e não estar distanciado de seu auxiliar. Essa escolha volta o foco para a ação em detrimento do agente – uma questão muito mais estilística do que propriamente gramatical. Enquanto o verbo auxiliar ~~pôs-se~~” transmite ao contexto um sentido incoativo (de algo que se inicia), o principal ~~interrogar~~” exprime um aspecto não concluído em sua significação plena, aproximando-se do substantivo: interrogatório. Enquanto o interrogatório não finda em ~~interrogar~~”, o desabafo é pontual no pretérito perfeito de ~~desabafou~~”. Confessar-se, aliás, é um dos sinônimos de desabafar. Não se pode deixar também de salientar a formalidade e conseqüente distanciamento do sentido de um interrogatório como alusão a um ato processual versus a informalidade, somadas a todo tipo de afeto implicado, de quem, em uma situação específica, ~~desabafou~~”, sem sequer se saber um réu: — Brincadeira de seu major” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 241).

Venta-Romba não se movia por ~~prerrogativas~~ bestas de pequeno burguês”, mas talvez pela falta completa de qualquer tipo de prerrogativa, nenhuma que lhe garantia defesa, tampouco uma que o torne uma ameaça, não deu crédito para a ordem de prisão recebida. Não acreditou que de fato aquilo aconteceria com ele, porque jamais se atribuiria qualquer

força capaz de representar perigo, e de quebra uma sentença que o detivesse, naquele momento refletido nos rostos dos presentes na casa da família convertida em tribunal:

Espalhou a vista em roda: o barulho das crianças fora substituído por uma curiosidade perversa; as moças tremilicavam na costura; a face de minha mãe expunha indiferença imóvel; um sujeito passeava na sala de visitas, exibindo pedaços da farda vistosa. Claro que não era brincadeira, mas o velho, estonteado, não alcançava o desastre. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 241)

Não há do interrogatório de Venta-Romba nenhum registro em discurso direto, e o que se lê após os dois-pontos ( : ), sucedendo ~~a~~ “desordem”, não é a voz do pedinte ou a de seu inquiridor, mas algumas associações que suprimi acima para destacar aqui, tal retrato de um mal-entendido: ~~implicância~~ dos meninos, gritos, choro, a dona sisuda, as doninhas arrepiadas” (p. 240). O uso da expressão ~~falta~~ de juízo” em meio a essa sequência gera uma ambiguidade relevante, pois não fica claro de quem era a *falta* (perda ou agravo) e de que tipo é este *juízo* (razão, sensatez ou julgamento, arbítrio): do pedinte, por ter adentrado a casa; ou dos que a habitam, por terem julgado uma invasão a daquele que ~~nos~~ bateu a porta. Deve ter batido: não ouvimos as pancadas” (p. 239). Venta-Romba entra na casa sem ser ouvido e permanece sem ser escutado: ~~Coçava~~ a cabeça, gemia desculpas asmáticas, e ninguém o escutava” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 240).

Se quem confessa se desarma em desabafo, quem interroga se fortalece e faz das perguntas instrumentos de poder. Entretanto, se não temos acesso às perguntas dirigidas a Venta-Romba no interrogatório, além do narrador, aquele quem faz perguntas ao longo de todo o capítulo é justamente ele, com exceção para a ~~alegria~~ ruidosa do preto José Luís, que, aos sábados, da sala à cozinha, ria, gritava, dançava, entusiasmado: — Cadê o nosso juiz substituto?”. As primeiras perguntas de Venta-Romba aparecem no capítulo como letras de uma ~~antilená~~: — Como vai, seu major? E a mulher de seu major? Os filhinhos de seu major?”. Repete-se como refrão — Como vai, seu major? Os filhinhos de seu major?”, suprimindo a mulher (RAMOS, [1945] 2012a, p. 238). Já tendo adentrado a casa da família do menino e desenrolado toda a confusão, e finalmente compreendendo que vai mesmo para trás das grades, emerge da ~~trouxa~~ de molambos uma pergunta flácida: — *Por quê, seu major?*” (p. 241; grifo meu). Questionamento que não sabemos bem se era também do menino ou do adulto ou de ambos em um mesmo horizonte onde encontram via memória: ~~Era~~ o que eu também desejava saber” (p. 242). Menino e adulto, amontoados, realizam um exame quanto a sua participação no nascimento do ~~espalhafato~~” e chegam a uma conclusão

que não os exime de certa culpa pela incapacidade de deter o que se desenrola: –Não havia colaborado nele – e a interrogação lamentosa me abalava. Por quê? Como se prendia um vivente incapaz de ação?” (p. 242). A pergunta de Venta-Romba volta a se colocar, não menos flácida, não menos inaudível, não mais uma cantilena, mas –eochicho renovado que ficou sem resposta”, repetindo-se num refrão malogrado: — *Por quê, seu major?*” (p. 242; grifo meu).

Mais adiante supõe um autoexame sem efeitos por parte do pai-juiz.

Seu major não saberia manifestar-se. Assombrara-se recorrera à força pública e receava contradizer-se. Talvez sentisse compaixão e se reconhecesse injusto. Enraivecia, acusava-se, e despejava a cólera sobre o infeliz, causa do desarranjo. Em desespero, roncou injúrias. O polícia que pigarreava na sala se avizinhou, a blusa desabotoada, faca de ponta à cintura, as reiunas de vaqueta ringindo. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 242)

A admissão de um julgamento equivocado, ainda que exista um indício em –acusava-se”, é suposto, embora provavelmente verdadeiro, uma vez que não contamos com um narrador onisciente, mas sim, com um narrador experiente do proceder de certos humanos. Tal reconhecimento tampouco interrompe a condenação em curso como consequência daquele mesmo tipo de fortalecimento que se dá às custas da vida do outro como peça em um jogo para manter as aparências e o poder.

Mais perguntas se mesclam ao que experienciaram o menino, ao presenciar aquele episódio, e o adulto, ao ser encarcerado ele próprio, no trecho destacado a seguir. Do mesmo modo, aquele ambiente que o pequeno nunca pôde adentrar, para supor certos objetos, é conhecido intimamente pelo ex-presos. Ou ainda, uma memória colabora na confecção da outra.

Lemos em *Infância*:

Vinte e quatro horas de cadeia, uma noite na esteira de pipiri, remoques dos companheiros de prisão, gente desunida. Perdia-se a sexta-feira, esfumava-se a beneficência mesquinha. Como havia de ser? Como havia de ser o pagamento da carceragem? (RAMOS, [1945] 2012a, p. 242)

Lemos em *Memórias do cárcere*:

Vanderlino prosseguia na conversa. Levou-me para o centro do galpão, e só aí compreendi a oferta muitas vezes repetida: era-me possível dormir ali. Reuniu a esteira dele à do vizinho e conseguiu arranjar o espaço necessário a três indivíduos. Sentei-me na urdidura gasta de pipiri, fiz da valise

travesseiro, pus-me a fumar, não distinguindo bem as palavras de Vanderlino. (RAMOS, 1996, v. II, p. 63)

O que se supõe na leitura de *Infância* é que Venta-Romba não encontraria quem fizesse por ele o que fizeram por Graciliano Ramos, o que só viria à tona nas *Memórias do cárcere*, portanto um detalhe que só poderia ser reconhecido em um tempo futuro ao da escrita do autor. A temática da cama, tão significativa em *Vidas secas* e em outros episódios das memórias da cadeia, mereceria análise à parte, assim como o fato de nesse trecho em questão as palavras de Vanderlino não se distinguirem muito bem, mas seu gesto ser bastante efetivo.

O tema da prisão (da ausência de liberdade) em Graciliano Ramos é dominante em *Memórias do cárcere*, é colocado como possibilidade real em *Angústia*, mas está presente em todos os seus livros como um tema que inclui a própria arte e que se potencializa a partir dela. A arte é o lugar em que a prisão se confronta com a possibilidade de sua superação. [...] O trabalho literário é, assim, ao mesmo tempo, amaldiçoado porque lembra ao homem, pelo revés, a sua falta de liberdade, mas também um espaço de resistência porque reafirma o horizonte da liberdade. (BASTOS, 2017, p. 136 e 137)

Vale ainda se debruçar, a propósito, sobre um de seus primeiros textos, “O ladrão”, redigido em 27 de julho de 1915, em sua primeira estada no Rio de Janeiro. Neste conto, um homem entra em um estabelecimento comercial em uma cidade de interior e seu comportamento soa suspeito para o dono da casa e o narrador-testemunha. O possível roubo frustrado, porque de fato não é concretizado, resulta em um julgamento e condenação aplaudidos pela vizinhança:

Ladrão! Tu és um safardana, ouviste? Não prestas para nada. Vinhas matar-nos, vinha roubar as fazendas todas. Vamos! Conta tudo ou eu dou-te um sopapo. [...] Nosso grupo aumentava. E a vozeria aumentava também com as explicações confusas que se trocavam a torto e a direito. O homem continuava a tiritar em nossas mãos, tentando falar sem poder. Fazia com os dentes um barulho horrível. Em um minuto arrancamos-lhe o casaco e a camisa. Seu busto magríssimo, cor de bronze, apareceu, com as costelas salientes formando grandes sulcos. [...] Amarramos a cordas aqueles pobres membros entangidos que não opunham resistência. Choveram então impropérios e insultos.

— Dize que vieste roubar e assassinar, bandido! Confessa, ladrão! Confessa! [...] O sacristão andava a bradar de um lado para outro:

— Não tens direito de roubar. Estás ouvindo, gradíssimo filho de uma mãe? Não tens direito. Traste, coisa ruim. Vem cá, vou dar-te um cachação.

E atirou-lhe o cachação. O desgraçado soltou um grunhido, vacilou, deu uma cambalhota. Depois foi uma chusma de bofetadas. Seguindo o exemplo

do bêbado, cada um de nós descarregava as mãos sobre aquela cara magra, lívida, com duas grandes covas nas bochechas, denunciando a ausência de molares. (RAMOS, 2012b, p. 44-45)

O linchamento prossegue até que alguém lembra que “É preciso entregá-lo à polícia”. Decisão que em nada nega a anomia reinante. Quando chegam à cadeia acontece “uma espécie de interrogatório”. “As perguntas choviam sobre o homem, que, atordoado, nada dizia.” Ou melhor, não é que nada dizia, mas ninguém dava crédito para aquilo que repetia. Suas palavras não eram nada: “Apenas afirmava que era arrieiro do senhor Ladislau e que uns camaradas o tinham encarregado de fazer a compra”. “Reconheceu com certeza que não havia meio de convencer-nos. Continuou calado. Talvez tivesse querido dizer muitas coisas.” O comissário de polícia, por sua vez, questionava por que ele teria tentado fugir, razão para ser colocado atrás das grades, sem qualquer direito à defesa formal ou a permanecer calado. “Não quer falar. Fica por aqui a descansar alguns dias” (RAMOS, 2012b, p. 46 e 47).

Se não bastasse, passa a ser julgado, condenado e castigado também pelos outros presos por não dominar os ritos da cadeia, não ser considerado apto para a atividade de ladrão, numa espécie de *mise en abyme* infernal:

O recém-chegado entregou apenas o chapéu.

— E o resto? — exclamou o primeiro. Então querer vir para cá sem pagar a entrada? Parece que não conheces os costumes da casa.

— Donde diabo vens tu, criatura? Que espécie de tolices andaste fazendo por aí? Ladroeira, hein? Isso é um crime grave.

— Quem te meteu na cabeça que tinhas jeito para essas coisas? — segredou um negro que se divertia a raspar seus pequeninos pés extremamente móbeis. É muito difícil, menino, e tu tens cara de idiota. É a primeira vez que trabalhas, com certeza, e deixas-te que te passassem a mão. Que vergonha! Um rapaz tão bonito! (RAMOS, 2012b, p. 49 e 50)

E as observações do narrador são da ordem do que em *Infância* reconhecemos como seus primeiros contatos com a justiça, nos quais todos estão implicados:

— Toma! Toma! — bradava o sacristão.

E nós íamos repetindo:

— Toma! Toma! Ladrão sem-vergonha!

Se Venta-Romba e o suposto ladrão assistem contra si a todo um esforço para que fossem presos, é preciso ressaltar que, no caso de Graciliano, houve grande pressão da intelectualidade para soltar presos impronunciados como o escritor. Augusto Frederico

Schmidt, simultaneamente estimado como intelectual pelos getulistas e editor responsável por ter feito “uma descoberta nas brenhas alagoanas”,<sup>110</sup> isto é, pela estreia em livro de Graciliano, com *Caetés* (1933), publicou o seguinte apelo em 22 de dezembro de 1936 no *Diário Carioca*, periódico também alinhado a Getúlio:

O sr. Graciliano Ramos é um dos nomes mais significativos das letras novas do Brasil. Romancista de altos méritos, não transformou absolutamente a sua arte em instrumento de ação política, conservando-a, pelo contrário, num plano livre e puro. [...] Se foi preso, por engano de pessoa, estou certo de que as nossas dignas autoridades não insistirão em apartá-lo da sociedade que ele tanto dignifica. (apud MORAES, 2012, p. 145)

Dada a repercussão do artigo, cinco dias depois fez nova investida:

Escrevi há poucos dias algumas palavras de protesto contra a prisão, tão demorada, de um notável escritor, o sr. Graciliano Ramos, sobre cuja inocência, como participante no movimento comunista que teve seu epílogo em 27 de novembro de 1935, foram-me prestados os depoimentos mais fidedignos. É que sou dos que ainda acham que a justiça é indispensável à ordem e ao equilíbrio das sociedades. (apud MORAES, 2012, p. 145)

José Olympio<sup>111</sup> e José Lins do Rego também haviam se pronunciado em prol da soltura de Graciliano, tendo o segundo sido recebido no Palácio do Catete pelo então auxiliar da presidência da República, o literato Herman Lima, para tratar do assunto, que seria repassado diretamente a Getúlio Vargas. “Você diga ao presidente que ele precisa mandar soltar o Graciliano Ramos. Graciliano está preso há um ano, tem sofrido os maiores horrores de prisão em prisão. Esse martírio não pode continuar” (apud MORAES, 2012, p. 146; FLORENT, 2011, p. 123). No dia seguinte, eis a resposta do presidente:

<sup>110</sup> Em discurso realizado por ocasião de seu cinquentenário em outubro de 1942 e publicado na *Revista do Brasil*, em dezembro do mesmo ano, Graciliano menciona a descoberta do editor e alude ironicamente à prisão: “Schmidt estirou os olhos por estes cafundós e, lendo a prosa cheia de algarismos e parágrafos de certo prefeito, julgou perceber qualquer coisa semelhante a um literato em Palmeira dos Índios. [...] Fui eu, meus senhores e amigos, esse novelista pescado no sertão de Alagoas por umas cartas que Rômulo de Castro me enviou, de 1930 a 1931, em nome de Schmidt. Desde então ocorrências de vulto me atrapalharam. Seria melhor que eu tivesse continuado a envelhecer na cidadezinha poeirenta [...]. Infelizmente não me foi possível orientar-me. Os acontecimentos forçaram-me a deslocamentos imprevistos” (RAMOS, 2012b, p. 208).

<sup>111</sup> Discursos e textos de autoria de Getúlio Vargas foram reunidos em *A nova política do Brasil*, publicado pela Livraria José Olympio Editora. Essa mesma casa editorial, que publicara *Angústia* em agosto de 1936 com Graciliano atrás das grades, e publicaria *Vidas secas*, *Insônia*, *Memórias do cárcere* e *Viagem*, mantinha em seu catálogo “números” escritores que “ocupavam postos de relevo nos conselhos, institutos e outras instâncias decisórias do governo central”. André Carrazoni, censor no Ministério da Justiça e considerado um escriba oficial do regime, por exemplo, lançou pela José Olympio a biografia *Getúlio Vargas*, em 1939 (MICELI, 2012, p. 157 e 274).

— Você diga ao Zé Lins que nesse caso do comunismo eu não mandei prender ninguém, mas também não mando soltar ninguém. Isso é lá com a polícia. Mas autorizo-o a falar com o general Pinto, dizendo-lhe de minha parte que indague ao Filinto Müller [então chefe de polícia do Distrito Federal] se há alguma coisa apurada contra o Graciliano, e, do contrário, naturalmente que soltem o homem. (apud MORAES, 2012, p. 146; FLORENT, 2011, p. 123)

Lima relata em suas memórias que naquele mesmo dia, à tarde, procurou o general Francisco José Pinto, chefe do Estado Maior da presidência. A transmissão da incumbência registra ainda o peso do caráter local a influir na decisão:

O General imediatamente se entendeu com o Chefe de Polícia, que por sua vez consultou o Chefe de Polícia de Alagoas. A resposta desta autoridade foi estupefante: —Nãohavia, de fato, nenhum processo a respeito de Graciliano – nada se apurara contra ele” e o resultado foi que, dois ou três dias depois, o romancista estava em liberdade. (apud FLORENT, 2011, p. 123)

Assim, as marcas lexicais do encarceramento e de como o autor o enxerga para além de uma perspectiva individual e expandida entre temporalidades realçam o lastro de um tempo remoto que nunca ficou encerrado na infância ou em *Infância*.

A crônica “Carta de um jurado a um cavalheiro de importância”, publicada em *O Índio*, em fevereiro de 1921, a qual assinava com o pseudônimo J. Calisto, ganha uma camada a mais quando consideramos a prisão de Graciliano assim como o capítulo em que trata da prisão de Venta-Romba. Estamos diante de um texto epistolar de autoria de Fulano de Tal a ofertar seus serviços como jurado de fato, “um cidadão brasileiro em pleno gozo de seus direitos políticos, casado na igreja, vacinado pela varíola”, que não deve ser confundido com um “eles mercadejador de justiça” (RAMOS, 2015b, p. 86 e 88). O profissional prova como procede para absolver culpados que teriam sido trancafiados injustamente. Logo fica claro que o que menos está em jogo é a inocência ou não. Se Venta-Romba e Graciliano foram presos injustamente, aqui o que importa é soltar mesmo os culpados. Em todos os casos, o desejo pessoal de alguém que detém poder é atendido:

Não ignoro que v. s. deseja, com a influência de que dispõe, aliviar a cadeia pública desta cidade de alguns pacíficos rapazes que ali se encontram injustamente detidos. [...] Eu também sou, ilmo. sr., um fervoroso adepto da absolvição dos réus. [...] Pode, pois, v. s., ficar certo de que, confiando-me seus protegidos, saberei julgá-los com a imparcialidade e a justiça a que têm direito, graças ao apoio que lhes dispensa um cavalheiro tão bem relacionado. (RAMOS, 2015b, p. 86 e 87)

Os interesses envolvidos são manipuláveis pelo jurado de profissão, em verdade alguém que detém o poder das palavras, a partir, por exemplo, de jogos semânticos ou sintáticos, com suas relações de concordância (com os poderosos), de subordinação (em relação aos poderosos) e de ordem (ao gosto do freguês):

—Manuel Tavares assassinou um homem.” Fica-se na incerteza sobre se foi Manuel o assassino ou o assassinado. Sendo —assassinar” um verbo transitivo, tanto lhe pode servir de agente Manuel Tavares como —um homem”. Em casos assim ambíguos, a colocação das palavras em nada influi quanto ao sentido delas. Ninguém nos pode afirmar se o período está em ordem direta ou em ordem inversa. Dizem que —Manuel Tavares” é o sujeito. Por quê? Porque está preso? É absurdo. Não há em gramática nenhuma regra que nos autorize a dizer que o agente da ação é o que está na cadeia. (RAMOS, 2015b, p. 89)

Também chamado Manuel Tavares, há um assassino de aluguel em *Caetés*: como prestava —serviços” para o deputado Evaristo Barroca, é posto em liberdade.

Em *Infância* estamos em um aqui onde um soldado onipresente ergue a camisa de Venta-Romba – como ele mesmo e ainda tantos outros nele representados – e empunha —aquela ruína que tropeçava”, —as alpercatas escorregavam” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 242); onde a avó do menino, e ainda tantas outras, ordena ranzinza —Vai lavar os pés de teu senhor, negra”, —dirigindo-se —a uma negra indeterminada”, onde Vitória, que executa todos os afazeres de cócoras, precisa lembrar à patroa que —Cativeiro já se acabou, dona”, enquanto —envelhecia, encarquilhava-se na cozinha”, e —já não podendo ser vendida [...] representasse apenas valor estimativo”, coisa estimada, —pequena máquina desarranjada”, restando na memória do menino branco sua —ternura resmungona, esquisita expressão de maternidade gora”; território de segurança arrimado sobre vidas arrastadas sempre tão rente a um chão que não lhes pertence, —voluntariamente escravas porque não tinham em que empregar a liberdade”: —Essa ruína vacilante e obstinada era um refúgio” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 137, 138 e 139; não necessariamente nesta ordem). Um aqui onde —tudo parece que ainda é construção mas já é ruína”, para lembrar a letra —Fora da ordem”, de Caetano Veloso que cita *Tristes trópicos*, de Lévi-Straus, que me faz lembrar a visão do anjo benjaminiano, por sua vez, inspirado na imagem do *Angelus Novus*, de Klee. Com o semblante voltado para passado, o anjo da história enxerga —uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 2012, p. 246). Enquanto para os críticos do Deus Thoth,

o inventor da escrita, no *Fedro* de Platão, os registros têm muito mais a ver com o esquecimento do que com a lembrança, –eom manter o passado no passado, ao invés de recriá-lo continuamente no presente” (FRYE, 2006, p. 48), ao criticar o positivismo histórico e ver a própria História como ruína – formação calcada em deformações que configuram o progresso-tempestade –, Walter Benjamin reconhece o mandato da redenção do passado pela memória, devolvendo-o à subjetividade. É certo, entretanto, que o filósofo alemão chega a esse conceito, do que impele o alado para o futuro, a partir de uma perspectiva europeia, e que aqui é necessário considerar as especificidades que essa tempestade acarreta no hemisfério sul da América, que ele não chegou a conhecer.<sup>112</sup> Nessa construção, de fundações profundas, que conectam subterraneamente diferentes tempos históricos, no sentido de que são arrimo de estruturas sociais erguidas sobre escombros: os resíduos do que já passou afetam o modo de ver o presente; o presente afeta o modo de ver o passado. Todo deslocamento temporal em um sentido ou noutro, por meio da elaboração literária própria de Graciliano Ramos, convoca a atenção para o que está por vir no presente e precisa ser enfrentado a partir da experiência para que não torne a se repetir no futuro. Para tal, o escritor cultiva estilisticamente a decantação do vivido e das palavras (tantas vezes fragmentos, silêncios, enumerações e associações) antes de fixá-los no papel. Fixação no que diz respeito ao texto estabelecido, mas nunca no sentido de imobilizá-lo ou datá-lo em relação às sucessivas leituras que suas tantas camadas suportam.

### 3.3 Um rumo diferente

Das penas ao voo, do voo às penas, em *Infância* não há qualquer brecha para a toada de uma –erônica de saudade”: as relações mais próximas não são entendidas como protetoras. São em si equivalentes àquelas que se agigantarão para fora desse círculo e espaço iniciais. É sabido, todavia, que, para Graciliano Ramos, a palavra passa de pena (castigo) à outra (estrutura que compõe a asa de uma ave abatida outrora convertida em objeto usado para a escrita, também sinônimo de escritor), a que se converte em manifestação

---

<sup>112</sup> Na apresentação à edição brasileira de –Walter Benjamin: aviso de incêndio”, Michael Löwy relata que, numa carta de 23 de setembro de 1935, Erich Auerbach refere-se a uma possibilidade que surgiu de Benjamin ser contratado pela USP como professor de literatura alemã, —mas a coisa não deu em nada”. Em seguida Löwy fabula —a estadia do ilustre exilado antifascista no Brasil dos anos 1930 [...]; sua prisão pelo Dops em 1935, denunciado como agente do comunismo internacional; seu interrogatório policial, na presença de um representante da Embaixada Alemã; seu encarceramento em um navio-prisão, onde se torna amigo de Graciliano Ramos; as notas que toma num caderno, tendo em vista um ensaio comparando Graciliano com Brecht; e sua angústia, enquanto espera que o libertem ou que o deportem para a Alemanha” (2014, p. 9).

da liberdade possível em relação às amarras do meio (infância \_ o do menino \_pós-cárcere o do adulto sob Estado totalitário).

Alfredo Bosi, em ensaio sobre *Vidas secas*, atenta para uma característica que pode ser observada em toda a obra de Graciliano, mas em especial em *Infância* no que diz respeito à alfabetização, como sinal de desbrutalização, embora só até certo ponto. Ilettrados, Fabiano e o menino das memórias se encontram na dificuldade de entender bem o sentido das palavras. E a cultura surge como “teia de enganos”, nas palavras do crítico, nas palavras que são os fios, a aranha, a presa:

Contudo, o que dá alcance revolucionário à sua visão, que poderia passar por ilustrada e progressista apenas, é a desconfiança alerta que alimenta também em relação ao discurso do “civilizado”. Se a voz do iletrado é pobre e partida, a do letrado é oco, se não perigosa.

O olhar crítico, asceticamente despregado da sua matéria-prima, não favorece nem a linguagem do dominado, cuja carência (atribuída) descreve, nem a linguagem dos dominantes, que denuncia. (BOSI, 2003, p. 25)

Se, para Benjamin, todo documento da cultura é, ao mesmo tempo, documento de barbárie,<sup>113</sup> Bosi observa que o processo de socialização do menino sertanejo, no qual as palavras (ou sua interdição) ocupam posição especial, demandará sofrimento (estado que expande a duração do tempo):

começará por palavras que podem ou não podem ser ditas e continuará por ações que devem ou não devem ser praticadas. Para a criança, porém, tudo é muito confuso e misturado, daí a memória desses primeiros anos ser fragmentária, meio sonho, meio vigília, meio ressoo íntimo, meio império da voz alheia. A sua expressão prova no leitor um crescente mal-estar que beira esse difuso sofrimento que chamamos de angústia. (BOSI, 2013, p. 90)

De um lado, a dificuldade de entender certo as palavras causa graça; de outro, também diz de uma infância com pouco lugar para brincadeira. As observações lógicas e céticas do menino, em uma obsessão com a verossimilhança, que é característica daquele que

---

<sup>113</sup> Em outra das teses “Sobre o conceito da história”, o filósofo alemão lembra que se as coisas materiais estão no centro da luta de classes a partir de uma perspectiva marxista, as coisas finas e espirituais (entre as quais está a literatura) estão presentes nessa mesma luta de formas distintas: “Elas vivem nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e atuam retroativamente até os tempos mais remotos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores” (BENJAMIN, 2012, p. 243). Em “Documentos da cultura/ documentos da barbárie”, Jeanne Marie Gagnebin, por sua vez, propõe um entendimento desse suposto paradoxo – “de um lado a cultura como testemunho da barbárie que subjaz à sua produção, do outro a cultura como manancial de tenacidade e astúcia, de humor, de resistência e de questionamento da continuidade da dominação?” –, tendo em vista a importância de uma ética da transmissão contra uma “única história possível” (GAGNEBIN, 2008).

o escreve como personagem de si, e o uso recorrente do recurso da interrogação escancaram o universo irracional dos adultos, reforçando a tríade temporal (enunciado e enunciação atravessados pelo contratempo). Quando uma criança compreende algo ao pé da letra não imprime nessa operação a ironia. É o adulto que pode imprimir esse jogo entre tempos. Jeanne Marie Gagnebin, em ensaio sobre *Infância berlinense: 1900*, memórias de Walter Benjamin, “quase negação do si-mesmo” (DAMIÃO, 2006, p. 21), faz observações apropriadas para pensar também as de Graciliano, quanto atenta para a relação com a palavra. Segundo ela, há na mediação dessa percepção infantil a revelação de uma

verdade política da presença constante e subterrânea dos vencidos, humilhados, que a criança, por sua pequenez, percebe na pálida luz dos respiradouros (“Orcundinha”) ou nas figuras das bases das estátuas e das colunas de vitória (“Colna de vitória”). Verdade que atrapalha e que é reforçada por uma outra incapacidade infantil: a de não entender “erto” as palavras, estes mal-entendidos que nem sempre são engraçados; Benjamin lhes consagra páginas extraordinárias e insiste no acesso privilegiado à linguagem que a criança ainda tem, pois, para ela, as palavras não são primeiro instrumentos de comunicação, mas, sim, “avernas” a serem exploradas ou “nuvens”. (GAGNEBIN, 1999, p. 82)

“Nuvens”, a propósito, é o título do primeiro capítulo de *Infância* e remete aos mecanismos das memórias, que se formam, se deformam, se desfazem em aspectos diversos e que nos escapam, nunca estáticas nem aprisionadas em forma qualquer. As nuvens ilustram algo sobre o caráter de resistência presente no ato de narrar, visto que as palavras podem ganhar novos significados e formas em um dado presente. “Em boa hora aprendi a me disfarçar nas palavras, que de fato eram nuvens” (BENJAMIN, 2013, p. 101), cito mais uma vez Benjamin para refletir Graciliano.

O enfoque torturante do aprendizado da leitura se expande para todas as dimensões sociais às quais o menino tem acesso: “a família nuclear, a vizinhança, as pessoas que dispõem de poder, as suas vítimas e os mortos” (BOSI, 2013, p. 94). A descoberta do mundo nessa ordem patriarcal violenta se dá de modo fundante nas relações familiares e seus ditos e não ditos, não apenas nas escolares, com seus livros detentores da palavra correta, ainda que delas nem sempre se apreenda o sentido exato, porque a exatidão não diz do primeiro contato, como não diz do que se rememora ainda que incontáveis vezes. São marcas reconhecíveis numa martelada obsessão pelo escrito essencial na prosa do autor. O sentido exato das palavras, empregadas de acordo com uma norma não dominada (e que por isso não o domina) conforme o entendimento absoluto de seu significado, converte-se em anedota.

Ironia que não deixa de conter uma provocação, sobretudo quando sua lição vem envolta de moralidade, de pouca abertura para errar (percorrer) para além do que é ditado como certo:

Eu não lia direito, mas arfando penosamente, conseguia mastigar os conceitos sisudos: —Apreguiça é a chave da pobreza – Quem não ouve conselhos raras vezes acerta – Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.”

Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta. As outras folhas se desprendiam, restavam-me linhas em negrita, resumo da ciência anunciada por meu pai.

— Mocinha, quem é o Terteão?

Mocinha estranhou a pergunta. Não havia pensado que Terteão fosse homem. Talvez fosse. —Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.”

— Mocinha, que quer dizer isso?

Mocinha confessou honestamente que não conhecia Terteão. E eu fiquei triste, remoendo a promessa de meu pai, aguardando novas decepções.

Ao analisar o capítulo “Leitura” de *Infância*, Ieda Lebensztayn destaca lições aprendidas pelo menino sobre diferenças e semelhanças entre as palavras, os seres e as coisas, lições também sobre a violência e de resistência a ela por meio da literatura, da literatura como meio de, se não alçar voo, ser capaz de fazer ninho no interior da gaiola:

Em “Nuens”, surgem a primeira aula de be-a-bá por ele ouvida, o erro fecundo de chamar laranjas de pitombas e a historieta contada por sua mãe sobre o menino vingativo. Nesse capítulo, a condensar o percurso de *Infância*, delineiam-se as enormes dificuldades e os ganhos raros que formaram Graciliano, no aprendizado de distinguir as letras, as palavras, as frutas, as coisas, as pessoas, as metáforas, a violência e a possibilidade de mediação pela literatura. (LEBENSZTAYN, 2010, p. 331)

Quando Gagnebin mostra que a diferença do tempo em Marcel Proust e em Benjamin se dá em relação ao destino do sujeito narrativo, penso no caso de Graciliano e nessa mediação pela literatura como possibilidade destacada por Lebensztayn. “Em Proust, ele é salvo pela realização de sua vocação artística enfim reconhecida; em Benjamin, pela realização da ação política, isto é, paradoxalmente, pelo retraimento do ego perante as exigências da luta social”; “ampliação do sujeito às dimensões sociais e psíquicas subjacentes” à vida singular de um menino (GAGNEBIN, 1999, p. 76 e 90). No autor de *Infância*, conjuga-se a vocação artística reconhecida e a realização da ação política formalizada na construção de uma obra singular que ambiciona dizer do coletivo, apesar dos fossos que separam diferentes grupos e gerações, marcadas por uma ordem social violenta (seja no papel do oprimido ou do opressor).

Em *O nome na ponta da língua*, mais especificamente no “Pequeno tratado sobre medusa”, o escritor Pascal Quignard fala de uma mudança da localidade de Eure para Havre, na França. Lá “o porto, a cidade começavam a se reconstruir. Nossos quartos davam para ruínas sem fim, de onde se percebia o mar” (2018, p. 53). A memória é de quando ele tinha dois anos. O francês nasceu em 1948. Espaço e tempo, portanto, que nos conduzem a uma paisagem do pós-guerra. Não à toa, as ruínas são infinitas e o mar apenas algo que não passa despercebido. E é nesse cenário que o narrador rememora algo que se passava com sua mãe e que marcará a origem de sua relação com as palavras, e delas nessa cena fundadora em que a língua materna (literalmente a da mãe) carrega algo próprio do infante, isto é, daquele que não fala, situação que perdura por um tempo determinado ainda que indeterminação angustiante (afinal, quando é que se toma posse das palavras, quando é que a palavra é detida?):

Minha mãe ficava sempre na extremidade da mesa de refeição, com as costas voltadas para a cozinha. Bruscamente, minha mãe nos mandava calar. Seu rosto se crispava. Seu olhar se distanciava de nós, perdia-se no vago. Sua mão se estendia sobre nós, em silêncio. Mamãe procurava uma palavra. (QUIGNARD, 2018, p. 53).

Ao que tudo indica, tratava-se de uma experiência recorrente, nem por isso familiar, a não ser em seu estranhamento, por isso se está na beira, na “ponta”, na “extremidade”, “com as costas voltadas”, “no vago”, quando “de repente, tudo parava. De repente nada mais existia”, a romper com o espaço e o tempo domésticos (indomesticáveis na lembrança, tal a “palavra doméstica”, o “inferno” de Graciliano, na boca da mãe em *Infância*, na boca da mãe em *Vidas secas*). Suspensão que, no deslocamento em direção ao futuro daquele que então escreve, pertence ao adulto desdobrado no menino que a presenciava. “Parece que toda minha referência é esse olhar perdido e a palavra que aí se procura. [...] Desviava meu olhar das ruínas. Construía-me nesse silêncio e nessa privação” (QUIGNARD, 2018, p. 78-79). A palavra faltante converte-se adiante na palavra recuperada, que não vem para preencher o rombo anterior, mas para testemunhá-lo de outra perspectiva, por isso o nome na ponta da língua é “maravilha”, “a nostalgia do que ele não abarca”, “na medida em que conduz à cena intransmissível” (QUIGNARD, 2018, p. 64 e p. 74-75).

Perdida, distante, ela tentava, com os olhos fixos sobre nada, faiscantes, fazer-lhe chegar, no silêncio, a palavra que tinha na ponta da língua. Ficávamos, nós também, na ponta de seus lábios. Ficávamos à espreita, como ela. Nós a ajudávamos com o nosso silêncio – com toda a força de

nosso silêncio. *Sabíamos que reencontraria a palavra perdida*, a palavra que a desesperava. Ela chamava, alucinada, por sua massa vacilante de ar. E seu rosto se abria. Ela reencontrava: pronunciava-a como uma maravilha. Era uma maravilha. *Toda palavra reencontrada é uma maravilha.* (QUIGNARD, 2018, p. 54)

Quignard vai a fundo e ensaia sua própria concepção do desamparo próprio da linguagem e de como esta toca com os dedos a matéria involuntária da memória. Para ele, estar privado da palavra conhecida é uma experiência recorrente para a humanidade (em seus traumas), porque “experiência em que nossos limites e a nossa morte se confundem pela primeira vez”:

Que uma palavra possa ser perdida, isso quer dizer: a língua não coincide conosco. Que a língua, em nós, seja adquirida, isso quer dizer: podemos conhecer o seu abandono, isso quer dizer que o todo da linguagem pode refluir da ponta da língua. Isso quer dizer que podemos alcançar o estábulo ou a selva ou a pré-infância ou a morte. (QUIGNARD, 2018, p. 55-56)

Se para o menino Graciliano a aquisição da leitura e da escrita foi torturante, convertendo-se mais tarde em “maravilha”, estar privado das palavras o recolocava no lugar anterior à recompensa. “É o desamparo diante do que é adquirido”, nos dirá o francês.

Enxergara a libertação adivinhando a prosa difícil do romance. O pensamento se enganchava trôpego no enredo: as personagens se moviam lentas e vagas, pouco a pouco se destacavam, não se distinguiam dos seres reais. E faziam-me esquecer o código medonho que me atanzava. *De repente as interdições alcançavam o mundo misterioso onde me havia escondido. Impossível mexer-me, papagaio triste e mudo, na gaiola.* Quando principiava a imaginar espaços estirados, *a lei vedava-me o sonho.* Chorei, o folheto caído, inútil. O menino da mata e o cão Piloto morriam. E nada para substituí-los. Imenso desgosto, solidão imensa. Infeliz o menino da mata, eu infeliz, infelizes todos os meninos perseguidos, sujeitos a cocorotes, aos bichos que ladram à noite. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 221)

Se é evidente a desproporção entre as situações vividas pelo aluno em fase de alfabetização e as pelo detento no Pavilhão dos Primários, o narrador salienta a desvantagem do segundo ao optar pelo comparativo de superioridade do adjetivo “ma”:

O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. Certo dia vi moscas na cara de um, roendo o canto do olho, entrando no olho. E o olho sem se mexer, como se o menino estivesse morto. Não há prisão *pior* que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me aterraram. Abandonei os

cadernos e as auréolas, não deixei que as moscas me comessem. Assim, aos nove anos ainda não sabia ler. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 206; grifo meu)

Obviamente há aqui uma ironia, mas aquele que é irônico não o é do alto de uma superioridade: abaixa-se ao ângulo do menino em reconhecimento de sua própria fragilidade e desamparo frente às forças que o prendem num lugar ou noutro. O ângulo a pouca altura do chão garante uma possibilidade de deslocamento de modo que o aterramento rompa com o quinhão de imobilidade e de insensibilidade impingido.

No trecho acima chama atenção ainda a menção a um outro método de punição, a crucificação, que, embora em territórios de cultura evangelizada aluda à figura de Jesus, é um dos métodos de execução de um condenado à pena de morte historicamente conhecido, e que tem como característica o fato de ser uma punição pública, em oposição ao que no processo penal vai se tornando ao longo dos tempos muito mais velado com o desaparecimento dos suplícios da cena pública, ainda que se reconheça a permanência de um fundo “supliciante”: “deixa o campo da percepção quase diária e entra na consciência abstrata”. Assim, o corpo deixaria de ser tocado o máximo possível em tais castigos, a fim de “atingir nele algo que não é o corpo propriamente” (FOUCAULT, 2007, p. 13 e p. 14).

O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor no corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. (FOUCAULT, 2007, p. 14)

As prisões, como “instituições totais”, são parte do ocultamento dos corpos dos condenados, na medida em que os corpos sempre estão imersos em um campo político. Entretanto, as formulações dicotômicas entre corpo e alma que encontramos a partir de 1780 pouco representam sobre as feridas abertas, inclusive também no que é carne e ossos, no processo de “morte civil” – via “profanações do eu” (GOFFMAN, 2007). Se Van Meenen, citado pelo filósofo francês, ao recordar as forcas, patíbulos, pelourinhos e esqueletos vistos em sua infância, na abertura do congresso penitenciário, em Bruxelas, refere-se a tais lembranças como uma “época passada”, Graciliano parece eleger palavras que carregam a tríade temporal, para poder fazer dizer, do calado, algo que permanece no presente e segue inscrito na corporeidade que não se separa nunca do que se é enquanto humano, isto é, em

oposição a qualquer noção de uma penalidade incorpórea. E a figura do carrasco, “anatomista imediato do sofrimento”, passa a ser substituída por uma série de técnicos, entre eles os guardas e os educadores. Isso que não se separa está contido também na pergunta lançada por Foucault, seguida de sua constatação de que a história da microfísica do poder punitivo seria uma genealogia da “alma moderna”:

É certamente legítimo fazer uma história dos castigos com base nas ideias morais ou nas estruturas jurídicas. Mas se pode fazê-la com base numa história dos corpos, uma vez que só visam à alma secreta dos criminosos? [...]

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. (FOUCAULT, 2007, p. 28)

O processo de alfabetização em *Infância* também surge equiparado a outro grande legado da violência em terras brasileiras – a escravidão –, o qual o menino toma como algo distante, evidentemente uma ironia do ponto de vista do adulto, que não deixa de confessar o racismo na origem:

Tinham-me chegado vagas notícias da escravidão, sem relho e sem tronco, aceitável, quase desejável. Maria Moleca e Vitória, livres, viviam sossegadas em casa de meu avô. Não me vinha a ideia de que se conservaram ali por hábito ou por não terem para onde ir. Estavam bem, sempre tinham estado bem. As tias da professora haviam sido mucamas de luxo, sem dúvida, antes da maluqueira de uma princesa odiosa. Ingratas. Não me ocorria que alguém manejara a enxada, suara no cultivo do algodão e da cana: as plantas nasciam espontaneamente. E não pensava no sacrifício necessário às três mulheres para levantar a sobrinha fusca, desbastá-la, vesti-la, escová-la, impingi-la na sociedade. Essa metamorfose era casual. E arrepiava-me. (RAMOS, —Adalide”, 2012a, p. 185)

Prisão e escravidão surgem, portanto, como sinônimos de condenação, pena a ser cumprida injustamente, e disparadora de uma relação até então inédita com a percepção do tempo e do espaço:

E a aprendizagem começou ali mesmo, com a indicação de cinco letras já conhecidas de nome, as que a moça, anos antes, na escola rural, balbuciava junto ao mestre barbado. Admirei-me. Esquisito aparecerem, logo no princípio do caderno, sílabas pronunciadas em lugar distante, por pessoa estranha. Não haveria engano? Meu pai asseverou que as letras eram realmente batizadas aquele jeito.

No dia seguinte surgiram outras, depois outras – e iniciou-se a escravidão imposta ardilosamente. Condenaram-me à tarefa odiosa, e como não me era possível realizá-la conveniente, as horas dobravam, todo o tempo se consumia nela. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 110-111)

O narrador de *Infância* não busca reconciliar a sociedade brasileira com seu passado escravocrata, mas apontar nele seu traço traumático recalcado.<sup>114</sup> Em tal perspectiva lançada entre tempos, fica ainda mais ressaltado como a escola, a polícia e a religião cumprem papel mais coercitivo do que de proteção, mais temíveis, porque personificadas em criaturas reais, caso do soldado José da Luz, cuja mera existência já assombrava o menino, e a presença física, em um primeiro contato, desencadeia uma rota de reações – que são sentidas no corpo e instigam a tentativa de articular palavras para combatê-lo e dominá-lo – provocadas pelo medo, afeto determinante em *Infância*.

Uma tarde em que espiava na litografia o cabo de Machado, os ramos de Pereira e as garrafas de tigre, vi José da Luz entrar na loja e esfriei. Quis fugir, esconder-me debaixo do balcão: as juntas endureceram, os músculos relaxam-se. Tentei vencer o medo, endireitei o espinhaço, articular uma frase, sorrir. Em vão. José da Luz era terrível. Metia gente na cadeia, dava surras e muxicões nos feirantes. Superior a Machado, Pereira & Cia., credores de meu pai. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 106)

Toda certeza, entretanto, precisa passar pelo crivo do vivido e da aversão à generalização, como aprendido na lição das pitombas:

Para reduzir-me as travessuras, encerrar-me na ordem, utilizaram diversos elementos: a princípio os lobisomens, que, por serem invisíveis, nenhum efeito produziram; em seguida a religião e a polícia, reveladas nas figuras de padre João Inácio e José da Luz. Resumiram-me o valor dessas autoridades, que admirei e temi de longe, mas quando elas se aproximaram, só o vigário manteve a reputação. José da Luz desprestigiou-se logo. Não havia meio de

---

<sup>114</sup> Em sua pesquisa, o crítico Roberto Ventura (1991) chama a atenção para as recordações idealizadas de Sílvio Romero e Joaquim Nabuco, nas quais o primeiro fala da *“saúde do engenho”* que lhe *“acende a alma”*, torturando-o por longos anos, ao recordar-se das vivências no Engenho Moreira, um *“recanto paradisíaco”*; e o segundo da *“nostalgia do escravo”*, o *“paraíso perdido”*, dando-se conta do problema moral da escravidão apenas anos mais tarde, com a morte de uma tia.

apresenta-lo sério e firme, capaz de inspirar medo. Um papão ineficaz. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 101).

Os homens em sua complexidade é que interessam a Graciliano, na busca por olhar de perto os mecanismos que os tornam peças de um jogo de poderes que os ultrapassa. Observando por esse ângulo, pode-se identificar ironia em considerar José da Luz superior aos credores do pai, por exemplo. A descrição empreendida pelo autor soa como um retrato-falado às avessas. Isto é, à procura dos traços do polícia encontra um homem e não um monstro. Um homem cujas características próprias da ascendência africana contam ainda outras histórias nos meandros de nossa história.

Rosto cor de azeitona, a grenha domada a banha de porco, nos olhos espertos a alegria fervilhando, nariz chato, boca larga, provida de armas fortes, ruidosa. Na pele baça nenhuma ruga, nenhuma ruga na blusa, nas calças alisadas a capricho pela Rosenda lavadeira. Limpo de colarinho lustroso, botinas ringidoras e brilhantes [...]. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 101-102)

Corporeidade que parece contrastar com o significado do uniforme que a recobre, na perda de estatura diante dos olhos do menino (mas confirmada em outras experiências do autor da cadeia), em tudo aquilo que os aproximam enquanto insignificâncias, mas, sobretudo, no que se irmana em amizade, na aproximação por contrastes, no encontro que faz avizinhar-se da humanidade, todo feito de partes:

Vieram outras conversas – e tornamo-nos amigos. Por fim não me limitava, na prisão, a inventar fantasmagorias, reparar nas fechaduras e nos papéis coloridos. Tinha um companheiro excelente, que diminuía junto do balcão e era quase do meu tamanho. [...] A farda vermelha e azul de José da Luz desbotava, não diferia muito da minha roupa. E as botinas de José da Luz, brilhantes e ringidoras, aproximavam-se de meus borzeguins duros, cada vez mais estreitos. Éramos duas insignificâncias, uma loquaz, buliçosa, outra cheia de sonhos, emperrada. Os meus bonecos da altura de um polegar esmoreceram.

Esse mestiço pachola teve influência grande e benéfica na minha vida. Desanuviou-me, atenuou aquela pusilanidade, avizinhou-me da espécie humana. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 107 e 108)

Observa-se na singularidade desse encontro, daqueles que rompem em algum nível com seu próprio meio, a quebra de estereótipos, além da investigação das causas e efeitos ligados às injustiças de modo geral e, entre elas, a prisão arbitrária em particular, ressaltando a tríade temporal:

José da Luz diferia muito dos policiais comuns, desleixados, amarrotados, provocadores de barulho nas feiras e em pontas de ruas, entre caboclos e meretrizes.

Provavelmente esses homens se comportaram assim por vingança. Tinham, nos duros tempos de paisanos, sofrido repelões e desaforos, *dormido na cadeia sem motivo*, aguentando nos calos saltos de reïunas, zinco no lombo. Vestindo o uniforme, eram insolentes e agressivos, apagavam as humilhações antigas afligindo outros infelizes. [...] Arredios, oblíquos, promoviam sambas e furdunços em casas de palha, onde violências passavam despercebidas e ninguém se queixava. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 101-102)

O que se quer esquecido é justamente o que se faz imperioso lembrar na construção de uma obra que nunca foi refúgio para seu criador. As camadas temporais implicadas e os distúrbios e disjunções podem ter relação estreita com tal queda em profundidade, onde/quando passado e presente amalgamam-se e não dizem respeito apenas a um eu que recorda.

Lembrar é, para Graciliano, esquecer-se enquanto sujeito-objeto da lembrança, esgueirar-se para os cantos, colocar-se de certa forma à margem do texto – ser escrito por ele, ao invés de escrevê-lo –, para que a linguagem em processo intermitente de produção possa cumprir seu papel efetivo de instrumento socializador da memória. Na tessitura de vozes revividas, no reencontro emocionado com o Outro, não se trata de eternizar o passado, mas de confrontá-lo com o presente e inocular a própria mobilidade deste no narrado, reinventando com as imagens arbitrárias da memória e da imaginação a trajetória comum de vida percorrida. (MIRANDA, 2009, p. 120-121)

Nesse sentido, é incontornável para esta leitura de *Infância* o capítulo “O moleque José”, sobre o agregado da família do *menino* (branco), a quem essa outra criança negra é obrigada a chamar de “senhor”, marcando a distância entre os dois.

No *Dicionário do folclore brasileiro*, de Câmara Cascudo, lê-se que em quimbundo, língua angolana, *muleke* significa rapaz, mas ganhou conotação pejorativa no Brasil, remetendo àquele que não honra seus compromissos. Essa opção fica também bastante evidente quando se sabe que originalmente o capítulo tinha como título apenas o nome próprio “José”, de modo que o reforço do aspecto racial como um acréscimo em obra reconhecida por seu esforço de supressão não passa despercebido (MATTALIA, 2001). O lastro racista da escravidão, a propósito, é um feito em que os portugueses têm grande

participação. Ao tratar desse aspecto histórico, a pesquisadora e escritora Saidiya Hartman, que formulou o conceito de “fabulação crítica”, não deixa de adicionar uma camada de interpretação ao aproximar da figura escravizada as imagens da mulher<sup>115</sup> e a da *criança envergonhada na linhagem*:

A definição mais universal da escrava é estrangeira. Arrancada da família e da comunidade, exilada de seu próprio país, desonrada e violentada, a escrava define com precisão a posição da forasteira. Ela é uma pária perpétua, a migrante coagida, a estrangeira, a criança envergonhada na linhagem. Ao contrário da crença popular, os africanos não venderam seus irmãos e suas irmãs para a escravidão. Eles venderam estranhos [...]. A linguagem da raça se desenvolveu no período modernos e no contexto do tráfico de escravos.

O próprio termo “escravidão” é derivado da palavra “clavo”, pois os europeus orientais eram os escravos do mundo medieval. No começo da modernidade, a escravidão entrou em declínio na Europa ao passo que se expandia na África, embora nos séculos XVII e XVIII ainda fosse possível comprar escravos “brancos” – cativos ingleses, espanhóis e portugueses – em portos do Mediterrâneo da África do Norte. Os ibéricos podem ser creditados, segundo um historiador, por “astringirem a servidão, pela primeira vez na história, a povos africanos”. Foi apenas a partir dos séculos XVI e XVII que a fronteira entre escravos e livres separou africanos e europeus e solidificou uma linha de cor. (HARTMAN, 2021, p. 11-12)

Logo no primeiro parágrafo de “O moleque José” temos a genealogia de José, que condensa em muitos sentidos a história do pós-abolição brasileiro, dos rumos da libertação como farsa.<sup>116</sup> O legado do comércio de vidas humanas animalizadas ganha corpo na escolha das palavras feitas pelo autor:

A preta Quitéria engendrou vários filhos. Os machos fugiram, foram presos, tornaram a fugir – e antes da abolição já estavam meio livres. Sumiram-se. As fêmeas, Luísa e Maria, agregavam-se à gente de meu avô. Maria, a mais nova, nascida forra, nunca deixou de ser escrava. E Joaquina, produto dela, substituiu-a na cozinha até que, mortos os velhos, a família não teve recurso para sustentá-la. Aí Joaquina se libertou. E casou, diferencando-se das ascendentes. Luísa era intratável e vagabunda. Em tempo de seca e fome chegava-se aos antigos senhores, instalava-se na fazenda, resmungona, malcriada, a discutir alto, a fomentar a desordem. Ao cabo de semanas

<sup>115</sup> Embora *slave* em inglês, língua em que escreve originalmente, não tenha gênero, ela usa *she* em alguns momentos, conforme informa o tradutor José Luiz Pereira da Costa (HARTMAN, 2021, p. 11 n. 2)

<sup>116</sup> Para ler de modo mais específico sobre aspectos dessa segregação e suas cf. a dissertação *Infância, de Graciliano Ramos: um relato dentro do período pós-abolição*, de Wellington Gustavo Pereira (2010) que traz as informações recolhidas nesta nota e a seguinte citação de *O mulato*, de Aluísio Azevedo, por sinal um título que traz uma palavra que atualmente foi reconhecida como tendo uma origem também pejorativa: “Preto é preto; branco é branco! Moleque é moleque; menino é menino!”. Isto é, as crianças brancas são chamadas de meninos e meninas e as negras de moleques e molecas em *Infância*, espelhando o tratamento diferencial escravista evidente nas relações que busca representar.

arrumava os picuás e entrava na pândega, ia gerar negrinhos, que desapareciam comidos pela verminose ou oferecidos, como crias de gato. Parece que só escaparam os dois recolhidos por meu pai” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 85).

Essa consciência e o conhecimento histórico do adulto, contidos no resgate memorialístico da percepção paulatina do menino em relação à diferença social atribuída a si na comparação com José, espalham-se por *Infância*, mas atingem seu ápice nesse capítulo publicado originalmente em *Atlântico*. A importância do personagem-moleque no livro é tamanha a ponto de já no primeiro capítulo, “Nuvens”, sua presença ser destacada pela ausência: “O moleque José ainda não se tinha revelado” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 14). Para, no capítulo 2, “Manhã”, enfim despontar como a revelação anunciada mesmo que nada mais seja dito: “O moleque José começava a revelar-se.” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 26). No terceiro capítulo, “Verão”, o poder e o monopólio da violência estão encarnados na figura do pai, segundo a percepção do menino, até que, em retrospectiva, chega-se à hipótese de que, em verdade, a posição social ocupada por ele<sup>117</sup> era a principal geradora da instabilidade e expressa nos modos e meios de se relacionar com os outros mais poderosos do que ele. Sobretudo com aqueles que estão sob seus mandos, trazendo à baila a primeira irmanação por meio da injustiça entre o menino e o moleque:

Sentado junto às armas de fogo e aos instrumentos agrícolas, em desânimo profundo, as mãos inertes, pálido, o homem agreste murmurava uma confissão lamentosa à companheira. As nascentes secavam, o gado se finava no carrapato e na morrinha. Estranhei a morrinha e estranhei o carrapato, forças evidentemente maiores que as de meu pai. Não entendi o sussurro lastimoso, mas adivinhei que ia surgir transformação. A vila, uma loja e dinheiro entraram-me nos ouvidos. O desalento e a tristeza abalaram-me. Explicavam a sisudez, o desgosto habitual, as rugas, as explosões de pragas e de injúrias. Mas a explicação me apareceu anos depois. Na rua examinei o ente sólido, áspero com os trabalhadores, garboso nas cavalhadas. Vi-o arrogante, submisso, agitado, apreensivo – um despotismo que às vezes se encolhia, impotente e lacrimoso. A impotência e as lágrimas não nos comoviam. Hoje acho naturais as violências que o cegavam. Se ele estivesse embaixo, livre de ambições, ou em cima, na prosperidade, eu e o moleque José teríamos vivido em sossego. Mas no meio, receando cair, avançando a custo, perseguido pelo verão, arruinado pela epizootia, indeciso, obediente ao chefe político, à justiça, ao fisco, precisava desabafar, soltar a zanga concentrada. Aperreava o devedor e afligia-se temendo calotes. Venerava o credo e, pontual no pagamento, economizava coma avareza. Só não economizava pancadas e repreensões. Éramos repreendidos, batidos. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 31)

<sup>117</sup> Para Gustavo Ribeiro (2012) se trata de uma aplicação de um esquema de leitura da sociedade com base marxista, marcada por um certo determinismo.

Em “Um cinturão”, moleque e menino, assim como os animais, são vítimas equivalentes da fúria paterna, independentemente de serem culpados ou não. “Se o moleque José ou um cachorro entrasse na sala, talvez as pancadas se transferissem. O moleque e os cachorros eram inocentes, mas não se tratava disto” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 35). A suposta horizontalidade da relação entre os dois centra-se aí. “Embora diferentes, José e Graciliano teriam um ponto de convergência para a transformação: a injustiça” (PEREIRA, 2010, p. 24). Antes do despertar perverso amparado na hierarquia social que o capítulo tratará de escancarar, todavia, a astúcia e as vivências do moleque convertem-no em alguém superior (acima) aos olhos do menino, até que este vislumbra uma aproximação possível por meio de uma falha (queda) daquele que “próximo” ainda não está de todo convertido em “outro”, pois falível como si mesmo, mas que traz consigo também um senso de superioridade por conta do julgamento.

José conhecia lugares, pessoas, bichos e plantas. Uma vez enganou-se. Presumiu enxergar meu bisavô num cavaleiro encourado visto de longe:

— Seu Ferreira de gibão, no cavalo de seu Afro.

Discordei. Meu bisavô só vestia couro no trabalho do campo. Na rua apresentava-se de colarinho e gravata, à feira, à missa, às eleições, ao júri. E não viajava em animal emprestado. Quando o homem se avizinhou, notamos o equívoco – e isto me deu satisfação. Senti o moleque próximo e falível. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 88)

A observação atenta da correspondência entre a vestimenta e os espaços de poder econômico, religioso, eleitoral e judiciário transitados torna a observação do moleque um dado contestável, no entanto, soa efetivo para o menino em matéria de palavra: “Apesar do erro, o prestígio de José não diminuiu. Convenci-me de que ele havia se expressado bem e repeti com entusiasmo” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 88). Afirmção que ele transforma em versos declamados, portanto, em literatura, a despeito de equivocada como dado da realidade (aspecto que não será tolerado pelo futuro escritor, em verdade, do autor no presente da escrita):

Seu Ferreira de gibão,  
No cavalo de seu Afro.

A mãe do menino não gosta e o xinga, porque os versos soam ofensivos à figura do patriarca da família, o que, afinal, faz com que já não seja tão certo que o moleque José

tenha de fato errado ou apenas feito uma comparação irônica, capaz de perturbar. O menino vai se por conta própria se esconder no armazém e observar o beco, em um movimento de autocastigo. A mais valiosa lição da convivência com o moleque José, todavia, não se limita ao que se apreende no plano da linguagem, mas aquela que lhe ~~m~~arcou a carne e o espírito” a ponto de não figurar entre as lembranças estilhaçadas, mas justamente entre aquelas que se recordam intactas, possivelmente porque jamais esquecidas – presente que não passa.

Lembro-me perfeitamente da cena. Era noite, chovia, as goteiras pingavam. Na sala de jantar meu pai arguia o pretinho, que se justificava mal. Nenhum indício de tempestade e violência, pois a culpa era leve e meu pai não estava zangado: contentar-se-ia com algumas injúrias. Achando-se disposto a absolver, aceitava facilmente as explicações. A um desconchavo do acusado, a voz áspera se amaciava, um riso grosso estalava – e a calma se restabelecia. Atravessávamos, porém, momentos difíceis: não podíamos saber se ele ia abrandar ou enfurecer-se. E o nosso procedimento o levava para um lado, para outro. Acertávamos ou falhávamos como se jogássemos o cara ou cunho. Se os fregueses andavam direito na loja, obtínhamos generosidades imprevistas; se não andavam, suportávamos rigor. Provavelmente é assim em toda parte, mas ali essas viravoltas se expunham com muita clareza. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 88-89)

Há um aprofundamento daquela percepção de que os julgamentos do pai na privacidade do lar variavam de acordo com os resultados de sua vida pública. A constatação de se atravessar ~~m~~omentos difíceis” reforça a instabilidade das ações como algo corriqueiro. Imprevistas são ~~a~~s generosidades”, afinal. Desse modo, para as familiares ~~v~~iravoltas”, paradoxalmente, nunca se está preparado. No tribunal instaurado – uma vez que a partir do testemunhado quando menino, o adulto segue remontando a cena com base em um léxico penal –, tornar-se um ~~a~~cusado” depende de um mero capricho daquele que detém o poder de condenação sobre os demais (o pai que é identificado como ~~a~~utoridade” no capítulo em questão e representante da ~~l~~ei”, ou melhor, é ele a própria ~~l~~ei”).

Naquela noite José, como de costume, negou uma traquinada insignificante. Apertado na inquirição, continuou a negar. Vieram provas, surgiu a evidência. O negro estava obtuso, não percebeu que devia soltar ao menos uns pedaços de confissão e defender-se depois, jurar por esta luz, pelas chagas de Cristo, não reincidir. Perdeu o ensejo – e a autoridade se arrenegou, não por causa da falta, venial, mas pela teimosia, agravada talvez com a recordação de fatos estranhos. Agora o infeliz precisava resignar-se ao castigo. E resistia, procurava atenuar a raiva esmagadora. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 89)

O suposto crime, ~~traquinada~~ “insignificante”, teria sido cometido por alguém classificado pelo narrador como ~~insignificante~~ “mancha trêmula” (o moleque José). ~~Insignificante~~”, a propósito, é palavra cara à obra de Graciliano,<sup>118</sup> e sua primeira ocorrência em *Infância* se dá atribuída a si mesmo, portanto, reforçando a identificação reiterada no capítulo “Um cinturão”, quando um outro julgamento em que o pai (acusador) se volta contra o filho (acusado) acontece: “Sozinho, vi-o [o pai] de novo cruel e forte, soprando, espumando. E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra.” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 37). É rápida a passagem do julgamento da tal ~~traquinada~~ “insignificante” a uma acusação mais grave – visto que ~~a~~ infração inchava, confundia-se com outras mais velhas, já perdoadas, e estas cresciam também, tornavam-se crimes horríveis” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 89) –, e desse palimpsesto de faltas à pena.

Quando meu pai se tinha irado bastante, segurou o moleque, arrastou-o à cozinha. Seguia-os, curioso, excitado por uma viva sede de justiça. Nenhuma simpatia ao companheiro desgraçado, que se agoniava no pelourinho, aguardando a tortura. Nem compreendia que uma intervenção moderada me seria proveitosa, originaria o reconhecimento de um indivíduo superior a mim. Conservei-me perto da lei, desejando a execução da sentença rigorosa. Não me afligia receios, porque ninguém me acusava, ninguém me bulia a consciência. Não distinguindo perigos, supunha que eles se haviam dissipado inteiramente. [...] Muitas vergastadas se perdiam, fustigavam as canelas do juiz transformado em carrasco. Este largou o instrumento de suplício, agarrou a vítima pelas orelhas, suspendeu-a e entrou a sacudi-la. Os gemidos cessaram. O corpo mofino se desengonçava, a sombra dele ia e vinha na parede tisonada, alcançava a telha, e os pés se agitavam no ar. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 90)

Se distanciamentos e aproximações hierarquizantes entre menino e moleque, entre crianças e adultos, traçam eixos horizontais e verticais no capítulo como um todo, a movimentação do baixo ao alto e vice-versa é decisiva na construção da cena citada acima, como que a mimetizar o chicoteio. Em proximidade com a lei, porque livre de acusações, o

---

<sup>118</sup> Lê-se em *Memórias do cárcere*: —Ninguém tinha intenção de fuzilar-me, pois isto não representava nenhuma vantagem. Eu era bem insignificante e a minha morte passaria despercebida, não serviria de exemplo” (RAMOS, 2020, p. 68). Enquanto em *Angústia* as perguntas que lançariam sobre o suspeito Luís da Silva, segundo sua própria imaginação, à procura de um alibi, é que carregam o adjetivo: “Em seguida viriam perguntas insignificantes em tom misterioso, e eu me cansaria inutilmente para desviar-me delas. Quando estivesse distraído, jogariam de novo a coisa perversa: — Mas onde foi que o senhor passou a noite de tal dia?/ A testemunha, que me havia encontrado com um rasgão no joelho e o colarinho desabotoado, arrumaria o seu depoimento de cabeça baixa, em poucas palavras para não cair em contradição. Quem seria o advogado? O dr. Fulano, o dr. Sicrano... Esses falavam de papo e tinham recursos para inutilizar o depoimento:” (RAMOS, 2017a, p. 251-252).

menino se eleva temporariamente (acima); a lei em questão é também da ordem daquilo que se sentencia por meio de palavras sem provas, até que o juiz (acima), seu detentor, converte-se ele próprio em carrasco (abaixo). No castigo, o moleque é suspenso pelas orelhas (acima) e o instrumento de tortura atinge suas canelas (abaixo), a sombra em movimento alcança a telha (acima) enquanto os pés (abaixo) se agitam no ar (acima). Para que se projete a sombra é preciso que haja luz, mas ela se movimenta na parede “nada”: escuro sobre escuro onde nada se fixa a não ser a própria instabilidade calcada na violência.

Aí veio a tentação de auxiliar meu pai. Não conseguiria prestar serviço apreciável, mas estava certo de que José havia cometido grave delito e resolvi colaborar na pena. Retirei uma acha curta do feixe molhado, encostei-a de manso a uma das solas que se moviam por cima da minha cabeça. Na verdade apenas toquei a pele do negrinho. Não me arriscaria a magoá-lo: queria somente convencer-me de que poderia fazer alguém padecer. O meu ato era simples exteriorização de um sentimento perverso, que a fraqueza limitava. Se a experiência não tivesse gorado, é possível que o instinto ruim me tornasse um homem forte. Malogrou-se – e tomei rumo diferente.

Com certeza José nada sentiu. Cobrei ânimo, cheguei-lhe novamente ao pé o inofensivo pau de lenha. Nesse ponto ele berrou com desespero, a dizer que eu o tinha ferido. Meu pai abandonou-o. E, vendo-me armado, nem olhou o ferimento: levantou-me pelas orelhas e concluiu a punição transferindo para mim todas as culpas do moleque. *Fui obrigado a participar do sofrimento alheio.* (RAMOS, [1945] 2012a, p. 90-91; grifos meus).

Se Fabiano, junto da família, parece tomar o rumo histórico do nordestino no Brasil, como retirante a migrar para o sul, por outro lado, o que ironicamente se classifica como fracas virtudes o teriam impedido de tomar outro rumo. A violência sofrida nas mãos do soldado amarelo e na noite passada da cadeia irrompe sem cessar na memória daquele que, incapaz de se vingar por meio da força bruta, sendo ele próprio o tempo todo associado à figura de um bruto, vinga de outra forma, por exemplo, numa descendência que se pergunta e nega o inferno como destino e sina.

Fabiano, encaiporado, fechou as mãos e deu murros na coxa. Diabo. Esforçava-se por esquecer uma infelicidade, e vinham outras infelicidades. Não queria lembrar-se do patrão nem do soldado amarelo. Mas lembrava-se, com desespero, enroscando-se como uma cascavel assanhada. Era um infeliz, era a criatura mais infeliz do mundo. Devia ter ferido naquela tarde o soldado amarelo, devia tê-lo cortado a facão. Cabra ordinário, mofino, encolhera-se e ensinara o caminho. Esfregou a testa suada e enrugada. Para que recordar vergonha? Pobre dele. Estava então decidido que viveria sempre assim? Cabra safado, mole. Se não fosse tão fraco, teria entrado no cangaço e feito misérias. Depois levaria um tiro de emboscada ou

envelheceria na cadeia, cumprindo sentença [...]. Talvez estivesse preso e respeitado, um homem respeitado, um homem. Assim como estava, ninguém podia respeitá-lo. Não era homem, não era nada. Aguentava zinco no lombo e não se vingava. (RAMOS, [1938] 2017b, p. 112)

O que se transmite não se encerra na incapacidade para a violência expressa em um ou outro episódio isolado deste ou daquele livro de Graciliano. É na repetição e em seus desdobramentos que se confirma a própria posição e se formula uma ética reconhecida como um traço biográfico que se reconhece na obra e sua ação no mundo. Embora “confissão” seja referida com certa recorrência nos estudos sobre as memórias do alagoano, o fato é que rigorosamente só se confessa quando se assume a culpa por ato ou crime cometido. Confessa-se aquele que quer ser absolvido. Acontece que a confissão do desejo do menino na participação no ato de punir alguém por pura convicção, sem qualquer prova, e a perversidade gorada apenas reforçam o que a obra do autor denuncia, postura que rompe com os valores aos quais se esperaria que o menino, como herdeiro, daria continuidade.

No primeiro capítulo, “Nuvens”, a irmanação com o outro, de outra classe, no desamparo reforçado pelos castigos físicos a que são submetidos, se dá quando a criança toma conhecimento do personagem de historietas “matracadas” pela mãe: um menino pobre que é recebido “aridosamente” na casa de um vigário amancebado (portanto alguém que não tem pai nem mãe), com o qual o menino das memórias se identifica até certo ponto, visto que ambos seriam alvo dos mesmos tipos de violência. Porém, o personagem literário revida com uma atitude que inclui violência, feito para o qual aquele que se tornaria um literato (ao mesmo tempo que já é, como sempre cabe lembrar) se revela incapaz.

Seguros de que o rapaz não os denunciaria, o padre e a rapariga começaram a maltratá-lo. Não mencionou o gênero dos maus-tratos, mas calculei que deviam assemelhar-se aos que meus pais me infligiam: bolos, chicotadas, cocorotes, puxões de orelha. Acostumaram-me a isto muito cedo – e em consequência admirei o menino pobre, que, depois de numerosos padecimentos, realizou feito notável: prendeu no rabo de um gato um pano embebido em querosene, acendeu-o, escapuliu-se gritando: / Levante, seu Papa-hóstia, / Dos braços de Folgazona. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 19)

A façanha do menino vingativo contra o furtivo casal acontece no papel, em “obra de arte popular”, de modo que aquele que é tido como o mais fraco figura como o herói às avessas de uma “modesta epopeia” (poema que narra feitos *memoráveis*), que até então

–se conservou inédita”<sup>119</sup> e passa, assim, a integrar a obra daquele que, embora incapaz de se vingar (revide por meio de força física), vingou (desenvolveu-se) pelas letras como suas únicas armas possíveis frente à violência e o autoritarismo.

Ouvindo a modesta epopeia, com certeza desejei exibir energia e ferocidade. *Infelizmente não tenho jeito para violência*. Encolhido e silencioso, aguentando cascudos, limitei-me a aprovar a coragem do menino vingativo. Mais tarde, entrando na vida, continuei a venerar a decisão e o heroísmo, quando isto se grava no papel e os gatos se transformam em papa-ratos. De perto, os indivíduos capazes de amarrar fachos nos rabos dos gatos nunca me causaram admiração. Realmente são espantosos, mas é necessário vê-los a distância, modificados. (RAMOS, [1945] 2012a, p. 19-20)

A covardia confessada, mas da qual não se arrepende de fato, se revela expansão na direção desse próximo – não sem considerar todas as distâncias – e se reforça em “O moleque José”, com um falso lamento: “Infelizmente não tenho jeito para violência” (RAMOS, [1945] 2012a, p. 19). Falta de jeito, tida como fraqueza, que, afinal, se converte na força de sua literatura, um rumo diferente, no qual a formalização do contratempo nessas memórias afirma-se como estratégia narrativa frente ao desamparo, nesse voltar-se para o outro apenas possível a partir de si mesmo, gesto ético, político e estético, aprofundado no pós-prisão.

---

<sup>119</sup> Chama a atenção que essa história é recontada pelo narrador a partir dos mecanismos da memória, como o próprio *Infância*: “Nessa linguagem capenga, d. Maria matracava um longo romance de quatro volumes, lido com apuro, relido, pulverizado, e contos que me pareciam absurdos. De um deles ressurgem vagas expressões: tributo, papa-rato, maluquices que vêm, fogem, tornam a voltar” (RAMOS, 2012a, p. 17). A criação a partir dos fragmentos do passado contém, inclusive, o que se recalca, conforme a observação do narrador: “Esta obra de arte popular até hoje se conservou inédita, creio eu. Foi uma dificuldade lembrar-me dela, porque a façanha do garoto me envergonhava talvez e precisei extingui-la” (RAMOS, 2012a, p. 19). O modo como o narrador expõe a busca pela “forma exata da composição” e que resulta no que lemos a respeito do menino, o padre e sua amante expõe um todo criado a partir de fragmentos – palavras e expressões, elas próprias detidas em uma cadeia de sentidos, identificadas como “fugitivas” (RAMOS, 2012a, p. 18).

### Por fim, retorno

A danação sempre assolou os personagens de Graciliano Ramos, seja o aspirante a escritor de romances históricos que nada sabe de história, João Valério, em *Caetés* (1933), Paulo Honório, que galga, a custo de vários crimes e abusos, degraus no status social, em *São Bernardo* (1934), o pobre-diabo Luís da Silva que, em *Angústia* (1936), em rumo econômico contrário ao do protagonista do romance anterior, encarna o fim de linha na decadência material entre as gerações de sua família. Cada um a seu modo, malogra na escrita e no amor. Não à toa, o alagoano é reconhecido pela crítica como um investigador do estado de alma que dá título ao terceiro romance, sondagem interior nunca dissociada da formalização de dinâmicas sociais violentas a trazer à tona uma série de aspectos da formação e história brasileiras.

Neste ensaio, que propôs como chave interpretativa a formulação *infância\_cárcere*, na qual a tríade formada pelos tempos do enunciado, da enunciação e o contratempo atravessa as análises literárias e as contextualizações apresentadas, o projeto autoral que se pode reconhecer no que há de unidade na produção romanesca mencionada acima não sofre um desvio de rota após a detenção de seu autor, entre 1936 e 1937, mas justamente um aprofundamento marcado, sobretudo, por um movimento em direção ao outro de modo mais radical, como por exemplo: em *Vidas secas* (1938), do vaqueiro e sua família que nunca se deslocaram de sua classe – distinta da de origem do autor de classe média –, tampouco do mundo iletrado, apesar de tantos deslocamentos para garantir a sobrevivência; em *A terra dos meninos pelados* (1937), do outro como alguém que destoa dentro de uma determinada ordem entre semelhantes; no póstumo *Memórias do cárcere* (1953), dos malandros, vagabundos, vigaristas, ladrões; para ficar nesses exemplos. Em todos esses casos, o que aqui chamo de “outro”, à maneira graciliânica, nunca se aparta da perspectiva de quem pode dar a palavra como testemunho, reforçando o princípio propagado em paratextos (Genette) de que nunca pôde sair de si mesmo, mesmo nos livros escritos antes da experiência prisional no Rio de Janeiro que, diferente da primeira, de noite única, o arrancou para sempre do território natal.

Vejam que, depois de tantos anos debruçada sobre a *presente leitura*, sendo ela própria um palimpsesto, de modo que o presente nada mais é do que um acúmulo de diferentes camadas de diferentes leituras possíveis que nestas páginas se decantam com certo inacabamento, me parece mais relevante como consideração final – isto é, como aquilo que se pode acrescentar, ainda que retomando um tanto do já dito, do tanto celebrado de seu

elevado valor artístico – reconhecer o que, na especificidade da formalização de *Infância* e de seu evidente léxico prisional, sobressai de nossa história coletiva, porém observada deste ângulo particular de menino recriado pelo escritor em favor de seu conjunto autoral. Em outras palavras, se Graciliano Ramos é um tanto de João Valério, Luís da Silva, Paulo Honório (imensamente Madalena), Fabiano, o menino mais velho, ele próprio, protegido além-túmulo nas *Memórias do cárcere*, o seu menino memorialístico é sobretudo muitos outros e todos aqueles que ele traz à tona, personagem de si que ultrapassa o desejo de representar apenas esse si mesmo (embora esse reconhecimento seja intrínseco e fundamental), um garoto de classe média no interior do Nordeste, para apresentar um tanto dos impactos de uma educação e cultura marcada pela perseguição, punição, animalização, e por que não dizer a palavra não tanto dita nesta tese, *castração*, no cotidiano mais rasteiro e em escala nacional, reconhecendo: em cada tempo e espaço retratado, enxergamos tantos outros, unidos na ruptura temporal que é o contratempo como um *continuum*, porque traumático; no menino sertanejo na escola primária ou na casa da família no início do século XX, enxergamos o adulto, preso nas diferentes estações do cárcere em meados dos anos 1930, e vice-versa; no que não é possível ver, tamanho escuro, redescobrir o valor imenso das palavras, de cada palavra escolhida por Graciliano, depois que todas as outras foram eliminadas.

Sem perder de vista que toda consciência formalizada em *Infância* é retrospectiva, visto que a criança não está equipada para dar notícia tampouco avaliar seu próprio desamparo, quanto menos abarcar em reflexão e ação reparadora dos seus próximos (aqueles que a cercam; aqueles que a cerceiam), fica evidente que, a despeito de que Graciliano Ramos não tinha como imaginar, o que já se engendrava em sua obra, antes de sua detenção, alcançou seu corpo de detento, como imprevisto. E a partir desse só sabido na própria pele pode, por meio da literatura, nos fazer reconhecer nos anos de sua meninice o que segue na do adulto antes e depois da prisão e ainda hoje em nossos espaços mais íntimos, no público.

O reconhecimento de que o medo que orienta aqueles anos primordiais segue ativo no presente, de modo que criança e adulto sofrem de desamparo, desdobrando o diagnóstico de Lafetá sobre o menino de *Infância*, inspira a consciência em relação à ilusão protetora vinculada a figuras de poder (familiares, líderes, professores, juízes, o deus), que, paradoxalmente, também são aquelas que assombram na constante latência de um golpe autoritário, um cocorote da mãe, um castigo do pai. O reconhecimento dessa falta de garantia

da perspectiva de quem olha para os que estão no alto, por outro lado, proporciona uma abertura ao outro em igualdade de condições na falta, na impotência do infante, do preso, da própria palavra, mas também sua força, sem jeito para violência, vocação da literatura de Graciliano, lição aprendida no capítulo —“astrônomos”, de *Infância*.

Há ainda um alinhamento formado pelo par autor e leitor frente aos elementos próprios da “~~H~~usão biográfica” (Bourdieu) que se cria, e do fator autobiográfico como figura de leitura, chamando a atenção para o que se manifesta em uma estrutura linguística e não para o que pode ser tomado de um evento potencialmente verificável (De Man), no qual o primeiro detém certo modelo de conhecimento do mundo e dos processos pelos quais engendra a linguagem, mas depende do segundo e do conhecimento de paratextos (Genette) para dobrar-se sobre si mesmo em uma autocompreensão especular (autor do texto/ autor no texto) e não como juiz ou força policial a postos para verificar a autenticidade do que é narrado, para citar aqui a crítica de De Man ao pacto autobiográfico segundo Lejeune (2008), embora a assinatura na capa seja, sim, um fator de mediação decisivo.

Por fim, nesta posição estratégica, antes da lista de referências bibliográficas, para muito antes, retorno, como forma de continuar.

A “~~p~~ primeira coisa que guardei na memória” não estava escondida atrás de uma porta, como a que Graciliano Ramos traz na abertura de *Infância*, mas oculta pelas cortinas de uma janela, bem no alto, em um prédio com muitos andares. Era 1983, meu tio apontava para cima e anunciava a chegada de meu irmão. O surgimento daquela pequena criatura entre nós fundou em mim uma noção de inícios do eu na estreia da relação com esse outro. Naquele ângulo próximo do chão, havia a percepção da minha dimensão mínima; nos pés erguidos de menina, a tentativa nula de alcançar a altura daquele mistério. Formulação que me ocorreu anos depois, é evidente, mas que posso jurar que já estava lá elaborada, no instante mesmo em que me faltavam essas palavras. Se o prédio da maternidade era de uma grandeza incalculável para os palmos das mãos de criança, e meus pais, gente grande e detentora de todo o poder de decisão sobre meu ser, o tal bebê cabia no meu colo e era ainda mais frágil – “~~i~~nsignificância”, diria o Velho Graça.

Recordo ainda o pavor que senti quando certa vez meu pai apontou para minha mãe à nossa espera num lá embaixo – o alto da primeira volta de roda-gigante. Pavor, medo de despencar, como se meu estômago adivinhasse a queda. A percepção estranha de que lá

embaixo, tão pequena quando vista de cima, aquela que garantia minha existência parecia fácil de esmagar.

A marca desses ângulos em mim poderia me remeter aos de Alice no País das Maravilhas. Mas eu e os meus nascemos no Brasil, onde a inscrição do que se agiganta e encolhe remete também a momentos nada singelos como o do nascimento de um irmão ou de um sábado em um parque de diversões de passagem por um bairro periférico. Como se nesse lugar originário fosse proibido brincar sem temer e ainda assim ser infância.

A percepção de que eu crescia nas bordas da cidade grande é tão antiga em mim, que talvez se confunda em algum plano que não sou capaz de acessar sem a imaginação com aquele percurso primevo da casa onde cresci até o local onde tinha nascido meu irmão, de uma cidade na Grande São Paulo ao centro da capital paulista. Não à toa, fala essa memória na leitora que escreve sobre suas leituras, ainda que em deslocamentos constantes de ida e volta ao território natal, onde eu ainda morava quando escrevi a monografia *De dentro: escritos da periferia e da prisão* (2003) e a dissertação *Pacto em Capão pecado: das margens para o centro do texto, do texto para o interior do homem* (2010). Ambos trabalhos para os quais usei a mesma epígrafe recortada de “Prefácio para uma antologia” (1951), de Graciliano Ramos:

Depois da tentativa falha, isento-me de apresentar a alma de um criminoso, a de um seringueiro, almas que desejei expor, não vistas de fora para dentro, mas de dentro para fora, lançadas por gente pequenina, rebotalho social. Infelizmente os prisioneiros e os trabalhadores da borracha não escrevem. (RAMOS, 2015, p. 379-380)

A evocação à falha assumida por Graciliano e sua constatação de que aquela “gente pequenina” não escrevia estavam decididamente superadas. Houve em 1960 o acontecimento Carolina Maria de Jesus (1914-1977), com seu *Quarto de despejo: diário de uma favelada*,<sup>120</sup> que foi por muito tempo tratada como uma exceção. Muito tempo esse que coincide com os anos de Ditadura Militar (1964-1985), dado que não pode ser desconsiderado. Com a abertura democrática de um lado, e o Massacre do Carandiru (1992), de outro (sempre o mesmo titubear), houve um interesse significativo do mercado editorial pelos escritos dos presos e ex-presos ditos comuns, assim como pela literatura de periferia, de

---

<sup>120</sup> O poema “O colono e o fazendeiro”, de Carolina Maria de Jesus, fora publicado na *Folha da Manhã* junto de uma entrevista em 1940, portanto, muito antes da suposta descoberta de Audálio Dantas em 1958.

modo que a prisão figurava como um espaço onde desembocavam muitos dos personagens dessa produção, que teve como marco o lançamento de *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins.

Se o reconhecimento dos famigerados dados extratextuais como mediadores da leitura e o peso do vivido e de seu teor testemunhal foram decisivos para as análises que desenvolvi naqueles estudos iniciais, eles não deixavam de me instigar quando precisei decidir por onde prosseguir no doutoramento. Talvez o caminho mais esperado fosse aprofundar ou ampliar o espectro do trabalho já iniciado com a literatura brasileira contemporânea, entretanto, existia um chamado que mantinha estreita relação com minha formação como leitora e o modo como passei a estar atenta ao ângulo da “gente pequenina”, com quem eu me identificava por origem. Afinal, meu pai tinha apenas quatro anos quando meus avós migraram no início da década de 1950 do sertão baiano para São Paulo, “metidos naquele sonho”, como no final de *Vidas secas* (1938) e no presságio ali contido: “Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela” (RAMOS, [1938] 2017b, p. 128). Mas também identificava como a origem de grande parte dos personagens da literatura de periferia e de prisão.<sup>121</sup>

Curiosamente, a leitura de *Memórias do cárcere*, obrigatória para todo aquele que se debruça sobre o prisional na literatura brasileira, me instigava pelo testemunho de si, mas sobretudo pelo contato com os outros, em especial os “presos comuns”. Foi um tempo para que eu entendesse e afirmasse com convicção que são esses também “presos políticos”. De todo modo, a dicotomia entre, por exemplo, alguém que é preso por causa de perseguição ideológica e de alguém condenado como ladrão, para ficar nesse delito caro à literatura de Graciliano, prevalecia em minhas releituras.

Eu já trabalhava no caderno cultural de um grande jornal do país, recém-graduada, quando testemunhei, não sem grande choque, meu irmão, o caçula, encolhido, os braços algemados para trás, e ao mesmo tempo grande demais no chiqueirinho de uma viatura da PM. Família e vizinhos alvoroçados, dizendo que ele era trabalhador, e o policial retrucando que o “elemento” se comportara como um bandido. Naquele dia, o tribunal popular que se instalou diante de nossa casa ajudou a absolver meu irmão por cometer uma infração de trânsito (andar sem capacete), seguida da falta maior que poderia ter lhe custado a própria vida: não parar mediante o sinal dos policiais. Lição jamais esquecida. A partir de

---

<sup>121</sup> Não à toa, na dissertação mencionada, a falta de perspectiva de Fabiano é aproximada à de Rael, protagonista de *Capão pecado*.

então ele saberia como se comportar nas outras dezenas de vezes que foi parado e revistado, mesmo usando capacete. Esse episódio de alguma forma evocava em mim um outro, anterior.

Talvez nem me recorde tão bem assim da janela da maternidade lá no alto, mas muito perto de mim, à altura dos meus olhos e ouvidos de criança, aquele rumor no quintal da família onde nossas casas se amontoavam na minha infância, rumor que demorei a processar, sensação distinta instantânea que parece ter me atingido quando do nascimento de meu irmão e do desamparo de medir a altura da mãe com polegar de menina. Diziam que meu pai, muito antes de ser meu pai, tinha sido preso. Tempos depois pude ouvir da boca dele o sucedido e constatar a ilegalidade de seus dias atrás das grades, experiência que nitidamente ele preferiria esquecer a ter de me contar, e que relutei a trazer para cá, espaço em que eu, aquela que assina esta tese, apenas em retrospectiva pude reconhecer o teor autobiográfico contido também na leitura, ainda que, sobretudo, ela ensaie a partir de uma série de conhecimentos teóricos sem mencionar um tanto do que a\_ (eu ia dizer “preparou”, mas nunca se está de fato preparada) despertou a partir do vivido de forma transgeracional, em um cruzamento entre tempos e entre espaços decisivos para esta que pesquisa e escreve, trânsfuga de classe, via educação, em seu doutoramento.

## Referências bibliográficas

### Obras de Graciliano Ramos

- RAMOS, Graciliano. [1962]. *Viventes das Alagoas*, 14<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Cartas* [1980], 8<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Infância* [1945], 47<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2012a.
- \_\_\_\_\_. *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*. SALLA, Thiago Mio (org.). Rio de Janeiro: Record, 2012b.
- \_\_\_\_\_. *Caetés* [1933], ed. Comemorativa de 80 anos. RAMOS, Elizabeth & TORRALBO, Erwin. Rio de Janeiro: Record, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *S. Bernardo* [1934], 94<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2013b.
- \_\_\_\_\_. *Alexandre e outros heróis*. 60<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *Cangaços*. LEBENSZTAYN, Ieda & SALLA, Thiago Mio (orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2014b.
- \_\_\_\_\_. *Conversas*. LEBENSZTAYN, Ieda & SALLA, Thiago Mio (orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2014c.
- \_\_\_\_\_. *Caetés* [1933], 33<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2015a.
- \_\_\_\_\_. *Linhas tortas* [1962], 22<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2015b.
- \_\_\_\_\_. *Angústia* [1936], 70<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2017a.
- \_\_\_\_\_. *Vidas secas* [1938], 133<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2017b.
- \_\_\_\_\_. *Memórias do cárcere* [1953], 53<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

### Geral

- ADORNO, Theodor W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2007.
- ALVES, Fabio Cesar. *Armas de papel: Graciliano Ramos, as Memórias do cárcere e o Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Trad. Davi Pessoa. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica, 2014 (ebook).
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Campinas: Unicamp, 2011.
- BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste*. Campinas: Unicamp, 2005.
- BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*. Brasília: UnB, 1998.

- \_\_\_\_\_. –Inferno, alpercata: trabalho e liberdade em *Vidas secas*”. In: RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*, 133<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record: 2017.
- BENJAMIN, Walter. –Escavar e recordar”. *Ruas de mão única*. 6<sup>a</sup> reimpressão; ed. 1987. Obras escolhidas, v. 2. Trad. José Carlos Martins Barbosa, com assistência de Pierre Paul Michel Ardengo. São Paulo: Brasiliense: 2011. (A mesma obra também foi consultada na 1<sup>a</sup> edição em eBook, com revisão técnica de Márcio Seligmann-Silva, 2017)
- \_\_\_\_\_. –Sobre o conceito de história”; –A imagem de Proust”; –Experiência e pobreza”. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7<sup>a</sup> ed., Obras escolhidas, v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Rua de mão única; Infância berlinense: 1900*. Ed. e trad. de João Barrento. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica: 2013.
- BERNHARD, Thomas. *Origem. Uma criança*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BINES, Rosana Kohl. –A grande orelha de Kafka”. *Caderno de Leituras* n. 87. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2019. Disponível em: <<https://chaodafeira.com/catalogo/caderno87/>>. Acesso em jan. 2019>.
- BIRMAN, Daniela. –Trauma e repetição: o sinistro e suas formas literárias em três momentos da nossa história”. *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*, Bolonha, v. 4, n. 2, p. 209-231, 2012.
- \_\_\_\_\_. –Memória, ficção e imaginação na escrita da cadeia: apontamentos sobre um manuscrito de Graciliano Ramos” & –Documentos da cadeia e da repressão” *Floema: Caderno de Teoria e História Literária – Dossiê Graciliano Ramos*. Ano IX, n. 11, p. 179-195 e p. 197-203, jul./dez. 2015.
- BOAVENTURA, Cristiana T. –*Viver em paz com a humanidade inteira*”: *Infância, de Graciliano Ramos, e a construção de si*. São Paulo: FFLCH-USP, 2013. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira).
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Céu, inferno*, 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. –A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. São Paulo: FGV, 2006.
- BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

- BUENO, Luís. Uma história do romance de 30. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora Unicamp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão* 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a.
- \_\_\_\_\_. –A Revolução de 1930 e a cultura”. In: *A educação pela noite*. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b.
- \_\_\_\_\_. –A personagem do romance”. In: *A personagem de ficção*. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CANETTI, Elias. *O outro processo de Kafka: As cartas de Kafka a Felice*. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- CARONE, Modesto. –Duas novelas de primeira” (Posfácio). In: KAFKA, F., *O veredicto / Na colônia penal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARPEAUX, Otto Maria. –Visão de Graciliano Ramos” (1943). In: BRAYNER, S. (Org.). *Graciliano Ramos*. Coleção Fortuna Crítica 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- CARUTH, Cathy. *Unclaimed Experience*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*, 2<sup>a</sup> ed; ROCHA, André (Org.). Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica/Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CONDÉ, José. –Graciliano Ramos”. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1939.
- COSTA, Emília Viotti da. –Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados”. *Revista de História*, n. 27, v. XIII, ano, VII, 1956). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/38009>>. Acesso em
- COSTA, Mário Eduardo. *Pânico e desamparo*. São Paulo: Escuta, 1999.
- CUNHA, Maria Zilda da. –Infância e linguagem: percepções do Velho Graça”. In: ABDALA JR, Benjamin (Org.), *Graciliano Ramos: muros sociais e aberturas artísticas*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- DAMIÃO, Carla Milani. *Sobre o declínio da –sinceridade”:* filosofia e autobiografia de Jean-Jacques Rousseau a Walter Benjamin. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *Memórias de cego: o autorretrato e outras ruínas*. Trad. Fernando Bernardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Poesia reunida 1930-62*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Boitempo: menino antigo* (1968-1973). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

- FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir e elaborar* (1914). In: *Obras completas*, v. 10. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia as Letras, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Além do princípio do prazer* (1920). In: *Obras completas*, v. 14. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *Mal-estar na civilização* (1930); *Por que a guerra?* (carta a Einstein, 1932). In: *Obras completas*, v. 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2010c.
- \_\_\_\_\_. *Autobiografia* (1925); *Nota sobre o “B loco Mágico”* (1925); *A negação* (1925). In: *Obras completas*, v. 16. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Totem e tabu* (1912-1913). In: *Obras completas*, v. 11. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci* (1910). In: *Obras completas*, v. 9. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Inibição, sintoma e angústia* (1926); *O futuro de uma ilusão* (1927); *O humor* (1927). In: *Obras completas*, v. 17. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *O homem Moisés e a religião monoteísta*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2014b.
- \_\_\_\_\_. *O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen* (1907); *O romance familiar dos neuróticos* (1909). In: *Obras completas*, v. 8. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Inibição, sintoma e medo*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2016).
- \_\_\_\_\_. *Construções na análise* (1937); *Moisés e o monoteísmo* (1939). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia as Letras, 2018.
- \_\_\_\_\_. & BREUER, Josef. *Estudos sobre a histeria* (1893-1895). In: *Obras completas*, v. 2. Trad. Laura Barreto. São Paulo: Companhia as Letras, 2016.
- FRÓES, Leonardo. *A infância como autoficção, em Graciliano e seus contemporâneos*. Caderno de Leituras n. 85/ série Infância, 2018.
- FLORENT, Adriana Coelho. *Graciliano Ramos em seu tempo: o meio literário na era Vargas*. São Paulo: Terceira Margem, 2011.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. São Paulo: Imago, 1997.

- \_\_\_\_\_. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- \_\_\_\_\_. –“Documentos da cultura /documentos da barbárie”. *Ide*, v.31 n.146. São Paulo jun. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062008000100014#1a](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000100014#1a)>. Acesso em jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. –“Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., Obras escolhidas, v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Limiar, aura e rememoração*. São Paulo: Editora 34, 2014a.
- \_\_\_\_\_. –“Memória, história, testemunho”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2014b.
- \_\_\_\_\_. –Resenha: Nadine Werner. Archäologie des Erinnens. Sigmund Freud in Walter Benjamins ‘Berliner Kindheit’ [Arqueologia do lembrar. Sigmund Freud na Infância em Berlim, de Walter Benjamin, Wallstein Verlag, Göttingen, 2015]”. In: *Revista Limiar*, v. 3, n. 6, 2 sem. São Paulo, Unifesp, 2016. Disponível em: <[http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-nr6/16\\_gagnebin\\_resenha-werner\\_limiar\\_vol-3-nr-6\\_2-sem-2016.pdf](http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-nr6/16_gagnebin_resenha-werner_limiar_vol-3-nr-6_2-sem-2016.pdf)>. Acesso em set. 2018.
- GARBUGLIO, José Carlos et al. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Figuras III*. Trad. Ana Alencar. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
- GIMENEZ, Erwin Torralbo. –“O olho torto de Graciliano Ramos: metáfora e perspectiva”. *Revista USP*. São Paulo, n. 63, p. 186-196, set./nov. 2004.
- GLEDSON, John. –“O funcionário público como narrador: O amanuense Belmiro e Angústia.” In: *Influências e impasses: Drummond e alguns contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2015.

- HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe*. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- KAFKA, Franz. *O veredicto / Na colônia penal*. Modesto Carone (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. 4ª. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- LAFETÁ, João Luiz. *A dimensão da noite e outros ensaios*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004.
- LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do Inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra; ECidade, 2010.
- \_\_\_\_\_. –Graciliano Ramos, por Otto Maria Carpeaux: 120 anos, homenagem em dobro”. *Estudos Avançados*, 26 (76), 2012, p. 237-242.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LIMA, Yêdda Dias & REIS, Zenir Campos. *Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*. São Paulo: Edusp, 1992.
- LINS, Álvaro. *Jornal de crítica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- \_\_\_\_\_. –Posfácio de Álvaro Lins: Valores e misérias das vidas secas”. In: RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 74ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998, p. 127-155.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – Uma leitura das teses –Sobre o conceito de história”* 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MAN, Paul de. *Autobiography as De-facement*. MLN, Vol. 94, n. 5, Comparative Literature. (Dez.,1979), pp. 919-930. Disponível em: <[http://seas3.elte.hu/coursematerial/PeterAgnes/AutobiographyAsDe\\_facement.pdf](http://seas3.elte.hu/coursematerial/PeterAgnes/AutobiographyAsDe_facement.pdf)>.
- Acesso em jan. 2019. Citações feitas a partir de Autobiografia como Des-figuração. Tradução Joca Wolff. Sopro, Florianópolis, n. 71, mai., 2012. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n71pdf.html>>. Acesso em: 2018.
- MARQUES, Ivan. *Para amar Graciliano*. Barueri: Faro Editorial, 2017.
- MARTINS, Wilson. In: BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 34-35.
- MASSI, Augusto. –Narrador de tocaia” (posfácio). In: RESENDE, Otto Lara. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- MATTALIA, Eliane Jacqueline. *Infância de Graciliano Ramos: gênese textual, trabalho estilístico (esboço e edição)*. Dissertação (mestrado), São Paulo: FFLCH-USP, USP, 1996.
- \_\_\_\_\_. –Rente ao chão do texto”. In: VÁRIOS. *Teresa – Revista de Literatura Brasileira* 2. São Paulo: Editora 34, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A selva da seca: uma poética em Infância de Graciliano Ramos*. Tese (Doutorado), São Paulo: FFLCH-USP, 2003.
- MAZZARI, Marcus. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000300014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300014)>
- MENESES, Adélia Bezerra de. *Do poder da palavra: ensaios de literatura e psicanálise*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos* 2ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.
- MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- NANCY, Jean-Luc Nancy. *À escuta*. Trad. Fernando Bernardo. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2014.
- NEVES, Rodrigo Jorge Ribeiro. *Graciliano Ramos, o insone encarcerado*. Tese (Doutorado em Letras), Estudos de Literatura – UFF. Niterói, 2016.
- OLIVEIRA, José Osório de. Carta a José Manuel da Costa, Lisboa, 26 de outubro de 1945. Documento pertencente ao Arquivo Salazar, pasta 34, caixa 419, Missão cultural ao Brasil de José Osório de Oliveira AoS/co/NE 2A, 14 folhas, p. 562-574).
- OLIVEIRA, Vera M. M. F. L. A. *O bezerro encourado ou as terríveis armas: uma análise de Infância*. Dissertação (Mestrado em Letras) Letras – PUC. Rio de Janeiro, 1978.
- PAES, José Paulo. –Θ pobre-diabo no romance brasileiro”. In: ARÊAS, Vilma (org.), *Armazém literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PEREIRA, Wellington Gustavo. *Infância, de Graciliano Ramos: um relato dentro do período pós-abolição*. Dissertação (Mestrado em Letras) FFLCH-USP. São Paulo, 2010.
- PINTO, João Pereira. *A liberdade em Graciliano Ramos: Uma iniciação à antropologia e à ética*. Contagem: Santa Clara, 2001.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Ibrasa, 1981.

- QUIGNARD, Pascal. *O nome da ponta da língua*. Trad. Ruth Silviano Brandão & Yolanda Vilela. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2018.
- RAMOS, Gustavo Adolfo. *Angústia e sociedade na obra de Sigmund Freud*. Campinas: Unicamp, 2014.
- RAMOS, Nuno. *No palácio de Moebius: João Gilberto, Lygia Clark, Graciliano Ramos e Mira Schendel*. São Paulo: Todavia, 2019.
- RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2011b.
- RIBEIRO, Gustavo Silveira. —*Abertura entre as nuvens*”: uma interpretação de Infância, de Graciliano Ramos. São Paulo: Annablume, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O drama ético na obra de Graciliano Ramos: leituras a partir de Jacques Derrida*. Tese (Doutorado em Letras) Estudos Literários – UFMG. Belo Horizonte, 2012.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RILKE, Rainer Maria. *Elegias de duíno*. Trad. Dora Ferreira da Silva. Porto Alegre: Globo, 1975.
- ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. Trad. André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ROSENFELD, Anatol. —*Literatura e personagem*”. In: *A personagem de ficção*, 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SALLA, Thiago Mio. *Fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*. São Paulo: ECA-USP, 2010. Tese (Doutorado em Comunicação).
- \_\_\_\_\_. *Graciliano Ramos e a Cultura Política: mediação editorial e construção de sentido*. São Paulo: Edusp, 2016a.
- \_\_\_\_\_. *Graciliano Ramos do outro lado do Atlântico: a difusão e a recepção da obra do autor de Vidas Secas em Portugal entre as décadas de 1930 e 1950*. Tese (Doutorado em Letras) Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa – FFLCH-USP. São Paulo, 2016b.
- SANTOS, Myrian Sepulveda. *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande (1894-1945)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

- \_\_\_\_\_. –Θ encontro da militância com a vadiagem nas prisões da Ilha Grande”. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 356-380, maio/ago. 2017. Acesso em mar. 2018.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SELIGMANN-SILVA (org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.
- \_\_\_\_\_. *História, memória, literatura*. Campinas: Unicamp, 2006.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Márcia Cabral da. *Infância de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil*. Campinas: IEL-Unicamp, 2004. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária).
- SILVA, Sérgio Antônio. *Papel, penas e tintas: a memória da escrita em Graciliano Ramos*. São Paulo: AnnaBlume, 2012.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, Paulo César de. *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras, ebook, 2010.
- TANIZAKI, Junichiro. *Em louvor da sombra*. Trad. Leiko Gotoda. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WILLEMART, Philippe. –Θ inferno da autobiografia”. In: PASSOS, Cleusa Rios P. & Rosenbaum. *Escritas do desejo: crítica literária e psicanálise*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

## Anexo I – Cronologia dos manuscritos dos capítulos de *Infância*:

- S. Smiles”, 18 out. 1938.
- Os astrônomos”, 21 out. 1938.
- O menino da mata”, 15 nov. 1938
- Um cinturão”, 1º maio 1939.
- Fernando”, 3 jun. 1939.
- Chegada à vila”, 30 nov. 1939.
- Uma bebedeira”, 15 set. 1940.
- Manhã”, 24 nov. 1940.
- Verão”, 12 jan. 1941.
- Vida Nova”, 16 ago. 1941.
- A vila”, 8 nov. 1941.
- José da Luz”, 28 dez. 1941.
- Padre João Inácio”, 18 jan. 1942.
- O inferno”, 25 jan. 1942.
- O fim do mundo”, 30 jan. 1942.
- O moleque José”, 5 fev. 1942.
- Leitura”, 8 fev. 1942.
- Escola”, 22 mar. 1942.
- D. Maria”, 29 mar. 1942.
- O barão de Macaúbas”, 27 jul. 1942.
- Meu avô”, 27 set. 1942.
- Minha irmã natural”, 17 fev., 1943.
- Cegueira”, 26 jul. 1943.
- Chico Brabo”, 3 ago. 1943.
- Um incêndio”, 14 ago. 1943.
- José Leonardo”, 18 ago. 1943.
- Antônio Vale”, 21 ago. 1943.
- Mudança”, 21 ago. 1943.
- Adelaide”, 16 abr. 1944.
- Um novo professor”, 18 abr. 1944.
- Um enterro”, 22 abr. 1944.
- Um intervalo”, 26 abr. 1944.
- Jerônimo Barreto”, 3 mai. 1944.
- Mário Venâncio”, 11 mai. 1944.
- Laura”, 18 maio 1944.
- Venta-Romba”, 30 maio 1944.
- A criança infeliz”, 5 jun. 1944.
- Seu Ramiro”, 9 jun. 1944.

## Anexo II – Memórias em páginas de notícias

- Samuel Smiles”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1938 (especial para o *Diário de Notícias*)
- Os astrônomos” (conto), *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, il. Gonçalves, 27 nov. 1938.
- O menino da mata e o seu cão piloto”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, il. Santa Rosa, 27 nov. 1938.
- História dum Cinturão” (não se trata da versão que se lê no livro como –Um cinturão”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1939, 4 seção, ano 21, il. Cortez; e –História de um cinturão”, *Jornal do Comércio*, Lisboa, 19 nov. 1944 (–Copyright Atlântico”, troca de originais entre DIP e SPN).
- Fernando” (conto) (não se trata da versão que se lê em livro), *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1939.
- Verão”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1941.
- Uma bebedeira”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1940, 3 seção, ano 22.
- Chegada à vila”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, il. Santa Rosa, 6 mar. 1941.
- Nuvens”, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 33, mar. 1941, p. 28-32.
- Vida nova”, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, il. Santa Rosa, 1º nov. 1941, p. 39 e 18.
- A vila”, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1942, v. 2, Suplemento Literário, il. Goeldi, p. 31-32.
- Padre João Ignácio”, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1942, v. 3, Suplemento Literário, p. 73.
- O fim do mundo”, *Atlântico – Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 2, il. António Duarte, 1942, p. 306-310; *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 55, set. 1943, p. 57.
- O moleque José”, *Atlântico – Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 3, il. Manuel Lapa, 1943, p. 111-114.
- José da Luz”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 162, il. Percy Deane, 12 ago. 1943, p. 13 e 23.
- Escola”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, il. Percy Deane, 21 out. 1943.
- O barão de Macaúbas”, *Atlântico – Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 4, il. Carlos Botelho, 21 nov. 1943, p. 131-134.
- Chico Brabo”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, il. não identificado, 23 dez. 1943.
- Adelaide”, *Anuário Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, n. 7-8, 1943-1944, p. 104-106.
- Um novo professor”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1944 e –Um nuevo profesor”, *Correo Literario*, Buenos Aires, 14 ago. 1944, p. 3, trad. A. Frontini.
- Leitura”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1944.
- Eguezira”, *Vamos Ler!*, Rio de Janeiro, il. Jeronymo Ribeiro, 5 out. 1944, p. 62.
- Um incêndio”, *Unidade*, Rio de Janeiro, nov. 1944, p. 7.
- Um intervalo”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1944.
- Venta-Romba”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1945, p. 1 e 8.
- Minha irmã natural”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1945.
- Jerônimo Barreto”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1945.
- A criança infeliz”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1945.
- Um enterro”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1945.
- Manhã”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, s. d. (entre segundo semestre de 1940 e o primeiro de 1941) Suplemento Literário, il. Augusto Rodrigues, p. 1 e 8.